



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental

Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas

Danielle Wagner Silva

ENTRE A VILA E O ASSENTAMENTO:
Conexões que dinamizam a Agricultura Familiar na Amazônia Oriental

Belém- PA
2011

Danielle Wagner Silva

**ENTRE A VILA E O ASSENTAMENTO:
Conexões que dinamizam a Agricultura Familiar na Amazônia Oriental**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador Prof. Dr. William Santos de Assis

**Belém - PA
2011**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) –
Biblioteca Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural / UFPA, Belém-PA**

Silva, Danielle Wagner

Entre a vila e o assentamento: conexões que dinamizam a agricultura familiar na Amazônia Oriental / Danielle Wagner Silva; orientador, Prof. Dr. William Santos de Assis - 2011.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- Amazônia Oriental, Belém, 2011.

1. Agricultura Familiar – Marabá (PA). 2. Agricultura familiar – Aspectos sociais – Marabá (PA). 3. Assentamentos humanos – Marabá (PA). I. Título.

CDD – 22. ed. 338.1098115

Danielle Wagner Silva

**ENTRE A VILA E O ASSENTAMENTO:
Conexões que dinamizam a Agricultura Familiar na Amazônia Oriental**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental. Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Data da aprovação. Belém - PA: 28/ 02/2011.

Banca Examinadora

Dr. William Santos de Assis
Prof. UFPA/PPGAA

Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra
Prof. UFPA/PPGAA

Dr. Ivaldo Gehlen
Prof. UFRGS/PPGDR

Dedico este trabalho

À minha amada avó, vó Ernestina, por seu amor, por suas bênçãos e orações diárias. É na sua labuta cotidiana que encontro o exemplo de fé, de devoção e de amor a Deus e ao próximo. Seu exemplo tem conduzido minhas escolhas.

Aos agricultores desse Brasil, que mesmo sem utilizarem (na maioria das vezes) os resultados dos trabalhos acadêmicos, continuam pacientemente a contribuir com os pesquisadores- e com a ciência.

AGRADECIMENTOS

Devo a finalização deste trabalho e dessa etapa de minha vida, a muitas pessoas. Porém, primeiro agradeço a Deus pela vida, pelas oportunidades que tem me concedido e pelas pessoas postas em meu caminho. Correndo o risco de ser injusta, agradeço:

À minha avó Ernestina, que mesmo de longe, abençoava-me diariamente. Sei bem que sem suas orações- e pedidos a Deus, minha vida de cigana seria muito mais difícil.

Aos meus pais, Orlando e Veridiana, pelo amor incondicional e por me lembrarem diariamente da existência do mundo real, fazendo-me desconfiar do meu olhar, às vezes encantado, de pesquisadora.

Às minhas irmãs, companheiras e paixões de toda a vida, Mayara e Mayelle, mesmo estando uma no Sul e outra no Norte, faziam-se presente onde quer que eu estivesse, encorajando-me a confiar na minha “cabeça”, fosse por telefone, por msn ou por pensamento.

À UFPA, minha “instituição materna”, em especial ao PPGAA, pela oportunidade do mestrado. Aos professores do MAFDS pelas contribuições acadêmicas, pela oportunidade de intercâmbio no PGDR/UFRGS e pela amizade. Aos funcionários pela atenção e eficiência, em especial à Dircélia e à D. Dora.

À UFRGS, através do PGDR, por me receber para fazer o intercâmbio. Aos professores, técnicos e alunos do programa pela acolhida em Porto Alegre, em especial ao professor Paulo Waquil que não mediu esforços para que os paraenses se sentissem em casa.

Ao CNPq pela concessão da bolsa de estudo, sem a qual não seria possível dedicação exclusiva à produção da ciência. À CAPES pelo financiamento do intercâmbio através do PROCAD.

À Agence Nationale de la Recherche de Francia através do programa SYSTERRA, referência ANR-09-STRA-04, em especial à equipe do Projeto INTERRA, pelo apoio financeiro à pesquisa de campo.

Ao meu orientador, professor William Santos de Assis, que pa-ci-en-te-men-te aconselhou-me na construção deste trabalho, dando aporte à certas decisões, respeitando meus interesses, compreendendo minhas limitações e corrigindo minhas falhas. Como um “pai” (termo uefepeano), preocupou-se não apenas com a qualidade do trabalho, mas também com meu bem-estar físico e emocional, não medindo esforços para que eu “desse conta do recado”.

Aos meus familiares, que mesmo de longe, estavam presente enviando sempre energias positivas. Em especial à tia Ozilda e ao meu padrinho Oziel pelas ligações inesperadas e cheias de saudade.

Às minhas queridas: dinda Valquíria, tia Vera, primas Ingrid e Aimeé e Julie, por dividirem comigo seu lar durante o tempo em que fiquei em Belém, vinda de mala e cuia para ocupar o quarto da Aimeé, o computador da Ingrid, o banheiro da tia Vera e a mesa da Dinda. Mais que casa, comida e roupa lavada, deram-me amor. A elas minha gratidão eterna, meu amor incondicional e minhas desculpas pela língua solta, pela bagunça e pelo mau-humor.

À Maria, Ezeildo, Yasmim, Eduarda e Ednéia, por me acolherem em Marabá durante o período que lá passei para fazer a pesquisa de campo, permitindo-me vivenciar momentos maravilhosos com eles. Nesse lar, aprendi lições que jamais aprenderia em sala de aula.

À família do Sr Nonato pelo carinho e pelas prestezas enquanto estive em Marabá.

Ao professor Evandro por sua solidariedade.

Ao Kauê, Irene e William pela acolhida em Marabá e em São Leopoldo.

À Carla, Pedro e Débora, por terem me dado um lar cheio de alegria e afeto durante minha estada no Rio Grande do Sul, dando ouvidos à minha tagarelice descontrolada.

Ao Lívio e Priscila, companheiros de Neaf e de “Urrrgs”, pela guarida de segunda-feira, de sextas, sábados, domingos e de toda a semana, ajudando-me a carregar o fardo da saudade de casa. Ao Lívio agradeço ainda pelo incentivo durante a seleção do doutorado, pois sem seu otimismo eu não teria sequer escrito o projeto.

À equipe do LASAT pelo fundamental apoio logístico na realização da pesquisa de campo. Em especial aos professores Myriam e Mauro pela alegria que sempre acompanhava a hora do cafezinho e nossos almoços.

Aos queridos amigos do LAET, em especial a Carla e Soraya, por me apresentarem a vida e o compromisso de pesquisadora nos travessões da Transamazônica. A Carla, minha mestre, amiga e “mãe”, agradeço ainda pelo incentivo à inscrição no mestrado e por me acompanhar em todas os degraus que tenho subido, desde a graduação.

Aos professores Gutemberg Guerra (PPGAA/UFPA) e João Nahum (PPGEO/UFPA) pelas contribuições em minha qualificação. À professora Delma Neves (PPGA/UFF) por suas sugestões sobre pensar o tema e a pesquisa. E aos professores Dalva Mota (PPGAA/UFPA) e Sérgio Schneider (PGDR/UFRGS) pelas orientações teóricas para a construção da dissertação.

À banca examinadora pelas contribuições.

A todos que contribuíram para construção da dissertação durante a pesquisa de campo, fosse fornecendo dados, dando abrigo, água, alimentação e cafezinho. Em especial aos

agricultores da região da Santa Fé pela hospitalidade, paciência e confiança durante as horas de entrevistas. Agradeço também aos comerciantes da vila, técnicos das prestadoras de serviço Coopserviço e Extensão Amazônia, funcionários da Secretaria Municipal de Educação e das Secretarias Municipal e Estadual de Saúde pelas informações fornecidas. Ao Sr Geraldo pela hospedagem na vila. À D. Geralda, Poliane e Maressa pelas fotografias de seu arquivo pessoal. Ao Rafael pelos mapas. Às famílias do Sr Teté, Sr Zé Maria, D. Edileuza e D. Neide pela acolhida em suas casas e pelo apoio indispensável em todas as etapas da pesquisa de campo.

Aos meus colegas da turma MAFDS 2009 com quem partilhei tantos momentos alegres, conhecimento, angústias e pães-de-rosas. À Jacy por encher meu coração com sua alegria contagiante. À Clarissa por nossas reflexões sobre os afro-descendentes e sobre a vida de pesquisadora durante nosso campo. Ao Zeca, Fernanda, Silviane, Ione, Lívio e Francinaldo pela descontração e socialização de suas experiências profissionais. À Gláucia, companheira de internet, por tantas dúvidas partilhadas e esclarecidas. Às queridas Margô, Tati, Raissa e Keity pelos momentos maravilhosos que passamos vendo filmes e comendo cuscuz, pois fizeram toda diferença para o meu bem-estar na “capitár”. E a Carlos, meu querido amigo e companheiro de trabalhos, de caronas, de crises existenciais, de troca de idéias e de sonhos partilhados por ocasião de nossa amizade instantânea que só a física explica.

À Amanda e à Huandria por me lembrarem com alegria que mestrado é assim mesmo.

À Maria Grings, Patrick e Clarice pela amizade e por momentos tão alegres. À Maria agradeço também pelos ouvidos, incentivo e por nossas filosofias de boteco (sem boteco).

À D. Izabel (*in memoriam*) e à D. Sara, pelo carinho de mãe que me dedicaram através das mensagens, ligações e cafés tomados em suas casas.

Às minhas amigas Dayane, Klyvia, Adriane, Luciana e Kalila por me fazerem ter certeza de que eu jamais estarei sozinha, mesmo eu estando em Belém, Pacajá, Marabá, no Sul ou em qualquer outro lugar.

Meu agradecimento especial aos inventores da internet, em especial do MSN, dos bônus da VIVO e do plano Infinity da TIM por permitirem que em meio essa vida de cigana, eu matasse um pouco da saudade de casa.

E a todos cujo nome não foi citado, mas que por mim torceram, meu Muito Obrigada!

RESUMO

Através desta dissertação objetivou-se compreender, a partir do estudo da região da vila Santa Fé, situada no município de Marabá, sudeste paraense, a influência de núcleos de povoamento na reprodução social das famílias agricultoras situadas em seu entorno. A pesquisa de campo foi realizada nos meses de junho e agosto de 2010 por meio de entrevistas com famílias agricultoras, comerciantes locais e funcionários públicos. Os resultados mostram que o processo de ocupação e transformação pelo qual vem passando a região da vila Santa Fé reflete a dinâmica da região de Marabá como região de fronteira em estabilização. Sua formação e consolidação enquanto núcleo de povoamento ocorreu em meio a transformações regionais que estimularam o deslocamento de um grande número de pessoas para o interior do município. Ao mesmo tempo em que a vila passou a existir por ocasião da ocupação das áreas por famílias agricultoras, passou também a influenciar a reprodução social dos agricultores familiares de seu entorno desempenhando funções como lugar de negócios, de lazer e de acesso a serviços públicos. Essas características têm gerado processos dinâmicos e simbióticos através dos quais foram constituídas a vila e a agricultura familiar regional. Observou-se que ao longo do tempo a vila tornou-se um espaço social fundamental e estruturante do modo de vida da população do seu entorno. Nesse quadro de mudanças, as famílias têm adotado diversos tipos de estratégias produtivas e sociais para alcançar seus projetos. Essas estratégias tem sido também fator estruturante das relações vivenciadas pelas famílias considerando diferentes espaços: a vila, a cidade de Marabá e os projetos de assentamento. A emergência de novas formas de sociabilidade, de relações de trabalho e de atividades produtivas, tem contribuído para permanência de relações que marcaram a construção da sociedade local como uma sociedade de interconhecimento, tais como confiança, reciprocidade e clientelismo.

Palavras- chave: Sudeste Paraense. Vila. Reprodução Social. Relações Sociais.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to understand the influence from the village Santa Fé on the municipality Marabá on the social reproduction of the farmers families assettled at its surrounding. The field research was realized at the months June and August of 2010 through interviews with the farmers families, local storekeepers and public employers. The results show that the occupation and transformation process which is passing the region of the village Santa Fé reflect the dynamics from the region Marabá as a frontier region in stabilization. Its formation and consolidation as nucleus of povoation occurred in middle of regional transformations which stimulated the migration of a great number of people to the countryside of the municipality. As the same time in which the village passed to exist on occasion of the areas occupation, it passed to influence the social reproduction of the family farmers of its surrounding too, performing functions like the business, leisure places and that one of access to public services. These characteristics had generated dynamics and simbiotic processes which constituted the village and the regional family agriculture. We observed that along the time the village turn into a fundamental social and structural space of the lifestyle of the family farmers from its surrounding. On this box of changes the families have adopted various productive and social strategy types to achieve their objectives. These strategies have been also a structural factor of the relations lived by the families considering different spaces: the village, the city of Marabá and the assettlement projects. The emergency of new forms of sociability, of work relations and productive ativities has contributed for the remaining of relations which marked the construction of the local society as a society of interknowing, such as confidence, reciprocity and clientelism.

Key-words: Southeast of Pará. Village. Social reproduction. Social relationships.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPA 01 Localização da área de estudo	29
MAPA 02 Localização das sedes municipais do Estado do Pará	49
MAPA 03 Malha viária da região sul e sudeste do estado do Pará	54
MAPA 04 Deslocamento das serrarias no município de Marabá	56
MAPA 05 Drenagem da região da Santa Fé	62
QUADRO 01 Relação dos serviços comerciais disponíveis na Vila Santa Fé em 1999 e 2010.....	72
FOTO 01 Escolas da vila a) Escola Nossa Senhora de Nazaré na década de 1980; b) E. M. E. F. Maria das Neves e Silva.	75
QUADRO 02 Relação dos serviços públicos disponíveis na Vila Santa Fé	77
QUADRO 03 Relação das entidades na Vila Santa Fé em 1999	78
QUADRO 04 Relação das entidades na Vila Santa Fé em 1999	78
QUADRO 05 Relação das linhas de transporte da Vila Santa Fé	80
GRÁFICO 01 Origem dos entrevistados (% por região)	81
GRÁFICO 02 Tipos de transações na aquisição da terra	91
GRÁFICO 03 Local do casamento dos entrevistados	95
GRÁFICO 04 Relação entre número de membros da família e do grupo doméstico.....	96
GRÁFICO 05 Laço parental na formação dos grupos domésticos.....	96
GRÁFICO 06 Idade dos membros dos grupos domésticos	97
GRÁFICO 07 Local de morada dos filhos que saíram de casa em percentual	98
GRÁFICO 08 Atividades dos filhos que saíram de casa	99
FOTO 02 Ilustração dos tipos de casas nos PA's	103
GRÁFICO 09 Representação percentual da cobertura vegetal dos lotes dos agricultores entrevistados	108
GRÁFICO 10 Percentual de famílias em relação ao último ano de plantio de roça	114
GRÁFICO 11 Distribuição das famílias em relação à participação religiosa	129
QUADRO 06 Tipos de serviços e local de acesso pelos agricultores	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Pessoas entrevistadas durante a pesquisa de campo.....	25
Tabela 02 - Número de famílias entrevistadas	26
Tabela 03 - Número de comerciantes entrevistados	26
Tabela 04 - Período de início da ocupação das áreas dos PA's	66
Tabela 05 - Número de lote que a família tivera anteriormente ao atual	86
Tabela 06 - Tipos de documentos que os agricultores possuem do lote	92
Tabela 07 - Estrutura fundiária dos lotes das famílias entrevistadas	92
Tabela 08 - Tabela 08. Mudança ou não na estrutura fundiária dos lotes	93
Tabela 09 - Tamanho de área plantada no ciclo 2009-2010	114
Tabela 10 - Número de famílias que plantaram roça de acordo com a finalidade da produção	115
Tabela 11 - Quantidade de famílias em relação as atividades financiadas	120
Tabela 12 - Síntese dos fornecedores de leite do laticínio Vitolac	124
Tabela 13 - Diversidade de fontes de renda	127
Tabela 14 - Principal atividade econômica das famílias	128

LISTA DE SIGLAS

- AGRIFAT - Associação dos Agricultores Familiares do PA Carajás Tamboril
- ASPPRAM - Associação de Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Murajuba
- ATES - Assistência Técnica, Social e Ambiental
- CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
- EXPOFÉ - Exposição Agropecuária da Vila Santa Fé
- FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
- FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
- GETAT - Grupo de Execução de Terras
- IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- LO - Licença de Ocupação
- MST - Movimento dos Sem-Terra
- PA - Projeto de Assentamento
- PAC - Programa de Agente Comunitário de Saúde
- PCCU - Exame Preventivo do Câncer de Colo Uterino
- PDA - Plano de Desenvolvimento Sustentável para o Projeto de Assentamento
- PGC - Programa Grande Carajás
- PIB - Produto Interno Bruto
- PIC - Projetos Integrados de Colonização
- PIN - Projeto de Integração Nacional
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- RB - Relação de Beneficiários
- SEAGRI - Secretaria Municipal de Agricultura de Marabá
- SESPA - Secretaria de Saúde do Estado do Pará

SIPRA - Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária

SUCAM - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

STR - Sindicato de Trabalhadores Rurais

SUS - Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 PROPOSIÇÃO TEMÁTICA	16
1.2 OS PASSOS METODOLÓGICOS	22
1.2.1 Pesquisa de campo	24
1.2.2 O local de estudo	27
2. REPRODUÇÃO SOCIAL, AGRICULTORES E NÚCLEOS DE POVOAMENTO: A FORMAÇÃO DE ESPAÇOS SOCIAIS E A (RE) CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES	31
2.1 A REPRODUÇÃO SOCIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE	31
2.2 TECENDO RELAÇÕES: A REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR VISTA ATRAVÉS DAS INTERAÇÕES SOCIAIS COM O EXTERIOR	34
2.3 COMPREENDENDO A CRIAÇÃO DOS NÚCLEOS DE POVOAMENTO: A FORMAÇÃO DE VILAS COMO ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO DE RELAÇÕES SOCIAIS E CENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS	42
2.3.1 Abordagem histórica da formação dos núcleos de povoamento no cenário brasileiro	42
2.3.2 Abordagem histórica da formação de núcleos de povoamento na região amazônica	46
2.3.3 O processo de ocupação da Região de Marabá: uma leitura a partir da formação dos núcleos de povoamento	50
3. “EM TODO LUGAR QUE TEM AGRICULTOR TEM TAMBÉM UM POVOADO”: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO DA SANTA FÉ E A FORMAÇÃO DA VILA	61
3.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO DA SANTA FÉ	61
3.2 A FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA VILA SANTA FÉ	67
4. A CONSTITUIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL	81
4.1 A VINDA PARA A REGIÃO DA SANTA FÉ E AS FORMAS DE ACESSO A TERRA	81
4.2 CONSTITUIÇÃO DAS FAMÍLIAS E COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DOMÉSTICOS	94

4.3 A DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES E DE FONTES DE RENDA	104
4.4 ORGANIZAÇÃO SOCIAL	129
5. ENTRE A VILA E O ASSENTAMENTO: RELAÇÕES SOCIAIS E INTERDEPENDÊNCIA ENTRE OS ESPAÇOS	137
5.1 A VILA DE COMÉRCIO: SUSTENTANDO A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS	140
5.2 A VILA DE DIVERSÃO: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E O FORTALECIMENTO DE LAÇOS SOCIAIS	150
5.3 A VILA DE APOIO: RELAÇÕES POLÍTICAS E ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS	156
5.4 A IDA A “RUA”: RELAÇÃO ENTRE OS AGRICULTORES, A VILA SANTA FÉ E A CIDADE DE MARABÁ	161
5.5 DE CURRUTELINHA À CIDADE: A PERSPECTIVA DE EMANCIPAÇÃO DA VILA SANTA FÉ (MUDANÇAS NAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL?)	168
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175
ANEXOS	183

1. INTRODUÇÃO

1.1 PROPOSIÇÃO TEMÁTICA

Os diversos processos que desencadearam a ocupação da Amazônia brasileira têm resultado em formas de organização do espaço que mesclam diferentes trajetórias históricas das ações de agentes do Estado e formas de exploração do meio natural. Isso vem configurando a formação de núcleos de povoamento dispersos ao longo da área geográfica amazônica ao mesmo tempo em que são construídas diferentes estratégias de produção agrícola. Esses processos são embasados na exploração dos “recursos” naturais como atividades econômicas¹ e tornam-se estruturante do povoamento dessa parte do Brasil, favorecendo uma dinâmica de organização espacial cuja estrutura geográfica e sistemas sociais estão em transformação contínua, como mostram os estudos de Velho (1979; 1981), Hébette (2004) e Félix (2008).

No Estado do Pará, as diferentes frentes de migração decorrentes de políticas de intervenção estatal (VELHO, 1979; HÉBETTE, 2004), principalmente a partir da década de 1970, foram o mote da construção social da agricultura familiar² dessa parte da Amazônia. De acordo com as pesquisas de Velho (1979; 1981), Hébette (2004) e Félix (2008), a Região Sudeste paraense é caracterizada por diferentes frentes pioneiras e atividades econômicas decorrentes de processos de ocupação “espontânea” e colonização dirigida, resultando na atual dinâmica socioeconômica regional. Além das indústrias madeireiras, da pecuária e das siderúrgicas, a criação de assentamentos rurais também é um fator preponderante no delineamento não apenas do espaço geográfico, mas também da dinâmica regional. Na leitura de Assis, Oliveira e Halmenschlager (2009) “esse dinamismo no processo de transformação do espaço e a ampla diversidade da sociedade local são, justamente, os traços mais marcantes da região de Marabá” (p.70).

Dentro desse contexto, no município de Marabá, situado no Sudeste Paraense, as transformações econômicas em consonância com diferentes processos de ocupação vêm definindo e redefinindo formas de ocupação, de produção agrícola e de relações sociais que

¹ Os modelos de desenvolvimentos pensados para a Amazônia pelos representantes do Estado foram pautados na exploração das drogas do sertão no período colonial, seguido da exploração da borracha, da castanha-do-Pará (*Bertholletia excelsa*), da madeira e exploração mineral.

² Agricultura Familiar neste trabalho é utilizada em seu sentido genérico, como explicado por Wanderley (2009b).

viabilizam a construção dos mais diversos tipos de ambientes a partir dos quais os agricultores familiares vêm criando condições de reproduzirem-se socialmente, a exemplo dos projetos de assentamentos, dos núcleos de povoamento adensado³ e de outros múltiplos espaços de sociabilidade. São nesses e a partir desses locais que são construídos e reinventados o modo de vida dos agricultores, o que os legitima como objetos de estudo e de debate.

No entanto, definir questões de pesquisa vinculadas ao meio rural significa esbarrar em uma gama de debates sobre temáticas que estão em evidência tanto no debate acadêmico de modo geral quanto de forma mais localizada no cenário da região lócus de estudo. Desse modo, a escolha de um tema de pesquisa que seja relevante não apenas na academia, mas também para a conjuntura do meio ao qual se insere o pesquisador- e a pesquisa- não é tarefa fácil. Isso porque, *a priori*, os debates dominantes tendem a seduzir o pesquisador e isso contribui para obscurecer as inúmeras lacunas existentes e escondidas sob as luzes das temáticas em foco.

Nessa ótica, boa parte dos trabalhos desenvolvidos⁴ sobre a região de Marabá⁵, mostra que o contexto histórico de formação dessa região em consonância com a estrutura fundiária, organização camponesa e os diversos acontecimentos decorrentes do processo de ocupação e sistema distributivo de terra, têm favorecido o desenvolvimento de pesquisas e a construção de reflexões que privilegiam, em sua maioria, temas referentes a políticas públicas, movimentos sociais e organização camponesa, bem como diversas outras desencadeadas e relacionadas a uma questão maior: os conflitos sociais.

Apesar de serem estes assuntos convidativos e inesgotados, sua dominância no debate acadêmico torna secundárias outras temáticas proeminentes na dinâmica regional, dentre os quais podem ser citados no bojo das transformações sociais decorrentes da implantação de políticas públicas, as estratégias de reprodução social das famílias assentadas, gênero, relação família-trabalho e diversos outros temas que são relevantes para a compreensão não somente da configuração do espaço rural, mas também no entendimento dos diversos processos (muitos ainda desconhecidos) que ocorrem paralelos e seqüenciais à implementação das políticas públicas e da criação dos assentamentos rurais.

³ A exemplo das cidades e das vilas cujo conceito é explicado no tópico seguinte.

⁴ A exemplo dos estudos desenvolvidos por Emmi (1999), Guerra (2001), Oliveira (2003), Intini (2004), Hébette (2004) e Assis (2007).

⁵ A região de Marabá compreende a área que engloba os municípios de Marabá, Itupiranga, Nova Ipixuna, Jacundá, São João do Araguaia e São Domingos do Araguaia (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2008).

Partindo desse entendimento, decidi investigar sobre a reprodução social dos agricultores familiares do município de Marabá a partir da análise da influência que os núcleos de povoamento do município exercem sobre a vida das famílias agricultoras do seu entorno, baseando-me em estudo de caso. A escolha dessa temática foi fundamentada na situação empírica que se evidencia em boa parte da região amazônica: a existência de diversos núcleos de povoamento dispersos ao longo da área geográfica dos municípios e a possível influência que esses pudessem ter na reprodução social dos agricultores⁶.

Nessa perspectiva, ao considerar-se que no âmbito de suas particularidades históricas, a construção social do espaço rural do município de Marabá perpassa pela ocupação de terras, pela criação de assentamentos rurais, de fazendas e também pela formação de vilas, faz sentido que a inter-relação entre o assentamento rural e a vila no contexto da reprodução social dos agricultores assentados, seja objeto de estudo. A vila é compreendida nesse trabalho como um núcleo de povoamento adensado com características de áreas urbanizadas, situada num ambiente predominantemente rural, concentrando a oferta de bens e serviços o que a torna centro do estabelecimento de diversas formas de sociabilidade e poder.⁷

O processo histórico e o contexto socioeconômico dessas vilas são expressões de significativos fluxos migratórios decorrentes das atividades econômicas da região (FÉLIX, 2008), configurando um espaço territorial caracterizado pela diversidade cultural e econômica dos grupos sociais, tendo em vista as múltiplas origens e estratégias adotadas pelos mesmos diante do quadro de oportunidades com o qual se deparam.

Discorrendo sobre a ocupação humana da região de Marabá, Velho (1979) descreve que esses aglomerados, chamados pelo autor de agrupamentos humanos, começam a surgir no município e região a partir da expansão camponesa a partir dos anos 50. Os estudos de Velho (1979) e Hébette (2004) mostram que a região de Marabá começou a ser colonizada ao longo dos rios por grupos de migrantes que vinham explorar os castanhais. Com a chegada dos migrantes eram formados agrupamento de agricultores. Esses ocupantes, geralmente grupos com laços pessoais estabelecidos (parentesco, vizinhança ou outro tipo de afinidade), iam aos poucos estruturando a comunidade local de morada através de um lugar central onde eram

⁶ Tanto o tema como o local de estudo foram negociados entre meu orientador e eu, uma vez que ele há anos desenvolve trabalhos de formação, pesquisa e extensão no sudeste paraense, região onde a formação desses núcleos representa, ao mesmo tempo em que influencia, aspectos da dinâmica regional.

⁷ A vila difere-se da cidade em termos administrativos, já que não é a sede municipal (MARX, 1991), conforme será aprofundado no próximo tópico.

construídos a escola, o templo (igreja) e o campo de futebol (HÉBETTE, 2004)⁸ e dependendo da possibilidade de expansão, tornavam-se o local de comercialização dos produtos agrícolas e em alguns casos, os centros de serviços mais próximos. Esse processo de ocupação “espontânea” deu origem às primeiras áreas de exploração agrícola e aos povoados. Subseqüente a exploração dos castanhais, o garimpo e a exploração da madeira foram atividades que atraíram um considerado número de migrantes.

A colonização oficial da Rodovia Transamazônica realizada pelo Governo Militar na década de 70 do século XX também contribuiu de forma decisiva para a ocupação regional. Os investimentos e propagandas governamentais na colonização dirigida atraíram um considerável número de migrantes para a região de fronteira agrícola do sudeste e sudoeste paraense. A partir da década de 1980 a instalação de madeireiras concomitante à abertura de rodovias contribuiu para a formação e/ou expansão de núcleos de povoamento que inicialmente atraíram migrantes em busca de terra, de diamante e de ouro nos garimpos e/ou trabalho nas madeireiras (FÉLIX, 2008).

Dessa forma, o fluxo migratório para essa região, decorrente das atividades econômicas e do incentivo governamental, além da estrutura fundiária, influenciou sua construção social. Os migrantes oriundos de diversas regiões do Brasil tornavam-se vaqueiros, peões, sem-terras, posseiros ou, em menor proporção, proprietários de terras.

Nas duas últimas décadas, porém, o investimento na criação de assentamentos rurais foi um fator que influenciou diretamente nessa construção social⁹. Até 2008, nessa região haviam sido criados 481 assentamentos de reforma agrária, significando, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária- INCRA, a ocupação de 34 % do total de sua área geográfica (ASSIS; OLIVEIRA; HALMENSCHLAGER, 2009).

Esse cenário complexo em que emerge um universo de significados acerca dos processos de transformações sociais e espaciais exige um olhar multidimensional sobre as mais diferentes possibilidades de pesquisa. Diante das problemáticas inerentes à conjuntura do espaço rural dessa região, defini a seguinte questão como objeto de investigação: que influência a existência das vilas tem na reprodução social das famílias assentadas nas áreas

⁸ Sobre o desenvolvimento do campesinato na frente pioneira da região de Marabá, Hébette (2004) descreve o modo de vida dos migrantes ao tratar brevemente das ocupações no castanhal Cuxiú.

⁹ A criação de assentamentos é um dos fatores responsável, dentre outros aspectos, pela distribuição de recursos públicos através de diversas políticas e programas de governo, pelo surgimento de novos arranjos produtivos e pelo estabelecimento de novas formas de sociabilidade, interferindo diretamente na distribuição demográfica e na paisagem natural. De acordo com os estudos feitos por Magalhães (2003) e Michelotti et al (2007), na região de Marabá a criação de assentamentos rurais é caracterizada pela regularização fundiária conquistada através da pressão das organizações sociais rurais, principalmente no final da década de 80 e 90.

circundantes? Essa questão geral surge a partir da observação empírica de que tais vilas constituem um espaço social plural e heterogêneo por ser formado por diversas categorias envolvidas nas mais diferentes atividades (que não são necessariamente agrícolas), onde são instituídas relações de interdependência com os assentamentos rurais do seu entorno.

Em vista desse cenário, através da pesquisa proposta objetivou-se de forma geral compreender a influência da vila na reprodução social das famílias agricultoras assentadas, a partir do estudo de caso da vila Santa Fé. Diante deste objetivo, de forma mais específica pretendeu-se ainda: i) verificar o processo de surgimento da vila e a criação dos assentamentos; ii) identificar as relações em que estão envolvidas as famílias agricultoras devido a existência da vila Santa Fé; iii) compreender como e porque essas relações foram constituídas; e iv) analisar se essas relações são determinantes na reprodução social das famílias assentadas.

Essas pretensões levaram-me à construção das seguintes hipóteses: i) a interação entre as atividades desenvolvidas pelas famílias no estabelecimento agrícola e na vila Santa Fé viabiliza a continuidade das mesmas enquanto agricultoras nas áreas circundantes, criando relação de interdependência entre esses dois ambientes e; ii) a existência da vila vem influenciando diretamente na reprodução social dessas famílias por diminuir a dependência delas em relação à cidade de Marabá, tendo em vista que neste espaço são estabelecidos diversos tipos de relações (tais como comerciais, de trabalho, sociais, acesso a serviços públicos) que oportunizam aos agricultores o acesso aos mais diversos tipos de recursos (públicos e privados).

Historicamente os núcleos de povoamento- incluindo as vilas- são citados como um local onipresente no meio rural, sendo comum encontrar sua citação e até mesmo descrição em trabalhos sobre sociedades rurais. Apesar de serem referenciados na maioria dos estudos que falam sobre o universo agrário brasileiro, assim como no debate sobre o desenvolvimento rural (e dentro dessa temática a formulação de políticas públicas), atualmente pouco se considera as diversas relações que possam existir entre os agricultores assentados e o mundo exterior ao estabelecimento agrícola, enfocando os agrupamentos humanos ao qual se integram a exemplo dos trabalhos publicados na década de 1970 por Cândido (1971), Queiroz (1973) e Mendras (1978).

Diante desse quadro geral, a compreensão sobre as influências das vilas na reprodução social das famílias assentadas, além de ser uma forma inovadora de abordar esse objeto, pode dar visibilidade às funções desempenhadas por esses espaços sociais e assim contribuir com as reflexões acerca das transformações que vem ocorrendo no espaço rural. Através da

investigação destas relações podem ser reveladas questões alheias no pensar e executar propostas de desenvolvimento para o município de Marabá e região, principalmente quando estas forem referidas à agricultura familiar.

O termo agricultura familiar é utilizado neste trabalho a partir da compreensão de Wanderley (2009b). De acordo com essa autora, o uso dessa categoria teórica em trabalhos acadêmicos é decorrente do processo de renovação da expressão camponês, como também de diversos outros, como pequeno produtor e trabalhador rural. No cenário brasileiro, questões de ordem político-ideológica impulsionaram ao longo dos anos, principalmente a partir da década de 1990, a ressemantização do termo camponês para agricultor familiar como forma de afirmação política das diversas categorias sociais que passaram a ser abrangidas por esse novo termo. Em vista disso, para essa autora, a agricultura familiar é uma categoria genérica que representa diversas situações de produção agrícola onde a família “ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo” (WANDERLEY, 2009b, p. 156). De acordo com a autora, essa categorização da diversidade de formas sociais de produção torna a agricultura camponesa uma forma particular de agricultura familiar.

Nessa perspectiva, os agricultores entrevistados que formam o quadro de pesquisa são vistos como agricultores familiares por se considerar o reconhecimento acadêmico (mas, não maniqueísta) dessa categoria de representação política. No texto são chamados de agricultores por ser assim que eles reconheciam-se durante as entrevistas. Todavia, conserva-se o termo camponês e pequeno produtor quando utilizados pelos autores referenciados nesse trabalho por se compreender que tal utilização situa o estudo dos autores numa determinada época e afiliação teórica.

A dissertação está estruturada em cinco seções: esta introdução onde estão contidos a apresentação do tema e os passos metodológicos utilizados para a coleta e sistematização dos dados que compuseram o universo empírico que embasou as reflexões.

Na segunda seção abordo os marcos referenciais norteadores da construção do pensamento analítico. Através da mobilização de alguns conceitos presentes nos estudos de Cândido (1971), Queiroz (1973, 1976), Wolf (1976, 2003), Mendras (1978), Velho (1979), Marx (1991), Costa e Rodrigues (1995), Raynaut (2004) e Hébette (2004), dentre outros autores, contextualizo a partir de suas perspectivas teóricas, alguns aspectos da reprodução social dos agricultores no âmbito de sua vivência em coletividades locais e das relações estabelecidas com a sociedade local e envolvente. Nessa mesma perspectiva, abordo brevemente sobre o surgimento de núcleos de povoamento no Brasil, centrando no cenário

amazônico e encerrando essa seção, contextualizo a formação do município de Marabá a partir da formação desses núcleos, demonstrando como a formação de vilas é inerente à formação da sociedade.

Partindo do debate teórico para então, adentrar o universo empírico, na terceira seção descrevo o contexto de criação e estruturação da vila Santa Fé. A partir de aspectos peculiares às famílias entrevistadas, na quarta seção descrevo as características da agricultura familiar que constitui a sociedade local no intento de aproximar o leitor da situação empírica observada. Ao longo da caracterização tanto da vila como espaço social, como das famílias que corroboram para a formação desse espaço, procurei abordar a configuração das relações sociais que regulam aquela sociedade.

Na quinta seção, com base no aporte teórico, problematizo e analiso as relações estabelecidas pelos agricultores no movimento entre a vila e o assentamento rural na intenção de compreender a influencia que a existência da vila Santa Fé tem na reprodução social dos agricultores familiares. Finalizando o trabalho, são feitas as considerações finais sobre os resultados obtidos através da construção da dissertação.

1.2 OS PASSOS DA PESQUISA

Na concepção de Oliveira (2000), o trabalho de pesquisa decorre da junção de atos cognitivos representados através e a partir da forma de olhar, ouvir e escrever do pesquisador. Diz o autor que:

Se o olhar e o ouvir constituem a nossa percepção da realidade focalizada na pesquisa empírica, o escrever passa a ser parte quase indissociável do nosso pensamento, uma vez que o ato de escrever é simultâneo ao ato de pensar. [...] é no processo de redação de um texto que nosso pensamento caminha, encontrando soluções que dificilmente aparecerão antes da textualização dos dados provenientes da observação sistemática (p. 32).

Esse autor discute, falando do trabalho do antropólogo, que é preciso “domesticar” teoricamente o olhar sobre o objeto e o ouvir em relação às informações, pois “seja qual for esse objeto, ele não escapa de ser apreendido pelo esquema conceitual da disciplina formadora de nossa maneira de ver a realidade” (OLIVEIRA, 2000, p. 19). As reflexões apresentadas por Oliveira (2000), mesmo feitas a partir de um campo disciplinar específico - a Antropologia - trazem aspectos importantes a serem considerados no processo de pesquisa. A

começar pela escolha do objeto científico a ser analisado, das categorias temáticas utilizadas em sua construção, dos instrumentos de pesquisa e da análise dos dados.

Em relação ao objeto científico, a compreensão da reprodução social da agricultura familiar enfocando a relação entre a vila e o assentamento rural é reconhecido como problema de pesquisa de acordo com o que sugere Lenoir (1998). Para o autor o reconhecimento de um problema no âmbito da pesquisa significa tornar visível uma situação particular que nesse caso, refere-se aos elementos importantes para a reprodução social dos agricultores.

Por isso, a construção do objeto proposto foi um processo que demandou ampla revisão bibliográfica para entender o contexto da região lócus da pesquisa e o tema em si. Para isso, foram mobilizadas literaturas sobre a região de Marabá, a exemplo dos trabalhos de Velho (1979; 1981), Hébette (2004) e Félix (2008).

Partindo da compreensão de que para identificar e compreender as funções que a vila possui na reprodução social das famílias assentadas seria necessário refletir sobre a configuração da sociedade local e a constituição do modo de vida no rural, buscou-se autores que discutissem sobre espaço rural¹⁰, reprodução social, modo de vida¹¹ e sobre vila¹². Desta forma, as abordagens apresentadas nos trabalhos de Cândido (1971), Queiroz (1973, 1976), Wolf (1976) e Mendras (1978) nortearam a construção da proposta teórico-metodológica. Do ponto de vista metodológico, com base nesses trabalhos foram elencados os pontos observados na pesquisa e nas análises, sendo ressaltado seu caráter subjetivo¹³. Dessa forma, para responder a questão norteadora do trabalho proposto foi investigado sobre:

- a) a história de vida das famílias (trajetórias e perspectivas?) para compreender os eventos que motivaram as famílias a tomar certas decisões (tipo local da moradia, tipo de atividades que desenvolvem, dentre outros).
- b) o surgimento e características da vila para verificar os “atrativos” que esta possui;
- c) o histórico da criação do (s) assentamentos (s) a serem estudados;
- d) as relações e os vínculos estabelecidos entre as famílias e a vila.

¹⁰ Foram consultados trabalhos de Veiga (2000; 2003), Wanderley (2001; 2009^a; 2009^b; 2009^c; 2009^d) e Carneiro (2002).

¹¹ Base nos trabalhos de Cândido (1971), Queiroz (1973), Costa e Rodrigues (1995), Geertz (1999), Raynaut (2004), Mourão (2007), Brumer e Anjos (2008)

¹² Cândido (1971), Velho (1979), Marx (1991), Conceição (2002) e Suzuki (2007).

¹³ Apesar de o aporte teórico estar calcado na antropologia, não se pretende construir o trabalho utilizando a etnografia, apesar de considerá-lo um método pertinente.

Em vista disso, um aspecto importante foi a utilização de procedimentos metodológicos que permitiram refletir sobre as modificações ocorridas no cenário da região de Marabá ao longo do seu contexto histórico para situar a proposta de pesquisa na problemática identificada e obter informações sobre o Sistema de Produção das famílias¹⁴, identificando as atividades econômicas e sociais desenvolvidas por elas nos mais distintos espaços de sociabilidade, enfocando os situados na vila.

Por isso, a construção do trabalho foi pautada em duas abordagens, uma *bibliográfica* (análise de textos que ampliem teoricamente a discussão da temática delineada) e outra *empírica* usando técnicas de pesquisa que permitiram conhecer as transformações sociais e espaciais ocorridas a partir das relações estabelecidas pelos assentados na vila.

1.2.1 Pesquisa de campo

A abordagem empírica no qual se baseou o trabalho proposto foi feita através de um estudo de caso. Lembrando Yin (1981 apud GIL, 2006), o estudo de caso é um estudo empírico que procura investigar pontos não claros na ocorrência de um dado fenômeno dentro do seu contexto. Apesar da discussão teórica, o estudo de caso pautado em pesquisa de campo enriquece o debate por fornecer elementos concretos do cotidiano dos agricultores familiares na construção do seu modo de vida, uma vez que a coleta de informações junto aos agricultores constitui uma válida fonte de dados.

Dessa forma, a pesquisa de campo consistiu na busca de informações junto às famílias assentadas, pessoas-chave e instituições pertinentes.

Em outubro de 2009 realizou-se pesquisa exploratória com o objetivo de recolher informações que pudessem ajudar na construção do objeto. Dessa forma, foi feita uma primeira conversa com o representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e com os técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura de Marabá (SEAGRI) através do qual foram obtidos dados sobre as vilas existentes no município e importantes documentos, como o Plano Diretor Municipal.

A partir dessa visita exploratória, programou-se a pesquisa de campo em duas etapas que aconteceram respectivamente nos períodos de 27 de abril a 04 de maio e de 15 de Agosto

¹⁴ No entanto, não foi feito trabalho aprofundado sobre o sistema de produção no sentido de investigar as práticas dos agricultores.

a 03 de Setembro de 2010. A primeira teve por objetivo a coleta de informações sobre o histórico de colonização da região da vila Santa Fé e características gerais para o conhecimento básico do lócus de estudo e a inserção no campo da pesquisa de forma a direcionar a etapa seguinte no processo de construção da dissertação. Já a segunda etapa, feita no segundo semestre teve por objetivo coletar informações mais precisas e focadas ao tema de estudo.

Para obter as informações necessárias para a construção desse trabalho, foram utilizados os seguintes instrumentos metodológicos:

a) Entrevistas

A entrevista é um instrumento utilizado na obtenção de informações não alcançáveis através da observação (OLIVEIRA, 2000). Dessa forma, foi necessária a realização de entrevista com pessoas-chave e com famílias assentadas. Pessoas-chave são consideradas aquelas que possam fornecer informações sobre as características gerais da vila e dos assentamentos, tais como o processo histórico de formação e os aspectos biofísicos, estruturais e socioeconômicos.

Ao longo da pesquisa foram entrevistadas pessoas-chave com objetivo de obter informações sobre a colonização da região e famílias agricultoras. As entrevistas feitas com os informantes-chaves foram abertas, sem roteiro previamente elaborado. Quando permitido pelos entrevistados, as conversas foram gravadas e em todas foram utilizados caderno de campo. Ao longo das conversas foram abordadas temáticas relativas a vinda da família para a região, forma de aquisição da área, atividades produtivas, acesso a serviços públicos e ao recurso de políticas e programas de governo. Na tabela 01 a seguir está especificada a quantidade de pessoas entrevistadas de acordo com sua função:

Tabela 01 Pessoas entrevistadas durante a pesquisa de campo

ITEM	FUNÇÃO	QT ENTREVISTAS
01	Morador antigo	13
02	Professoras antigas	04
03	Lideranças (presidentes de associações)	06
04	Administrador da vila	01
05	Enfermeira do Posto de saúde	01
06	Diretor de escola	01
07	Coordenador Pedagógico	01
TOTAL		27

Fonte: pesquisa de campo (2010)

Na segunda etapa da pesquisa, além de conversas com pessoas-chave foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com famílias agricultoras dos assentamentos, conforme especificado na tabela 02 a seguir:

Tabela 02 Número de famílias entrevistadas

ITEM	ÁREA	QT ENTREVISTAS
01	BOM JARDIM DA VOLTINHA	05
02	VOLTINHA DO ITACAIUNAS	04
03	MURAJUBA	04
04	TAMBORIL	08
05	DOURADA	05
06	JATOBÁ I	02
TOTAL		28

Fonte: pesquisa de campo (2010)

As entrevistas com famílias agricultoras foram também do tipo semi-estruturada (ver roteiros em Anexo A) como forma de garantir o direcionamento do tema, abordando questões indicativas sobre o sistema de produção, enfocando a história de vida das famílias (migração), as atividades desenvolvidas (agrícolas, não-agrícolas, comerciais, lazer), os espaços de sociabilidade, acesso a serviços públicos, dentre outros.

Para melhor entender as relações comerciais intermediadas pela existência da vila, foram entrevistados comerciantes locais, conforme descrito na tabela 03 a seguir:

Tabela 03 Número de comerciantes entrevistados

N	TIPO DE ESTABELECIMENTO	QT ENTREVISTAS
01	Farmácia	03
02	Usina	01
03	Mercado (secos e molhados)	05
04	Construção/Ferragem	01
05	Oficina	01
06	Borracharia	01
07	Confexão	02
08	Hotel	01
09	Padaria	01
10	Açougue	02
11	Posto de Combustível	01
12	Informática	01
13	Móveis e Eletrodomésticos	01
TOTAL		22

Fonte: pesquisa de campo (2010)

Além desses, foram entrevistados representantes de instituições que atuam na vila e nos assentamentos rurais estudados para contextualizar o processo de formação dos mesmos, bem como suas características e atuação das instituições. Foram entrevistadas também pessoas das Secretarias Municipais de Agricultura, Educação, Obras e Saúde; da prestadora

de serviço de Assistência Técnica, Social e Ambiental- ATES aos assentados; de associações de agricultores; e do sindicato de trabalhadores rurais.

b) Observação direta

Consistiu no acompanhamento de algumas atividades para coletar informações, como por exemplo, reuniões de associações, cerimônias religiosas, comercialização e compra de produtos, dentre outras. Essa técnica de coleta de dados permitiu que fosse observado como as pessoas interagem umas com as outras, o conteúdo e a forma dessa interação, de acordo como relatado por Becker (1997), e isso proporcionou a compreensão de alguns elementos do modo de vida das pessoas entrevistadas. De acordo com Becker (1997, p. 118),

[...] a observação dá acesso a uma ampla gama de dados, inclusive os tipos de dados cuja existência o investigador pode não ter previsto no momento em que começou a estudar, e, portanto é um método bem adequado aos propósitos do estudo de caso.

Seguindo as orientações de Geertz (1999) procurou-se observar a estrutura(s) social (ais) da qual fazem parte as famílias entrevistadas, tendo em vista que compreendendo a forma como estão organizados os indivíduos (ou grupos) e os sistemas sociais do qual fazem parte, conseguir-se-á identificar e compreender as interações estabelecidas entre os indivíduos intra e extra-grupo numa dada escala de observação. Lembrando que são privilegiadas as interações relacionadas a atividades referentes a vila.

1.2.2 O local de estudo

Diante da problemática apresentada e da opção pelo estudo de caso, selecionou-se a vila Santa Fé e os projetos de assentamentos próximos para ser o lócus da pesquisa, ambos localizados no município de Marabá. Esse município, distante a 485 Km da capital Belém, está situado na região Sudeste do estado do Pará, entre o limite dos municípios Itupiranga, Jacundá e Rondon do Pará ao norte, São Geraldo do Araguaia, Curionópolis, Parauapebas e São Félix do Xingu ao sul, Bom Jesus do Tocantins e São João do Araguaia ao Leste e Senador José Porfírio a Oeste.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui extensão territorial equivalente a 15.092,27 km² e população de 203.049 habitantes. A malha hidrográfica pertence a bacia dos rios Tocantins/Araguaia, destacando-se os rios Tocantins e Itacaiúnas, vias de acesso para os primeiros colonizadores da região.

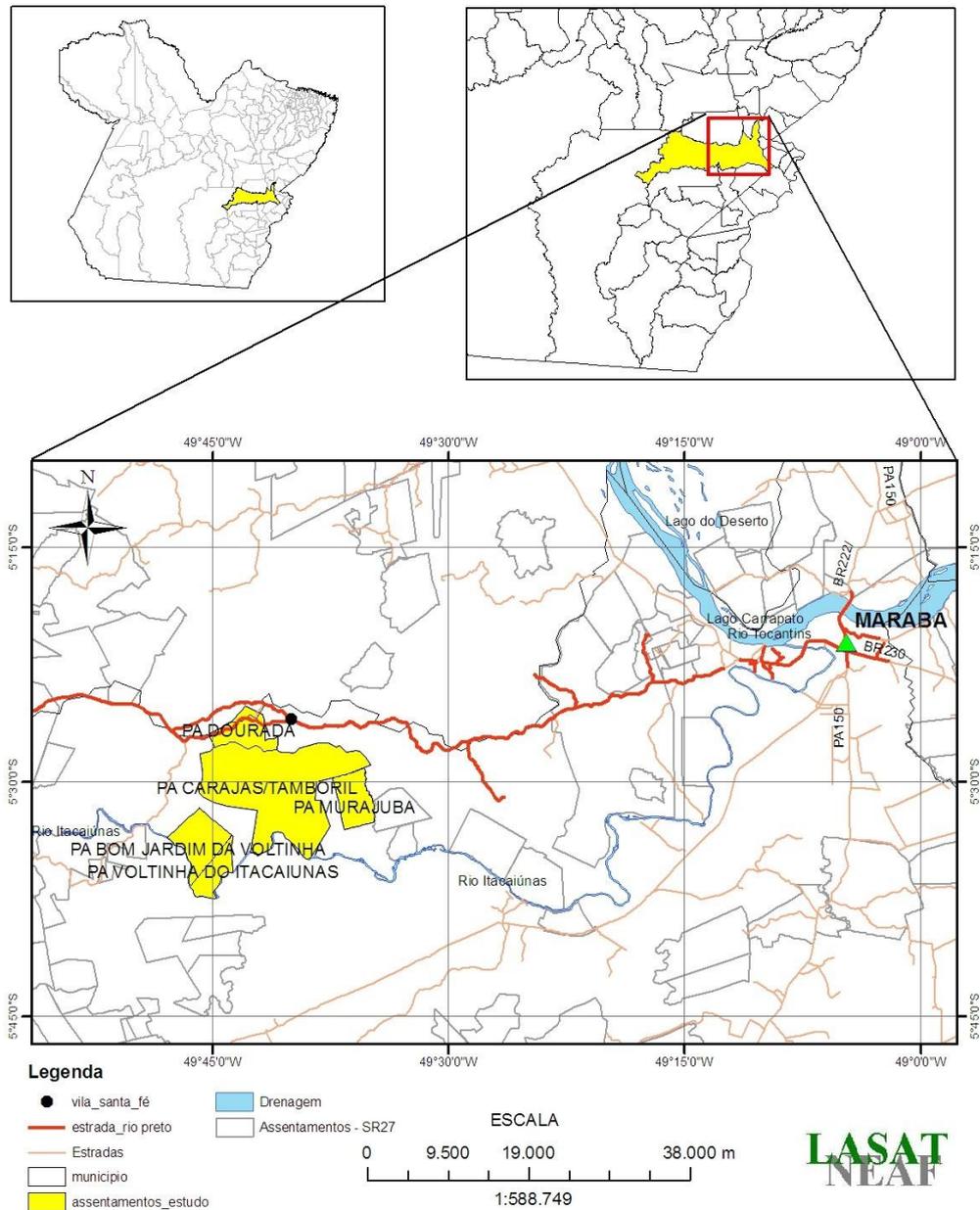
Do ponto de vista administrativo, esse município é dividido em zona urbana e zona rural. A zona urbana compreende os núcleos urbanos pertencentes à sede municipal. Já a zona rural abrange doze distritos e suas respectivas sedes, terra indígena e as áreas de proteção ambiental. Os distritos foram divididos em função da malha hidrográfica no município e englobam áreas de assentamentos de reforma agrária, de colonização antiga, fazendas, estradas e a sede, chamadas de vila (ver mapa em Anexo B).

De acordo com o apresentado no Plano Diretor Municipal (2006), a administração municipal reconhece a existência de doze vilas no zoneamento do município e do ponto de vista administrativo municipal, é atribuída a elas a função peculiar de sede distrital. De acordo com o plano essas vilas possuem um administrador (representante junto ao poder público municipal) indicado pelo prefeito municipal. Dentre essas, a vila Santa Fé e os assentamentos rurais do entorno foram selecionados como lócus da pesquisa proposta. Essa vila¹⁵ está situada dentro da área geográfica reconhecida pelos moradores locais e pela prefeitura como região do Rio Preto¹⁶, um distrito municipal do qual a vila Santa Fé é a sede.

A vila está localizada a 75 km da sede municipal e o acesso é feito através da rodovia Marabá-Rio Preto, de sentido geral SW. A localização geográfica da área de estudo pode ser visualizada no mapa 01, a seguir:

¹⁵ De acordo com os moradores locais, a vila Santa Fé e as áreas de fazenda e projetos de assentamentos próximos compõem a chamada região da Santa Fé, uma microrregião dentro da região do Rio Preto.

¹⁶ Compreende cinco distritos cujas sedes são as vilas Brejo do Meio, Santa Fé, Capistrano de Abreu, União e Trindade. Além das vilas, a região do Rio Preto é formada por áreas de fazendas, assentamentos rurais, jazidas de extração mineral.



MAPA 01 Localização da área de estudo

A escolha da vila Santa Fé deve-se ao fato deste núcleo de povoamento ter sido fundado em um período histórico marcado por diversos acontecimentos que influenciaram a dinâmica regional o que permite fazer o resgate histórico de diferentes períodos pelos quais a região passou: o final da colonização oficial, a febre do garimpo, a expansão das áreas de ocupação, o aumento dos conflitos, a criação de assentamentos. A área do entorno é formada por área de colonização antiga próximas à estrada, projetos de assentamento e fazendas.

Desta forma, foram entrevistados agricultores familiares da comunidade Jatobá I, situada na área de colonização antiga e agricultores assentados. Os projetos de assentamentos rurais no entorno da vila Santa Fé são: Tamboril, Voltinha do Itacaiúnas, Bom Jardim da Voltinha e Murajuba. O PA Tamboril foi criado em 1988 através da regularização fundiária da Gleba Carajás, tendo capacidade de suporte de 537 famílias, enquanto o PA Voltinha do Itacaiúnas foi criado em 1999 na área da Gleba Carajás, parte II, comportando 32 famílias. Os outros dois assentamentos foram criados em 1999 a partir da desapropriação de fazendas, comportando 84 e 88 famílias respectivamente.

2. REPRODUÇÃO SOCIAL, AGRICULTORES E NÚCLEOS DE POVOAMENTO: A FORMAÇÃO DE ESPAÇOS SOCIAIS E A (RE) CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES

Neste segmento são tratados alguns elementos teóricos pertinentes para a reflexão sobre o significado dos núcleos de povoamento e sua importância no contexto de uma região dinâmica como Marabá. Como o trabalho enfoca a influência destes núcleos nas estratégias de reprodução social dos agricultores familiares, primeiro é feita breve discussão sobre o que se tem compreendido por reprodução social ao longo da delimitação do objeto de análise e da construção desse trabalho.

Na subseção seguinte, apoiando-se no aporte teórico de estudos sobre o campesinato no contexto internacional e nacional, são alçados componentes peculiares ao modo de vida dos agricultores no que diz respeito à formação da sociedade local e seu envolvimento com a sociedade envolvente, apontando aspectos de ligação entre os agricultores e o mundo exterior à comunidade da qual fazem parte. Nesse sentido, povoados, vilarejos e cidades são abordados pelos autores como elementos importantes na provisão de bens e serviços necessários para a reprodução social dos grupos sociais locais.

Em seguida, é feita breve abordagem histórica sobre a formação dos aglomerados humanos no cenário brasileiro e na região de Marabá no intento de contextualizar o objeto de estudo em nível macro, enfocando o processo de ocupação da região lócus do estudo e a formação dos núcleos de povoamento, demonstrando que esses não apenas nascem no espaço rural, em meio a processos de transformação do contexto social, como também estão na sua gênese e na sua edificação.

2.1 A REPRODUÇÃO SOCIAL COMO CATEGORIA DE ANÁLISE

Temáticas referentes à reprodução social dos agricultores familiares têm sido recorrentes nos debates que permeiam o Desenvolvimento Rural através dos mais diversos recortes e campos disciplinares, principalmente quando se busca compreender aspectos da forma de resistência dos agricultores familiares enquanto categoria social, modos de vida e os impactos de políticas públicas enquanto formas de intervenção estatal. Na análise de Brumer e Anjos, “de forma geral, os estudos sobre reprodução social preocupam-se com as formas pelas

quais se dá a continuidade de estruturas, práticas e instituições sociais de produção” (BRUMER; ANJOS, 2008, p. 08).

Do ponto de vista conceitual, Raynaut (2004) discute reprodução como “processo dinâmico de perpetuação de uma entidade coletiva” (p. 84), processo este construído através de diversas lógicas específicas que geram um movimento global através do qual um sistema social é reproduzido e por isso ressalta que reprodução não significa repetição. Esse autor formula e debate o conceito de reprodução (global) ao questionar as abordagens utilizadas nas análises e planejamento de ações de intervenção e direciona a construção de seu texto no intento de mostrar que as sociedades camponesas apresentam dinâmicas internas pautadas em lógicas que direcionam estratégias de reprodução arquitetadas pelas populações locais.

Para esse autor o processo global de reprodução é expressado através da interconexão de três campos lógicos particulares e inerentes a esse processo: a) reprodução social: “é o campo onde se ordenam as relações sociais, onde se organizam as instituições e onde se confrontam as estratégias particulares” (RAYNAUT, 2004, p. 84); b) reprodução material: “é o campo onde se combinam os fenômenos que formam a sustentação material do sistema social” (RAYNAUT, 2004, p. 84); e c) reprodução demográfica: “corresponde ao domínio onde se articulam os fenômenos através das quais populações se perpetuam enquanto entidade demográfica” (RAYNAUT, 2004, p. 84).

Os campos são definidos a partir de lógicas específicas construídas e ordenadas em função de uma finalidade específica vista como projeto. Tais lógicas são materializadas através de ações estratégicas desenvolvidas nos três campos de reprodução e podem ser concorrentes ou contraditórias. Embora as lógicas possam ser analisadas separadamente nenhuma deve ser considerada isoladamente, “já que são inseparáveis umas das outras e todas contribuem para a reprodução geral da sociedade” (RAYNAUT, 2004, p. 84).

Na abordagem sobre processos de mudanças de sistemas sociais, Raynaut (2004) discute ainda que além dessas três lógicas endógenas ao sistema podem existir lógicas externas que podem interferir ou desencadear processos de mudança no sistema social. Por isso, no processo de reprodução ocorre a articulação entre dinâmicas internas e fatores externos formando um movimento geral de interações entre os diversos campos¹⁷.

¹⁷ Através desse debate, o autor contrapõe a idéia de ação e reação comumente utilizada na análise de ações externas de intervenção. Na medida em que se percebe as sociedades como complexas, é indispensável no estudo das mesmas, a análise das lógicas que movem os processos de formação e mudança dos sistemas sociais. Em vista disso a reprodução social é também definida através das reproduções material e demográfica.

Outro estudo que contribui para a compreensão da reprodução social é o trabalho elaborado por Costa e Rodrigues (1995). Em seu texto, estas autoras discutem a definição de estratégia de reprodução e sobrevivência a partir do estudo com moradores da periferia de Luanda e Maputo, capitais de Angola e Moçambique respectivamente. Suas análises, mesmo sendo feitas a partir de um contexto diferenciado, trazem elementos importantes para os estudos sobre reprodução social. Na definição dessas autoras as estratégias de sobrevivência e reprodução

[...] são um conjunto de lógicas e práticas articulando o tradicional e o moderno, resultantes das transformações e readaptações das sociedades a novos contextos, centradas na família como grupo de organização e gestão das mesmas e implicando uma dispersão de recursos, actividades e redes de relações. (COSTA; RODRIGUES, 1995, p. 117).

Do ponto de vista teórico, embasadas pelas reflexões de Bourdieu (1972), as autoras partem do princípio que as estratégias de reprodução estão relacionadas ao *habitus* e ao inédito, sendo o *habitus* o gerador de práticas que por sua vez reproduzem estruturas que o modelam (BOURDIEU, 1972 apud COSTA; RODRIGUES, 1995). Ao final de suas análises, as autoras concluem que

Para sobreviverem e para se reproduzirem socialmente, em situação de crise económica e social, as famílias tem de diversificar as suas fontes de rendimento e as suas redes de solidariedade. Por isso, não só dispersaram os diferentes membros por diferentes actividades produtivas, como, o facto de estas se desenvolverem em espaços diferentes (geográficos e não só), possibilita a inserção em diferentes redes sociais (e/ou o facto de estarem inseridos em redes sociais diferentes permite o acesso a fonte de rendimentos diversificadas). Simultaneamente, existem alguns elementos “pivot”, (itinerantes) que circulam em alguns destes diferentes espaços, inserindo-se em diferentes redes, estabelecendo os elos de ligação indispensáveis e alguns níveis de coordenação, entre o conjunto e o complexo destas relações e actividades económicas. Mas essa dispersão é uma ameaça constante à coesão do grupo, pois os núcleos dispersos podem autonomizar-se, e por isso essas estratégias são, na sua própria essência, estratégias de riscos. (COSTA; RODRIGUES, 1995, p. 122, grifo nosso).

Para as autoras essas estratégias são consideradas de risco porque apesar de possibilitarem a reprodução das famílias, podem contribuir para sua desagregação. A partir dos elementos trazidos nas reflexões de Costa e Rodrigues (1995) sobre a situação africana, observa-se que no meio rural, assim como no contexto analisado por elas, as estratégias desenhadas pelas famílias agricultoras ao longo de sua trajetória representam as transformações que vão ocorrendo não apenas internamente ao grupo familiar e no contexto rural local, mas também podem ser expressões de transformações no sistema social local,

tendo em vista que estas transformações expressam formas objetivas das mudanças subjetivas da sociedade.

Na compreensão de reprodução social, as idéias defendidas por Costa e Rodrigues (1995) e por Raynaut (2004) são bases pertinentes para utilização de tal categoria teórica. Em estudos brasileiros, o uso da expressão reprodução ganhou um novo termo: o social. Os autores brasileiros têm utilizado o termo reprodução social de forma similar ao termo reprodução global a que se referem Costa e Rodrigues (1995) e Raynaut (2004).

Nessa mesma perspectiva, com base nesses autores, neste trabalho a categoria reprodução social é utilizada para designar processos através dos quais as famílias se organizam para viabilizar condições de sua sustentação enquanto grupo (e dos membros individuais) diante de seus projetos e da sua situação social. Logo, qualquer ação realizada pelas famílias agricultoras são formas objetivadas das interpretações que estas fazem da situação vivenciada e dos recursos disponíveis, condicionando muitas vezes processos que conformam a estrutura e os sistemas sociais do qual fazem parte.

Partindo dessa abordagem sobre o tema reprodução social, a seguir discuto algumas categorias temáticas recorrentes nesse trabalho, enfocando os trabalhos acadêmicos que estão sendo utilizados na construção dessa dissertação.

2.2 TECENDO RELAÇÕES: A REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR VISTA ATRAVÉS DAS INTERAÇÕES SOCIAIS COM O EXTERIOR

Não é de hoje que os agricultores, vistos como familiares ou como camponeses, e a sociedade onde vivem são objeto de estudo em pesquisas dos mais diversos ramos científicos. E durante muitos anos, o termo camponês fora utilizado para representar uma categoria social vista como isolada e atrasada diante do processo de industrialização.

No entanto, muitos trabalhos têm demonstrado que o isolamento do camponês é uma ilusão (QUEIROZ, 1973)¹⁸. Falando do campesinato brasileiro até a década de 1960, esta autora afirmara que os agricultores estão em constante circulação dentro do município onde vivem e também em outros estados, de acordo com a necessidade (QUEIROZ, 1973). Como

¹⁸ Para essa autora o “camponês é um trabalhador rural cujo produto se destina primordialmente ao sustento da própria família, podendo vender ou não o excedente da colheita, deduzida a parte do aluguel da terra quando não é o proprietário; devido ao destino da produção, é ele sempre policultor (QUEIROZ, 1973, p. 29).

aponta a autora, as relações estabelecidas com os núcleos de povoamento, quer sejam os povoados, as vilas e as cidades, estão na definição do modo de vida desses agricultores, seja pelo estabelecimento de relações mercantis, como também pela realização de atividades religiosas e festas.

Nessa mesma perspectiva, mas agora no contexto internacional, o antropólogo americano Eric Wolf em seu livro intitulado “Sociedades Camponesas” (republicado em 1976) caracterizou o camponês como aquele que não era nem primitivo nem moderno, habitante da parte subdesenvolvida do mundo, demonstrando que “o mundo camponês não é amorfo, mas ordenado, possuindo suas formas particulares de organização [...] que variam de um ambiente camponês para outro” (WOLF, 1976, prefácio).

Ao tratar do ponto de vista antropológico de aspectos do campesinato, Wolf (1976) observou que nos mais diversos lugares do mundo as famílias camponesas durante sua trajetória defrontam-se com as mais diversas situações que desafiam sua existência enquanto grupo social, porém mediante as pressões sofridas, elas buscam estratégias que viabilizem sua reprodução social, a exemplo dos arranjos familiares, regras de herança e relações de parentesco e vizinhança. Por isso, para esse autor, a reprodução destes depende da forma como ele rege os elementos externos, já que tem acesso a igreja, a cidade e ao Estado.

O autor dedica uma parte do seu livro para dizer que apesar de produzirem também para o auto-consumo familiar, os agricultores buscam bens e serviços complementares através de relações com o mundo fora da agricultura. Afirma Wolf que:

O camponês não está ligado somente à agricultura. A agricultura poderá produzir as calorias de que um homem necessita, mas ele tem também de se vestir, construir casa, fazer recipientes e manufaturar os instrumentos necessários à agricultura. [...] devemos atentar para as maneiras pelas quais o campesinato adquire bens e serviços necessários não-produzidos por ele e que são complementares à sua produção. Estes padrões são obviamente uma função da divisão do trabalho dentro de uma sociedade mais ampla, e os mecanismos específicos que asseguram a troca dos frutos do cultivo com outras habilidades estão conseqüentemente ligados à escala e objetivos da divisão de trabalho da sociedade envolvente (1976, p. 59 e 60, grifo nosso).

A provisão de bens e serviços complementares é discutida por Wolf (1976) como fator fundamental da relação dos camponeses com o exterior de sua comunidade. Esse exterior pode ser considerado tanto o social, através do relacionamento com outros grupos, como também do ponto de vista geográfico, uma vez que podem significar outros locais além da aldeia. Segundo Wolf (1976), essas relações são estabelecidas através de intercâmbio econômico e cultural e podem ser de diversos tipos, tais como comércio, casamentos, guerras e rituais religiosos.

Partindo de exemplos de aldeias indianas, o autor cita que a divisão do trabalho ao permitir a provisão desses bens e serviços, favorece a convivência entre diferentes grupos sociais dos mais variados ofícios através do estabelecimento de sistemas de serviços e de troca (WOLF, 1976).

Nessa mesma perspectiva, Mendras lançou em 1978 o livro também intitulado “Sociedades Camponesas”, detendo-se ao estudo de camponeses da Europa Ocidental. Na análise feita nesse livro é importante considerar a caracterização que o autor faz das aldeias e coletividades locais. Mendras (1978) define aldeia como “uma aglomeração compacta de uma ou várias centenas de casas”, em oposição a burgo, tido “como pequena cidade, cabeça de cantão, centro administrativo e comercial” (MENDRAS, 1978, p. 33). Embasado na caracterização de Redfield (1941), Mendras (1978) considera, assim como Wolf (1976), o camponês como o intermediário entre o selvagem e o agricultor que vive, respectivamente, em coletividade restrita e coletividade local sem autonomia. Ele diferencia a sociedade camponesa dessas outras duas por esta apresentar de forma geral, dentre outros aspectos:

1. Autonomia relativa das coletividades camponesas frente a sociedade envolvente [...].
2. Importância estrutural dos grupos domésticos na organização da vida econômica e da vida social da coletividade.
3. Um sistema econômico de autarcia relativa, que não distingue consumo e produção e que tem relações com a economia envolvente.
4. Uma coletividade local caracterizada por relações de interconhecimento e de relações débeis com as coletividades circunzinhas.
5. A função decisiva do papel de mediação dos notáveis entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente. (MENDRAS, 1978, p. 14 e 15.)

Esse autor reitera ao longo do seu trabalho que o camponês está imerso em uma sociedade local, mas mantém ao mesmo tempo contato com a sociedade envolvente. Ele utiliza o termo coletividades locais - ou ainda aldeia - para designar “toda localidade de povoamento organizado” (MENDRAS, 1978, p.86) e por isso o diferencia do termo comunidade o qual utiliza para caracterizar as coletividades com traços comunitários. Segundo Mendras (1978, p. 87)

[...] uma aldeia ou uma coletividade pode ser caracterizada por sua organização mais ou menos individualista, mas ou menos comunitária, mas, em todos esses casos, a dimensão do grupo social e o tipo de relações que nele reina podem ser caracterizados pelo termo interconhecimento, que assinala uma forma particular de organização da sociabilidade.

Nesse sentido, as coletividades locais são definidas também pelo conjunto de relações sociais estruturadas através de uma relação bilateral de conhecimento, que grosso modo significa uma sociedade onde os indivíduos conhecem-se. O traço do interconhecimento é

visto como definidor não apenas de relações sociais, mas também como estruturante de processos desencadeados por essas relações, tais como o fortalecimento de determinada religião ou comercialização de dado produto.

Assim, as relações sociais são vistas por Mendras (1978), Queiroz (1976) e Wolf (1976) como condição de existência do campesinato uma vez que todo indivíduo deve se relacionar com outros, seja para prover bens e serviços, seja para gerar e regular a ordem e regras sociais do grupo e da sociedade da qual fazem parte.

Wolf (1976) discute que essas relações são possíveis através das alianças estabelecidas pelos camponeses a fim de alcançar determinados objetivos. Essas alianças são o que o autor chama de coalizões camponesas e estão relacionadas à emergência de laços vinculados à manutenção de relações em prol de interesses específicos. Wolf (1976) distingue as coalizões de acordo com três critérios:

- a) “a partir do grau no qual são formadas as coalizões entre as pessoas que compartilham muitos interesses ou entre pessoas ligadas por um único interesse” (WOLF, 1976, p. 113);
- b) “o número de pessoas envolvidas na coalizão” (WOLF, 1976, p. 113); e
- c) “o grau na qual são formadas as coalizões” (WOLF, 1976, p. 113), considerando a posição social dos participantes.

A partir desses critérios, o autor classifica os tipos de coalizões. De acordo com Wolf (1976), as coalizões unilineares são alianças flexíveis que podem surgir e ser utilizadas para alcançar um único interesse predominante, sem comprometer os participantes a outras situações. Já as multilineares são organizadas a partir do entrelaçamento de muitos laços que se sustentam mutuamente.

Quanto ao número de pessoas envolvidas, podem ser “*diádica* quando envolvem duas pessoas ou dois grupos de pessoas, ou *poliádica* quando envolve muitas pessoas ou grupos de pessoas” (WOLF, 1976, p. 113, destaque do autor). Quando envolve indivíduos de uma mesma posição social, a coalizão é chamada de horizontal, mas quando envolve pessoas de posições diferentes é chamada de vertical.

Essas coalizões podem ser encontradas a partir dos mais diversos arranjos e combinações entre si. Segundo Wolf (1976), “sob cada uma dessas condições ou sob todas elas juntas, os camponeses têm a possibilidade de se encontrar em diferentes contextos sociais, lidando com diferentes indivíduos, engajados em diferentes atividades, estas por sua vez, dirigidas a fins diversos” (WOLF, 1976, p. 113).

Dessa forma, as interações sociais possibilitam o desenho de relações justapostas a diversos elementos que configuram formas de regulação social e de manutenção da sociedade

local. Esse aspecto foi também abordado no cenário brasileiro, através de estudos como o de Cândido (1971) e de Queiroz (1973), desenvolvidos entre as décadas de 1940 e 1960. Esses autores realizaram importantes trabalhos etnográficos sobre a sociedade rural de bairros rurais¹⁹ paulista, abordando como aquela sociedade vinha adaptando-se às transformações sociais e econômicas que aconteciam em São Paulo naquela época. Descrevendo aspectos culturais e da sociabilidade dos moradores desses bairros, os autores refletiram sobre a vida social desse agrupamento diante da necessidade de ajustamento de velhos padrões sociais mediante o novo contexto da sociedade.

Já Heredia (1979), numa abordagem etnográfica diferente, contribui com esse debate através de sua análise sobre a organização interna de unidades de produção e das estratégias de acesso a terra, mostrando que o agricultor e sua família buscam atender às necessidades do grupo doméstico e prover sua permanência na terra enquanto seu lugar de morada, trabalho e existência enquanto grupo social. Um dos aspectos trazidos pela autora é a participação dos agricultores na feira da cidade e isso é visto por ela como forma de interação dos mesmos com a sociedade envolvente através do sistema de trocas mercantis.

As relações econômicas tal como são abordadas nos trabalhos de Wolf (1976), Mendras (1978) e Heredia (1979) apontam que uma das condições de existência das sociedades camponesas é a inserção em sistemas econômicos. Para Karl Polanyi (1980) os sistemas econômicos são inerentes à existência da sociedade, pois nenhuma se manteria enquanto tal sem que possuísse algum tipo de economia²⁰. Em sua leitura sobre as leis que governam a economia de mercado, esse autor percebe os sistemas econômicos como formas de integração social. Nesse sentido, reitera as contribuições de pesquisas históricas e antropológicas de sociedades primitivas para a compreensão de sistemas econômicos uma vez que estas reafirmaram que “a economia do homem está submersa em suas relações sociais” (POLANYI, 1980, p. 65), uma vez que o “o homem valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos” (POLANYI, 1980, p. 65).

¹⁹ Antonio Cândido compreende bairro rural como “uma porção do território subordinado a uma povoação, onde se encontram grupos de casas afastadas do núcleo do povoado, e umas das outras, em distâncias variáveis” (CÂNDIDO, 1971, p. 63).

²⁰ Apesar dessa concepção econômica, o autor contrapõe a visão de Adam Smith sobre a predileção do homem desde quando primitivo por ocupações lucrativas. A crítica de Polanyi refere-se ao fato da teoria de Smith ter dado visibilidade à esfera econômica em detrimento de outras dimensões que também são fundamentais na compreensão do homem “não-civilizado” e “civilizado”. Suas reflexões influenciaram trabalhos na vertente da antropologia econômica. Referências de Smith em Polanyi (1980).

Polanyi (1980) considera que um traço forte das sociedades primitivas é a existência de relações econômicas que não são mercantis, mas sim baseadas em trocas materiais e simbólicas. Nessas sociedades, a ordem na produção e distribuição é fundamentada nos princípios da reciprocidade e da distribuição. A reciprocidade é vista como ato de ajuda mútua fomentada pelo sentimento de solidariedade e da sociabilidade, enquanto a distribuição é a forma de partilha da produção através de alguma medida de centralização (POLANYI, 1980). Essas características tornam o sistema econômico resultante das interações entre os indivíduos e por isso é “mera função da organização social” (POLANYI, 1980, p. 69).

No mesmo sentido apresentado por Polanyi (1980), a reciprocidade é vista por Sabourin (2009) como uma das características das sociedades camponesas. Como base em Mauss (1924)²¹, este autor compreende a reciprocidade como “a dinâmica de reprodução de prestações, geradoras de vínculo social” (SABOURIN, 2009, p. 51), envolvendo valores éticos e mutualismo nas relações sociais estabelecidas²².

Sabourin (2009) identificou que em comunidades nordestinas, as relações econômicas são permeadas por diversas formas de dádivas²³ e por laços de parentescos. Nessas comunidades, a lógica da reciprocidade marca uma parte importante do processo de produção, como manejo dos recursos e dos fatores de produção. Através dessa lógica, são fortalecidos e ampliados laços sociais por meio da redistribuição ou do compartilhamento de recursos.

Além das relações econômicas, nos estudos de Cândido (1971), Queiroz (1973), Heredia (1979) as relações de trabalho, relações de vizinhança, organização social, o lazer, a aproximação de serviços públicos considerados básicos são exemplos de elementos que compõe o modo de vida. Esses elementos ganham diversas roupagens conforme a situação social.

A necessidade de relacionar-se com pessoas que não pertençam ao núcleo familiar, a troca de produtos, a participação política e a sociabilidade religiosa, como expressado por Cândido (1971), Comerford (1999)²⁴ e Hébette, Alves e Quintela (2002) são exemplos que expressam o cunho sociativo do ser humano. Todavia, essas formas de expressão não são estáticas e tão pouco podem ser generalizadas nas análises dos diferentes grupos sociais. Pode

²¹ Referência em Sabourin (2009).

²² Sabourin (2009) discute reciprocidade apropriando-se dos trabalhos de Mauss (1924), Polanyi (1980), Temple (1995, 1997, 1998) e Chabal (2006). Ver referências em Sabourin (2009).

²³ Sobre dádiva, consultar Sabourin (2009).

²⁴ Com a base empírica de resultados de pesquisas realizadas entre 1990 e 1998 em Assentamentos Rurais dos Estados de Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro, o autor analisa o universo simbólico submergido na construção das relações sociais estabelecidas no seio dessa categoria, através de uma leitura antropológica sobre elementos do cotidiano dos trabalhadores rurais e suas organizações.

ser que se repitam ao longo do tempo, mas pode ser que ocorram de forma diferente, exprimindo fatores que contextualizam situações diversas e heterogêneas que ganham forma diante de sua conjuntura interna e externa.

Saindo dos limites do estabelecimento agrícola, as relações de vizinhança e de parentesco são aspectos também determinantes na reprodução social e na constituição da vida social, como apontam Cândido (1971) e Hébette, Alves e Quintela (2002) e Hébette (2004). Além desses, outros aspectos têm sido recorrentes na relação das famílias com o exterior, uma vez que elas realizam atividades das mais diversas naturezas e nos mais diversos ambientes. O trabalho na terra, a compra e a venda de produtos, a participação em cerimônias e festas religiosas, o jogo de futebol, as relações de trabalho e diversos outros elementos são formas de apropriação do espaço físico que geram ao mesmo tempo em que expressam sistemas de relações sociais que constituem o modo de vida local.

Dessa forma, diante da literatura apresentada ao longo desse trabalho observa-se que os núcleos de povoamento adensado, a exemplo dos povoados e das vilas, são formados a partir da necessidade do estabelecimento de relações além do seio da família, dos limites do estabelecimento agrícola ou até mesmo da esfera local. Estes núcleos são ou não expandidos no âmbito das transformações contextuais que podem alterar não somente sua estrutura, como também suas funções na vida social dos habitantes a eles vinculados.

Não se trata de uma questão nova. O trabalho de Cândido (1971) reforça que existem diversas formas de sociabilidade que constituem o modo de vida classificado por ele como caipira, incluindo o estabelecimento de diferentes planos de relações externas ao grupo. Diz o autor:

O grupo, por mais afastado, coeso e suficiente a si mesmo, ligava-se, ainda que esporadicamente, ao centro provedor de sal, administração e ministério religioso; e, por meio dele, conservava sempre vivos, mesmo quando tênues, os ligamentos com a civilização (CANDIDO, 1971, p. 75).

De forma global, na atualidade autores como Wanderley (2001, 2009a, 2009b) e Carneiro (2002) acrescentam a esse debate reflexões acerca das mudanças que vêm ocorrendo no padrão de comportamento da sociedade global - e na sua reprodução social - enfocando que as mudanças globais repercutem na esfera social local, seja no ambiente rural ou urbano. As autoras analisam que a proximidade com funções tidas como urbanas, bem como a realização de atividades urbanas no cotidiano das famílias residentes em ambiente rural são elementos constitutivos da sociedade rural. Isso significa dizer que a existência dessa sociedade está condicionada a elementos caracterizados como urbano e vice-versa. Porém, o

mote desse debate é a forma e a intensidade como esses elementos são incorporados na formação e transformação da sociedade.

Essa questão já tinha sido sinalizada por Cândido (1971), Queiroz (1973, 1976), Conceição (2002) e Stropasolas (2006) que através de seus estudos, reforçam o caráter intersticial e a capacidade adaptativa dos agricultores às mudanças do meio social do qual fazem parte, tal como explicam Costa e Rodrigues (1997) e Raynaut (2001). Cândido (1971), citando Redfield (1941), parte da premissa de que o sistema de valores do camponês é coerente com os sistemas de valores das pessoas que vivem na cidade, o que torna a cultura camponesa uma “sociedade parcial dotada de cultura parcial” (REDFIELD, 1941, apud CÂNDIDO, 1971, p.22).

Esta análise é observada também nos estudos de Wolf (2003, p.121) que descrevendo os tipos de camponeses na América Latina, afirma: “os camponeses não são primitivos, isto é, a cultura do segmento camponês não pode ser entendida em termos dela mesma, mas como uma cultura parcial, relacionada com um todo maior”. Os autores acima citados reconhecem que a relação estabelecida entre os camponeses e os núcleos urbanos dos mais diversos tipos também promovem as dimensões de sua existência. Nesse aspecto, o que antes sugeria o antagonismo entre dois universos, agora demonstra a compatibilidade de ambos no que tange a interseção entre seus sistemas de valores e atividades cotidianas.

Por isso, na análise da reprodução social como aspecto da conformação do espaço rural, deve-se considerar que o grau da incorporação de valores considerados urbanos por parte da população que reside em meio rural, pode indicar processos de transformação pelo qual este vem passando. Isso não significa dizer que existe de forma generalizada um crescente processo de urbanização do campo, principalmente considerando as diversas realidades brasileiras. Todavia, este se torna um aspecto a ser considerado nas reflexões sobre o modo de vida dos agricultores na sociedade contemporânea, mesmo em regiões que não sejam metropolitanas.

Em estudos recentes, fatores como a mobilidade geográfica e social, apontados por Wanderley (2001), Florentino (2002) e Sauer (2003), representam as interações entre essas duas dimensões, reafirmando que nos processos recorrentes à construção dos assentamentos rurais e da condição de assentado, o trânsito entre os espaços rural e urbano representa não só as dinâmicas territoriais inerentes ao local, como também os elementos constitutivos do cotidiano das famílias assentadas e da população residente nos aglomerados existentes no espaço considerado rural.

Dessa forma, independente da continuidade [ou da descontinuidade] espacial, a relação entre o rural e urbano representa alternativas estratégicas de reprodução social das famílias agricultoras no sentido de ampliar o quadro de oportunidade das mesmas em busca dos elementos que julgam necessários para construir o cotidiano. Nesse movimento relacional, a configuração das coletividades locais torna-se ainda mais dinâmica, contudo, podendo estas coletividades perder sua autonomia frente a sociedade envolvente, quando, por exemplo, estreitam relações com o mercado externo.

Nessa perspectiva, falar do modo de vida dos que vivem no espaço rural é preciso, dentre outros aspectos, perceber a relação estabelecida entre os agricultores e os ambientes por onde circulam, considerando o acesso a bens e serviços como elementos da construção da cidadania diante do estilo de vida que a sociedade global vivencia.

Isso significa dizer que na construção do mundo rural são tecidas relações e processos que configuram e reconfiguram a vida no campo e, dessa forma, o espaço rural nas suas mais diversas faces. Por isso, essa pesquisa foi pautada na visão de que em meio ao contexto de transformações que vêm ocorrendo na região de Marabá ao longo do tempo, elementos da reprodução social das famílias agricultoras também foram transformados, estruturando as relações vivenciadas pelas famílias entre a vila e o projeto de assentamento.

2.3 COMPREENDENDO A CRIAÇÃO DOS NÚCLEOS DE POVOAMENTO: A FORMAÇÃO DE VILAS COMO ESTRATÉGIA DE ESTRUTURAÇÃO DE RELAÇÕES SOCIAIS E CENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS.

2.3.1 Abordagem histórica da formação dos núcleos de povoamento no cenário brasileiro

O surgimento de núcleos de povoamento no cenário brasileiro resulta da integração de uma série de variáveis, a exemplo dos processos de colonização, das características da estrutura fundiária da região e da necessidade de expansão do poder, como discutido nos trabalhos de Marx (1991), Reis (2006) e Suzuki (2007). Recorrendo à história das formações dessas estruturas no Brasil para compreender melhor a emergência de núcleos de povoamento na região de Marabá, percebe-se que essas formações, consideradas por Marx (1991) como

urbanas, emergem do meio rural e ali vão sendo transformadas e classificadas de acordo com suas características. Na perspectiva apresentada por Marx (1991), as vilas são compreendidas como áreas urbanizadas situadas no espaço rural e por isso, esses aglomerados são considerados por ele como núcleos urbanos. De acordo com esse autor e com a definição do IBGE (2000), as áreas urbanizadas são caracterizadas pela existência de construções, arruamentos e intensa ocupação humana. Na maioria dos casos, esses aglomerados são formados de forma espontânea²⁵ no processo de transformação do espaço rural. Suas dimensões em nível demográfico, populacional, organizacional, estrutural e econômica, bem como sua posição geográfica, são variáveis, demonstrando a diversidade desses aglomerados não apenas em termos de terminologia.

Para esse autor, na época do período colonial, tanto a formação desses núcleos quanto a definição de seus estágios hierárquicos era norteados pela relação Estado-Igreja. Isso é justificado pelo fato de que a institucionalização do tipo de núcleo urbano era preconizada pela oficialização do templo religioso católico. Dessa forma, seu reconhecimento perante o Estado e a Igreja Católica estava relacionado a dois aspectos fundamentais: a) a centralização do poder religioso num determinado local, através da construção da capela, da paróquia ou da Igreja matriz; e b) a estrutura fundiária: o parcelamento da terra no entorno do centro do poder (a capela).

Em vista disso, Marx (1991) considera que as formações urbanas brasileiras surgiram a partir da formação do patrimônio religioso. Os chefes religiosos cediam parcelas de terra que compunham a área pertencente a igreja aos interessados em tratar a terra, garantindo a subsistência comum tanto do morador quanto da manutenção do templo. Assim, áreas antes povoadas esparsamente passavam a ter formações mais adensadas a partir da ocupação de uma parte do território, sendo denominado povoado ou arraial.

A ascensão desses embriões urbanos para um nível hierárquico mais elevado diante do Estado/Igreja era determinada por seu estágio de urbanização²⁶. Dessa forma, a elevação do povoado ou do arraial à categoria de freguesia era determinada pela expansão ocupacional das glebas ao redor da capela, do adensamento populacional e, sobretudo, do erguimento de uma

²⁵ Sem planejamento prévio por parte do poder público, quer seja municipal, estadual ou federal, mas não de forma desordenada, uma vez que propõem ruas, praças, escolas, igrejas, sindicatos, espaços de lazer, dentre outros aspectos de infraestrutura.

²⁶ A urbanização é vista, de acordo com a definição de Palen (1971) define urbanização como processo através do qual regiões rurais são transformadas em regiões urbanas através da mudança na demografia (concentração da população) e na organização social (alteração na estrutura e nas funções).

igreja matriz como demonstrativo do reconhecimento da força religiosa e civil do aglomerado. Com a elevação de capela à paróquia, bem como o aumento e adensamento populacional e de riqueza, a população local pleiteava a elevação do nível hierárquico e a área ganhava autonomia político-administrativa diante da igreja e também do Estado, sendo transformado em município.

A povoação mais adensada, lugar central da freguesia, passava a concentrar o poder político-administrativo do município, representado pela existência da paróquia, da câmara de vereadores, cadeia e do pelourinho, recebendo o *status* de vila. Marx (1991) descreve que esse importante núcleo urbano tinha como características usuais o ajuntamento desigual e esparsa de casas ao redor do templo, traçado viário, além de determinada organização social e atividade mercantil²⁷.

A elevação do *status* de vila para o *status* de cidade ocorria conforme elevação do grau de sua importância no quadro estratégico do domínio português. Isso demonstra que a ocupação do território brasileiro teve as aglomerações urbanas como espaço fundamental na difusão do poder da coroa portuguesa, tendo em vista que nas vilas e nas cidades, estava situada a representação legal do poder da coroa e da igreja (MARX, 1991; SUZUKI, 2007).

Durante o período do Brasil Colonial, os centros urbanos, incluindo as vilas, eram formados para subsidiar a agricultura de exportação, sendo centros comerciais de venda de produtos extrativistas e agrícolas e de recebimento de produtos manufaturados, criando uma relação entre o rural e o urbano pautada na comercialização de produtos e na oferta de serviços que permitiam o funcionamento do sistema comercial (REIS, 2006).

No entanto, com as mudanças no sistema administrativo brasileiro após a proclamação da república, o termo vila passou a ser utilizado no sentido informal, deixando de ter significado administrativo²⁸. Aglomerados humanos situados ao longo das vias de comunicação dos municípios ou no interior do assentamento rural que poderiam ser considerados povoados ou arraiais na época colonial, hoje são chamados de vila de acordo com a denominação usada localmente por seus habitantes e também pelo poder público.

²⁷ Através do exemplo da inacabada Igreja Nossa Senhora do Rosário, em Sabará, MG, Marx (1991) descreve o processo de expansão dos núcleos urbanos: “E o terreiro em torno do rústico, mas amplo, a ser oferecido aos moradores próximos e aos vizinhos de longe que, nos domingos e festas, corriam para assistir aos serviços religiosos a que estavam obrigados, a comprar gêneros que necessitavam, a vender produtos de suas terras ou mãos, a se encontrar com gente mais próxima e com ela, quem sabe, promover algum evento social [...]” (MARX, 1991, p. 41 e 44).

²⁸ O termo vila é utilizado para fazer referência a uma diversidade de situações. Exemplificando, vila pode ser utilizada para dar nomes a bairros ou para designar um conjunto de casas construídas em um terreno comum.

Na definição feita pelo IBGE (2000), a vila referida neste trabalho insere-se na descrição do aglomerado rural do tipo povoado que, de acordo com a classificação oficial, é caracterizado pela existência de serviços para atender aos moradores do próprio aglomerado ou de áreas rurais próximas, existindo um número mínimo de serviços ou equipamentos.

Nesta definição as vilas, assim como as cidades, podem ter áreas urbanizadas ou não e sua população é considerada urbana, independente destas estarem situadas no espaço geograficamente considerado rural. Ao mesmo tempo, é considerada rural a população residente no entorno de áreas definidas como urbanas e em povoados mesmo que estes tenham as mesmas características das áreas consideradas urbanas. Por isso, um ponto que acirra a confusão na classificação dos núcleos de povoamento é a não conceituação pelo IBGE de vila e de cidade, apenas é feita referência a existência de áreas urbanizadas e não urbanizadas. Até que ponto diferenciam-se povoados e vilas? Além disso, nas definições oficiais essas áreas não são situadas num determinado espaço geográfico.

Talvez, as imprecisões derivadas dessas definições resultem da inexistência do conceito de aglomerado rural e vila. Todavia, apesar das falhas, do ponto de vista espacial, a definição oficial sugere a existência de áreas urbanas em zonas consideradas como rurais, considerando como urbana toda a sede de municípios e de distritos sejam quais forem suas características sociais e econômicas (IBGE, 2000; VEIGA, 2003). De acordo com a definição do IBGE, as sedes municipais são consideradas cidades, enquanto as sedes distritais são chamadas de vila. Em contraposição a definição oficial, Veiga (2003) avalia, a partir de seus estudos sobre os dados censitários, que as sedes dos municípios com menos de 50 mil habitantes são vilarejos (com exceção das que apresentam alta densidade demográfica), as sedes dos municípios com população entre 50 e 100 mil habitantes são consideradas vilas “rurbanas”²⁹ (VEIGA, 2003). O caráter meramente demográfico da análise de Veiga destoa as funções que estão intrínsecas à definição de cidade.

Assim, apesar dessas críticas, a centralização de bens e serviços é um aspecto que simboliza a função da vila e da cidade na organização do espaço e nas formas de acesso a serviços públicos e privados. Além disso, é importante considerar que as características espaciais da organização da vila enquanto núcleos de referência revelam as condições e a intersubjetividade da vida social local.

²⁹ Para o autor, a expressão “rurbano” retrata locais em processo de urbanização.

2.3.2 Abordagem histórica da formação de núcleos de povoamento na região amazônica

Na Amazônia brasileira, as missões jesuítas e as expedições que objetivavam a exploração dos recursos naturais como atividades econômicas, a exemplo das drogas dos sertões³⁰ e posteriormente o ciclo da borracha, são fatos estruturantes do povoamento dessa parte do Brasil. No período colonial, a ocupação das áreas era feita através das expedições que traziam escravos e da vinda de nordestinos retirantes por conta da seca no Nordeste. As migrações ocorriam geralmente através da malha hidrográfica da região amazônica onde geralmente eram formados os povoados que continham elementos estruturantes da vida das pessoas que para lá migravam, o que os tornavam local das relações comerciais e de escoamento da produção.

Alguns desses povoados tiveram formação pautada na necessidade de expansão do domínio português sobre o território brasileiro e, em geral, foram formados ao longo da rede fluvial como forma de viabilizar não apenas o escoamento dos produtos e o transporte, mas também sua proteção armada³¹.

A partir de meados do século XIX até início do século XX, a exploração da borracha definiu o surgimento e expansão de novas aglomerações humanas que eram desenvolvidas de acordo com a função hierárquica estabelecida na cadeia de comercialização desse produto. Manaus, no Amazonas e Belém, no Pará, passam a ser as metrópoles da Amazônia, atraindo os aspectos relacionados às cidades “civilizadas”, como a arquitetura moderna na época, construção de teatro e hotéis, expansão do comércio, dentre outros, simbolizando os avanços da urbanização da região norte do país. Todavia, Kampel, Câmara e Monteiro (2001) relatam que

Com a queda das exportações da borracha, em 1912, esta rede urbana se desestruturou. Muitas cidades se esvaziaram e a estagnação econômica promoveu o aparecimento de novas aglomerações a partir do êxodo rural das unidades produtoras de borracha. As aglomerações passaram a explorar recursos locais e reduzir as trocas de mercadorias entre elas, num processo de auto-organização. Este processo aliado à estagnação da economia regional explicam a relativa estabilidade da estrutura de povoamento nas décadas que se seguiram. Surgiram frentes de povoamento no domínio das savanas: criação de gado no Mato Grosso, vilas no

³⁰ Especiarias encontradas nas matas brasileiras e de grande valor no mercado europeu nos séculos XV, XVI e XII.

³¹ A formação cidade de Belém, capital do Estado do Pará, por exemplo, está diretamente ligada a construção do Forte do Presépio pela coroa portuguesa no início do século XVI para proteger a região amazônica da invasão estrangeira. A partir dessa mesma lógica são formadas cidades e povoados ribeirinhos principalmente no Estado do Acre, Amazonas e Pará.

Tocantins associadas à exploração mineral e no Maranhão vinculadas à cultura do arroz³².

Com o declínio da fase áurea desse ciclo econômico, outras frentes de migração sustentaram os núcleos de povoamento existentes e estimularam o surgimento e expansão de outros, principalmente a abertura da fronteira agrícola amazônica. A partir dos anos 60, as ações do Estado passam a ser as grandes motoras do fluxo migratório para a região amazônica e conseqüentemente para a expansão da rede urbana.

Hébette (2004) aponta que as ações estatais representam estratégias governamentais para sanar diversos problemas nacionais, em especial a concentração demográfica e crises econômicas no nordeste e centro-sul do Brasil. Dentre essas ações são citadas pelo autor, a construção de vias de comunicação, como ferrovias e rodovias, a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a implantação de grandes projetos a exemplo da construção de hidrelétricas em Rondônia, Tocantins e Pará e do projeto Jarí e de outros vinculados ao Programa Grande Carajás (PGC).

Na perspectiva apresentada por Becker (1995), a construção da rodovia Transamazônica concomitante à criação do Projeto de Integração Nacional (PIN) representa bem a estratégia do governo militar na década de 1970 em incentivar a migração de pessoas de áreas com alta concentração demográfica para áreas até, então, pouco habitadas³³. Um dos focos do Governo era a expansão da fronteira agrícola e para tal “componente fundamental dessa abertura foi a implantação dos grandes eixos rodoviários para estimular a mobilidade e a circulação de pessoas e mercadorias (HÉBETTE, 1989, p. 10).

Isso resultou não apenas na formação de novos núcleos, mas também na reconfiguração espacial do povoamento da Amazônia que passa a se caracterizar não mais pela predominância de cidades, vilas e povoados ribeirinhos, mas também por aglomerações à margem de estradas e ferrovias, como descreveram Kampel, Câmara e Monteiro (2001):

A disposição espacial do povoamento foi alterada pelos investimentos federais nas décadas que se seguiram. As estradas pioneiras passaram a ser atratoras dos fluxos migratórios dirigidos e espontâneos. À medida que as estradas pioneiras eram construídas em terra firme novas aglomerações foram surgindo, muitas já sob a forma de cidades. As aglomerações ribeirinhas foram marginalizadas, com exceção daquelas cortadas pelos novos eixos de circulação terrestre, e as capitais foram revigoradas pelo influxo migratório.³¹

Em alguns desses lugares, povoados, vilas e cidades foram planejados dentro dos projetos de colonização oficial, chamados de Projetos Integrados de Colonização (PIC), para

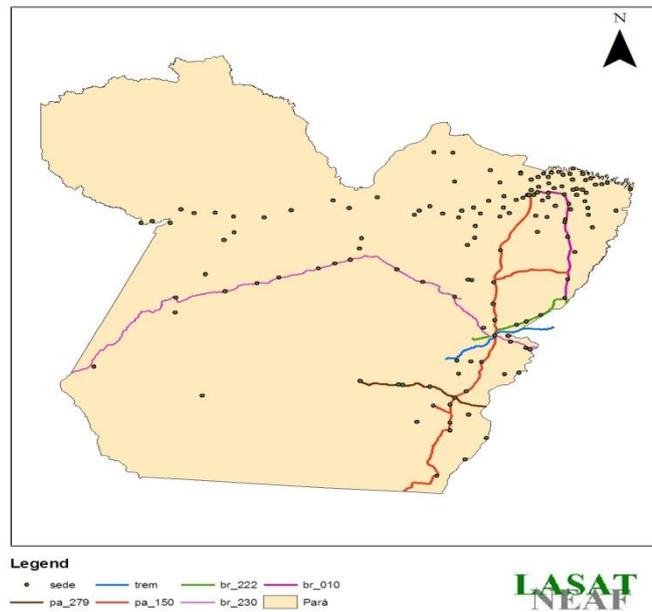
³² Texto não paginado.

³³ Para Becker (1995), a colonização da Amazônia no século XX é um fenômeno urbano, tendo em vista que a urbanização é vista por ela como alternativa do Estado frente aos problemas econômicos regionais.

serem formados e/ou expandidos ao longo das rodovias como locais de oferta a bens e serviços para os migrantes, como as cidades de Brasil Novo, Medicilândia, Uruará e Rurópolis, ambas situadas no sudoeste paraense. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se expandia a fronteira agrícola, formavam-se núcleos urbanos autônomos, mas conectados com as outras regiões brasileiras, facilitando o fluxo migratório.

Kampel, Câmara e Monteiro (2001) afirmam que na Amazônia, “em 1970, a população urbana correspondia a 35,5% da população total. Esta proporção aumentou para 44,6% em 1980, para 58% em 1991, 61% em 1996 e 70% em 2000” (KAMPEL; CÂMARA; MONTEIRO, 2001, s/n). De acordo com Girardi (2008), o fluxo migratório na Região Norte durante a década de 1980 foi mais expressiva nos estados do Pará e Rondônia. Esses dados refletem as ações governamentais de incentivo a ocupação e investimentos empresariais nessas unidades federativas, como citado anteriormente.

Nesse período, o Estado investiu na criação de novos municípios e isso fez com que povoados e vilas fossem transformados em sedes municipais e que outros núcleos de povoamento virassem sedes distritais em municípios cuja divisão territorial incluísse distritos. No geral, a atribuição do *status* de cidade, vila ou povoado aos núcleos de povoamento seguia o padrão estabelecido no período colonial, de acordo com fatores como localização do núcleo, geralmente relacionada a facilidade de acesso (vias de comunicação) e infraestrutura, associados à visão governamental sobre a dispersão dos recursos públicos, ao poder de mobilização local e pressão social sobre a criação de novos municípios e eleição de núcleos como sede administrativa. No mapa 02 a seguir, ilustra a localização das sedes municipais dispersas no estado do Pará:



MAPA 02 Localização das sedes municipais do Estado do Pará

Fonte: LASAT, 2010.

Através do mapa 02, nota-se a concentração das sedes municipais na região do nordeste paraense e no baixo-amazonas, regiões de ocupação mais antiga. Nesses casos, os núcleos estão situados às margens dos rios enquanto mais ao sudoeste, sudeste e sul do estado, estão situados às margens das rodovias.

Além das sedes municipais, existem ainda dezenas de vilas e povoados dispersos nos territórios geográficos municipais. Desde o período colonial, esses núcleos de povoamento têm desempenhado papel importante não apenas na configuração do espaço amazônico, mas também na viabilização dos modos de vidas das populações que compunham tal cenário. Conceição (2002) aponta que na região bragantina do nordeste paraense, os núcleos de povoamento como as vilas e as pequenas cidades não apenas tiveram relação direta na reprodução social dos agricultores familiares, como também representaram as mudanças impostas pela alta concentração demográfica derivada dos processos migratórios. A autora relata que “o crescimento demográfico foi fator de intensa interação rural-urbana, na medida em que os serviços, como saúde e educação, estiveram sediados e concentrados nas cidades” (CONCEIÇÃO, 2002, p. 156). Ela completa dizendo que naquela região, as médias cidades atraem os jovens pela proximidade ao meio rural, pela oferta de empregos, presença de comércio, serviços e instituições de ensino.

Conceição (2002) descreve que as mudanças sociais e econômicas ocorridas desde os anos 60 na região bragantina, fizeram com que determinados serviços viessem a ser uma necessidade cada vez mais indispensável, centralizando a oferta destes em pontos privilegiados. Somada a isso, a oferta de empregos diversificados não relacionados a atividades agropecuárias nas proximidades do meio rural foi fator marcante na expansão de vilas e cidades, interferindo na conformação do espaço rural.

Como será visto a seguir, na região de Marabá, as descrições feitas por Velho (1979) e Hébette (2004) assemelham-se com o caso da região bragantina no sentido de que os aglomerados humanos tiveram funções importantes na reprodução social do campesinato ali formado, como também na própria criação e expansão dos núcleos urbanos e no povoamento regional, tendo em vista que estes aglomerando foram ponto de apoio aos mais diversos migrantes que ali chegavam, fossem eles agricultores, garimpeiros, madeireiros, trabalhadores rurais e diversas outras categorias.

2.3.3 O processo de ocupação da Região de Marabá: uma leitura a partir da formação dos núcleos de povoamento

O povoamento da Região de Marabá é fruto de um intenso processo de ocupação que envolve índios, caboclos e migrantes concomitantes à exploração dos recursos naturais, principalmente a partir de 1890. Recentemente têm contribuído também de forma expressiva o processo de expansão da fronteira agrícola e a implantação de grandes projetos.

No período colonial, essa região fora habitada por grupos indígenas de diferentes nações e por europeus e religiosos que se arriscaram mata adentro ainda nos séculos XVII e XVIII por ocasião das expedições jesuítas, assim como acontecera em toda a Amazônia (IANNI, 1979). Porém, foi no final do século XIX que a ocupação humana passou a ser mais intensa, quando chegaram migrantes para investir na exploração de borracha e posteriormente na extração de diamante e castanha, iniciando o que Velho (1979; 1981) chamou de frente de expansão capitalista.

Até então, constam em relatos de Velho (1979), que os habitantes viviam de produtos extrativistas e da atividade agropecuária, alocando-se às margens dos rios e igarapés. O contato com os centros urbanos era feito via rede fluvial e a ocupação de terras passava por

conflitos com os indígenas. Como no início da exploração da borracha, as relações comerciais eram estabelecidas através do sistema de aviamento³⁴. Esse sistema viabilizava àqueles isolados dos chamados grandes centros, o acesso aos bens e produtos do qual necessitavam.

Em 1892 os migrantes começaram a alocar-se na região, seguindo a bacia do rio Tocantins para desenvolver o extrativismo e a pecuária. No final dessa década houve a instalação do Burgo Agrícola do Itacaiúnas (VELHO, 1981) a partir de um povoado cuja formação data do início do século XIX. Este núcleo localizava-se a beira do rio Itacaiúnas no até, então, município de Baião e começou a ser mais intensamente povoado por volta de 1898 principalmente por famílias goianas, formando um aglomerado que posteriormente passou a ter papel central no sistema econômico regional.

No burgo, núcleo de povoamento com fins comerciais, passou a funcionar uma casa comercial chamada Casa Marabá onde era negociada a borracha extraída pelos extrativistas circunvizinhos. Com o passar do tempo, outras barracões teriam sido construídos na confluência do Rio Tocantins com o Rio Itacaiúnas como local de armazenagem de materiais extrativos, significando importante ponto de atração de empregos e das atividades extrativistas (VELHO, 1981; PLANO DIRETOR DE MARABÁ, 2006). Por essas características, esse burgo tornou-se, ao passar do tempo, o maior centro de povoamento da região.

Para Velho (1981), esse período é marcado pela frente de expansão extrativista. Primeiro o ciclo da borracha, através da extração do látex da espécie nativa caucho (*Castilloa ulei*) e logo em seguida o ciclo da castanha movimentavam a economia e ocupação de novas áreas³⁵. A exploração de garimpos de diamante também movimentou a economia e atraíram migrantes. Velho (1981) e Emmi (1999) relatam que na década de 1920 a predominância de castanhais livres, bem como os garimpos, foi determinante na ocupação humana das áreas de mata longínquas do maior centro de povoamento, posteriormente chamado de Marabá. Essas atividades eram especialmente importantes nos interstícios de safras da castanha. Sem a coleta as pessoas se mantinham na região garimpando cristal de rocha e diamante.

³⁴ Segundo Emmi (1999), o sistema de aviamento em Marabá assemelhava-se ao praticado na exploração dos seringais em toda a Amazônia: os castanheiros, caucheiros e agricultores vendiam seus produtos aos comerciantes que circulavam pelos rios e mata através de uma troca desigual, nas palavras da autora, dos produtos pelas mercadorias. O pagamento era feita em gênero ao invés de dinheiro. Para mais detalhes ver Emmi (1999, p. 67-74).

³⁵ Essas ocupações nem sempre foram pacíficas e Félix (2008) menciona que os índios foram incluídos no ciclo da castanha tornando-se coletores. Era uma estratégia para amenizar os conflitos dos “donos” de castanhais e coletores de castanhas com os indígenas na disputa por terras pertencentes a esses municípios (FÉLIX, 2008).

Com o aumento da população e da produção de castanha, as áreas mais distantes demandavam barracão para armazenar e comercializar os produtos, abertura de estradas para escoação dos mesmos, além da oferta de serviços aos colonos. Parte dessa estrutura foi herdada da época da extração do caucho, mas nos castanhais a circulação livre de coletores possibilitou a implantação de entrepostos comerciais e povoações adensadas (EMMI, 1999).

Com isso, outros núcleos de povoamento foram surgindo a partir da expansão camponesa iniciada nos anos de 1950³⁶. Dissertando sobre o campesinato da fronteira amazônica, Velho (1979) afirma que a fronteira camponesa aberta no Pará e no Maranhão é caracterizada, em princípio, por uma expansão fluvial seguida pela expansão continental, ambas identificadas e descritas através das reflexões sobre a oposição beira-centro utilizada pelos camponeses para se referirem aos locais por onde transitavam.

Velho (1979) descreve que os moradores utilizavam o termo beira para se referirem aos locais situados as margens dos rios, onde predominava a pesca, o trabalho leve e o lazer. Eram os locais primeiramente habitados onde eram formados os povoados, vilas e cidades por facilitarem o transporte fluvial. Já centro fazia referência às áreas de roça e campos, onde predominava a agricultura, o trabalho pesado e o isolamento. Geralmente eram áreas ocupadas à medida que novos migrantes entravam e também em vista da necessidade de ocuparem terras virgens mais distantes da beira.

Com o passar do tempo, os agrupamentos de pessoas em áreas afastadas da beira dos rios alicerçam o surgimento de novos povoados cuja via de acesso passa a ser as estradas, constituindo o que Velho (1979) identificou como uma espécie de elemento de civilização na fronteira camponesa e surgimento do urbano. Embasado nos relatos de Velho (1972), Hébette (1989) afirma que “até fins dos anos 50, quando foi aberta a rodovia Belém-Brasília, a rede de comércio local abrangia as pequenas cidades de Grajaú, Carolina, Imperatriz, Marabá, cada uma com apenas alguns milhares de habitantes” (HÉBETTE, 1989, p. 24³⁷).

Durante esse período, a oligarquia castanheira³⁸ contribuía para a urbanização de núcleos recém transformados em cidades, como Marabá e distritos como Itupiranga e Jacundá. Félix (2008) se referiu ao surgimento de Nova Ipixuna, um núcleo de povoamento desse período, da seguinte maneira:

Datariam da época dos castanhais as primeiras ocupações mais permanentes ao longo da margem direita do rio Tocantins, cuja população, provavelmente, vinculava-se às atividades extrativas da castanha em período do ano, junto as

³⁶ Ver Velho (1979).

³⁷ Grajaú, Carolina e Imperatriz são cidades situadas no estado do Maranhão, próximas à divisa com o Pará.

³⁸ Sobre a oligarquia da castanha em Marabá, ver Emmi (1989).

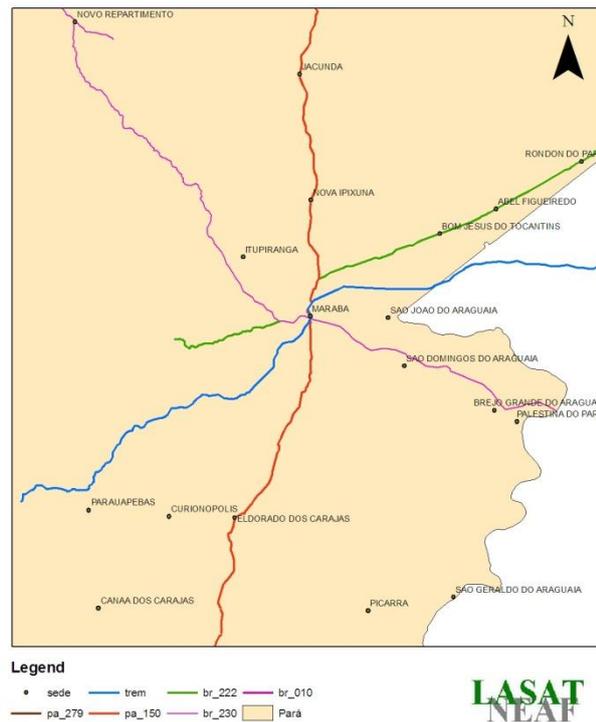
atividades de mineração no outro, do qual se referencia o Garimpo de Ipixuna. Tais ocupações, todavia, caracterizavam-se pela agricultura de pequena escala realizada na beira de rio ou nas ilhas, concentrando seus moradores em várias povoados que se estendiam ao longo da margem do rio Tocantins, dentre os quais, o povoado de Ipixuna ou Ipixuna Velho, como foi chamado após ser inundado com a formação do lago da UHE Tucuruí. (FÉLIX, 2008, p 53).

Relata o autor que, de acordo com documentos de instituições e com a historiografia local, “este povoado ficaria numa ilha situada junto à margem esquerda do rio Tocantins, que pertencia administrativamente ao município de Itupiranga” (FÉLIX, 2008, p 53), mas foi alagado com o advento da construção do lago da UHE, tendo sua população que ser realocada em outras vilas construídas pelo governo para tal finalidade. Assim, às margens da PA 150 surgiu a vila chamada Nova Ipixuna que nesse novo momento, por ocasião da atividade madeireira, atraiu novos moradores, tornando-se sede do município de Nova Ipixuna³⁹.

Retomando a história sobre a ocupação, até 1970, a existência dos castanhais em meio a uma imensa floresta ainda pouco explorada exerceu um importante atrativo para madeireiras do Sudeste e Sul do país que vieram a se instalar em Marabá e região. Com isso, foi iniciada a colonização mais intensa e recente dessa região, resultante do enfoque desenvolvimentista pensado para o cenário nacional, principalmente para a Amazônia brasileira, colonização essa marcada por contradições reveladas, de acordo com Hébette e Castro (1989), na convivência conflituosa entre padrões tradicionais e empresariais, expressada através das relações entre caboclos, posseiros, fazendeiros e madeireiros.

No âmbito das reflexões proporcionadas pelas análises de Hébette (1989), no final da década de 1960 e nos 1970, a abertura de estradas federais e estaduais, a exemplo da rodovia estadual PA-150 e das rodovias federais BR 010- Belém-Brasília e BR 230- Transamazônica, também influenciaram no aumento do fluxo migratório para a região. Através do mapa 03, a seguir, é possível visualizar a conformação das vias de comunicação construídas pelo governo:

³⁹ Criado em 1993.



MAPA 03 Malha viária da região sul e sudeste do estado do Pará

Fonte: LASAT, 2010.

Nos anos 1970 o governo militar investe na execução de PIC's, vinculados ao PIN. No estado do Pará foram criados dois PIC's, um chamado PIC Altamira e outro chamado PIC Marabá. Através desses projetos, o governo pretendia incentivar a produção agrícola ao longo das rodovias recém-abertas ao mesmo tempo em que incentivava a colonização da região. Foram distribuídos lotes de 100 hectares para parte das famílias migrantes. De acordo com Barbieri e Monte- Mor (2008) essas famílias eram organizadas em torno de comunidades chamadas de Agrovilas que, por sua vez, comportavam de cem a trezentas famílias e continham alguma infra-estrutura básica. Num raio que abrangia cerca de vinte agrovilas, era criada uma Agrópolis (núcleo que comportava infra-estrutura que não existia nas agrovilas) e a cada 150 km eram construídas as Rurópolis, núcleos formados por pelo menos mil famílias e com infra-estrutura melhor que a oferecida nas Agrópolis. Esses núcleos foram planejados pelo governo na tentativa de fomentar e ofertar recursos, bens e serviços aos colonizadores, descentralizando o acesso fornecido pelas cidades maiores e geralmente distantes uma das outras.

Nessa época, relata Velho (1981) que em Marabá os castanhais foram sendo substituídos por pastagem, haja vista que com o declínio da exploração da castanha os

proprietários de terra passaram a investir mais intensamente na atividade agropecuária vislumbrando a criação de gado bovino.

Diante desse quadro, Emmi (1999) analisa que nos anos 1960 e 1970 a interferência do governo resulta primeiramente em mudanças na estrutura social e produtiva da região, tendo em vista que a economia regional até, então, centrada no extrativismo vegetal, passa a ser diversificada havendo expansão do setor terciário e do campesinato.

A autora ressalta, assim como já havia sido feito por Velho (1979), que a expansão camponesa, importante no processo de ocupação da região, ocorrera de forma conflituosa em muitos locais. Focando os conflitos pela posse da terra em áreas de castanhais, Emmi (1999) discorre que estes foram mais evidente nos municípios de São João do Araguaia, Conceição do Araguaia (parte pertencente hoje ao município de Xinguara) e Marabá, envolvendo oligarcas da castanha, migrantes recém-chegados, moradores antigos e grupos indígenas⁴⁰.

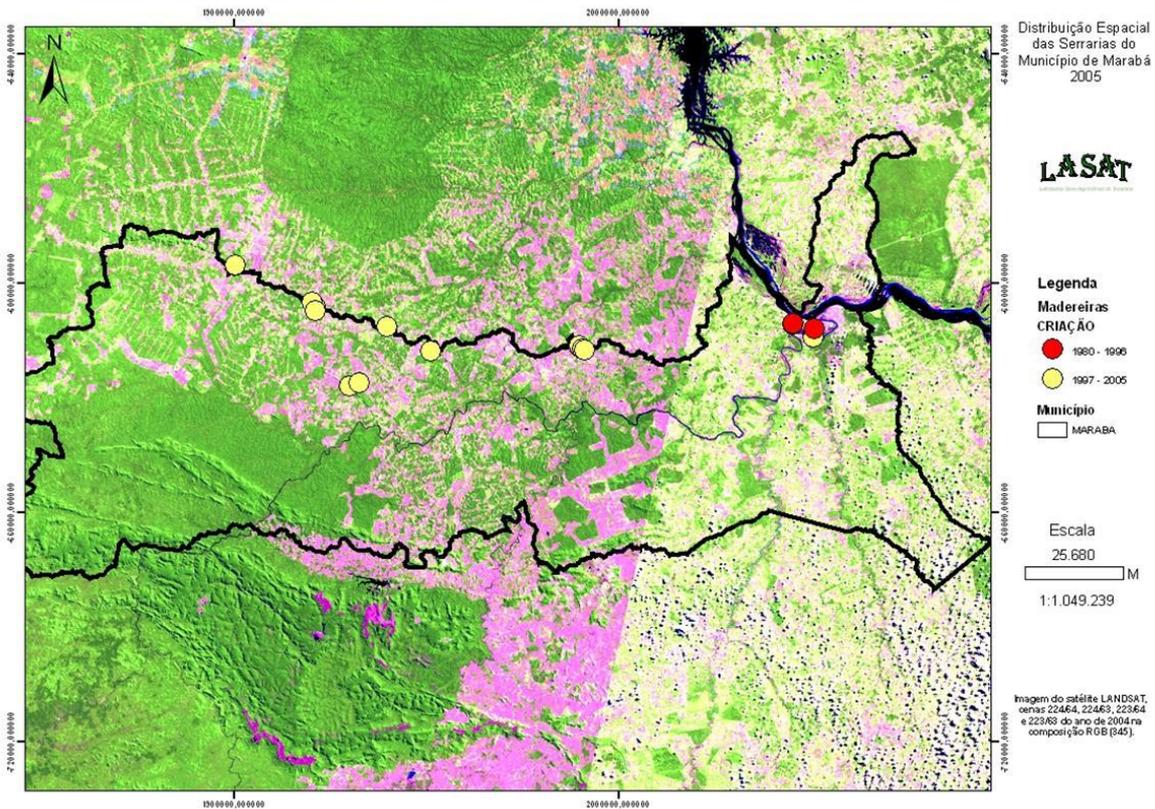
Ainda na década de 1970 a abertura das estradas também propiciou a implantação de empresas madeireiras “mata à dentro” em busca de madeiras de alto valor econômico, consideradas madeiras de lei, como mogno (*Swietenia macrophylla*), iniciando aí a exploração da madeira. Nas décadas seguintes, uma vez esgotada a exploração das espécies mais valiosas, a atividade madeireira inicia uma nova fase desse ciclo econômico, em busca de madeiras inferiores e de menor preço. Essa característica é objetivada através de um sistema de funcionamento de serrarias concomitante ao local de exploração da madeira. Assim, quando ficava escassa a madeira num determinado local, as serrarias migravam para outros aonde havia árvores.

A itinerância da atividade madeireira influenciou diretamente o fluxo de pessoas e o crescimento (e posterior estagnação em alguns casos) de povoados e vilas. A instalação de serrarias não só atraiu pessoas em busca de empregos, como também movimentou a economia e fomentou a interiorização da colonização através do acesso a terra por parte de famílias agricultoras devido a abertura de ramais madeireiros em áreas de terras devolutas. Esses ramais, na maioria das localidades, significavam a via de comunicação através do qual era feito o acesso dessas famílias aos centros de povoamento próximos e longínquos. Pinto (1989)

⁴⁰ Dentre os conflitos identificados por Emmi (1991), merecem destaque os dois situados na região do Rio Preto por ser o lócus de estudo. Em 1979, ocorreu conflito em um castanhal limítrofe ao município de Itupiranga, envolvendo os que se diziam donos, Maria Moussalem e Salim Moussalem, e cinquenta famílias de lavradores. No ano seguinte, em 1980, Emmi identificou conflito na Gleba Café envolvendo Nair Santana e Carne Roxa contra vinte e cinco famílias de lavradores.

contabiliza que até final dos anos 80 haviam sido instaladas cerca de mil serrarias entre Paragominas (no Pará) e Imperatriz (no Maranhão).

A partir de meados de 1995, houve deslocamento das serrarias localizadas nas proximidades da sede em direção ao final do município no sentido estrada do Rio Preto, conforme observado no mapa 04 a seguir:



MAPA 04 Deslocamento das serrarias no município de Marabá⁴¹

Na década de 1980, além da exploração madeireira, a construção de grandes empreendimentos somou à abertura de rodovias, tornando-se outro atrativo para migrantes. Em vista de eventos como a construção da UHE de Tucuruí, a conclusão das obras de implantação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em Carajás, o encerramento da atividade de garimpo em Serra Pelada e garimpos vizinhos, uma parcela significativa da população permaneceu na região das minas, enquanto outra parcela, migrou para os centros urbanos próximos (principalmente para a cidade de Marabá) e para outros locais onde pudessem adquirir terra ou arranjar emprego (EMMI, 1989; HÉBETTE, 1989).

⁴¹ FONTE: Michellote et al (2006).

A mineração passa a ser a atividade de atração de uma nova frente de migração, sem, no entanto, reduzir a características agropecuárias da fronteira, haja vista que a exploração dos recursos hídricos e minerais ocorre concomitante à expansão da fronteira agrícola⁴². Em 1989, Jean Hébette discorrendo sobre a situação do sudeste paraense frente o PGC, afirmava que a implantação de grandes empreendimentos era fomentada por leilões das riquezas amazônicas e de acordo com Pinto (1989), isso resultou na implantação de dezesseis siderúrgicas em Carajás. Essa situação estava vinculada a política governamental, já que “o PGC concedeu incentivos para instalação de uma dúzia dessas fabriquetas ao longo de ferrovia da CVRD. São empreendimentos, em geral, genuinamente brasileiros” (HÉBETTE, 1989, p. 22).

Fazia parte da implantação do PGC, a abertura de grandes eixos viários. Dessa forma, além da formação espontânea de aglomerados ao longo desses eixos, outros foram formados também por conta da construção dos acampamentos das empresas construtoras dos empreendimentos, como relata Hébette (1989, p. 25):

Dessa mobilidade toda, resultou alguma sedimentação nesses inúmeros centros, povoados e vilas que se formaram em cima dos acampamentos das construtoras ou nos cruzamentos das estradas; ou ainda nas ‘cidades’ canceriformes: Marabá, Imperatriz, Curionópolis, Parauapebas, Açailândia.

Em vista desses acontecimentos, Hébette (1989) divide o processo de transformação pelo qual passou o sudeste paraense até o final da década de 1980 em três momentos:

- a) primeiro: caracterizado por uma ocupação horizontal estimulada pela abertura da fronteira agrícola concomitante à abertura dos eixos viários;
- b) segundo: descoberta de jazidas minerais e abertura do garimpo em Rondônia e no Pará, havendo implantação de grandes empreendimentos- mineradoras;
- c) terceiro: investimento na metalurgia para fabricação de ferro-gusa e ferro-liga e no uso de recursos enérgicos (construção da UHE de Tucuruí).

Outro fato que soma as modificações que começam a ocorrer na década de 1980, assim como em demais regiões brasileiras, é a intervenção estatal através da criação de projetos de assentamentos rurais. Diante do cenário de disputa por terra, desencadeado pelo processo da colonização da região, essa forma de intervenção ganha força com o fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela terra, cujos porta-vozes passam a organizar ocupações e acampamentos em terras consideradas por eles como improdutivas.

Concomitante a esse processo, foram instalados na região órgãos públicos como forma de viabilizar as ações estatais. Um dos órgãos mais significativos nesse na questão da

⁴² Para Hébette e Moreira (1996) isso vem significar a abertura de uma nova fronteira: a fronteira mineral.

regularização fundiária foi o Grupo de Execução de Terras (GETAT) cuja função era ordenar e regularizar o acesso a terra. A tentativa estatal de amenizar os conflitos e de estabelecer “ordem” no acesso e uso das terras na região é intensificada na década de 1990 por pressão das representações dos trabalhadores rurais. Alguns assentamentos são então criados por situação de regularização fundiária, enquanto outros são criados em áreas desapropriadas.

Um aspecto importante abordado no Plano Diretor de Marabá (2006) e no Diagnóstico do Sudeste Paraense (2008), encomendado pela CVRD, como também discutido nos trabalhos de Hébette (2004) e Félix (2008), refere-se ao fato de que na região do antigo município de Marabá, o processo migratório contribuiu decisivamente para aumentar o número de povoados considerados como os embriões de formação dos novos municípios⁴³.

A área territorial pertencente aos municípios de Itupiranga e Jacundá fazia parte do município de Marabá. Já o município de Marabá antes pertencia ao município de Baião que posteriormente teve parte de seu território desmembrado para formação do município de Conceição do Araguaia, que absorveu o distrito Marabá. O desmembramento ocorreu na ocasião da criação dos mesmos, havendo a transformação das sedes distritais em cidades. A princípio, o distrito Jacundá foi incorporado ao recém-criado município de Itupiranga, sendo emancipado, anos mais tarde.

Dessa forma, a configuração dos atuais municípios significa um processo político-administrativo que não está necessariamente vinculado a criação de núcleos de povoamento e vice-versa. Anterior a delimitação geográfica e criação administrativa, muitos povoados já existiam independente das fronteiras municipais e decretos governamentais.

O índice demográfico desses municípios é crescente. Nas décadas de 1980 e 1990 aumentou significativamente sua população e observando a história da região, isso não ocorreu apenas por fatores associados a migração interestadual, mas devido também a taxa de natalidade e a migração interna promovida não somente por migrantes, mas por seus filhos que formam uma segunda geração de migração.

Diante desse panorama geral, as leituras feitas sobre Marabá permitiram a identificação de três períodos marcantes na constituição e expansão de núcleos de povoamento nessa região:

⁴³ Não se objetiva tratar aqui com profundidade sobre os fatos que promoveram a expansão das cidades, todavia fica claro que a implantação de grandes empreendimentos e toda a expectativa sobre a possibilidade de melhorar de vida frente às possibilidades de geração de emprego e renda é, senão o cerne, um dos motores de mais uma nova frente de migração para essa região e conseqüentemente, para o crescimento demográfico das cidades.

- 1) período colonial até 1892: região era habitada por índios e caboclos, com moradias- e poucos povoados- situadas às margens dos rios;
- 2) período (1892 a 1960): época da extração da borracha, castanha e diamante, dando início à ocupação de áreas afastadas da margens dos rios por migrantes e implantação do sistema de barracões que originou novos núcleos e cidades; e
- 3) Período pós década de 1960: colonização mais intensa ocasionada pela abertura de rodovias, descoberta do ouro e da madeira e implantação de grandes empreendimentos, havendo a criação de novos núcleos e cidades.

Durante essas fases, os estudos de Velho (1979), Castro e Hébette (1989,) e Hébette (2004) sobre as ocupações recentes da Amazônia demonstram que no período de colonização da região de Marabá, os núcleos de povoamento são formados seguindo alguns aspectos do período colonial no que concerne a construção de espaços de socialização⁴⁴. Além das aglomerações serem vistas como um local estratégico para a comercialização dos produtos agrícolas, ali também eram construídas igrejas, campos de futebol, além dos locais onde estava instalada a administração municipal e a presença do poder público, como escolas. Dissertando sobre esse tema, Hébette (2004, p. 108) relata

Na colonização espontânea [da microrregião de Marabá], pequenos agrupamentos se formaram: aglomerados de uma ou duas dezenas de casas, com sua igreja ou seu templo rústicos, sua escola, seu lugar de reunião ou uma construção de uso diversificado, que faz as vezes dele; ou ainda um povoado com sua escola, seu comércio, seu bar, oficinas de artesãos; mais adiante centros maiores, tipicamente comerciais, possivelmente com uma escola secundária, um posto de saúde, algumas farmácias, um posto de polícia, e, é claro, um padre e pastores, tudo no ritmo das necessidades e dos recursos.

No caso dos camponeses, os estudos desses autores sinalizam o estabelecimento de relação mercantil, tendo em vista que nos aglomerados eram feitas as transações comerciais. Também tiveram função importante no aspecto da sociabilidade desta categoria por tornarem-se o local de encontro religioso e lazer. Por essas características, Hébette (2004) supõe que a reprodução dessa categoria na frente pioneira amazônica passa pela simbiose entre as estruturas familiares e a estrutura da comunidade do qual fazem parte os camponeses. Se por um lado, os aglomerados iam sendo estruturados conforme as necessidades e os recursos disponibilizados pelas pessoas que ali viviam, de forma a ampliar o seu quadro de oportunidades, por outro sua estruturação nos moldes requeridos pelos camponeses influenciava a forma de existência da categoria.

⁴⁴ Todavia, nesse período a relação de poder entre a Igreja e o Estado já não é estreita, o comércio tem outras funções e os espaços de lazer podem ser diferentes.

Com a criação de novos municípios, alguns desses aglomerados foram reconhecidos como cidades, a exemplo das sedes municipais de Marabá, Parauapebas, Nova Ipixuna, Conceição do Araguaia e São Feliz do Xingu, outros, todavia são consideradas vilas dos municípios.

No município de Marabá, porém, do ponto de vista administrativo municipal, é atribuída função peculiar a algumas dessas vilas. De acordo com o Plano Diretor Municipal, essas vilas específicas (doze) são consideradas sedes dos distritos rurais definidos no zoneamento espacial do município e possuem um administrador (representante junto ao poder público municipal) indicado pelo prefeito municipal. No entanto, existem outras vilas dispersas na área do município cuja função não é de sede distrital, mas que são núcleos de povoamento assim reconhecidos pelos moradores locais.

De acordo com as informações contidas no Plano Diretor de Marabá, a formação do município está relacionada a “consolidação de um núcleo urbano historicamente determinado pelo transporte fluvial nos rios que circundam a sede do município” (PLANO DIRETOR DE MARABÁ, 2006, p. 10). Em relação a sua composição administrativa, as informações do IBGE⁴⁵ descrevem que o núcleo de povoamento Burgo Agrícola do Itacaiúnas foi elevado à categoria vila com a denominação de Marabá, pela lei estadual nº 1278, de 27/02/1913 e em 1923 a vila foi elevada à condição de cidade e sede do município. Além da sede municipal, também houve a formação e a expansão de outras vilas. Esses núcleos de povoamento foram fundados (sem planejamento prévio por parte dos representantes do Estado) na década de 70 e 80 por ocasião da expansão camponesa e da abertura de estradas. Em função do processo de colonização e da influência de outros municípios, essas vilas estão localizadas ao longo das vias de comunicação da área espacial municipal e são circundadas por grandes propriedades, assentamentos rurais e áreas ocupadas por posseiros⁴⁶.

No tópico a seguir, dar-se-á continuidade à contextualização sobre a ocupação do município de Marabá, mas agora, centrando na microrregião da vila Santa Fé. Em seqüência, é feita a caracterização geral das famílias estudadas para que sejam conhecida parte da história das pessoas de quem se fala nesse trabalho.

⁴⁵ Plano Diretor de Marabá (2006).

⁴⁶ Ver Plano Diretor de Marabá (2006).

3. “EM TODO LUGAR QUE TEM AGRICULTOR TEM TAMBÉM UM POVOADO”: O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO DA SANTA FÉ E A FORMAÇÃO DA VILA

A conformação de núcleos de povoamento tem sido inerente à construção do meio rural da região de Marabá. A partir dessa leitura, nesse segmento contextualizo o universo da pesquisa, abordando a ocupação da região onde está situada a vila Santa Fé, enfocando formação e estruturação dessa vila enquanto núcleo de povoamento emergido e estruturado ao longo de processos de formação da região de Marabá.

3.1 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA REGIÃO DA SANTA FÉ

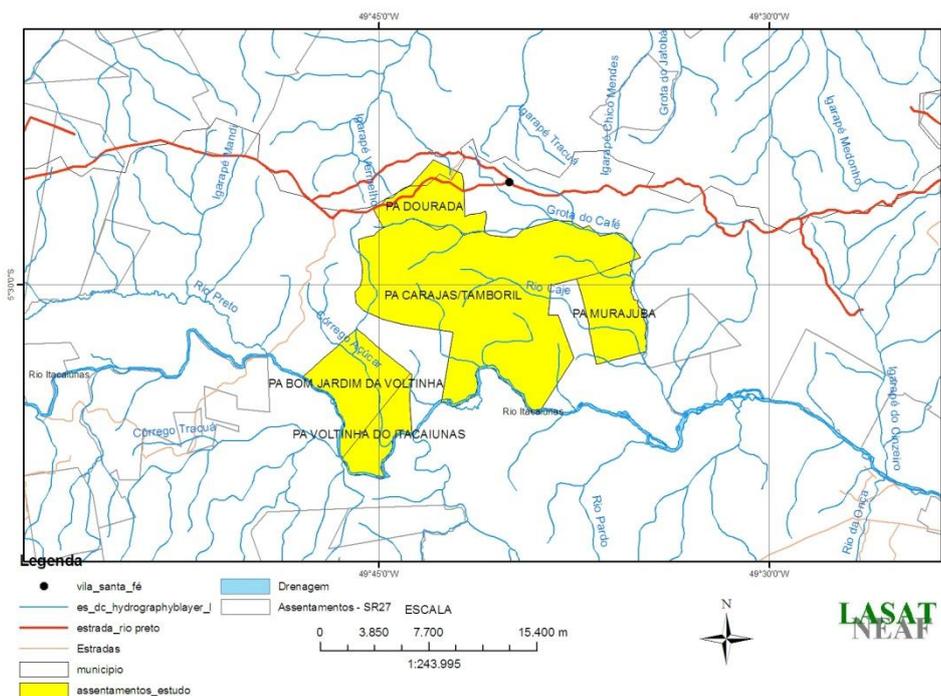
De acordo com moradores antigos, a chamada região da Santa Fé começou a ser ocupada em período anterior a década de 1970 e os primeiros migrantes situaram-se nas proximidades do córrego Café dentro da Gleba Carajás. Nesse local, que posteriormente passou a ser chamada de Região do Café por aqueles que lá transitavam, os moradores começaram a fazer as primeiras roças, praticar o extrativismo da castanha e a mariscada⁴⁷. Velho (1979) já descrevia essa mesma situação evidenciada por ele na microrregião de Marabá como vanguarda da expansão do campesinato na Amazônia a partir dos anos 50. Dessa forma, a ocupação de terras para produção extrativista e agrícola foi ocorrendo de diversas formas e em diferentes contextos.

Nesse período, não havia estradas e o caminho até a cidade de Marabá para ter acesso a serviços públicos e/ou privados era feito através de picadas⁴⁸ na mata. Essa situação submetia os moradores a uma condição de isolamento que só era quebrado na ocasião da ida à cidade ou pela passagem dos *atravessadores* que compravam a produção agrícola e extrativista dos mesmos. Com o passar do tempo, principalmente após a abertura de ramais madeireiros, mais famílias entraram na mata para ocupar áreas de terras devolutas desabitadas, terras de fazendas consideradas improdutivas e castanhais.

⁴⁷ Mariscada é a atividade de caçar animais, principalmente felinos, para a comercialização da pele.

⁴⁸ Picadas são trilhas ou caminhos feitos pelos moradores dentro da mata, ligando um local a outro. São também chamadas de varedas.

No início dos anos 70 os posseiros ocupavam terras devolutas, sem organização prévia das famílias por parte de alguma entidade ou organização de trabalhadores rurais. Essa forma de ocupação “espontânea” ocorrera na região do Café onde, de acordo com os entrevistados, as famílias entravam e *cortavam* seus pedaços de terra porque a terra era devoluta. Hoje essa área é reconhecida como projeto de assentamento Tamboril, criado em 1988 através de regularização fundiária (Portaria/MIRAD/nº 1443 de 27/10/1988⁴⁹). A hidrografia desse projeto de assentamento é formada por três córregos que serviram de norte para que os moradores fizessem a sua divisão espacial em quatro setores distintos: setor São João, setor São Domingos e dois setores chamados de Café. Os nomes destes setores são vinculados aos nomes dos córregos e ainda hoje são referências para divisão espacial do assentamento em comunidades. No mapa 05, a seguir, pode-se visualizar a malha hidrográfica que circunda a vila Santa Fé:



MAPA 05 Drenagem da região da Santa Fé
Fonte: LASAT, 2010.

Na década de 1970 já havia exploração madeireira nessa área. O escoamento da madeira em tora era feito através do córrego Café até uma serraria situada à margem do

⁴⁹ Fonte: PDA do Projeto de Assentamento Tamboril (1999), elaborado pelos técnicos da Extensão Amazônia.

mesmo. Nessa serraria a madeira era beneficiada e levada para Marabá de onde era comercializada.

No início da década de 1980 um fazendeiro local decidiu fazer a abertura de uma estrada para facilitar o acesso à sua fazenda e esse fato contribuiu para mudanças na conjuntura de toda a Região do Rio Preto. A abertura dessa estrada, denominada estrada do Rio Preto, facilitava não apenas o trânsito de veículos, mas também o escoamento da madeira, aspecto esse fundamental para atrair novos investidores do setor madeireiro. Logo, o aumento da exploração madeireira ocasionou aberturas de ramais em toda a área de mata dessa e isso, concomitante a abertura da estrada principal, facilitou o acesso dos migrantes às terras até, então, inabitadas. Vale lembrar que alguns anos antes no estado do Pará, especificamente no sudeste e sudoeste do estado, havia sido iniciada a implantação de projetos governamentais pautados na lógica desenvolvimentista de integração nacional. Esses projetos desencadearam intenso fluxo migratório para a Mesorregião de Marabá e conseguinte a abertura de estradas contribuiu para a dispersão desses migrantes por todo o município, incluindo a região da vila Santa Fé.

Não houve nas entrevistas relato de conflitos envolvendo donos de castanhais e posseiros no acesso as terras da gleba Café. Porém, Emmi (1989) identificou em seu estudo sobre a oligarquia da castanha em Marabá, que em 1980 houve conflito entre um dono de castanhal e famílias de lavradores que ocuparam e permaneceram nessa área, como já citado no capítulo anterior. De acordo com o Sr. Elias⁵⁰ (agricultor e comerciante, 2010), filho de um dos posseiros que chegara à região na década de 80, *“naquela época invadir terra era muito fácil. Era uma foice e fazer os piques e defender a área marcada”*.

De acordo com os entrevistados, ocorreram conflitos de ordem diferente dos citados por Emmi (1989), pois envolviam fazendeiros que compraram ou que se apropriaram das áreas de castanhais no final do ciclo da castanha e agricultores que tomaram posse dessas terras. Houve também desavenças entre posseiros face à demarcação dos piques e venda de madeira.

Uma vez ocupada as áreas próximas às margens do córrego Café, a entrada de famílias continuou acontecendo na década de 80 a partir da ocupação de áreas de fazenda, onde hoje são os projetos de assentamento Dourada e Voltinha do Itacaiúnas. Nestas a entrada de família

⁵⁰ Para preservar a identidade dos entrevistados, os nomes citados nesse trabalho são fictícios e inspirados no livro Tocaia Grande: a face obscura, do romancista brasileiro Jorge Amado, não havendo qualquer semelhança entre personagens e entrevistados. Conserva-se apenas o nome do Sr. Antonio Ribeiro por ser reconhecido pelos moradores locais como fundador da vila. Em anexo C está a relação dos entrevistados citados nesse texto.

não seguiu a forma espontânea como ocorrera na Gleba Carajás. As famílias foram organizadas e direcionadas pelas lideranças vinculadas ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Marabá (STR) para ocuparem áreas de terras de fazendas⁵¹ cuja cobertura vegetal era formada por pastagem e por mata virgem e por isso aconteceram conflitos entre os posseiros e os que se diziam donos da terra. No geral, essas famílias eram migrantes e filhos de migrantes que tinham histórico com o trabalho rural e já haviam migrado para outros locais (estados e municípios) antes de residirem nas proximidades de Marabá à espera de oportunidade para adquirir um lote agrícola.

Mesmo em situações em que as lideranças sindicais mobilizavam as famílias e organizavam a ocupação, o processo de conquista da terra nem sempre seguia a ordem acampamento- desapropriação- divisão de lotes- assentamento das famílias, como normalmente ocorre na ocupação organizada pelo Movimento dos Sem-Terra (MST), mesmo porque naquela época esse movimento ainda estava sendo construído na Mesorregião de Marabá⁵². Dessa forma, nesses casos as famílias mobilizadas não delegavam sobre onde e como entrar na área, mas viram nas ocupações, chamadas por elas de *invasões*, a oportunidade de ter acesso a terra, não importasse o local do lote. No geral, a divisão dos lotes era feita pelas famílias que ocupavam a área, seguindo regras definidas por grupo ocupante. Na maioria dos projetos de assentamento os lotes foram divididos em áreas de 50 ha, havendo exceções como no caso do PA Bom Jardim cuja área dos lotes equivalia a 35 ha⁵³.

Após a ocupação das terras pelas famílias, nas décadas de 1970 e 1980 os técnicos do GETAT demarcavam os lotes agrícolas e autorizavam a elas a Licença de Ocupação (LO). Nos anos 90 essa função passou a ser dos técnicos do INCRA.

Apesar da atuação governamental posteriormente à ocupação das áreas, Magalhães (2003) considera que a forma de acesso a terra no Sudeste Paraense não depende das ações do Estado, pois situações como a da região da Santa Fé, demonstram que “a implantação dos assentamentos é, de fato, uma ação tardia do Estado de reconhecimento de uma situação de reforma agrária promovida pelos camponeses há quase duas décadas” (MAGALHÃES, 2003, p. 248-249).

⁵¹ De acordo com os entrevistados, essas áreas não eram documentadas, apesar de haverem fazendeiros que se diziam donos delas.

⁵² Sobre essa construção ver Assis (2008).

⁵³ Relata um dos moradores desse PA que as famílias entraram e dividiram os lotes e algum tempo depois os técnicos do INCRA cadastraram-nas, demarcaram os lotes seguindo a divisão feita pelos posseiros e criaram o PA. Na época, cada família dividiu seu pedaço de terra, mas vendo a diferença de tamanho de lotes, fizeram uma reunião e decidiram que todos deveriam ter a mesma quantidade de terra- 35 ha.

As ocupações continuaram a acontecer na década de 1990 quando novas fazendas foram ocupadas e transformadas em projetos de assentamentos. Essas ocupações ocorreram em áreas mais distantes da vila e mais próximas da margem do rio Itacaiúnas. Tais áreas foram posteriormente transformadas nos projetos de assentamento Murajuba e Bom Jardim. No caso do PA Murajuba, a entrada de famílias na área aconteceu através de duas ocupações. Uma onde as famílias foram mobilizadas pelo STR de Marabá, indo acampar direto na área da fazenda e outra cujas famílias que estavam acampadas na fazenda Cabo de Aço foram autorizadas pelo INCRA a ocupar e dividir lotes agrícolas na área da fazenda vizinha à que havia sido ocupada.

Sobre a ocupação da área do Bom Jardim, D. Efigênia (agricultora, 2010) relata:

O PA Bom Jardim começou assim: as pessoas, o pessoal que moravam, o gerente, né, que morava na fazenda, ele viu que a fazenda tava improdutiva aí convidou os peão que tava trabalhando na fazenda pra invadi, né. Aí os peão começaram a ir em Marabá e trazer os amigos (risos) trazendo os amigos daqui e daculá que era, era cinco peão e aí começaram a trazer e cada um trazia um amigo, trazia outro e foram entrando e aí eu tinha justo nesses amigos, tinha um que tinha uma mulher, né, que morava lá em Marabá que conhecia minha amiga [...]. Aí ela foi lá comigo: Efigênia vamos lá e... eu vou sim porque eu sou louca por um pedaço de terra. Aí eu vim com ela. Saímos de lá de Marabá num madeireiro mais feio do mundo, sofrendo na poeira e quando chegamos ali na fazenda do Edmilson Arruda, que antes não tinha essa estrada que como um pulo pra Santa Fé. Aí a gente vinha pelo Edmilson Arruda direto. Aí eu disse nós desceu lá, aí chegamos, nós entramos na área do PA que tava uma área perigosa, né, assim, de pistoleiro. Aí os que já tava dentro escutava nós conversar, eles ficava a maior parte do tempo vigiando assim na estrada, olhando o que tava acontecendo que o homem diz que mandou os pistoleiros, né, matar gente.

[...] Ele (o fazendeiro) diz que não era pra matar, era pra tirar de dentro, né. Que ele não queria o pessoal lá dentro. E aí quando, na hora que nós entramos na fazenda os meninos tavam lá e pularam no meio da estrada. Quase nós morre de susto. Só ia eu, a D. Judith que é a minha amiga, e a muié, a Antoniazinha que era a muié do Armindo e uma outra que essa outra não ficou não. Ela era assim tão frágil [...]. E aí eu fiquei na casa do Armindo que era dessa outra muié que veio comigo, aí eu fiquei lá um bocado de tempo, foi uns quatro meses que eu fiquei na casa dele caçando um meio de arrumar um lote porque o gerente disse que ele era o dono e que ele ia botar onde queria. Aí as pessoas trazia um litrim de cachaça, uma coisa e comprava ele e ele entregava e eu falei que eu não ia entregar isso não porque se eu vim pra uma invasão, pra uma é... uma invasão de terra, né, eu não ia comprar. Digo, se eu tivesse num lugar pra comprar eu ia era comprar, mas eu to é numa invasão, eu não vou comprar. [...]

D. Efigênia relata que nesse primeiro ano de ocupação não houve articulação dos posseiros com entidade, como o STR. No ano seguinte, as lideranças do STR de Marabá organizaram a ocupação da área onde não haviam posseiros por oitenta e quatro famílias que residiam nas cidades de Marabá e Jacundá. Ao entrarem na área foi feito o sorteio dos lotes e logo em seguida, o INCRA fez a demarcação seguindo os piques feitos pelos posseiros.

As áreas mais próximas a beira da estrada do Rio Preto, como os PA's Dourada, Comunidade Jatobá I e PA Tamboril, foram as primeiras a serem ocupadas, mas o intervalo de tempo entre a ocupação e a criação dos projetos de assentamentos foi menor naqueles de ocupação mais recente, conforme demonstrado na tabela 04 a seguir.

Tabela 04 Período de início da ocupação das áreas dos PA's.

NOME DO PA	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	PERÍODO/ANO DE ENTRADA DAS FAMÍLIAS POSSEIRAS	ANO DE CRIAÇÃO DO PA
Dourada	30	1986	1992
Tamboril (Carajás Tamboril)	216	Início dos anos 70	1987
Voltinha	25	Final da década de 80	1990
Bom jardim	84	1997	1999
Murajuba	90	1998	2000
Jatobá I	13	1980	1984

FONTE: Dados SIPRA (2008); Pesquisa de campo (2010)

Apesar da ocupação mais expressiva ter iniciado nos anos 80, essas áreas passaram a ser reconhecidas como projetos de assentamento anos mais tarde, através de dois processos distintos: 1) na situação do PA Tamboril a criação do assentamento significou a regularização fundiária de uma área ocupada paulatinamente por famílias que não se organizaram coletivamente para entrar na área reconhecida por elas como “terra sem dono”; 2) no caso dos demais assentamentos, apesar de também ter sido feita a regularização fundiária, houve uma mobilização prévia de famílias que compreendiam as áreas que ocuparam como fazendas improdutivas, uma vez que seus “donos” não moravam na terra e talvez não tivessem documentos de sua propriedade⁵⁴.

Esse processo de regularização aconteceu entre meados da década de 1980 e no final da década de 90. Nesse intervalo, a chegada das famílias agricultoras foi o condicionante para a ocupação da região da Santa Fé e também para a formação e estruturação da vila, como descrito a seguir.

⁵⁴ No entanto, vale lembrar que essa organização prévia não está relacionada ao MST, mas sim à ação organizada inicialmente por parte de algumas famílias pioneiras, seguida pela mobilização de demais famílias pelas lideranças do STR de Marabá.

3.2 A FORMAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DA VILA SANTA FÉ

A vila Santa Fé começou a ser formada em 1974 quando o Sr Antonio Ribeiro⁵⁵, então posseiro, decidiu “doar” a terceiros pequenos lotes de terra (terrenos) dentro de sua propriedade para que construíssem casas para moradia e assim, formar um povoado como acontecia no Maranhão. A negociação de lotes era feita a partir do sistema de meia: os interessados em adquirir ali um terreno, limpavam (através do corte/roço da vegetação) a área que quisessem e essa área era, então, dividida na metade entre eles e o proprietário do lote. Nascia, então, a partir dessa iniciativa, um pequeno povoado embrião da vila Santa Fé.

O Sr Antonio Ribeiro, agricultor reconhecido pelos moradores como fundador da vila, nasceu no Maranhão e relata que na região onde nascera, “*em todo lugar onde há agricultores, tem também um povoado*”. Dessa forma, na inexistência de um núcleo de povoamento na região do Rio Preto até sua chegada, decidiu “doar” terrenos para que os demais agricultores que moravam na região pudessem morar mais próximo um dos outros. Sua idéia era que a partir da aglomeração de pessoas, houvesse o interesse de comerciantes em investir em estabelecimentos comerciais no local, bem como facilitaria a implementação de serviços públicos por parte da administração municipal, principalmente a construção de escolas.

Ele diz que no Maranhão “*o pessoal faz uma rocinha e aí tempo depois cria uma povoação*”. Essa forma de ocupação do espaço foi analisada por Mourão (2007) como a forma mais evidente de unidade espacial camponesa, uma vez que naquele estado “os povoados se caracterizam por um núcleo residencial, em torno do qual se estabelecem as roças” (MOURÃO, 2007, p. 85). Lembrando dos trabalhos de Cândido (1971), de Comerford (1999) e de Hébette, Alves e Quintela (2002), a formação dos aglomerados humanos está associada a

⁵⁵ O Sr Antonio Ribeiro é maranhense, nascido no dia 30 de Novembro de 1930, hoje com 80 anos. Chegou na região da então, nem iniciada, vila Santa Fé, em 19 de novembro de 1973 (“*um dia de domingo, as 07 horas da noite*”, relata ele). Quando era jovem foi para o garimpo de diamante próximo a cidade de Jacundá. Morou também em Mearim e no estado de Goiás e veio para essa região juntamente com sua esposa na época para passear e visitar a sogra (D. Inês). Na ocasião havia uma área de terra desocupada, então, decidiu ficar como posseiro desse lote. Porém, diz ele que a “*área estava encercada*” porque havia uma pessoa que se dizia dona, mas não tinha documento que comprovasse a propriedade. Nesse período “*o povo da Região do Café já estava lá, chamaram pra lá eu fui.*” Nessa época, os técnicos do GETAT estavam fazendo regularização fundiária no local e ele recebeu o direito de posse do lote e decidiu formar a vila. Esse agricultor tivera três esposas e oito filhos. Ele perdeu o contato com os filhos e hoje, separado da última esposa (que mora na vila), mora sozinho num *barraco* (casa de madeira) construído dentro da área pertencente a igreja Assembléia de Deus cujo terreno foi ele quem doara. Depois da última separação, após ter perdido o lote, foi trabalhar como vaqueiro em uma fazenda até se aposentar.

opção das famílias em viver próximas umas das outras, o que facilita a interação social. Além do *habitus* de “morar perto”, a criação da povoação significa também uma estratégia utilizada pelos agricultores para viabilizar o acesso da população local a alguns serviços de caráter público e privado, como educação, estradas e comércios, de forma a garantir sua condição de agricultor e moradia no local.

Além de lotes de terra para construção de moradia, também foram doados terrenos para construção de uma serraria, de uma escola, de um posto policial e um templo da igreja Assembléia de Deus. Assim, aos poucos a vila foi sendo formada e seus moradores eram, em sua maioria, posseiros de terras próximas e trabalhadores da serraria.

No início de 1976, o Sr Antonio Ribeiro decidiu passar uma temporada no lote de um parente no município de Itupiranga. Quando retornou, muitas famílias haviam construído moradia na área de seu lote e solicitaram aos técnicos do INCRA que transformassem a área em vila oficial. Dessa forma, em 10 de outubro de 1976, foi fundada oficialmente a vila Santa Fé⁵⁶ cujo nome é herdado do nome da propriedade do Sr Antonio Ribeiro⁵⁷.

Em termos administrativos, a vila é reconhecida pela prefeitura como sede distrital porque o governo federal destina recursos para a prefeitura administrar os distritos, mas o recurso é disponibilizado através do gabinete e das secretarias. Nessa lógica de gestão, a sede distrital tem um representante chamado de administrador cuja escolha é feita através de nomeação e indicação política.

Nessa época já havia alguns moradores na povoação, formando a Rua Principal, mas a vila passou a ser organizada em termos de arruamento apenas na década de 80. A área ao redor era formada por fazendeiros e posseiros que investiam na implantação de lavoura e na coleta de castanha.

A agricultora e comerciante D. Zilda, moradora que chegara à região em 1980, diz sobre o início da formação da vila: "*Quando nós chegamos aqui em 80, com 02 anos foi*

⁵⁶ Apesar da fundação da vila pelo INCRA, o Sr Antonio Ribeiro alega nunca ter assinado documento doando o lote ao órgão para esta finalidade e por conta disso, espera algum dia receber alguma indenização por tal perda. Ainda hoje diz que a vila está dentro de sua área e que ainda não é do prefeito porque ele ainda não negociou a área de terra junto ao INCRA. O Sr Antonio Ribeiro tem em mãos a Licença de Ocupação de terras públicas (expedido em 04/10/1974) que por lei é inegociável. Todavia ele o reconhece como título definitivo e diz que é negociável. De acordo com moradores, ainda hoje não foi feito o levantamento patrimonial da área da vila, mas a expectativa das famílias era para que fosse realizada no final de 2010 ou início de 2011.

⁵⁷ O Sr Antonio Ribeiro relata que o nome de sua propriedade rural era Santa Cruz. Tinha esse nome porque para ele, “toda pessoa tem que carregar uma cruz” (ANTONIO RIBEIRO, fundador da vila, junho de 2010). Dessa forma, na ocasião de regularização de sua terra, o nome escolhido por ele coincidiu com outra já regularizada e então, ele teve que substituí-lo por outro nome, escolhendo Santa Fé: “tira a cruz e bota a fé” (ANTONIO RIBEIRO, fundador da vila, junho de 2010). Logo, a povoação foi chamada de vila Santa Fé.

montada uma serraria. Veio gente de São Domingos, Dom Elizeu, Breu Branco. Trabalhavam na serraria puxando madeira e começaram a morar na vila". Associando os relatos de Hébette (2004) e Félix (2009) à fala de D. Zilda, esses fatos expressam o processo de migração interna que começava a acontecer em âmbito estadual e que nesse caso, possivelmente está relacionado com a itinerância decorrente da decadência da atividade madeireira nos municípios citados por ela.

A família dessa moradora foi uma das pioneiras a construir casa no lote do Sr Antonio e diz que naquele período, *"o tanto que cada um roçasse, ficava metade para ele e a outra metade para o Sr Antonio"*. Ela relembra as dificuldades enfrentadas pelas famílias que ali estavam. *"É por Deus que ninguém morreu de fome"*, diz ela. As pessoas tinham terra e faziam roça para sobreviver: *"tiravam o sustento de dentro da terra"*, diz sua filha Bernarda. As compras de rancho e ferramentas utilizadas no trabalho na terra eram feitas através de madeireiros⁵⁸. Os agricultores davam o dinheiro para os motoristas dos caminhões trazerem de Marabá suas encomendas (o que estavam precisando).

O Sr Carlinhos da Silva, agricultor e comerciante, relata que em meados dos anos 80 *"[...] existiam umas cinco casas ali na rua principal. Eram moradores. Um tinha um comércio e outra que vendia comida para o pessoal que passava"*. Sua filha Merênciã, agricultora, diz que nesse período na vila *"tinha uma casinha no sul e outra lá no norte"*. Ela e os irmãos iam para a Santa Fé geralmente no final de semana para visitar uma pessoa conhecida da família e em sua casa funcionava um bar com mesa de sinuca. Diz a agricultora que iam à vila passear: *"não tinha outro lugar pra nós ir, senão ficava em casa o final de semana"*. *Ou ainda, iam comprar "alguma coisinha lá no comércio"*.

Nessa década, a situação da vila em termos de infraestrutura era precária. Relembrando sua chegada em 1988, o agricultor Sr Altamirando relata que naquela época não haviam investimentos governamentais em termos de implantação de alguns serviços básicos de urbanização e implantação de serviços públicos, tais como, energia, escola e posto de saúde. Diz ele: *"É muito fraca, muito dependente, as coisas. Muito caras. Não tinha posto de saúde, escola, transporte..."*.

Os agricultores que chegaram até meados da década de 1990, fazem menção aos aspectos de infraestrutura ora mencionados pelo Sr Altamirando: *"Era pequena, tinha pouco morador. Agora é maior. Não tinha asfalto, era só aquele melador na rua. Não tinha praça,*

⁵⁸ Madeireiro é o termo utilizado pelos agricultores quando se referem às pessoas que lhes compravam madeira, aos motoristas dos caminhões madeireiros e aos donos de serrarias e de madeireiras.

nem aquela escola grande e nem aqueles comércios", diz o Sr. Jãozé, agricultor. O número de moradores ainda não era tão expressivo, mas atividade madeireira ainda era mantida.

A abertura da estrada da Buritirama⁵⁹ foi um evento importante para aumentar o movimento de pessoas na região, como afirma o Sr. Durvalino, agricultor:

"Ah! Era só currutelinha. Umas casinhas 'véia', umas 8 casinha, fraca, ruinzinha dentro da juquirá. [...] o pessoal de lá vivia era de madeira, essas coisas, serraria, roça, era isso...tirando madeira, serraria, roça e aí abriram essa estrada (da Buritirama), aí melhorou. Não tinha essa estrada não".

O agricultor Sr. Berilo diz que quando chegou à região em 1995, a vila já tinha certa oferta de serviços: *"Me serviu muito porque tinha de tudo. Era coisinha pouquinho porque tava iniciando. Era difícil, não tinha estrada. Era só mata".*

A partir de 1994, além da abertura da estrada, foi implantada outra madeireira nas proximidades da vila. Em 1998 houve a ocupação de mais duas áreas, aumentando o número de famílias agricultoras na região. Esses eventos também se repetiram em outras regiões de Marabá e contribuíram com a expansão dos núcleos de povoados distribuídos pelos municípios.

Além da atividade madeireira, a produção de lavoura branca ainda era expressiva, principalmente nas áreas recém-ocupadas. O rebanho bovino estava aumentando nas áreas de ocupação mais antiga, enquanto isso os moradores da região (agricultores, fazendeiros, trabalhadores rurais, comerciantes, dentre outras categorias) organizavam-se através da criação de associações para pleitear junto ao poder público, melhoras na infraestrutura. Isso porque, apesar da construção de escolas e da abertura de novas ruas na área da vila, no início do ano 2000 os moradores ainda não dispunham de acesso a certos serviços, como rede de energia elétrica e ensino médio. Diz o Sr Guido, agricultor do PA Voltinha e comerciante na vila, que em 2000:

"[...] tinha cerca de umas 40 casas. O isolamento era muito grande. Não tinha televisão. A energia era de um motorzinho estacionário a diesel. Havia um colégio municipal que assistia, antigamente se chamava primeiro grau, ginásio falado, né? [...] Naquela época, em termos de produção, produzia pra subsistência [...] existia certa fartura na produção de arroz⁶⁰, de frango [...] hoje não produz nem pra subsistência. Não produz mais"

Hoje, passado dez anos, a situação encontra-se diferente da descrita nos anos 90 tanto em termos econômicos, como em infraestrutura (fotos atuais em Anexo D). Os representantes

⁵⁹ A Buritirama é uma empresa extratora de minério cuja jazida mineral de Manganês está situada 30 km adiante da vila. Com o aumento do tráfego de veículos por causa da circulação de caminhões transportadores do minério, a empresa faz manutenção periódica da estrada de forma que fique trafegável durante todo o ano.

⁶⁰ *Oryza sativa* L.

da Associação de Moradores da Vila Santa Fé e Região estimam que na vila há uma população de cerca de 6.000 habitantes. Dona Leocádia, agricultora, a equipara a uma cidade: "*Pra mim tá igual a uma cidade a vista que eu conheci. Porque eu conheci era tudo mata virgem*".

Os moradores atribuem o crescimento da vila à atividade madeira, uma vez que a implantação de serrarias na década de 1990 e início dos anos 2000 atraiu trabalhadores que lá fixaram residência ampliando seu tamanho em termos de moradia e com isso, foram atraídos também comerciantes, movimentando a economia regional. As serrarias funcionaram entre os anos de 1993 e 2007. Em meados dos anos 2000, de uma só vez estavam ativas sete serrarias que funcionavam dois turnos diários. Moradores estimaram que apenas no pátio em cada turno trabalhavam cerca de vinte funcionários por serraria, somando 340 empregos diretos gerados em função dos trabalhos realizados no pátio das serrarias. O pagamento dos funcionários era quinzenal através de dinheiro e de vale-compra em comércios da vila, o que movimentava a economia local.

Com o fechamento das indústrias madeireiras, para eles a situação é diferente. De acordo com as entrevistas, os moradores consideram que atualmente as principais fontes geradoras de renda na região da vila Santa Fé são a criação de gado de corte, a produção de leite, a aposentadoria e em áreas localizadas, a produção de farinha. A venda de lavoura branca, principalmente arroz e feijão (*Phaseolus vulgaris*; *Vigna unguiculata*), acontece timidamente nos assentamentos de ocupação recente.

O trabalho temporário como diarista ou empreiteiro em atividades agrícolas (principalmente roço de pasto) e não agrícolas (construção civil) também têm garantido a circulação monetária e emprego para agricultores, para pessoas que não possuem lote e/ou que não têm emprego fixo.

Concomitante ao crescimento demográfico, ao longo do tempo, houve mudanças não apenas na economia, mas também no que diz respeito à oferta de serviços públicos e privados. Com o crescimento da população, aumentou a demanda por bens e serviços e isso despertou o interesse de pessoas que eram comerciantes em outros locais para investir em comércio na vila. De acordo com dados contidos no PDA do Projeto de Assentamento Tamboril (1999), no final da década de 1990 na vila Santa Fé havia 380 residências e 41 estabelecimentos não residenciais distribuídos numa área de aproximadamente 2 km².

Passado mais de dez anos desse levantamento feito pela Extensão Amazônia, o quadro está diferente, principalmente em termos de comércios. O número de estabelecimentos comerciais duplicou, merecendo destaque o investimento de comerciantes em ramos que até o

final da década passada não eram ofertados na vila, como padaria, eletrodomésticos e salão de beleza. No quadro 01 são listados os serviços privados disponíveis nos anos de 1999 e 2010:

TIPO DE ESTABELECIMENTO COMERCIAL	1999*	2010
Mercearia e bares	17	10
Açougue	05	05
Restaurante	04	04
Hotel	04	04
Farmácia	04	04
Lanchonete	00	03
Padaria	00	02
Loja de material de construção	00	01
Loja de eletrodomésticos	00	01
Loja agropecuária	00	02
Armarinho	00	01
Papelaria	00	01
Confecção	00	04
Salão de beleza	00	03
Oficina mecânica de carro	00	02
Oficina mecânica de moto	00	04
Oficina mecânica de bicicleta	00	02
Borracharia	03	04
Posto de combustível	00	01
Usina de arroz	04	02
Cerâmica	00	01
Serraria ⁶¹	03	02
Movelaria	00	01
Resfriador	01	01
Horta	00	03
Barracão da feira	00	01
Danceteria	01	00
Escritório da REDE CELPA	00	01
Rádio	00	01
TOTAL	37	78

* Dados contidos no PDA do Projeto de Assentamento Tamboril (1999).

QUADRO 01 Relação dos serviços comerciais disponíveis na vila Santa Fé em 1999 e 2010.

FONTE: Extensão Amazônia (PDA do Projeto de Assentamento Tamboril, 1999); Pesquisa de campo (2010).

Os dados no quadro 01 expressam o aumento significativo da quantidade de estabelecimentos comerciais na vila entre os anos de 1999 e 2010. De acordo com as entrevistas, entre 1995 e 2005 muitos comerciantes vindos de outras cidades do estado mudaram-se para a vila porque a região da Santa Fé era *movimentada*. Nesse período, além

⁶¹ Apesar de terem sido fechadas na ocasião de uma operação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- IBAMA, os moradores dizem que funcionam às vezes de forma clandestina.

da instalação de serrarias, houve novas ocupações de terra nas proximidades, aumentando a demanda não somente em termos de comércio, mas também de serviços públicos.

Dentre os serviços públicos ofertados, a implantação do posto policial é o mais antigo, datando do início da década de 1980 face à possibilidade de existir conflitos entre os moradores. Da mesma forma, a escola e demais serviços foram implantados de acordo com a decisão da administração municipal frente ao crescimento populacional da região.

De acordo com um dos representantes de associações locais, o posto policial funcionava de forma precária, ficando às vezes sem policiais. Então, a diretoria da associação de moradores decidiu contribuir com a quantia de R\$ 700,00 mensais para ser dividido entre os policiais como forma de garantir o funcionamento do posto. Atualmente tem permanecido um grupo de policiais (geralmente três) na vila e uma viatura.

Para o representante da associação, esse valor funciona como “incentivo” à manutenção da segurança e em termos de violência, relata que “*aqui [na vila] é tranqüilo*”. Ele considera que quase não ocorrem furtos, porém, enfatiza que a droga é um problema emergente. A venda de craque vem aumentando e o seu grupo (político) interpelou junto ao prefeito para que este tome medidas cabíveis no combate ao tráfico.

Ainda na década de 80 foram fundadas as primeiras escolas para atender a demanda residente da região da Santa Fé. Em 1981 foi fundada a escola Nossa Senhora de Nazaré para atender 101 crianças das proximidades da comunidade Jatobá I e vila Embaúba. Essa escola funcionava em um barracão construído há 03 km da beira da estrada na comunidade Jatobá I e segundo a agricultora D. Tereza, primeira professora da escola, “*não tinha um quadro, um banco*”. Ela relata que conseguiu tábuas em serrarias próximas à cidade para fazer os bancos e as mesas. Os cadernos eram doados pela secretaria de educação ou comprado pelos pais. As crianças estudavam em turmas multisseriadas, uma no turno matutino e outra no vespertino. O ensino multisseriado atendia crianças de 1ª a 4ª série.

No ano de 1982 foram abertas três escolas: escola Maria das Neves (ver Foto 02 a seguir) construída na vila recém-criada; escola São José, situada a 23 km da vila e; escola Primeiro de Maio, a 25 km na comunidade Jatobá I. Naquela época, aqueles que queriam estudar deslocavam-se pela *picada* na mata, uma vez que não existiam estradas. Segundo moradores antigos, o deslocamento dos alunos e professores para as escolas era feito a pé ou em lombo de animais percorrendo uma distância que variava entre 1 e 15 km. D. Zezinha foi a primeira professora a lecionar na escola São José e relata que andava 9 km em meio a mata

para chegar até a escola e por isso usava um revólver calibre 32 na cintura como forma de defender-se de animais⁶².

Nessa época, a merenda escolar era transportada pelo professor que também era o responsável pela escola. Ele fretava carro para levar a merenda da cidade de Marabá até o rio Itacaiúnas onde a mercadoria era embarcada numa canoa e levada até à margem próxima à vila. Desse ponto, era fretado outro carro até chegar à *picada* mais próxima da escola. De lá, a merenda escolar era levada até a escola no lombo de animal ou em caminhão madeireiro.

Com o passar do tempo, novas escolas passaram a funcionar. No entanto, nas décadas de 1980 e 1990, a quantidade de escolas em relação à área geográfica da região da Santa Fé sacrificava boa parte dos alunos no que se refere à distância e à falta de transporte escolar ou particular. Para muitos, a escola mais próxima ficava a 05, 10, 15 km de distância. Diante disso, muitas famílias optaram por se apossar ou comprar um lote na vila (terreno) para construir uma casa para viabilizar a ida dos filhos à escola que lá havia sido construída.

Com o passar do tempo, algumas escolas foram desativadas por falta de demanda, como no caso da escola Nossa Senhora de Nazaré. Diante do fechamento de escolas, desde o final da década de 1990 a prefeitura disponibilizou um ônibus para fazer o transporte escolar dos alunos matriculados na escola Maria das Neves. Todavia, os alunos da Escola Jean Piaget e da creche pegam carona. Existem três ônibus escolares que transportam alunos de três setores diferentes: vila Embaúba (engloba os alunos do PA Jatobá I, Dourada-proximidade da estrada do rio Preto); PA Voltinha do Itaciúnas e São João (PA Tamboril). Em todos esses locais existem escolas que ofertam ensino fundamental no sistema multisseriado. Por isso, somado à falta constante de aula, os pais decidiram matricular os filhos nas escolas da vila.

Na Foto 01, a seguir, são mostradas duas escolas da região da Santa Fé, uma das primeiras escolas fundadas na região da vila e outra mais recente.

⁶² Conta ela que certa vez fora *acuada* por um bando de porcão (conhecido também por catitu- *Tayassu tajacu*) e teve que subir numa árvore caída para se proteger.



FOTO 01. Escolas da região da vila a) Escola Nossa Senhora de Nazaré na década de 1980, situada há 10 km da vila; b) E. M. E. F. Maria das Neves e Silva em 2010.

FONTE: a) FONTE: Professora Geralda (arquivo pessoal); b) Pesquisa de campo (2010).

Em relação ao serviço de saúde, na vila existe um posto cujo funcionamento ocorre de segunda a sexta com equipe de funcionários formada por 01 enfermeira que reside na vila⁶³; 04 auxiliares de enfermagem (moradores da vila); 03 vigias; 01 servente e; 14 agentes comunitários de saúde. No posto são feitos atendimentos básicos (primeiros socorros), consulta pré-natal e puerperal, exame Preventivo do Câncer de Colo Uterino (PCCU), distribuição de remédios em estoque e receitados pelo enfermeiro (em geral a base de dipirona e paracetamol), campanhas de vacinação e encaminhamentos para consultas e exames na cidade de Marabá. São atendidos moradores da vila e região e o sistema de atendimento segue o modelo geral utilizado em locais de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS): quem quer ser atendido, precisa pegar uma ficha de atendimento (distribuídas das 07:00 às 07:40 h e das 12:00 às 14:00 h no posto) para, então, ser atendido de manhã ou a tarde de acordo com o tipo de atendimento pleiteado⁶⁴. O enfermeiro, gerente da unidade, verifica a necessidade de consulta especializada e agenda o atendimento nos postos da cidade, entregando o encaminhamento aos pacientes.

⁶³ Nem sempre foi assim. Antes dessa, havia outro enfermeiro responsável pelo posto e que deveria atender cinco dias por semana. Porém, como mora na cidade sua agenda de atendimento era indefinida e isso fez com que a população local se mobilizasse e pedisse a troca de enfermeiro.

⁶⁴ De acordo com a enfermeira, através da distribuição de fichas se controla a ordem de chegada dos pacientes e dos prontuários.

Os agentes de saúde atuantes na região da Santa Fé são vinculados ao Programa de Agente Comunitário de Saúde (PAC) estando subordinados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde e não à gerência do posto de saúde da vila. Atendem a população moradora da vila e dos assentamentos próximos. O atendimento consiste em visitas às famílias, acompanhamento a pacientes gestantes e portadores de doenças crônicas e em casos mais grave, fazem encaminhamento para atendimento na cidade.

No posto de saúde também funciona o atendimento da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), antiga Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM). Dois funcionários são agentes de endemias e fazem lâminas para realizar exames de malária quando há necessidade. Ressalta-se a importância da implantação da unidade avançada de endemias antes da implantação do posto de saúde diante da situação de casos de malária nas décadas de 1980 e 1990. Relatam os agricultores e também um funcionário da Secretaria de Saúde do Estado do Pará (SESPA) de Marabá, que a incidência de malária na região da Santa Fé foi intensa nessas décadas.

Na verdade, esse quadro de incidência era geral no Pará cujo pico da malária foi de 1985 a 1999. De acordo com o funcionário da SESPA, a partir do ano 2000, houve a redução dos casos de malária devido a diminuição do fluxo de pessoas vindas de outros locais e que já estavam infectadas, o que era comum nas décadas anteriores. Quando a pessoa que não era tratada em tempo hábil apresentava os sintomas da doença e quando picada por mosquitos também os infectava e por isso aumentavam os casos de malária na região.

Até os anos 80, a borrifação era o método de combate à malária que vinha sendo utilizado pela SUCAM, pois se pensava que o meio mais eficaz de combate era eliminar o mosquito. Porém, anos 90, em conjunto com esse método era feito o tratamento dos doentes para reduzir a infecção do mosquito e posterior disseminação da doença⁶⁵. Nessa lógica, foram implantadas unidades notificantes com laboratórios e medicamentos em vários locais do município, incluindo a vila Santa Fé.

No posto de saúde não há atendimento feito por médico e também não há serviço odontológico. Alguns atendimentos clandestinos são feitos por protéticos (moradores locais) quando alguém precisa com urgência. Dessa forma, o acesso a esse serviço é feito em Marabá através de profissionais particulares (na maioria dos casos).

⁶⁵ A partir dos anos 90, os técnicos e pesquisadores que estudavam sobre essa endemia chegaram à conclusão que para erradicar a malária na Região Amazônica é preciso tratar os doentes para evitar que os mosquitos que não tenham o vetor sejam contaminados.

Além do ensino e do atendimento médico, outro serviço público oferecido à população local é limpeza pública através do recolhimento do lixo doméstico duas vezes por semana. O lixo recolhido é depositado em um terreno situado próximo à vila, o que, segundo um dos entrevistados, é um problema para a população por causa do mau-cheiro.

O abastecimento de água das casas é feito através de poços individuais, porém, está em planejamento na Secretaria Municipal de Viação e Obras a execução do projeto de implantação da rede de abastecimento cuja fonte de captação de água é uma lagoa construída numa fazenda a 2 km da vila. A energia elétrica era fornecida por um gerador adquirido em 1999. A partir de 2003 passou a ser fornecida pela Rede Celpa que cobra o valor da tarifa de energia de perímetro urbano.

Sobre os meios de comunicação, no mês de março de 2010 passou a funcionar uma emissora de rádio clandestina que foi implantada por um filho de agricultor que morava fora. Já houve outras rádios que foram fechadas pela Polícia Federal. Além dessa, também são sintonizadas emissoras de Marabá, no entanto são mais ouvidas por aqueles que não têm acesso a televisão. Diz o Sr Castor, agricultor e presidente de associação: *“aqui pega rádio de Marabá, mas é ouvido mais pelo pessoal da roça que não tem televisão e por peão, que gosta de ter um radinho na cabeceira”*. Ele lembra que na época em que a energia da vila era de gerador, ali só tinham duas televisões: uma conseguida pela Elza Miranda, na época deputada estadual, e outra comprada por um morador. Ele relata que era momento de festa ir assistir as programações na televisão. Isso passou a mudar com o a passar do tempo quando moradores passaram a comprar aparelho de TV.

Também há serviço de telefonia conquistado a partir da solicitação da associação de moradores. As linhas residenciais e os telefones públicos foram implantados em 2000. Hoje reivindicam a instalação de torre de transmissão de telefone móvel (celular). A seguir, através do quadro 02 são mostrados os serviços públicos listados pela Extensão Amazônia em 1999 e pelos moradores em 2010:

TIPO DE SERVIÇO PÚBLICO	1999	2010
Escola de Ensino Médio	01	01
Escola de Ensino Fundamental	01	01
Creche	01	01
Delegacia (posto policial)	01	01
Posto de saúde	01	01
Posto do correio	00	01
Posto telefônico	01	00
Telefone público	00	07*

Cemitério	01	01
Fonte de água	00	01
Galpão de Armazenamento de produtos agrícolas (INCRA)	01	01**
Escritório da Extensão Amazônia	01	00

* Alguns não estão funcionando.

** Desativado

QUADRO 02 Relação dos serviços públicos disponíveis na vila Santa Fé

FONTE: Extensão Amazônia (PDA do Projeto de Assentamento Tamboril, 1999); Pesquisa de campo (2010).

A implantação de alguns dos serviços públicos também derivou do crescimento da demanda local, todavia nos últimos anos não há mudanças em termos da quantidade e tipos de serviços ofertados, exceto pelo fato do armazém do INCRA não funcionar mais e pela instalação de telefones públicos.

Além da atuação do poder público, as entidades representativas da população local também estão sendo importantes no processo de estruturação da vila. Foram contabilizadas pela equipe da Extensão Amazônia em 1999, as seguintes entidades relacionadas à organização civil:

TIPO DE ENTIDADE DE ORGANIZAÇÃO CIVIL	Qtde
Associação de Moradores da Vila Santa Fé	01
Associação de Pequenos Produtores do PA Tamboril	01
Pastoral da Criança	01
TOTAL	03

QUADRO 03 Relação das entidades na vila Santa Fé em 1999

FONTE: Extensão Amazônia (PDA do Projeto de Assentamento Tamboril, 1999).

São registradas hoje cinco entidades cuja sede fica na vila Santa Fé, como mostrado no quadro 04 a seguir. A associação dos feirantes está em processo de registro.

TIPO DE ENTIDADE DE ORGANIZAÇÃO CIVIL	
Associação de Moradores da Vila Santa Fé e Região	01
Associação das Mulheres	01
Associação Estudantil	01
Associação de Defesa dos Produtores Rurais	01
Associação dos Feirantes*	01
Centro Comunitário	01
Pastoral da Criança	01
TOTAL	06

* Está em processo de criação.

QUADRO 04 Relação das entidades na Vila Santa Fé em 2010.

FONTE: Pesquisa de campo (2010).

Comparando os dados dos quadros 03 e 04, observa-se o significativo aumento no número de entidades. Em 2002 fora reativada a Associação dos Moradores da Vila Santa Fé, do qual faziam parte aqueles que residiam na vila (possuindo lote ou não). Essa associação fora criada para aumentar o poder de barganha dos moradores junto ao poder público no intuito de pleitear benfeitorias e aplicação de recursos públicos na vila. Todavia, para aumentar o poder e o raio de alcance da associação, em 2009 o estatuto fora alterado e ela passou a ser denominada Associação dos Moradores da Vila Santa Fé e Região, passando a abranger os moradores de assentamentos e áreas tituladas.

Recentemente, no início de 2010, foi criada a Associação de Defesa dos Produtores Rurais da Vila Santa Fé e Região do qual fazem parte agricultores e fazendeiros do entorno da vila. Essa entidade foi criada após a terra de um fazendeiro influente ter sido ocupada por pessoas à procura de terra. O fazendeiro conseguiu reaver a propriedade e aqueles que se sentiam ameaçados a ter suas terras “invadidas” decidiram formar a associação para “*expulsar todo mundo*”, afirma um dos sócios.

Além das associações, o STR é outra entidade atuante na região da Santa Fé. Além de acompanhar o processo de criação dos assentamentos rurais, os representantes dessa entidade participam dos debates sobre crédito e programas do governo federal, principalmente sobre a previdência social. Há na vila a sede do sindicato onde acontecem reuniões sempre que há assunto em pauta.

No que diz respeito à religião, em 1999 havia na vila a realização de celebrações religiosas da igreja católica e Assembléia de Deus. Em 2010 verificou-se a existência de templos e o funcionamento das seguintes congregações: Católica (Paróquia de Santo Antônio); Assembléia de Deus da Missão; Assembléia de Deus Ministério Madureira; Cristã do Brasil; Batista; Deus é Amor e; Adventista. A construção dos templos de outras religiões expressa a expansão das religiões protestante na atualidade, mas, sobretudo é resultado do investimento feito pelos seus dirigentes diante do aumento da população e de fiéis.

Sobre os espaços públicos de lazer, na vila há um campo de futebol cuja maior movimentação de jogos é aos sábados e domingos. O público que prestigia e que participa ativamente dos jogos varia de acordo com a programação, mas sempre vêm jogadores e times de outros locais (PA's e vilas). Também há uma praça em construção e que ainda não foi inaugurada pelo prefeito. Apesar das obras não estarem concluídas, notou-se que é um local de lazer principalmente para as crianças e jovens uma vez que há um parquinho onde diariamente crianças são levadas para brincar e andar de bicicleta. Também é um local de encontro da juventude, principalmente após o término da aula dos turnos vespertino e noturno.

Em relação à rede de transporte, os entrevistados consideram que a vila é bem assistida, já que tem transporte indo e vindo de Marabá diariamente, conforme especificado no quadro 05 a seguir:

LINHA	HORÁRIO DE SAÍDA DA VILA/ MARABÁ	VALOR DA PASSAGEM (R\$)
Vila- Marabá	07:00	17,00
Marabá- Vila	17:00	17,00
Outras Vilas- Marabá	8:00; 9:00; 10:00 (variável)	17,00
Marabá- Outras Vilas	13:30; 16:00;	17,00
Marabá- Borracheira	10:00	17,00
Borracheira- Marabá	07:00	17,00
Marabá- Vila Quatro Bocas	11:00	17,00
Vila Quatro Bocas- Marabá	6:00	17,00

QUADRO 05 Relação das linhas de transporte da Vila Santa Fé
FONTE: Pesquisa de campo (2010).

Além da passagem, é cobrada taxa sobre os volumes transportados. Volume maior que 20 kg custa R\$ 5,00, enquanto volumes com peso superior a 40 Kg custa o valor da passagem. Além das linhas oficiais, há também o fretamento de taxi clandestino. Nesse meio de transporte é cobrado R\$ 20,00 por passageiro, mas com a vantagem de buscar e deixar onde o passageiro quiser, enquanto a linha tem ponto certo de parada. Outra vantagem é o fato de não se tornar dependente do horário do ônibus, podendo ir e vir a hora que achar adequada.

Outro ponto importante é o movimento para emancipação da vila. Desde 1992 foi criada por alguns moradores uma comissão pró-emancipação cuja idéia nasceu a partir de uma conversa entre representantes dos moradores da vila e um deputado estadual durante um encontro ocasional entre eles na prefeitura de Marabá. O deputado informou-lhes que havia comentários de que seriam emancipadas algumas vilas na Região Sudeste do Pará e que a Santa Fé estaria entre elas. Essa discussão está dentro do debate sobre a criação do estado de Carajás. Em todas as entrevistas, esse assunto foi inserido na conversa pelos entrevistados. Na maioria das casas (senão em todas), havia adesivo em prol da criação do novo estado.

Os defensores da emancipação argumentam que a região do Rio Preto contribui com uma parcela significativa para o Produto Interno Bruto (PIB) municipal por causa da extração do minério e da atividade agropecuária. Todavia, apenas uma pequena parte retorna à região através da implantação de serviços públicos.

4. A CONSTITUIÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL

A história de ocupação do entorno da vila Santa Fé supõe a constituição de diversas formas familiares de produção agrícola. Nesse segmento, são trazidos ao texto elementos que permitam ao leitor conhecer a agricultura familiar de que se fala nesse trabalho, de forma que concomitante à descrição de aspectos sociais, econômicos e políticos das famílias entrevistadas, sejam também apresentados indicativos das relações estabelecidas a partir da existência da vila Santa Fé.

4.1 A VINDA PARA A REGIÃO DA SANTA FÉ E AS FORMAS DE ACESSO A TERRA

Apesar da intensa ocupação na região da Santa Fé durante a década de 1980, a maioria das famílias que compõem o quadro da pesquisa mudou-se para lá nos anos 90⁶⁶. Esses agricultores têm origem diversa, mas a maior parte deles nasceu no Estado do Maranhão, enquanto outros são naturais da Bahia, Pará, Tocantins, Espírito Santo, Paraíba, Ceará, Goiás, Minas Gerais e Paraná. Organizando os dados por regiões observa-se a predominância da migração de nordestinos, conforme mostrado no gráfico 01 a seguir:

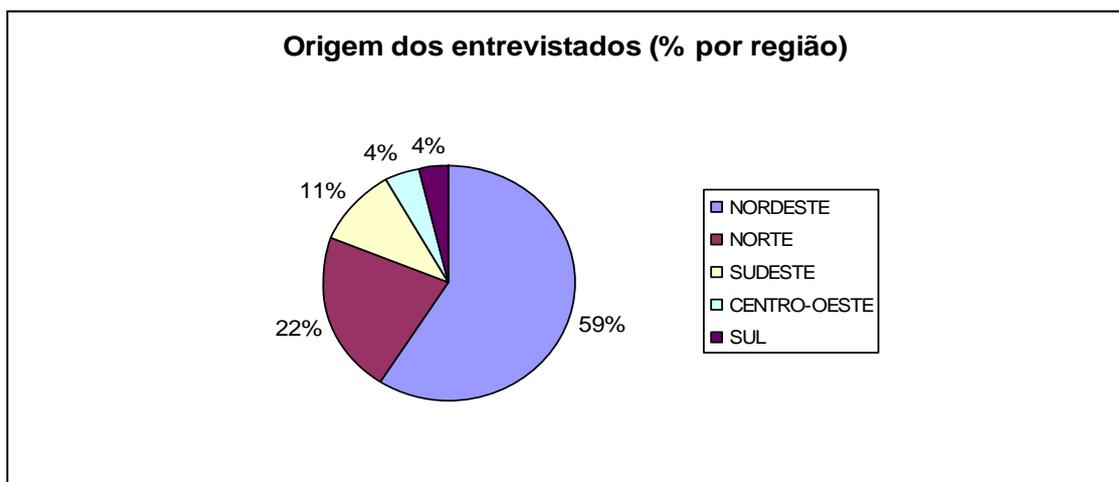


GRÁFICO 01 Origem dos entrevistados (% por região)

FONTE: Pesquisa de campo (2010)

⁶⁶ Um dos fatores que explica esse resultado é próprio direcionamento da pesquisa em relação as áreas de assentamento de ocupação recente. Talvez o resultado fosse diferente caso tivessem sido feitas mais entrevistas nas áreas dos assentamentos Tamboril e Dourada por serem áreas de ocupação mais antiga.

Esses dados não divergem das informações obtidas por Velho (1979) nos anos 50 e mais recentemente por Félix (2009) em seus trabalhos de pesquisa com famílias assentadas no sudeste paraense. Esses autores observaram também uma frente migratória de maranhenses em direção aos estados de Tocantins e Pará. Velho (1979) analisa que essa frente de expansão em direção a essas unidades federativas é reflexo do acirramento, a partir dos anos 50 da crise vivida no Maranhão em função da seca e dos conflitos sociais relacionados a questão do acesso a terra.

Nos anos 70, esse fluxo migratório intensificou-se diante do incentivo governamental à ocupação da Região Norte, gerando na população brasileira (e não apenas nordestina) à expectativa de possibilidade de melhoria de vida (e, então, de acesso a terra) e isso fomentou a vinda das famílias para o Pará.

No caso estudado, de forma geral a primeira migração acontecera ainda quando esses agricultores eram crianças e pertenciam ao grupo doméstico dos pais e desde então, as trajetórias de vida foram sendo construídas de diversas maneiras, mas o vínculo com o rural desde o nascimento é inerente a todas. Os pais dos agricultores entrevistados, em seus respectivos locais de origem eram lavradores, agricultores, arrendatários, vaqueiros, todos com história de trabalho com a terra e, nas palavras de boa parte dos entrevistados, *viviam era de roça*.

A roça lembrada pelos agricultores diz respeito a *lavoura branca*, representada pelos cultivos anuais, principalmente o arroz, o feijão, o milho e a mandioca (*Manihot esculenta*) utilizada na produção de farinha. A roça era cultivada em terras próprias, de parentes ou de terceiros. A possibilidade de seu cultivo era um elemento fundamental da relação com a terra e conseqüentemente da reprodução social dessas famílias. Nesse sentido, a *roça* assemelha-se com o *roçado* descrito por Heredia (1979). A autora analisa que o *roçado* é o ambiente onde são providos os bens necessários à subsistência da família através do trabalho coletivo dos membros do grupo doméstico e sua existência é determinada pelo cultivo da mandioca, do feijão e do milho que são culturas consideradas essenciais à alimentação das famílias na situação estudada por ela na Zona da Mata Pernambucana na década de 1970.

No estado do Maranhão, muitas famílias não tinham terra própria e por isso, *botavam roça em terra alheia*⁶⁷. Nesse estado, havia um sistema de acesso a terra que vinculavam a condição de família agricultora à relações de trabalho com o proprietário da terra. Na década de 1970, Mourão (2007) observou que as condições de agricultura camponesa na Baixada

⁶⁷ Sobre o campesinato no estado do Maranhão, ver Mourão (2007).

Ocidental Maranhense eram desenvolvidas a partir de relações entre o produtor direto (camponês), o não-trabalhador (latifúndio) e a terra, configurando um sistema de propriedade que

se apresenta em sua prática a partir da questão das condições de possibilidade desse tipo de agricultura, ou seja, a partir das condições que permitem a reprodução da lógica econômica da unidade familiar camponesa, com sua autonomia ao nível do processo de trabalho (MOURÃO, 2007, p. 88).

A autora explica que naquele contexto, eram considerados “fazendeiros” os criadores de gado enquanto os chamados “donos de posse de terra” praticavam a agricultura. A agricultura camponesa era, então, desenvolvida a partir de diferentes relações de produção com ambas as categorias, sendo estabelecidas relações contratuais mercantis sobre o uso da terra, principalmente o aforamento. Todavia, a situação descrita nas entrevistas parece ter outras características.

Relatam os agricultores, que o proprietário *dava* um pedaço de terra para eles *botarem roça* e em contrapartida a família implantava pasto nessas áreas utilizadas, aumentando assim, a pastagem da fazenda, não havendo o pagamento do foro. Havia situações em que essas relações eram estabelecidas através do sistema de meia cuja base de funcionamento era a divisão da produção colhida com o proprietário da terra. Essas situações assemelham-se com um tipo de arrendamento identificado por Heredia (1979) na Zona da Mata de Pernambuco. A autora descreve que na década de 1970 as grandes propriedades começavam a ser arrendadas a partir de uma prática diferente do aforamento habitual: após o uso da terra para o roçado, o pequeno produtor preparava a terra e plantava o pasto (HEREDIA, 1979).

Nos outros estados, aqueles que tinham terra, julgavam que suas áreas já estavam escassas tanto em sentido de tamanho fundiário em detrimento a alocação dos filhos, como no sentido de disponibilidade de área de mata para implantação de roça. Também identificando casos como esses, Heredia (1979, p. 137) analisou que “a escassez de terra onde o trabalho dos membros do grupo doméstico possa se materializar representa um dos problemas fundamentais enfrentados pelo pequeno produtor”. Nessas circunstâncias, a migração era uma estratégia utilizada pelas famílias que se direcionaram para uma região onde se acessasse terras maiores e com mata virgem, como também observou Félix (2008) no seu estudo de caso.

Essas diversas situações fomentavam a saída das famílias para locais cujas peculiaridades pudessem apontar melhoria nas condições de vida. Dessa forma, o termo *melhoria*, fator principal da mobilidade espacial desses migrantes, ganha vários significados, mas todos eles associados à conquista da terra ou à possibilidades de trabalho que garantissem

melhores rendas. Nesse sentido, regiões fomentadas e vistas pelo Estado como sendo áreas de fronteiras, tornavam-se destino para aqueles que queriam continuar na condição de agricultor.

Dentro dessa perspectiva de melhoria associada à propriedade da terra, o principal fator que motivara a migração dos agricultores em direção ao estado do Pará fora a *busca de um pedaço de terra para trabalhar* contida na vontade de adquirir a propriedade de uma área para a reprodução do modo de vida ligada ao trabalho na terra.

Para conquista desse projeto, as famílias migraram por diversos locais até chegar ao lote atual. Esses deslocamentos têm dois momentos: um de migração fora do estado até a decisão de vir ao Pará e outra de migração interna cujos deslocamentos aconteceram em locais da região sudeste e sul do estado.

No geral, os agricultores estiveram por quatro locais diferentes antes da chegada ao lote atual. Os agricultores originários de outros estados deslocaram-se em média por duas vezes antes de vir para o Pará. Enquanto que internamente, a média de deslocamentos é três migrações. Vale lembrar que esses valores são médios e existem situações adversas. Alguns desses elementos podem ser observados a partir da narração sintética feita a seguir sobre a trajetória de duas agricultoras entrevistadas:

1. D. Vanjé nasceu em 1955 na cidade de São Sebastião, hoje pertencente ao estado do Tocantins. Seus pais eram agricultores e segundo ela “trabalhavam com lavoura”. No ano de 1975, seguindo conselhos de filhos que haviam conhecido a região de São Domingos do Araguaia, o pai de D. Vanjé comprou um lote de 50 ha na região da vila Brejo do Meio, município de Marabá. Ela, já com vinte anos de idade, foi morar na casa de seus padrinhos para estudar, enquanto três de seus irmãos moravam com os pais no lote e os outros três, já casados, moravam e trabalhavam “em roçados dos outros no Tocantins”.

No ano seguinte, D. Vanjé casou-se com o Sr. Ambrósio que na época trabalhava na cidade como auxiliar de mecânico de uma firma construtora de estrada. Em 1983, seguindo a demanda de serviço da empresa onde trabalhava, o Sr. Ambrósio e sua família mudaram para Marituba, cidade na região metropolitana de Belém, onde construíram uma casa. Nesse período, haviam nascido os quatro filhos do casal e ela era dona de casa. Dois anos depois da mudança para Marituba, a família decidiu mudar-se para Itaituba fomentada pelo convite de um tio do Sr. Ambrósio. Esse tio morava em Itaituba e sempre mandava carta ao sobrinho dizendo que aquela região era boa para ganhar dinheiro. Certa vez o tio foi visitá-los em Marituba e convenceu ao Sr. Ambrósio a ir embora para lá.

Dessa forma, em 1985 a família vendeu a casa que tinha construído naquela cidade e mudou para Itaituba onde montaram uma vendinha (mercearia). “Eu achei bom” [ter a mercearia], diz D. Vanjé. Enquanto ela e os filhos trabalhavam no pequeno comércio, o Sr. Ambrósio tornara-se garimpeiro. Durante os cinco anos que permaneceram nessa cidade, moravam em casa cedida por parentes e o dinheiro que adquiriam investiam em gado que criavam no lote do tio. Quando venderam o gado, não receberam o dinheiro da venda e, então, como após cinco anos naquela região, não conseguiram construir ou comprar casa própria, decidiram voltar para junto aos familiares em Brejo do Meio. “A gente, quando chega num lugar e que não tem casa e tem pai, dá aquela vontade de voltar”.

Em 1990, de volta ao lote do pai de D. Vanjé, a família cultivava roça (“nós botava roça no lote do papai”), mas o Sr. Ambrósio continuava envolvido sazonalmente na atividade do garimpo. Quando voltava para Brejo do Meio, ele trabalhava colhendo lavoura na terça (relação de trabalho similar ao sistema de meia, mas a produção é dividida em 2:1). Pouco tempo depois, o pai de D. Vanjé faleceu e sua mãe, irmãos que ainda moravam com os pais e sua família moravam na

vila, mas ainda mantinham roça no lote até que a mãe dela, viúva, decidiu vender o lote porque era seco. Com a venda do lote, passaram a procurar um outro lote para compra, mas dessa vez, com fonte de água.

Em 1994, um conhecido que tinha adquirido um lote no PA Voltinha informou a eles que havia um vizinho dele vendendo um lote no PA. Então, a mãe e os três herdeiros decidiram comprar o lote, mas apesar disso, a mãe dela ficou morando na vila em Brejo do Meio porque havia um neto que morava com ela que ainda freqüentava escola. Diante disso e do fato de que dos herdeiros apenas D. Vanjé não tinha atividades e moradia em outras cidades, os herdeiros decidiram que ela e sua família iriam morar no lote. Depois da morte da mãe, os irmãos assinaram um documento doando a parte referente a cada um deles a D. Vanjé sob a condição da mesma pagar-lhes o valor referente as respectivas partes da herança. Ao longo dos anos que estão nessa terra, o casal decidiu aumentar o tamanho do lote através da compra de lotes vizinhos. Hoje a família possui quatro lotes, cada um em nome de um dos filhos.

2. D. Isaura nasceu em 1956 na cidade de Passagem Franca, estado do Maranhão. Seus pais viviam “era de roça”, diz ela. E continua: “lá (no Maranhão) ninguém tinha terra, era na terra dos outros). Aos 17 anos ela saiu de casa para trabalhar, casou-se algumas vezes e andou por várias cidades dos estados do Ceará, Piauí e Pará, acompanhando os maridos que tivera. “De lá (da cidade natal), eu já andei o mundo todo”, relata a agricultora. Durante esse período de “andanças” diz ela que já “tocou” várias coisas. Já foi proprietária de hotel, de restaurante, de banca de comida e diversas outras atividades que permitiam a ela ter sua própria renda.

Em 1980, mudou-se para Xinguara- PA e trabalhava como vendedora de mercadorias diversas em caminhões que andavam de cidade em cidade. No ano seguinte, mudou-se para Marabá e casou-se novamente. Nessa época, ela e seu novo esposo tinham uma fazenda há 18 km da vila Santa Fé, mas D. Isaura teve que passar por uma cirurgia e como naquele tempo não havia estrada trafegável ligando a terra à Marabá, decidiram vender a propriedade para ir morar novamente na cidade de Marabá onde tinham uma casa e onde moravam os irmãos dela. Durante o período que moraram em Marabá, os agricultores cultivavam o que ela chama de roça de vazante num pedaço de terra situado à margem do rio Itacaiúnas, no perímetro urbano. Três irmãos dela também cultivavam no mesmo sistema. A produção obtida (feijão trepa-pau⁶⁸, feijão-verde⁶⁹, dentre outras culturas cultivadas) era vendida na feira da cidade.

Em 1998, D. Isaura e seu esposo souberam da ocupação da fazenda Murajuba e partiram para lá em busca de conseguir um lote, já que ela queria ter novamente uma “terra para trabalhar”. Os três irmãos que trabalhavam com roça de vazante também conseguiram lote e isso fomentou sua ida para o assentamento. Hoje ela é feirante e ora está na cidade de Marabá, ora está no lote da irmã (que fica a 15 km da cidade, ora está em seu lote, preparando a produção para levar para vender na feira.

Apesar de caminhos trilhados de formas diferentes, alguns elementos são análogos nas histórias de vida dessas duas agricultoras. Seus pais tinham relação de trabalho vinculada ao cultivo da terra e apesar do acesso a ela ter sido de formas distintas, a produção de lavoura (roça) configurava também o modo de vida. A saída dessas mulheres, ainda na juventude, do seio da família nuclear não fora ligada a casamento, mas sim na estratégia de buscarem o exercício de atividades que não fossem agrícolas, mas que proporcionassem o alcance de seus objetivos (acesso a escola por parte de D. Vanjé e independência financeira para D. Isaura). Após a saída do grupo doméstico, o casamento e realização de diversas atividades em diversos lugares (mobilidade espacial e mobilidade de atividades), acompanhadas dos

⁶⁸ *Vigna unguiculata*.

⁶⁹ *Phaseolus vulgaris* L.

maridos; apoio de parentes mediante situações de constrangimentos; aquisição de terra e retorno a atividade agrícola em terra própria.

Boa parte dessas características é inerente também à história de vida de outras famílias. Os deslocamentos dessas pessoas demonstram que para a maioria delas, a busca e a conquista de terra representavam a aquisição do primeiro lote agrícola de propriedade da família. Uma menor parte já havia sido proprietário de terra em locais onde residiram anteriormente a vinda para o Pará, conforme mostrado na tabela 05 a seguir:

Tabela 05 Número de lote que a família tivera anteriormente ao atual

NÚMERO DE PROPRIEDADES ANTERIOR A ATUAL	QUANTIDADE	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
0	13	46%
1	10	36%
2	5	18%
TOTAL	28	100%

FONTE: Pesquisa de campo (2010)

Através dos dados da tabela 05 é observado que antes de adquirir o lote atual, a maioria das famílias já havia tido área própria. Porém, dos 36% cujo lote atual é a segunda terra, boa parte conquistou a primeira após a chegada no Pará. Duas dessas famílias migraram da primeira terra adquirida, por ocasião da construção do lago da UHT cujo um dos impactos fora o aumento da população de *muriçoca* (pernilongo) o que dificultava a vivência nas áreas em seu entorno.

No geral, os motivos que detalham melhor a vinda para a região da Santa Fé foram:

- a) possibilidade de adquirir terra própria através da posse; e
- b) existência de terra barata que possibilitava aquisição da terra através da compra (tanto famílias que pretendiam adquirir a primeira terra, como conseguir terra com mata ou ainda, expandir o tamanho da área).

Nessa perspectiva, para essas famílias a vinda para a região da Santa Fé significava a possibilidade de ter acesso à terra própria, a possibilidade de adquirir área de terra maior ou ainda, de acessar *terra boa* ou *mais fértil* e assim, garantir a condição de agricultores. A expressão *terra mais fértil* foi utilizada por alguns para fazer referência não necessariamente a condições de fertilidade do solo, mas sim à existência de mata virgem, uma vez que esse recurso já estava escasso nas áreas que cultivavam antes, inviabilizando o cultivo de lavoura

branca⁷⁰. Outros utilizavam esse termo para se referir à *terra boa*, ou seja, terra com solo fértil.

A expressão *terra boa* também estava presente nos relatos dos agricultores quando se referiam a região da Santa Fé ao explicar o motivo de sua opção por aquela região. Diziam que vieram para o referido local porque era *terra boa* onde *o que se planta dá* ou que era *terra boa* porque tinha disponibilidade e facilidade de acesso a terra seja através da posse seja através da compra, disponibilidade de mata, o que significava madeira, cobertura vegetal para ser usada no preparo da área para plantio (sistema corte-queima) e caça em abundância, acesso à água por haver igarapés dentro dos lotes e também porque era uma região *calma* em termos de conflito⁷¹, local de boa vizinhança.

Relatos do tipo “*porque aqui era melhor para trabalhar [...] Tudo o que se planta dá*” (DIVA, agricultora e comerciante) e “*porque lá (onde moravam) era pequeno*” (VAVÁ, agricultora, agosto de 2010) ou ainda “*a terra (onde moravam) era pequeninha e alagava*” (EDU, agricultor, agosto de 2010) representam alguns dos motivos que fomentaram a vinda das famílias para o local atual.

Exemplificando o caso dos agricultores que migraram à procura de terra maior, é narrada a seguir a trajetória do Sr Altamirando:

O Sr Altamirando nasceu em Minas Gerais e tem 36 anos de Pará. Chegou em Araguaetins em 1974, segundo ele época de maior revolução do Pará. Saiu de MG com os pais aos 06 anos de idade para Araguaína-TO e de lá foi para Araguaetins. Em MG os pais, segundo ele, *moravam em terra alheia*. Foram para o TO onde compraram uma terra de 20 e poucos ha. Com o passar do tempo a terra foi ficando pequena, pois eram sete irmãos o que significava problema na alocação dos filhos e suas respectivas famílias na mesma área. Então, decidiram sair em busca de terra. Vieram para o município de São João do Araguaia em 1974 onde o pai comprou uma área de 55 ha e ele, já casado, comprou outra de também 55 ha. Através de parentes ouviu falar na região da Santa Fé e veio visitar um tio que tinha lote na área do Jatobá I. Gostou da região porque além de ter parentes, a terra era mais barata e poderia comprar uma área maior do que a que possuía e em 1988 vendeu o lote em São João do Araguaia e compraram novas terras na comunidade Jatobá I.

Além da possibilidade de acesso à terra outros fatores também foram importantes para a decisão de migrar para a região da Santa Fé. A mobilidade espacial das famílias está ligada também às relações sociais, seja de parentesco ou de *conhecimento*.

O incentivo de parentes, bem como a garantia de apoio às famílias recém-chegadas foram aspectos importantes, uma vez que aqueles que vieram na frente tornavam-se

⁷⁰ A mata (virgem ou secundária) é fundamental no cultivo da terra através do sistema corte-queima cuja base se sustenta no corte e queima da cobertura vegetal como forma de preparo da terra para o plantio e manutenção da fertilidade do solo.

⁷¹ O termo conflito é utilizado para se referir a desavenças com terceiros que porventura procuram *encrencas por qualquer coisa* e não necessariamente conflitos por terra nos moldes fazendeiros x posseiros.

informantes sobre a região e interlocutores entre compradores e vendedores de terra. Em alguns casos, o lote do sogro, de tios e dos pais tornou-se local de morada cuja importância foi decisiva estratégia para a reprodução social dessas famílias até que pudessem adquirir seu próprio lote. E são diversos os graus de parentesco das pessoas que serviram como “ponte” na vinda para a região e para o lote atual: pai, avô, irmãos, tios, cunhados.

Esse tipo de relação social é vista como inerente ao estabelecimento da agricultura familiar, como descreve Velho (1979) sobre a construção do campesinato amazônico na fronteira paraense:

Seguidamente parentes ou famílias vindas do mesmo local tendiam a se estabelecer juntas. A partir dos anos 50 a abertura de algumas estradas de terras tornaram mais fáceis as comunicações. Para as distâncias mais longas os caminhões substituíram os animais ou a caminhada a pé. Em muitos casos as pessoas voltavam ao local de origem, seja para apanhar as suas famílias após os trabalhos iniciais ou para visitar parentes. A propaganda que faziam de seus novos agrupamentos muitas vezes faziam outras pessoas segui-las. (p. 202).

Nesse mesmo sentido, como exemplificado através da trajetória do Sr Altamirando, a vinda anterior de parentes ou de pessoas conhecidas para o local funcionou como ponto de apoio e segurança para que a família viesse para o local. Relata o agricultor Cícero Moura que através do cunhado ficou sabendo que antigo proprietário estava vendendo a terra, então, aproveitou a ocasião para visitá-lo e decidiu comprar o lote porque "*mulher gosta de morar perto de parente*".

Nas áreas de ocupação mais recente, como PA's Murajuba, Bom Jardim e Voltinha, é comum encontrar parentes que participaram juntos da ocupação da área. Geralmente são irmãos que não tinham terra ou pais e filhos adultos que também desejavam adquirir lote.

Em outros casos, esse papel foi feito por *conhecidos*. Os *conhecidos* são pessoas que não possuem vínculo de parentesco com os agricultores, mas com os quais eles relacionavam-se anteriormente à vinda para a região. Assim como no caso daqueles que tinham parentes, esses agricultores ficaram sabendo da possibilidade de conseguir terra, fosse pela posse ou pela compra, através de conhecidos que tinham área de terra na região ou que também pleiteavam adquiri-lo.

Exemplo dessa situação é a história de D. Efigênia que morava na cidade de Marabá e ficou sabendo da ocupação da área do PA Bom Jardim através de uma conhecida da época em que ela participou de acampamento organizado pelo MST. Essa colega que também residia na cidade conhecia as pessoas que ocuparam a área da fazenda (trabalhadores de lá) e convidou-a para participar da ocupação. Outro exemplo é o de D. Isaura, que na época também morava

em Marabá e através de um médico proprietário de terra nas proximidades da vila ficou sabendo da ocupação da área do PA Murajuba.

O *boca-a-boca* também contribuiu para que algumas famílias que já moravam na região, fosse por ocasião do trabalho em fazendas ou em lotes de parentes, ou ainda no caso daquelas que andavam por vários locais do município à procura de terra, soubessem da possibilidade de adquirir terra. As notícias sobre a ocupação de novas áreas ou da venda de lotes corria pela vizinhança ou pela “boca de vizinhos”, como relata D. Natalina, ou ainda espalhava-se pelos locais onde circulavam pessoas tanto dentro dos assentamentos e na vila, tais como bares, comércios e reuniões.

Além desses aspectos, de maneira geral, as pessoas consideravam seu imaginário que essa região seria próspera por ser um local de entrada recente de pessoas e por isso teria a possibilidade de atrair mais gente que investiriam e iriam *movimentar* a região. Dessa forma, vislumbravam que além de aquisição de terra, poderiam também encontrar, através desse *movimento*, compradores dos produtos que porventura viessem a produzir, fazendeiros e empresas como serrarias e mineradoras que pudessem ofertar emprego caso precisassem.

Em vista disso, através de estratégias distintas diante de situações diversas, as famílias inseriram-se em atividades ligadas ao trabalho agrícola e viabilizaram a condição de serem agricultoras mesmo sem ter a propriedade do lote, tais como residir no lote dos sogros e trabalhar como vaqueiro em fazendas da região.

A conversa descrita a seguir sobre parte da trajetória do Sr Jãozé exemplifica alguns dos aspectos trazidos no texto:

[...]

Sr. Jãozé: *Trabalhava na terra do meu pai em Agicarlos na Bahia, trabalhava mais meu pai.*

Pesquisadora: *E lá a terra era dele?*

Sr. Jãozé: *Sim.*

Pesquisadora: *E de lá vocês foram pra onde?*

Sr. Jãozé: *De lá eu sai sozinho pro Goiás.*

Pesquisadora: *Com quantos anos?*

Sr. Jãozé: *Sai com 12 anos, com doze anos eu morei em Jubiataba bem uns 8 anos, Jubiataba, trabalhando assim de peão sabe?.. de vaqueiro... aí fui pra fazenda do Moacir Monzarlando, aí que eu arrumei essa mulher e casei.*

Pesquisadora: *Quantos anos o senhor tinha quando casou?*

Sr. Jãozé: *Tava com 18 anos, quando eu casei. Tava com 18 anos e lá nós morou um bocado de tempo trabalhando de vaqueiro nessa fazenda e de lá nos mudou aqui pro Pará [...] É pro Brejo Grande...Fiquemos no Brejo Grande... quantos anos? [...] Fiquemos 10 anos no Brejo Grande.*

Pesquisadora: *E por que vocês vieram aqui pro Brejo Grande?*

Sr. Jãozé: *Nós veio era... pra onde tava o nosso cunhado né? Nosso cunhado morava aí nois veio pra onde ta ele e eu atrás de arrumar terra,. Chegou aí nos ficou, trabalhei de vaqueiro um bocado, aí vim trabalhar, daí vim mas esse Hélio pra cá.. essa fazenda onde trabalhando de vaqueiro, aí trabalhei com ele 3 anos, com 3 anos eu comprei essa terra aqui... aí to morando aqui.*

[...]

Pesquisadora: *Então, o Sr ficou sabendo dessa área por que trabalhava aí do lado?*

Sr. Jãozé: *É... trabalhava mais o Hélio aí. E aqui era uma colônha, né, aí os colono me vendeu esse pedaço de terra, era invadido isso aqui.*

No geral, a busca por um lote resultou duas formas de acesso a terra: a posse e compra. A posse fora adquirida através de dois processos: o primeiro, como já descrito anteriormente, representa a ocupação paulatina de famílias em áreas de terras devolutas; o outro representa a posse adquirida através da entrada conjunta das famílias em áreas tidas como de fazendeiros. Já a compra da terra, feita às vezes do posseiro ou de um segundo, terceiro e até quinto proprietário, acontecera de forma similar a identificada por Félix (2009) em outro assentamento no sudeste do Pará. Os negócios eram feitos as vezes na informalidade (sem papel assinado) onde a *palavra* sustentava a confiança entre as partes negociantes e alicerçava a transação e em outros casos, a transação era confirmada através do contrato de compra e venda, lavrado em cartório.

Por conseguinte dessas primeiras formas de aquisições, dois filhos de migrantes adquiriram terra através de herança. Outro agricultor adquiriu o lote atual através da troca do seu primeiro lote que fora comprado dentro do mesmo PA. Através do gráfico 02, a seguir, são ilustrados em percentual os modos de acesso a terra:

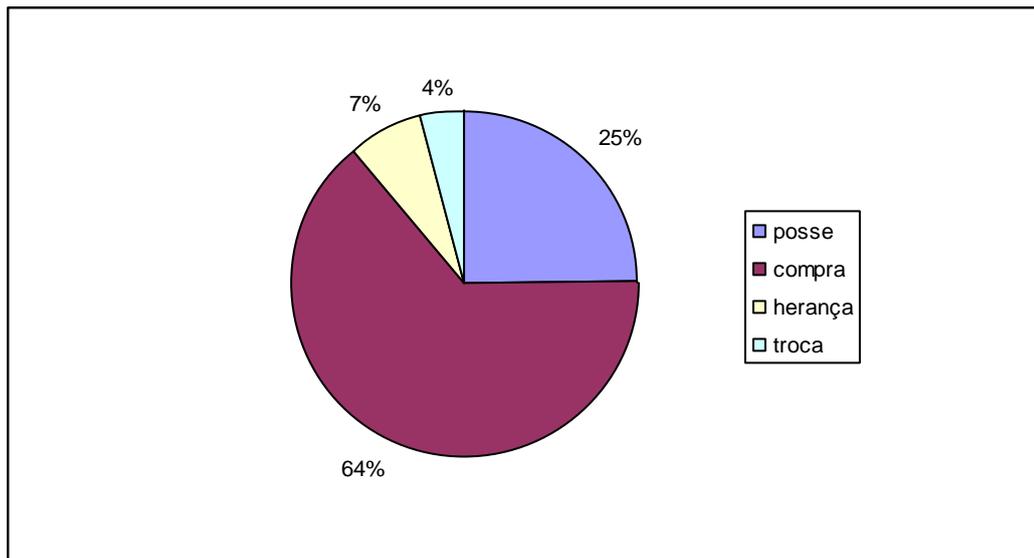


GRÁFICO 02 Tipos de transações na aquisição da terra

FONTE: Pesquisa de campo (2010).

Os dados do gráfico 02 mostram que a maioria dos agricultores (64%) obteve o lote atual através da compra, enquanto 25% obtiveram através da posse. No entanto, duas dessas famílias cujo lote atual fora comprado de terceiros, já haviam sido posseiros de lote na área do PA onde moram, mas, no entanto, por motivos familiares optaram por vender a propriedade e comprar um lote com área menor.

Independente da forma de aquisição da área, todas as famílias entrevistadas afirmam que os lotes foram cadastrados no INCRA e que hoje fazem parte (os esposos, esposas ou filhos) da relação de beneficiários da reforma agrária (RB), tendo em vista que na ocasião da criação do assentamento já estavam no lote. Aqueles que chegaram *a posteriori* da primeira fase de ocupação das áreas, mesmo adquirindo a terra através da compra, conseguiram colocar o nome na RB⁷².

Os tipos de documentos que hoje esses agricultores têm do lote estão detalhados na tabela 06 a seguir:

⁷² De acordo com as normativas do INCRA, para isso é preciso que o agricultor em RB (vendedor do lote) assine junto a esse órgão, um termo de desistência para que o comprador possa ser cadastrado em seu lugar.

Tabela 06 Tipos de documentos que os agricultores possuem do lote

TIPOS DE DOCUMENTOS	%
Declaração de posse	35,7
Contrato de compra e venda	25
Título definitivo	7,1
Outros	3,6
Nenhum	28,6
TOTAL	100

FONTE: Pesquisa de campo (2010)

De acordo com os dados contidos na tabela acima, 28,6 % dos entrevistados dizem que não possuem quaisquer tipo de documento que comprovem o direito de posse ou a propriedade da terra, mas afirmam que seus nomes estão na RB. Em alguns casos a emissão da declaração de posse pelo INCRA está vinculada à necessidade deste documento para dar entrada ao processo de aposentadoria dos agricultores junto à previdência social, então, estes solicitam aos técnicos do órgão a expedição de tal documento.

Sobre a estrutura fundiária dos projetos de assentamento, as informações obtidas através da entrevistas indicam que o tamanho das áreas adquiridas foi variável, conforme apresentado na tabela 07, a seguir:

Tabela 07 Estrutura fundiária dos lotes das famílias entrevistadas

NOME DO PA	TAMANHO PADRÃO DOS LOTES (HA)	TAMANHO DA ÁREA ATUAL (HA)- MÁX E MIN	ÁREA MÉDIA (HÁ)
DOURADA	25 a 50	9,5- 60	29,7
TAMBORIL	50	50 – 475	153,6
VOLTINHA	50	50 – 250	137,5
BOM JARDIM	35	35 – 70	42
MURAJUBA	25	25	25
JATOBÁ I	100	75 e 150	112,5
TOTAL	50	9,5 – 475	88

FONTE: Pesquisa de campo (2010)

De acordo com o apresentado na tabela 07, a estrutura fundiária varia de 25 a 50 ha, dependendo do projeto de assentamento. Na comunidade Jatobá I, porém, as áreas foram tituladas e o padrão de demarcação dos lotes seguiu o módulo fiscal da época de 100 ha. Apesar desses tamanhos fixados na ocasião da criação do assentamento, a área média das propriedades atualmente difere dos mesmos. Enquanto a área média dos lotes na aquisição era de 48 ha, na fase atual a média do tamanho das propriedades é de 88 ha.

Através da tabela 08 abaixo, é possível observar que a maioria das famílias permaneceu com a mesma estrutura fundiária (61%). No entanto, merece destaque o fato de 32% terem aumentado o patrimônio através da compra de mais área de terra. Esse percentual pode ser um indicativo de uma tendência a acumulação de terra por parte das famílias assentadas.

Tabela 08 Mudança ou não na estrutura fundiária dos lotes

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DOS LOTES	%
Permaneceu	61
Aumentou	32
Reduziu	7
TOTAL	100

FONTE: Pesquisa de campo (2010)

As informações apresentadas através da tabela acima indicam que os agricultores ao longo do tempo, investiram no aumento dos seus lotes. Isso pode significar a existência de um processo de reconcentração fundiária na região, todavia, numa perspectiva diferente daquela ocorrida antes dos anos 70. Ao invés de latifundiários cuja concentração de terras dava-se através da aquisição inicial de grandes áreas, nesses casos esse processo vem acontecendo paulatinamente através da compra por parte dos agricultores de áreas geralmente de vizinhos⁷³.

No meio desse processo de acumulação de terra fato interessante são as estratégias utilizadas pelas famílias para aumentar o patrimônio tanto em termos fundiário como no aumento do rebanho, uma vez que uma área maior possibilita a ampliação da pastagem e conseqüentemente viabiliza o aumento do plantel.

Os agricultores compram a terra e em seguida o antigo dono que estava em RB assina o termo de desistência no INCRA e o comprador passa a ser cadastrado. Logo, a cada nova compra, o direito de posse do lote adquirido (através da compra) é concedido a um dos filhos. Nesse caso, foi observado que apesar do filho ter o direito de posse perante o INCRA, tendo em vista que seu nome está na RB, o centro de decisão de gestão e a propriedade sobre a terra ainda é dos pais. A terra é vista, então, como o conjunto de lotes que nessa situação representa um só que em termos legais possui mais de um dono, mas que na prática de gestão pertence aos pais.

⁷³ Apesar dos dados apresentados, não há informações suficientes para explicar com certeza os fatores que motivam a venda da terra.

Essa estratégia segue uma lógica de acumulação de terra que possibilita aumentar a área do lote, uma vez que a legislação brasileira não permite que um indivíduo possua o direito de posse de mais de um lote. Essa paulatina concentração fundiária segue uma lógica que vai além da mera acumulação de terra com fins de especulação e/ou ampliação da escala produtiva visando lucro. A questão da herança pode estar implícita e ser inerente à essa acumulação de capital. Nas entrevistas, os agricultores expressam que toda construção material conquistada por eles está vinculada aos filhos, já que, segundo eles, tudo que fazem é para os filhos.

Talvez, comprar a terra e legalizá-la em nome dos filhos mesmo que *a priori* estes não detenham o poder de decisão sobre esse bem, seja uma forma de articular a herança e garantir que os herdeiros venham a ter acesso a terra e conseqüentemente a um meio de trabalho, viabilizando sua reprodução social⁷⁴.

4.2 CONSTITUIÇÃO DAS FAMÍLIAS E COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS DOMÉSTICOS⁷⁵

É importante lembrar que antes de chegar a região da Santa Fé, os agricultores entrevistados já haviam migrado outras vezes. Alguns migraram quando criança, acompanhando os pais, outros migraram sozinhos, outros após o casamento. Observando essas trajetórias, torna-se interessante o fato de que 56% dos grupos domésticos foi constituído já no Pará, uma vez que o casal é formado por filhos de migrantes ou por migrantes que eram, quando jovens, trabalhadores rurais informais cuja vinda para esse estado não está atrelada à migração de sua família nuclear de origem, mas sim à busca de *melhoria* ou de *coisa melhor*. Através dos dados apresentados no gráfico 03, a seguir, pode ser observado que menos de 50% das famílias pesquisadas já haviam sido constituídas antes da chegada ao Pará.

⁷⁴ Longe de ser assunto esgotado, nesse trabalho não será focado regras de herança, mas registra-se aqui esse assunto como importante tema de pesquisa.

⁷⁵ Com base nas discussões de Mendras (1978), compreende-se neste trabalho família como o grupo de pessoas ligadas por laços de parentesco e de acordo com Heredia (1979), considera-se o grupo doméstico “o conjunto de indivíduos que vivem na mesma casa e possuem uma economia em comum” (HEREDIA, 1979, p. 37).

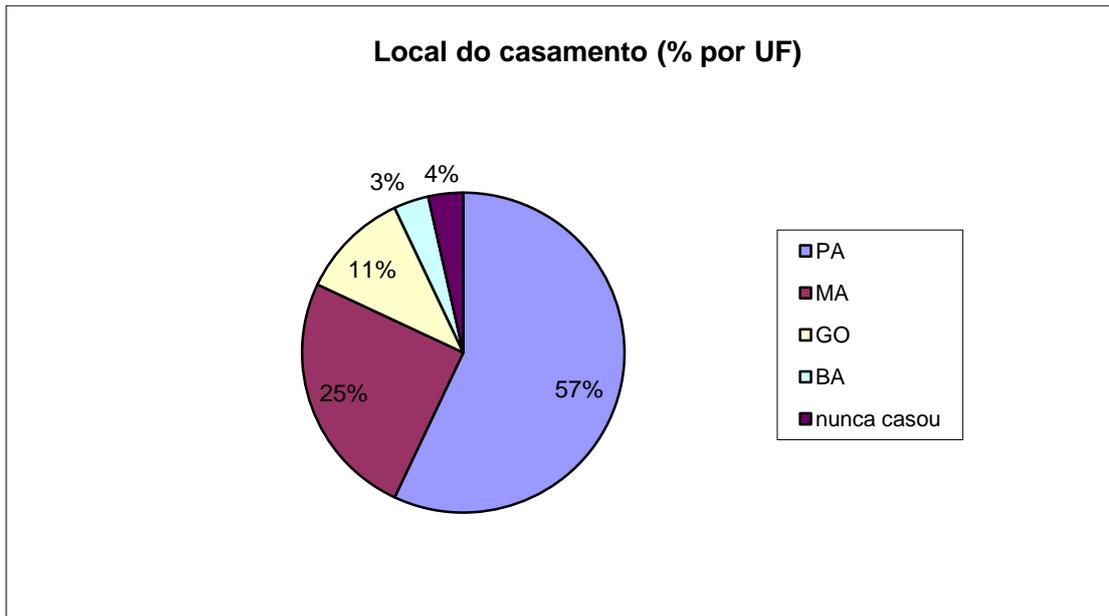


GRÁFICO 03 Local do casamento dos entrevistados
 FONTE: Pesquisa de campo (2010).

Como ilustrado no gráfico 03, 56% das famílias foram constituídas antes da vinda para o Pará. O local do casamento de 25% desses agricultores foi o estado do Maranhão e de outros 11% em Goiás. Os casamentos originados já no Pará aconteceram anteriormente à vinda dos agricultores para a região da vila, sendo identificado na pesquisa, apenas uma família constituída a partir do casamento entre filhos de posseiros de um mesmo projeto de assentamento.

Sobre os arranjos familiares, os dados mostram que as famílias nucleares são formadas por sete membros em média, sendo dois pais e cinco filhos. Porém, hoje os grupos domésticos são formados por três pessoas. Os filhos geralmente já são casados e moram fora do lote. Em apenas um caso foi encontrado lote com mais de uma família nuclear. Nesse caso, moram o casal e uma filha e uma neta com suas respectivas famílias⁷⁶. Na situação da família de D. Lia, o grupo doméstico hoje representa uma família extensa nos moldes descritos por Wolf (1976), uma vez que além dos filhos, compartilham do mesmo teto a nora e o neto.

Dessa forma, os dados mostram mudanças estruturais no âmbito familiar uma vez que os grupos domésticos atualmente são configurados de maneira diferente da composição

⁷⁶ De fato, essa realidade mostrada através da pesquisa de campo, causa surpresa, pois enquanto pesquisadora, tenho encontrado em outras regiões do Pará, situações onde é recorrente encontrar lotes onde reside mais de uma família nuclear.

inicial. Enquanto as famílias nucleares possuem em média seis membros, a média hoje aponta para grupos domésticos formado por três pessoas, conforme ilustrado no gráfico 04 a seguir:

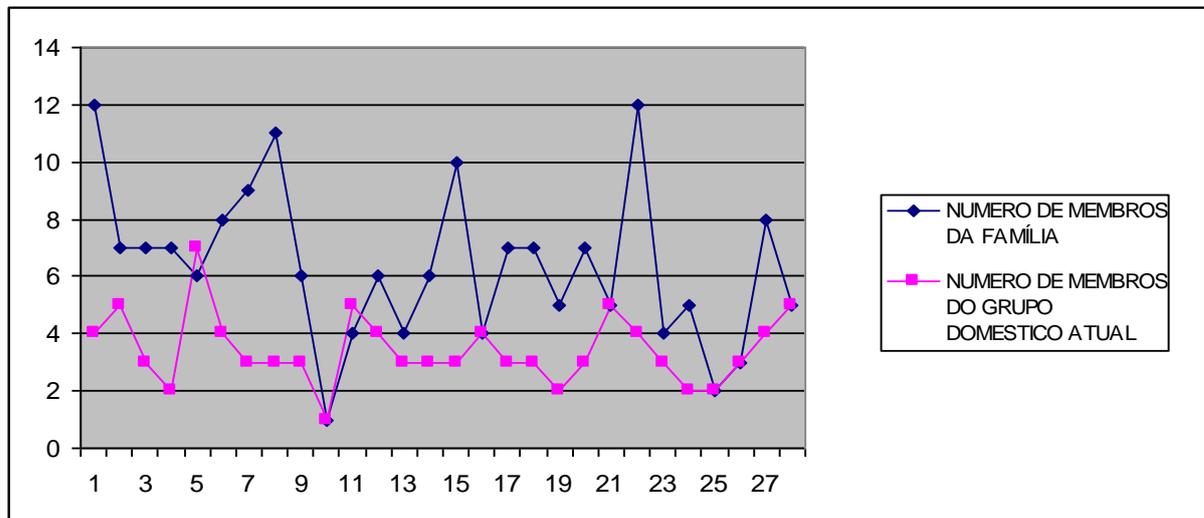


GRÁFICO 04 Relação entre número de membros da família e do grupo doméstico.
FONTE: Pesquisa de campo (2010).

Além dessa mudança na estrutura familiar em termos do número de membros, outro dado que chama atenção é o tipo de laço parental. Em 58% dos casos pesquisados, os grupos domésticos são formados por avós e netos, enquanto em 30% residem apenas os pais e um filho. Os outros 12 % representam grupos domésticos formados por pais, filhos e netos.

Porém, contabilizando e distribuindo os membros dos grupos domésticos de acordo com o laço parental, no total das famílias entrevistadas a quantidade de filhos ainda é superior a quantidade de netos, como pode ser visualizado através do gráfico 05 a seguir:

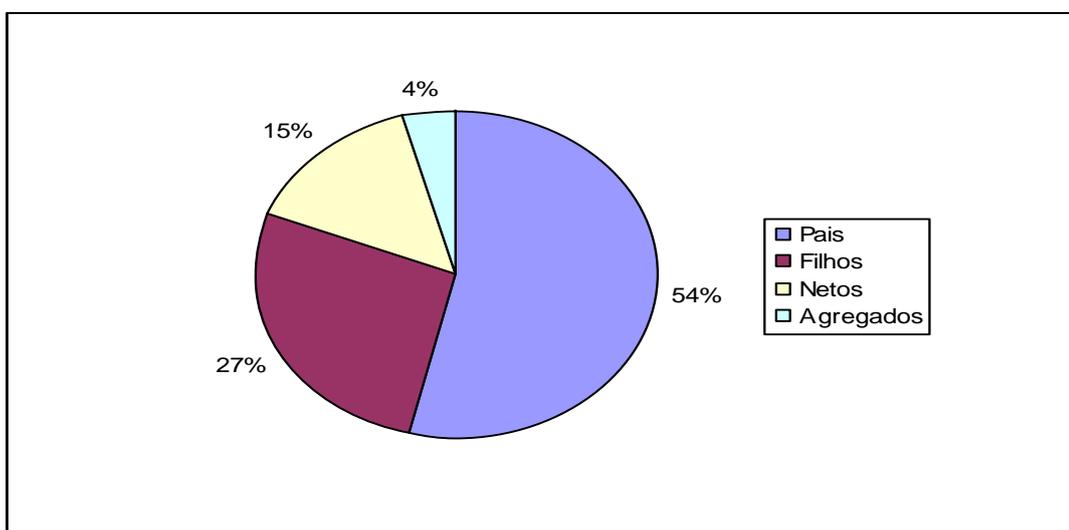


GRÁFICO 05 Laço parental na formação dos grupos domésticos.
FONTE: Pesquisa de campo (2010).

Vale lembrar que o resultado não significa que em todos os grupos domésticos são formados por pais, filhos, netos e agregados, conforme explicado anteriormente. Apesar dessa predominância do número de filhos em relação aos de netos, quando observada a composição, predominam os grupos formados por pais e netos.

Isso pode ser observado também através da idade dos membros que compõem os grupos domésticos das famílias entrevistadas. O número de crianças de até 13 anos é superior ao número de jovens com idade entre 14 e 18 anos e o número de adultos acima de 54 anos equivale a 30% do total de pessoas que compõem os grupos domésticos. Esses dados são ilustrados através do gráfico 06:

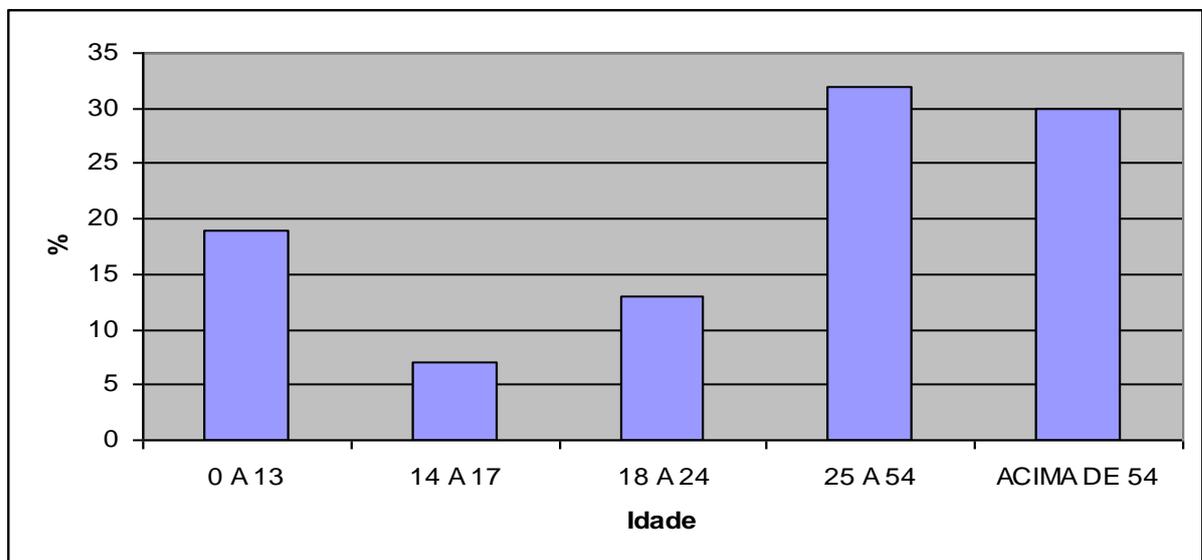


GRÁFICO 06 Idade dos membros dos grupos domésticos
 FONTE: Pesquisa de campo (2010).

No geral, prevalece o intervalo de idade entre 25 e 54 anos, porém o número de pessoas acima de 54 anos é significativo e indica que boa parte dos membros dos grupos domésticos está em idade de aposentar-se. Em 32% das famílias, o casal tem idade inferior a 54 anos e em 34% o casal tem idade superior a 54 anos. Nos outros 34% o esposo geralmente tem idade superior a 54 anos e a esposa idade inferior.

Os estudos de Wolf (1970), Heredia (1979) e Stropasolas (2006) mostram como a instituição família sofre variações no tempo e no espaço e como o grupo doméstico, através das relações entre seus membros, organiza-se e lança mão de estratégias que permitem sua reprodução social no contexto onde está inserida. Isso acontece através da adaptação da família às mudanças que ocorrem (COSTA; RODRIGUES, 1995), ao mesmo tempo, tal

adaptação pode gerar uma nova situação, dando continuidade a um movimento cíclico de mudança- adaptação- mudança.

No caso das famílias entrevistadas, os dados refletem algumas mudanças na estruturação do grupo doméstico. Tais mudanças derivam das estratégias de adaptação das famílias à algumas mudanças internas ao grupo, como o ciclo de vida, e externas, como o local da escola. Atualmente, cerca de 77% dos filhos dos agricultores não moram mais com os pais. Essa composição deriva do fato dos filhos terem saído do ambiente doméstico em busca de direções diversas. A saída dos filhos para alçar novos horizontes está relacionada, no geral, ao estudo e à busca por trabalho remunerado. Boa parte dos filhos saiu de casa para estudar na vila, em Marabá e em menor proporção em outras cidades. Outra parte saiu a procura de emprego em áreas próximas (fazendas) ou na cidade, conforme demonstrado através do gráfico 07:

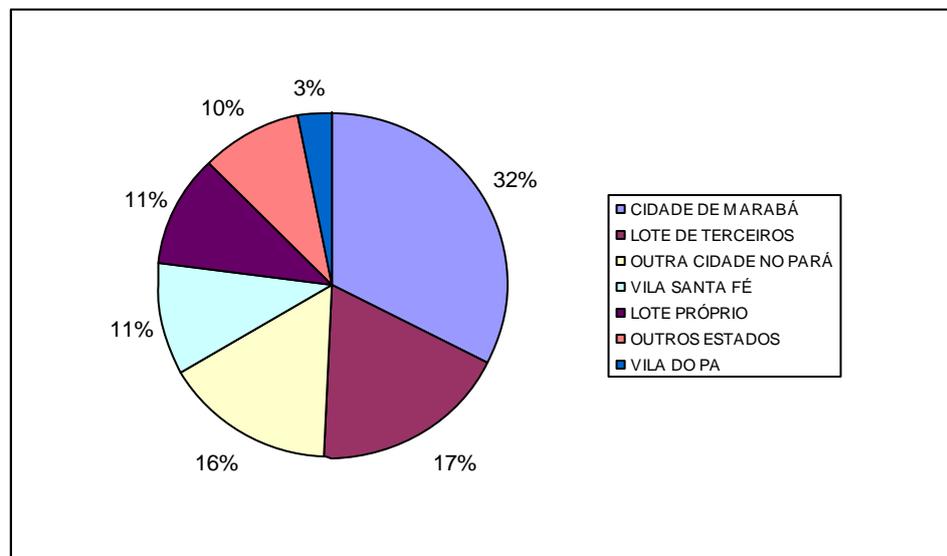


GRÁFICO 07 Local de moradia dos filhos que saíram de casa em percentual
FONTE: Pesquisa de campo (2010).

De acordo com o demonstrado através da figura acima, quase 50 % dos filhos que saíram de casa moram na cidade, seja em Marabá ou em outras cidades no Pará e em outros estados. Enquanto 11 % residem na vila Santa Fé e outros 28% moram em propriedades agrícolas, seja própria ou de terceiros. No PA Bom Jardim, em duas famílias entrevistadas, os filhos moram na vila do PA e são trabalhadores de outras propriedades rurais, prestando serviços de roço de pasto e outras atividades através de empreita e diária.

Os filhos que saíram de casa, hoje exercem diversos tipos de atividades vinculadas ou não à agricultura e muitos constituíram suas próprias famílias. Os dados mostram, conforme

visualizado através do gráfico 08 a seguir, que a maioria está empregada em atividades não-agrícolas, enquanto outra parte está vinculada ao trabalho agrícola, seja em lote de terceiros ou próprio:

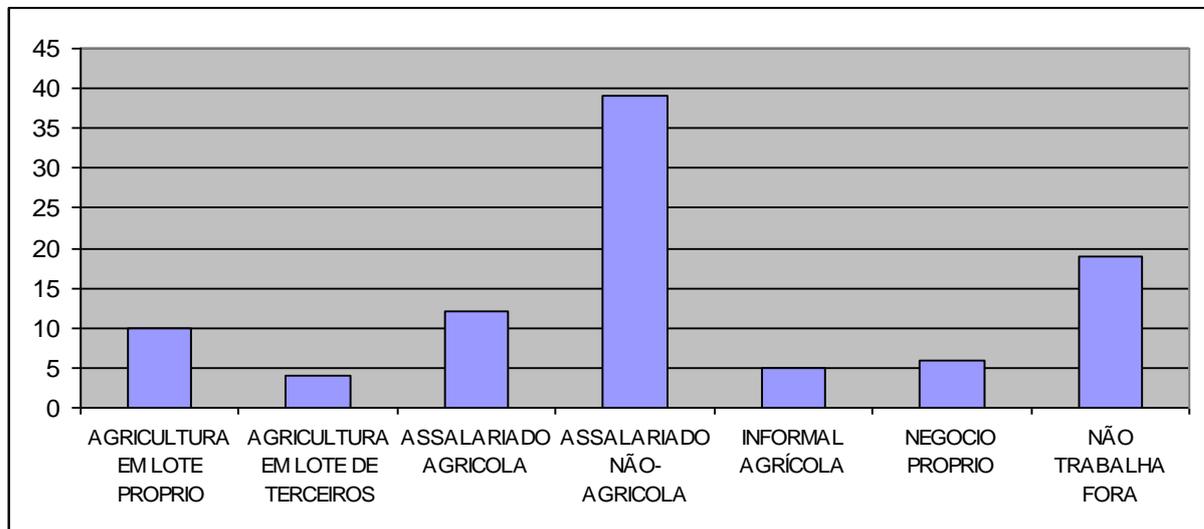


GRÁFICO 08 Atividades dos filhos que saíram de casa
 FONTE: Pesquisa de campo (2010).

Esse quadro geral visualizado a partir do gráfico acima, deriva de três situações. A primeira diz respeito ao fato dos filhos terem saído em direção à cidade de Marabá à procura de emprego. Os considerados assalariados não-agrícola são casados (com poucas exceções) e provedores de seus lares. A segunda segue nessa mesma perspectiva em relação ao fato dos filhos já constituírem suas próprias famílias, porém, ao invés de ir em direção a cidade, esses desenvolvem atividades agrícolas em lote próprio, de terceiros ou são assalariados em fazendas.

Já a terceira situação, refere-se àqueles que saíram de casa, mas não exercem atividade remunerada. No geral são mulheres donas de casa cujos esposos são os provedores das famílias ou ainda são filhos solteiros sustentados pelos pais- que moram nos PA's- e que estão em Marabá para estudar. Apesar da existência de escola na região da Santa Fé desde a década de 1980, aquelas famílias cujas condições permitiram, optaram por viabilizar o estudo dos filhos em outros locais, principalmente na cidade de Marabá e em alguns casos, em outras cidades. Essa opção está relacionada à preocupação da qualidade do ensino em relação ao ofertado na escola da vila que, de acordo com as famílias que utilizaram tal mecanismo, diz respeito a aulas regulares e professores mais capacitados.

Em ambos os casos, a saída está relacionada à expectativa desses membros familiares, como também dos pais, em conseguir vida melhor fora da agricultura. Essa expectativa está associada ao *sofrimento* que as famílias passaram ao chegar à região. Esse *sofrimento*, citado em todas as entrevistas, representa as dificuldades e os desafios enfrentados por elas. Dentre essas dificuldades, foram recorrentemente citadas: falta de estrada para trafegar e ter acesso aos mais diversos ambientes (vizinhos, escola, vila, cidade, etc); enfrentamento de animais selvagens, como onça e catitu; malária; esforço físico demasiado para derrubar a mata e implantar roça; dificuldade em comercializar a produção; renda baixa obtida através da atividade agrícola, dentre outras.

Como exemplo, traz-se ao texto o caso da família de D. Abgail. Ela relata que incentivara os filhos a estudarem para que eles não passem pelo mesmo *sofrimento* que ela e o marido passaram. A agricultora afirma que se depender da vontade dela, os filhos não voltam para o trabalho na roça porque eles podem conseguir *coisa melhor* exercendo outras atividades.

O termo *coisa melhor* significa, dentre outros exemplos, a perspectiva de que os filhos não vivenciem o *sofrimento*, descrito como um conjunto de situações cotidianas que faziam da vida no lote uma *vida sofrida*, tais como a falta de infra-estrutura, o trabalho braçal considerado pesado, tais como a derruba da mata e o roço de pasto, moradia em casa coberta por palha e sem eletrodomésticos e utensílios considerados necessários para uso doméstico.

Nessa perspectiva, a educação é vista como válvula de escape à situação de *sofrimento*, pois como observara Stropasolas (2006), o estudo representa uma alternativa ao trabalho na roça uma vez que prepara para o trabalho urbano (STROPASOLAS, 2006) ou para um trabalho remunerado de reconhecimento positivo perante a sociedade, como o de técnico agrícola.

Essa percepção dos pais sobre o ensino formal pode ser derivada do pouco ou nenhum acesso que tiveram à escola. No geral, 25% dos agricultores pais das famílias são analfabetos. Isso reflete a realidade dos mais velhos frente à priorização do trabalho em detrimento ao estudo, como pode ser observado na fala do agricultor Sr Esperidião sobre o acesso que tivera à escola: "*meu pai, a escola que ele me deu foi o estrume do curral. Com 10 anos ele me entregou o curral*".

Nas décadas de 80 e 90, mesmo com ativação de algumas escolas dispersas ao longo da região da Santa Fé, o acesso ao ensino era dificultado pela falta de estradas, falta de transporte e pela distância. Em geral, os filhos que tinham idade escolar nos anos 90 freqüentavam a escola do PA onde cursavam até a 4ª série. Concluía, então, o ensino

fundamental na escola da vila e terminavam o ensino médio em Marabá ou em outra cidade. Isso começou a mudar quando na escola Maria das Neves passou a ser ofertado o ensino médio, pois as famílias passaram a ter outro local como opção para matricular os filhos.

A forma de acesso ao ensino fundamental também não é mais a mesma. A descentralização do ensino na área da vila para as escolas dos PA's tem configurado uma situação diferente. As escolas dos PA's Bom Jardim e Murajuba ofertam de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental. Esse fato modificou o acesso à escola para os moradores desses PA's e também do PA Voltinha cujo atendimento escolar é feito através da escola do PA Bom Jardim. Destaca-se aqui a situação de duas agricultoras moradoras do PA Murajuba. O funcionamento do ensino até a 8ª série na escola do PA oportunizou a elas (e a outras agricultoras) concluir o ensino fundamental. Ambas afirmam que caso houvesse ensino médio no PA continuariam estudando.

Em vista disso, esse elemento tem influenciado diretamente na organização familiar para viabilizar o acesso de filhos e netos à escola. Um dos exemplos mais marcantes da influência desse fator na vida das famílias é a forma como tem decidido na configuração do local de moradia dos membros do grupo doméstico. O local de morada desses grupos domésticos apresenta três configurações:

- a) lote: as famílias residem e trabalham no estabelecimento agrícola;
- b) vila: as famílias moram na vila e trabalham em seu lote ou ainda moram na vila, trabalham no lote e também desenvolvem outras atividades econômicas na vila; e
- c) lote e vila: parte dos membros mora na vila e parte mora no lote. Nesse caso, de forma geral a esposa e filhos em idade escolar moram na vila para que os filhos tenham acesso a escola, enquanto o esposo reside no lote.

Essas distintas situações são frutos das diferentes estratégias usadas pelas famílias de acordo com as características do grupo doméstico. A vila é local de morada para aquelas cujos filhos ou netos estão em idade escolar e no assentamento não há escola próxima ao lote. Ao ir morar na casa da vila, a esposa procura inserir-se numa outra atividade econômica para gerar mais uma fonte de renda. Como exemplo, tem-se a situação do Sr Esperidião cuja filha estuda na vila e por isso a mãe mora com ela. Esse agricultor passa a semana fazendo as atividades no estabelecimento agrícola e no final de semana vai a vila ficar com a família ou, então, sua esposa e filha vão para o lote.

Outra situação é a da família do Sr Balbino que chegou na região da Santa Fé em 1991 e comprou um lote no PA Tamboril. Em 1996 adquiriu casa na vila Santa Fé para que os filhos fossem para a escola. Somando-se a esse motivo, conflitos internos ao grupo doméstico

incentivaram a esposa a optar por morar na vila com o intuito de investir na atividade de vendedora de roupas (chamada popularmente de *sacoleira*). Desde então, houve mudança na organização interna do grupo familiar. O Sr Balbino diz morar no lote e denomina-se agricultor, enquanto sua esposa e filhos moram na vila e são comerciantes.

A situação exemplificada a partir desses dois grupos domésticos representa formas das famílias organizarem-se diante de eventos que venham a acontecer ao longo de sua trajetória. O ciclo de vida, principalmente no que se refere à idade dos filhos, bem como a disponibilidade de ensino escolar na área da vila ao invés do projeto de assentamento são fatores importantes nessa organização.

Isso foi recorrente também no caso das famílias que hoje moram no lote, mas que chegaram à região na década de 1980 e início dos anos 90, época em que as áreas ocupadas eram deficitárias de escolas. Como alternativa a essa situação, muitas das famílias usaram da estratégia de adquirir casa na vila para que os filhos pudessem frequentar a escola que lá funcionava. Dependendo da idade dos filhos, a mãe também passava a “morar” na vila para que as crianças não ficassem desacompanhadas de um responsável, relatam os agricultores. Velho (1979) evidenciou essa mesma situação na fronteira amazônica nos anos 50:

[...] Mais tarde, quando a comunidade se tornava capaz de oferecer algum tipo de instrução rudimentar para as crianças, um novo fator polarizador surgia. Ou famílias inteiras então se mudavam para o agrupamento ou então enviavam algumas das suas crianças para ficar por uns tempos com amigos, compadres ou parentes. (p. 202).

Como também observou esse autor, isso remetia a uma divisão familiar e conseqüentemente à reordenação das atividades desenvolvidas pelos membros do grupo no estabelecimento agrícola. Todavia, nos finais de semanas aqueles que ficavam na vila retornavam ao lote e lá cumpriam suas tarefas ou o contrário, o pai deslocava-se para a vila. Essa forma de separação entre o local de morada e o local de trabalho também foi evidenciada por Velho (1979), mas naquela época os motivos para tal separação estavam também relacionados ao fato das terras ocupadas distarem do povoado formado e “tornou-se mais freqüente à medida em que chegavam novos migrantes e a terra disponível já estava mais longe” (VELHO, 1979, p. 202).

Além do local de morada, as condições da moradia são variáveis, tanto em termos de tamanho da casa como em estilo e material utilizado na construção das mesmas. A casa das famílias que moram na vila geralmente é de alvenaria, mas também são encontradas casas de madeira. Boa parte das famílias recebeu recurso do crédito habitação e a casa fora construída

no lote. Os agricultores dos PA's Tamboril e Voltinha acessaram esse recurso em meados dos anos 90. As famílias dos PA's Murajuba e Bom Jardim receberam o crédito logo após a entrada no lote, ainda no final dos anos 90. Enquanto as famílias do PA Dourada passaram a receber em 2003.

Mesmo com a casa *nova* construída com recursos do crédito habitação, a casa *velha*, chamada também de *barraco* por ter sido feita na maioria das vezes de madeira e/ou barro com cobertura de palha, não deixa de ser utilizada pelas famílias. Algumas são transformadas em paiol e passam a guardar instrumentos de trabalho agrícola e a produção colhida. Outras são usadas como cozinha já que nelas já havia fogão a lenha ou ainda são usadas para as duas finalidades.

A casa *nova* em algumas situações foi construída como extensão da casa *velha*, enquanto em outros casos, a casa *nova* ganha uma extensão construída geralmente de madeira e coberta com palha (como era o barraco) que é utilizada como cozinha que, além de ampliar a casa projetada através do crédito habitação, também conserva aspectos marcantes da casa *velha*, como o fogão a lenha (feito de barro) e o giral onde a louça é lavada. Na foto 02 a seguir podem ser visualizadas casas de algumas famílias entrevistadas:

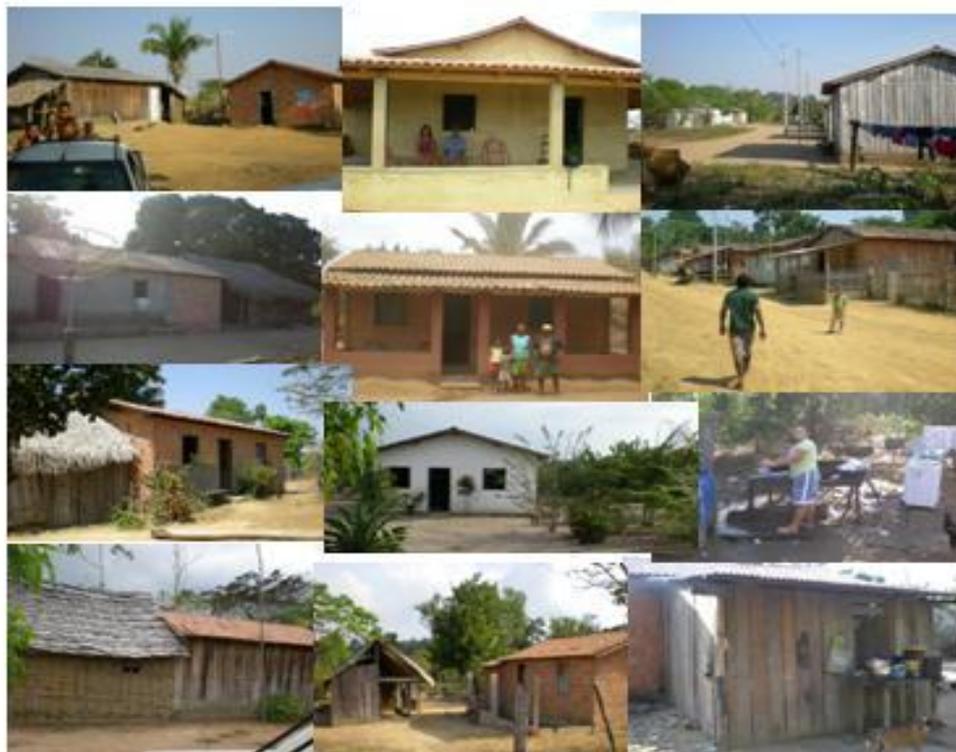


FOTO 02 Ilustração dos tipos de casas nos PA's.
FONTE: Pesquisa de campo (2010).

Muitas famílias do PA Tamboril consideram a vila como área do patrimônio do assentamento. Na época que foi liberado o crédito habitação, algumas famílias optaram por construir a casa na vila ao invés do lote. Na época, o superintendente do INCRA autorizou essas construções, todavia, isso não é mais possível porque na compreensão dos técnicos do INCRA, as áreas dos PA's possuem patrimônio dentro de seu perímetro e por isso, a Santa Fé não é considerada por eles como sendo a vila do PA.

4.3 A DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES E DE FONTES DE RENDA

Além dos aspectos apresentados anteriormente, a diversificação de atividades agrícolas é outra característica inerente aos sistemas de produção das famílias entrevistadas. Associadas a tais atividades, a exploração de madeira e castanha, a venda sazonal de mão-de-obra relativa ao trabalho na terra e o desenvolvimento de atividades não-agrícolas fazem parte do quadro de estratégias das famílias para viabilizar a geração de renda desde a chegada ao lote.

Desde a década de 80, logo na chegada dos agricultores ao lote, a venda da madeira ainda existente na área ocupada subsidiava a permanência das famílias na área e a implantação das primeiras roças. Mogno, cedro (*Cedrela fiáilis Vell*) e angelim-pedra (*Hymenolobium petraeum*) foram as espécies madeireiras que esgotaram rápido devido à concentração da extração em áreas próximas à vila. As terras mais afastadas eram área de fazenda, e como os donos das propriedades não se interessavam em vender o produto, a exploração madeireira tornava-se inviável.

No final dos anos 80 funcionavam duas serrarias na vila. Os madeireiros começaram a tirar madeira considerada dura e por isso ruim para serrar, tais como jatobá (*Hymenaea courbaril* L.) e castanha-do-Pará. Porém, além da procura por essas espécies, os donos de madeireiras de Marabá passaram a procurar espécies utilizadas para fazer lâmina, como muiracatiara (*Peltogyne cf. subsessilis*), melancieira (*Alexa grandiflora* D.) e amarelão (*Aspidosperma vargasii* A.).

No início dos anos 90 à medida que os agricultores foram entrando em áreas mais distantes da vila, as madeireiras locais passaram a buscar novamente árvores de ipê, mogno, cedro e jatobá (*Hymenaea courbaril* L.). No entanto, com a instalação das laminadoras na vila, começaram a comprar também madeira branca, dentre as quais as mais procuradas eram sumaúma (*Pentandra ceiba* L.), faveira (*Parkia multijuga* B.), melancieira e paxiúba (*Iriartea*

sp). Amarelão e castanheira eram espécies que as serrarias não compravam porque eram duras e difíceis de serrar, todavia, a partir de 1996, passaram a ser extraídas e serradas. Em 1998, a madeira cobiçada era a melancieira e a faveira para fazer compensado.

No PA Voltinha, o auge da venda de madeira foi o primeiro ano de entrada das famílias na área, sendo feita de forma coletiva: a liderança local negociava a madeira da área com madeireiros de Marabá, mas o dinheiro obtido com a venda seria utilizado para pagar as despesas do grupo que ocupara a área (compra daquilo que não era produzido no lote e custeio de despesa de viagem para tratar sobre a criação do assentamento). Depois da morte dessa liderança as madeireiras passaram a negociar a compra da madeira diretamente com os agricultores de acordo com o seu interesse e a venda não era mais feita no coletivo, mas individualmente (cada agricultor podia negociar a madeira que estava dentro do seu pedaço de terra).

Na área do PA Bom Jardim, o Sr Amâncio relata que no “*os madeireiros vinham procurando madeira. Muitas vezes, quando era pouquinha, trocava madeira em rancho. Quando acaba de tirar a madeira, já tinha acabado o rancho*”⁷⁷. A maioria dos madeireiros eram atravessadores e pagavam a árvore em pé de acordo com a espécie. Compravam amarelão, ipê, jatobá e angelim a um preço superior ao que pagavam pelas árvores de melancieira e faveira. Essas últimas custavam R\$ 10,00 ou R\$ 20,00 a árvore. Já uma árvore de castanheira custava entre R\$ 30,00 e R\$ 50,00/árvore.

As primeiras estradas dentro dos PA's foram feitas por madeireiras e, segundo os entrevistados, muita gente negociou madeira em troca da abertura da estrada até seu lote.

Além da madeira, a coleta de castanha foi outra atividade extrativista geradora de renda, principalmente para aquelas famílias que chegaram na década de 80. Os agricultores *cortavam*⁷⁸ castanha e a venda era feita de duas formas: vendiam para os atravessadores que compravam o arroz ou vendiam para os donos de usinas na vila. Uma das moradoras antigas do PA Dourada relata que os moradores que *cortavam* castanha vendiam esse produto à medida que necessitavam comprar rancho e por isso o fato de existir um ponto de venda na vila facilitava essa transação comercial. Discorrendo sobre a forma como essa atividade passou a fazer parte do sistema de produção, ela lembra que no período em que seu esposo era vaqueiro em uma fazenda da região, não necessitavam vender castanha e nem ir a vila fazer

⁷⁷ O Sr Amâncio afirma que não vende mais madeira porque o IBAMA “vem em cima”, mas ainda há árvores de melancieira e cedro em seu lote.

⁷⁸ Cortar castanha significa o processo de coletar e quebrar o ouriço que envolve as sementes. As sementes (a castanha propriamente dita) são, então, vendidas sem o ouriço em sacos ou latas, sendo a medida feita em hectolitros.

compra porque o fazendeiro trazia o rancho de Marabá. Depois que adquiriram terra própria, desvinculando-se do emprego na fazenda, ela quebrava duas ou três latas de castanha e ia vender na Santa Fé para comprar o rancho. Na época não haviam estradas e o trajeto até a vila era feito a pé. “*Do jeito que ia com a lata (com castanha) na cabeça, voltava com o rancho*”, diz D. Sacramento, agricultora do PA Dourada.

Na região do PA Voltinha, o Sr Dodô Peroba conta que “*o pessoal cortava castanha, mas não tinha muito porque castanheira de baixada dá pouco*”. Além disso, os agricultores dizem que a produção de castanha reduziu “porque as castanheiras não produzem mais como antigamente” e atribuem a queda da produtividade da castanheira às araras que não deixam os frutos amadurecerem e cair naturalmente, pois derrubam o ouriço antes da semente estar madura.

São os agricultores que vendem na feira os que ainda comercializam castanha. D. Isaura, do PA Murajuba, vende o ouriço e também a castanha descascada *in natura* e cristalizada.

Nas áreas de ocupação recente, como os PA’s Voltinha, Murajuba e Bom Jardim, outra atividade extrativista que contribuiu na geração de renda logo quando os agricultores chegaram ao lote, foi a extração de palmito de açáí. Nem todos os lotes possuem área de açazal nativo e naqueles lotes que possuem a comercialização do fruto de açáí não é algo recorrente.

No geral, os frutos são utilizados na dieta familiar. Dentre os entrevistados, apenas D. Abgail relata que vendia em Marabá para donos de bateadeira⁷⁹. O motorista do ônibus levava o açáí encomendado e entregava no local (bateadeira). Vendia a R\$ 30,00 a lata, mas parou de vender depois da saída dos filhos porque não tem quem colete os cachos de açáí. Ela relata que há algum tempo veio um comprador de Marabá, dono de bateadeira de açáí, que se propôs a tirar os frutos, mas decidiram não vender por que ele ofereceu R\$ 10,00 por saca.

Ao invés da venda do fruto, o açazal é utilizado na extração e venda de palmito. As palmiteiras que compram são diversas, sendo uma na vila União e outras de Marabá. O intervalo entre um corte e outro é geralmente de 03 anos, sendo pago entre R\$ 0,10 e R\$ 0,13 por cabeça (palmito de um perfilho).

Algumas famílias ainda vendem, mas a maioria decidiu parar de comercializar esse produto extrativista. Dois fatores têm sido influentes na decisão de não mais vender o

⁷⁹ Bateadeira é o termo utilizado para designar os estabelecimentos que comercializam o vinho do açáí (processado através de uma máquina apropriada denominada bateadeira- daí a associação ao tipo de estabelecimento comercial).

palmito: a legislação ambiental e a fiscalização, uma vez que “o IBAMA caiu em cima e não pode mais”, explica o Sr Amâncio; e a devastação da área por parte dos extratores. Os agricultores relatam que na extração do palmito os cortadores não fazem seleção dos perfilhos e cortam toda a touceira, demorando muito tempo para o açaiçal regenerar.

Paralelo às atividades extrativistas que contribuem para a geração de renda das famílias, as atividades produtivas também estão diretamente ligadas à exploração do meio natural através do modelo clássico de implantação de cultivos na Amazônia: o sistema corte-queima. Esse sistema consiste na substituição da vegetação nativa (mata ou capoeira) pelos cultivos utilizando o uso do fogo⁸⁰.

Geralmente, é feito primeiro o plantio de lavoura branca e em seqüência é implantada a pastagem. Em sua tese, Oliveira (2009) descreve que na região de Marabá o uso da terra pelos agricultores tem seguido um “padrão hegemônico baseado em um sistema do tipo mata > roça de corte-queima > pastagem” (p. 35).

Nos casos onde após a colheita da lavoura não se planta o capim a vegetação nativa é restabelecida, formando a capoeira. Anos depois, geralmente quando a capoeira está com idade de 3 a 5 anos, os agricultores voltam a utilizar essa área novamente para plantio utilizando o sistema corte-queima. Essa estratégia de estabelecimento da capoeira para reutilização da área caracteriza o sistema de pousio (período de descanso da terra)⁸¹.

Essa dinâmica de exploração do meio natural derivada das práticas dos agricultores resultou na redução de área de mata da região da Santa Fé e predominância da área de pastagem. Hoje, 21,5% dos estabelecimentos do quadro da pesquisa não possui mais área de mata. Com base nas estimativas dos agricultores entrevistados, no geral a cobertura vegetal dos estabelecimentos apresenta a seguinte configuração ilustrada no gráfico 09:

⁸⁰ O preparo da área para plantio ocorre geralmente entre os meses de julho e dezembro, quando se tem o chamado período seco (sem chuva). Iniciando o processo, primeiro é feito o *broque* da área a ser cultivada, sendo derrubadas com moto-serra as árvores maiores. Em seguida, geralmente entre agosto e setembro é feita a *derruba* das árvores que sobraram do *broque*. Essas etapas são importantes para que a vegetação possa secar em tempo suficiente para que haja uma boa *queimada*, última parte do processo onde a vegetação é transformada em cinzas, sendo incorporada ao solo. Nos meses de outubro e novembro, a vegetação derrubada é, então, queimada e a área fica pronta para receber o plantio.

⁸¹ Tanto o sistema corte-queima como o sistema de pousio são práticas usadas pelas famílias para viabilizar a manutenção da fertilidade do solo e a implantação e cultivos.

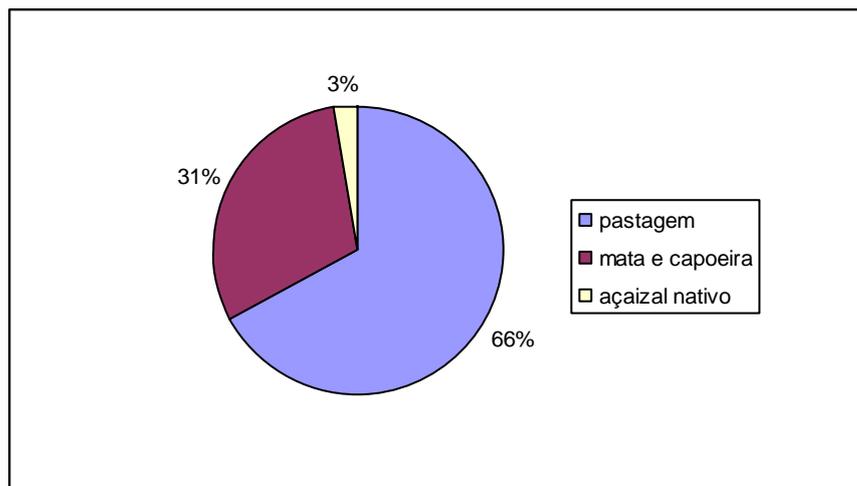


GRÁFICO 09 Representação percentual da cobertura vegetal dos lotes dos agricultores entrevistados

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Apesar dessa descrição geral, as culturas perenes também fazem parte de alguns estabelecimentos, mas não foi contabilizada por não haver informações precisas uma vez que na ocasião das entrevistas os agricultores diziam que a quantidade de perenes “era coisa pouca” representada pela área do sítio. Um dos agricultores relata que no passado investira em um pequeno plantio de banana, mas que hoje não existe mais, a não ser “um pezinho aqui e outro ali”.

Esse quadro é explicado pelas estratégias produtivas que foram adotadas pelos agricultores. A trajetória das famílias aqui descritas denota a relação de trabalho com a terra pautada principalmente na produção de lavoura branca. De fato, antes e depois da chegada ao lote, o plantio de roça é uma das características marcantes desses grupos domésticos, uma vez que no geral, independente da época de chegada, a história é repetida em relação ao uso do meio biofísico.

Nos primeiros anos na terra, ainda com mata virgem em abundância, o arroz é a cultura plantada em uma área maior em relação as outras (milho, feijão e mandioca) porque seu cultivo tinha duas finalidades: o consumo e a comercialização. Ao invés de realizar a venda do excedente, como relatado em diversos trabalhos que falam de agricultura familiar, os agricultores plantavam arroz vislumbrando orientar a produção também para o mercado.

No início da década de 1980 a venda do arroz era feita para compradores que vinham de Marabá. Esses compradores, vistos como atravessadores da produção, vinham à região quando o arroz estava *botando cacho*. No geral, negociavam a produção estimada a ser

colhida em troca de rancho e depois da colheita, voltavam para buscar a produção obtida. Era a chamada *compra na palha*.

Nessa época, os agricultores que moravam próximo à margem do Rio Itacaiúnas, a exemplo do Sr Pedro Cigano, vendiam parte da produção para fazendeiros que tinham grande área de terra na outra margem do rio. Outra parte era vendida também na Santa Fé tanto para dono de usina como para atravessadores vindos de Marabá.

Naquela época, no intento de aumentar o poder de barganha no âmbito das negociações sobre a comercialização da produção de arroz, em 1985, os moradores do café formaram uma associação com fins de viabilizar a venda do arroz diretamente com os donos de usinas de Marabá. Através da associação adquiriram um caminhão para transportar a produção, mas como não haviam estradas interligando os lotes da região do café, muitos agricultores andavam quilômetros com as sacas de arroz na costa ou em lombo de animal até a beira da estrada onde passava o caminhão. Fora da época da safra, o caminhão era utilizado no transporte de outros produtos, como feijão, milho (*Zea mays*) e frutas que geralmente eram vendidos na feira e para cerealistas na cidade. Apesar da iniciativa, safras depois a associação foi desativada, assim como o transporte comunitário.

Outra experiência da venda coletiva do arroz aconteceu na comunidade Jatobá I. Lá, os agricultores reuniam a família (vizinhos da comunidade) e fretavam carro para vender diretamente nas usinas em Marabá, de acordo com o melhor preço ofertado. O mês da venda geralmente era setembro porque a estrada ficava mais trafegável (período seco) e o preço do produto era melhor. Não havia associação formal, mas o que estruturava a organização local eram os laços de parentesco. À medida que a produção de arroz fora diminuindo, também foi sendo desestruturada essa forma de venda, uma vez que sem mercadoria não há comércio. Dessa forma, as estratégias coletivas, uma formal via associação e outra informal através do grupo de vizinhança e parentesco, configuraram novas formas de acesso ao mercado, reduzindo a relação de dependência dos atravessadores.

Na década de 1990, aumentaram o número de usinas na região da Santa Fé. Algumas foram instaladas dentro dos PA's e seus donos no geral eram agricultores locais; outras foram instaladas na vila a partir de investimento de comerciantes que decidiram ali montar comércio. O surgimento dessas usinas redesenhou os canais de venda do arroz, uma vez que aos poucos, ao invés de vender para atravessadores de Marabá ou diretamente para usineiros da cidade, os agricultores passaram a vender para os usineiros da vila com quem podiam controlar melhor a venda da produção e a pilagem do arroz.

A ocupação de novas áreas no final dos anos 90 continuou a movimentar o comércio da lavoura branca. Os agricultores vendiam para fazendeiros da região que vinham buscar o arroz no lote, mas também para usineiros da vila que buscavam as sacas de arroz na porta do lote. O Sr. Zé Luiz conta que nos três primeiros ciclos agrícolas desenvolvidos na terra no PA Bom Jardim vendia arroz para um usineiro na vila. Toda produção colhida na safra era transportada por ele até a usina e lá, o dono tinha uma folha e o agricultor tinha outra onde anotavam as transações envolvendo a safra de arroz. Faziam o controle porque era de costume não apenas do Sr Zé Luiz, mas de boa parte dos agricultores que produziam arroz, comprar ao longo do ano arroz pilado na usina para pagar na safra. Cálculo feito, descontado o valor da pilagem, o arroz que sobrava era, então, vendido. Esse tipo de relação não seria possível de ser estabelecida com os usineiros de Marabá.

Os agricultores queixam-se que já no final da década de 1990, o preço pago pela saca de arroz era muito baixo. O Sr Amâncio fala que “*vendia tudo a troco de balinha. Sempre aparecia um atravessador que vinha pra matar (preço baixo)*”. Esse agricultor relata que vendia a produção paulatinamente- 10, 20 sacas de acordo com a necessidade.

Nesse processo de construção do mercado de arroz, alguns agricultores locais passaram a assumir outros papéis além de produtor de mercadoria. Exemplo desses agricultores é o Sr Carlinhos da Silva, agricultor morador no setor do Café, PA Tamboril. Frente à entrada de famílias na região da Santa Fé, ele vislumbrou que seria um negócio rentável comprar o arroz produzido na região para revender a donos de usina em Marabá. Assim, começara a alugar caminhões durante a safra no intuito de transportar a produção negociada com os agricultores, assumindo também o papel de *atravessador* da produção. Passou muitas safras nessa função e com o lucro que a atividade gerava passou a investir no aumento do patrimônio através da compra de mais área de terra e de aumento do rebanho bovino. Em 1995 decidiu investir na instalação de uma usina de beneficiamento de arroz no setor onde morava, assumindo a função de *dono de usina*. Certo tempo depois a usina fechou e foi reinstalada na vila, funcionando até hoje. Da mesma forma que esse agricultor, outros assumiram esse papel, assim como fazendeiros que não produziam tornavam-se o consumidor final do produto.

Hoje, os agricultores entrevistados não vendem mais arroz. Os que ainda plantam, o fazem somente para a despesa doméstica. Quando perguntado o porquê de não vender mais, a agricultora e professora D. Hilda explica: “*É porque a gente não planta mais do tanto que plantava antes. E também o arroz ficou barato e não compensava contratar trabalhador. Aí a gente achou que plantar a mandioca era melhor*”. Nesse mesmo sentido, o Sr Dodô Peroba

considera que o arroz “*nunca foi um produto que desse para gente sobreviver em termos de renda*”. Situação contrária à década de 1980 quando a venda do arroz era a principal fonte geradora de renda das famílias, atraindo comerciantes e carros que também serviam como meio de transporte.

Associada ao cultivo de arroz, a cultura do feijão e do milho também movimentavam a dinâmica econômica local nos primeiros anos de chegada dos agricultores à terra. Porém, milho e feijão eram produzidos em menor escala que o arroz.

O milho era utilizado no lote para a alimentação da família e dos pequenos animais, principalmente aves e suíno. Às vezes alguém comercializava o produto. Uma dessas famílias era a do Sr. Zé Luiz que durante o período em que produzira milho, vendia para um dos donos de mercados na vila e lá já fazia o rancho.

A produção de feijão, por sua vez, era mais comercializada que a de milho. A roça de feijão, geralmente implantada através do sistema de abafado⁸², produzia o suficiente para o consumo e também para a venda. Na implantação da maioria das roças, a variedade plantada era, e ainda é nos casos daqueles que ainda cultivam roça, o feijão trepa-pau, muito comum no estado do Maranhão. Também se plantava feijão do sul e carioquinha.

Calculada e estocada a quantidade de feijão a ser consumida pela família até a nova colheita, o excedente era vendido: na vila para donos de mercado e de usina; na cidade para cerealistas e na feira. Os comerciantes da vila encomendavam feijão para o mês de junho e julho que é o período da colheita. O pagamento era feito em dinheiro ou em mercadoria, dependendo da necessidade da família.

Há situações em que as famílias produziam o feijão trepa-pau e vendiam toda a produção para comprar o feijão carioquinha. Hoje as famílias não vendem mais feijão porque passaram a produzir em áreas menores cuja produção é destinada apenas para o consumo. D. Hilda relata que sua família parou de vender feijão em 2009 por falta de demanda: “*o povo quase não gosta de feijão de corda nessa região, é mais o feijão do sul*”, diz a agricultora.

Outra importante atividade para muitas famílias da região da Santa Fé foi a produção de farinha de mandioca. Produto básico usado na dieta alimentar dos agricultores daquele local, a farinha foi, durante principalmente a década de 1990 e meados dos anos 2000 um produto determinante para movimentação econômica regional. A venda era feita em três locais:

⁸² O sistema de abafado consiste no roço de juquirá nova e plantio do feijão sem queima da vegetação secundária (geralmente capoeira de poucos anos).

- a) No lote: venda feita na porta de casa para vizinhos que não produziam farinha (incluindo fazendeiros que compram o produto para o consumo dos peões da fazenda). Geralmente são vendidas latas de farinha ao invés de sacas;
- b) Na vila: venda de quilos ou latas de farinha para moradores locais e de sacas para comerciantes;
- c) Na cidade: alguns agricultores produtores de farinha levavam sacas para vender para atravessadores na feira em Marabá.

No geral, as famílias que produziam (e que produzem) farinha, utilizaram (ou utilizam) todos esses canais de venda do produto, uma vez que a demanda favorecia diversas estratégias de comercialização. Com o passar do tempo, muitas dessas famílias optaram por parar ou reduzir a atividade. Fatores relacionados ao dispêndio de mão-de-obra, doença e disponibilidade de área para plantar mandioca, foram determinantes na continuidade da atividade. A partir de quatro situações diferentes, são trazidos ao texto exemplos de formas de venda da farinha:

Situação 01 D. Leocádia mora com o esposo no PA Murajuba onde trabalhou fazendo farinha até 2007. Vendiam para vizinhos. Parou de vender porque seu marido adoeceu e deixaram de produzir farinha.

Situação 02 A família do Sr Altamirando, comunidade Jatobá I, trabalhou com farinha até 2006. Parou a atividade porque *“a terra foi ficando pouca e dá muito trabalho”*.

Situação 03 A família do Sr Lupicínio, comunidade Jatobá I, ainda hoje produz farinha. O auge da produção foi até 2007, mas em função de doença na família e também da redução da área de mata para plantar mandioca reduziu a quantidade produzida por ano. Até 2007, vendia metade da produção em Marabá e outra metade para comerciantes da vila e para fazendeiros. Hoje reduziu a quantidade produzida, mas sempre vende farinha em casa para vizinhos que compram de lata em lata. Quando consegue fazer uma quantidade maior, vende nos comércios na vila.

Situação 04. A família da D. Hilda, PA Bom Jardim, juntamente com a família de seu cunhado, conhecidos na região da Santa Fé como os “maranhenses”, hoje são considerados como os maiores produtores de farinha da região. Em 2004, sua família decidiu adquirir terra no PA Bom Jardim, seu cunhado ficou fazendo farinha em Bom Jesus- MA enquanto o esposo dela estruturava o lote de ambos (construção de casa, plantio de mandioca, dentre outras atividades) para que pudessem mudar-se do MA para a terra nova. Quando seu esposo, o Sr Francisco, veio conhecer a terra trouxe amostra da farinha que produziam no Maranhão e ofereceu aos comerciantes. Na época, relata ela que foi mandado uma carrada de farinha com mais de 100 sacas e foi vendido nos comércios da vila. Em 2005 já moravam no lote e construíram a farinheira. Em 2008 fez uma nova casa de farinha, mas agora com dois fornos porque a demanda só ia aumentando à medida que outras famílias deixavam de produzir farinha. *“Aqui leva 50 sacas de farinha para Santa Fé e não dá pra quem quer”*, diz D. Hilda Hoje os comerciantes encomendam a farinha. O transporte é feito de moto e quando há encomendas maiores, fretam carro para transportar cerca de 30 sacas. Quando tem farinha feita, todos os dias faz entrega, mas a entrega maior é feita aos sábados.

Apesar da alta demanda local, as situações citadas demonstram que nem todas as famílias têm condições de implementar a mesma estratégia. Em função de fatores diversos, como escassez de área para o plantio de mandioca e a redução da mão-de-obra familiar, as famílias reorganizaram suas estratégias produtivas de acordo com as características internas ao grupo familiar e também conforme fatores externos, como a demanda local e o preço do produto. As decisões familiares e o uso das estratégias expressam o debate feito por Costa e Rodrigues (1995) quando as autoras consideram que as readaptações aos novos contextos resultam em estratégias de sobrevivência.

Nesse caso, um fator importante considerado pelas famílias é a penosidade do trabalho na produção da farinha de mandioca. Esse produto é feito manualmente e o processo dura cerca de cinco dias no caso da farinha puba e dois dias no caso da farinha branca. O pagamento das pessoas que “ajudam” é feito em dinheiro, assim como o pagamento da produção também é. Os comerciantes locais pagam R\$ 90,00 por saca de farinha. A lata geralmente é vendida por R\$ 10,00.

Além da farinha, outro subproduto obtido e comercializado a partir do processamento da mandioca é a goma (polvilho ou fécula). Esse subproduto além de ser utilizado no consumo da família, é também vendido seco e úmido, porém em menor escala que a farinha, não por falta de demanda, mas pelo trabalho despendido para sua obtenção. D. Hilda diz vender a goma para vizinhos do assentamento, enquanto o Sr. Lupcínio optava por vender na feira em Marabá na época em que produzia muita farinha.

Diferentemente dos primeiros anos de chegada na terra, a implantação de lavoura branca passou a ser sazonal em função da redução de área de mata e da necessidade de implantar pasto, uma vez que o plantio de arroz, bem como o do milho estavam vinculados também a formação de pastagem. Dessa forma, aquelas que ainda investem no plantio de lavoura branca, dizem que alternam os anos de cultivo. Isso não se aplica no caso da mandioca quando as famílias estão envolvidas na atividade da farinha.

Através do gráfico 10 a seguir, é mostrado que nos últimos cinco anos, as famílias foram deixando de produzir roça. Porém, de acordo com os dados referentes às famílias entrevistadas, em 2010 mais de 50% ainda investiram em plantio de lavoura branca através do cultivo de arroz, feijão, milho e mandioca.

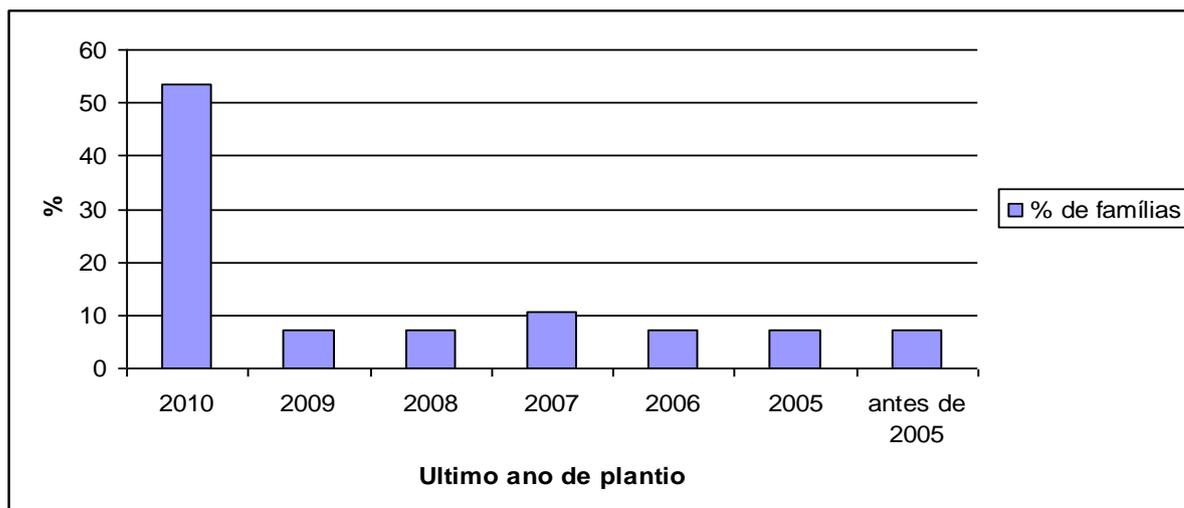


GRÁFICO 10 Percentual de famílias em relação ao último ano de plantio de roça
 FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

As famílias que hoje plantam roça são as que chegaram a menos tempo no lote, concentrando-se nos PA's Voltinha, Bom Jardim e Murajuba. Dessa forma, os dados mostram que o cultivo de roça não está relacionado necessariamente com o tamanho da área, mas sim com a quantidade de área disponível para plantio. As famílias que estão há mais tempo na terra são aquelas que deixaram de produzir roça.

As famílias que plantaram lavoura branca no ciclo 2009-2010 não necessariamente fizeram roça com todas as culturas. Algumas delas cultivaram nesse ciclo apenas o arroz, outras somente feijão, somente milho ou somente mandioca, algumas produziram duas dessas, ou todas, mas todas produziram milho. A área implantada varia principalmente de acordo com a cultura, conforme apresentado na tabela 09:

Tabela 09 Tamanho de área plantada no ciclo 2009-2010

CULTURA	TAMANHO DE ÁREA (HA)	
	MÍN	MÁX
Arroz	0,6	5
Feijão	0,3	5
Milho	0,3	5
Mandioca	0,3	5

FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

Apenas duas famílias implantaram 05 ha de roça, iniciando com o plantio de arroz e em seguida consorciando mandioca, milho e feijão, o que explica os dados sobre o tamanho máximo das roças (ver tabela 07).

No geral, a produção obtida foi destinada ao consumo familiar, com exceção de duas famílias. Duas delas comercializaram parte da produção de feijão na feira de Marabá, sendo que uma obteve renda de R\$ 300,00 ao longo do ciclo com a venda de 60 garrafas pets contendo feijão-de-corda (vendidas a R\$ 5,00 a unidade). Já o arroz e o milho foram convertidos em mercadoria comercializada apenas pela família de D. Efigênia cuja produção de lavoura branca ainda hoje é fonte geradora de renda, uma vez que possuem apenas 01 cabeça de gado.

Das treze famílias que plantaram mandioca, seis produziram farinha durante o ciclo (a partir da mandioca plantada no ciclo anterior). Dentre essas, quatro comercializaram a produção obtida. A tabela 10 a seguir mostra a finalidade da produção obtida pelas 15 famílias que produziram lavoura branca no ciclo 2009-2010:

Tabela 10 Número de famílias que plantaram roça de acordo com a finalidade da produção

Cultura	Finalidade da produção		
	Consumo	Consumo e venda	TOTAL
Arroz	08	1	09
Feijão	09	2	11
Milho	14	1	15
Farinha	2*	4	06

* Treze famílias plantaram mandioca nesse ciclo e destas, seis produziram farinha.

FONTE: Pesquisa de campo

Através da tabela acima observa-se a função predominante que atualmente assume a produção de lavoura branca no sistema de produção: o consumo familiar. Com exceção das duas famílias que vendem feijão na feira em Marabá e da família de D. Efigênia, que vende arroz e milho, as demais famílias investem na produção de roça para suprir a necessidade de consumo do lote através da alimentação da família e das pequenas criações. Em vista dos dados, ressalta-se a importância do cultivo de milho visto que essa cultura é plantada por todas as famílias quando fazem roça. Essa importância está diretamente relacionada com o fato de o milho desenvolver-se mesmo quando implantado em área de capoeira e por ser utilizado na alimentação das aves e suínos.

Além da redução de área disponível para plantio, a queda no preço do arroz foi outro fator que influenciou na decisão de não plantar mais a cultura com fins comerciais. Dessa forma, na fase atual, essa cultura é cultivada por algumas famílias em anos alternados e como dizem os agricultores, “é só para despesa”. Por isso o tamanho da área geralmente segue o

cálculo estimado que a família faz prevendo uma produção suficiente para consumo durante dois anos.

A mesma lógica é aplicada na decisão de plantar milho, feijão e mandioca, mas com uma diferença: o milho e a mandioca são plantados anualmente porque no sistema de implantação utilizado pelos agricultores, essas culturas não precisam necessariamente ser implantadas em área de mata.

Com a redução da área de mata por ocasião da substituição da área de roça pela pastagem, ao invés do pousio da área, e redução do preço da saca de arroz, o plantio de lavoura branca representa hoje mais que uma atividade mercantil exercida pela família, deixando de ter valor de troca material (venda) para ter valor simbólico. Nas áreas de ocupação mais recente, a roça é vista pelas famílias como principal atividade por ser a produção de arroz, feijão, milho e mandioca que garante o abastecimento alimentar do grupo doméstico. É dada a importância ao consumo familiar e não à venda dos produtos, além de estar relacionada ao significado de “ser agricultor”. Cândido (1971), Wolf (1976), Mendras (1978) e Heredia (1979) já evidenciavam a importância do autoconsumo não apenas para reprodução material do grupo doméstico, mas como condição de existência da agricultura camponesa.

Ao mesmo tempo em que buscavam na memória a história da ocupação da região e sua trajetória até os dias atuais, eram desencravadas lembranças dolorosas que exprimiam o sofrimento por qual passaram naquela época. As lembranças ruins eram alternadas por recordações de boas situações vivenciadas no passado e que hoje, segundo os agricultores, não se vive mais. Era o *tempo da fartura*, onde a roça e a caça eram abundantes.

Apesar da dificuldade para implantar a roça por causa do trabalho oneroso que tal atividade exige naquele tempo a produção obtida era maior do que a que se consegue hoje. O valor atribuído pelas famílias a roça, não é apenas econômico, mas também é simbólico. A *fartura* proporcionada através de boa colheita de lavoura branca representa a segurança de que não haveria necessidade da família comprar os alimentos que são a base de sua dieta alimentar. Por isso, quando relembavam o *tempo da fartura*, apesar de todo *sofrimento* que também era característico daquela época, os entrevistados falam de uma época onde o alimento diário de suas famílias não estava comprometido pela falta de renda, tais como o arroz, o feijão, macaxeira, farinha, abóbora, frutas, galinha e porco.

Além da paulatina redução da área plantada anualmente, os agricultores se queixam da queda na produtividade. Relatam que mesmo plantando arroz em área de mata, os rendimentos por área são inferiores e não se colhe (em termos de quantidade) mais como

antigamente. Eles atribuem a essa queda na produtividade, o aumento da temperatura, a redução da chuva e o ataque de animais autóctones às plantações (como porção- catitu, macacos e pássaros). Isso pode ser indicativo da ocorrência de crise nas condições ecológicas da região em virtude da escassez dos elementos naturais, tal como observou Oliveira (2009).

Em todos os lotes há área de pomar, chamada pelas famílias por *sítio*. O sítio é formado em volta da casa através do plantio de fruteiras de diversos tipos e idades e geralmente os produtos colhidos são destinados ao consumo. No entanto, para aquelas famílias que participam de feira, os produtos colhidos ganham uso e significado diferentes. Do plantio de fruteiras para consumo, o sítio passa a ser visto como área cultivada para o mercado. As frutas são colhidas ao longo da semana e armazenadas para serem transportadas até a feira (seja na vila ou em Marabá) na sexta-feira ou no sábado juntamente com os demais produtos vendidos.

A participação na feira é feita através da venda de diversos tipos de produtos, que vai de produtos vendidos in natura (frutas, legumes, hortaliças) e animais (aves), até produtos processados (derivados de leite, doces de frutas, dentre outros). Essa diversidade depende também da época do ano e do período de colheita das espécies⁸³.

Além do cultivo de lavoura, a criação de animais também faz parte das atividades das famílias. Aves, suínos, bovinos e, em alguns casos, ovinos, são os animais criados. As aves são criadas soltas, no *terreiro* e a alimentação é a base de milho e mandioca.

Assim como a lavoura branca, de acordo com o tipo de animal e finalidade do produto, são construídos os meios de comercialização. A rede de comercialização de aves, principalmente galinhas, é desenhada por diversos tipos de canais de comercialização. Para as famílias cujo acesso à cidade de Marabá era facilitado pela disponibilidade de meios de transporte, a venda era (e ainda é) efetuada na *rua*. Rua é o termo utilizado pelos agricultores para se referirem ora à cidade de Marabá, ora à vila Santa Fé e ora ao local físico rua. Quando

⁸³ As famílias que vendem na feira em Marabá, têm a sede do STR como ponto de apoio de armazenamento dos produtos até o horário de armar a barraca, bem como é o local de dormida por facilitar a locomoção dos agricultores para a feira. Durante 02 anos a secretaria de agricultura dava assistência às famílias através do caminhão cedido pela prefeitura. Buscava a mercadoria e as famílias na sexta-feira a tarde para levar para a feira. O combustível era por conta da prefeitura e quando acabava o STR cobria. Esse quadro mudou depois que o novo prefeito assumiu a administração municipal em 2009, pois suspendeu a disponibilidade do carro. Então, as famílias passaram a transportar os produtos no ônibus da linha e pagam R\$ 3,00 por volume (seja saco, caixa, isopor). Hoje são mais ou menos 15 famílias do PA que vendem na feira de Marabá.

a utilização de tal termo designa a cidade ou a vila, *rua* representa o local de povoamento onde são encontrados determinados serviços que denotam aspectos de “civilização”. Nesse sentido, vender galinha na *rua* significa ir vender galinha na cidade de Marabá. Velho (1976) já havia identificado que na região de Marabá os camponeses utilizavam tal termo para se referirem a locais vistos como centro comercial.

Esse tipo de venda é feito pelos agricultores do PA Murajuba que participam da feira, como também pelas famílias da comunidade Jatobá I que vendem galinha diretamente aos consumidores finais oferecendo de porta em porta. Em ambos os casos, o acesso a Marabá é facilitado pelo sistema de transportes, uma vez que os moradores desses locais necessitam ir à vila para poder acessar os carros de linha tendo em vista que o ônibus sai direto da vila do PA e a comunidade Jatobá I fica próxima à beira da estrada.

Além de vendedores de galinha, aqueles que participam da feira são também compradores. Para atender a demanda semanal, esses agricultores compram galinhas de vizinhos que não vão à feira e também de agricultores de outros projetos de assentamento, principalmente do PA Tamboril que fica mais próximo.

A comercialização de aves entre vizinhos também ocorre no PA Voltinha. No geral, os compradores são aqueles que não criam aves porque não moram na propriedade ou porque não produzem mais milho ou ainda porque o plantel é pequeno.

Outros canais de venda de aves são oportunizados por ocasião da vila Santa Fé. São dois os tipos de consumidores: consumidores donos de hotéis e de restaurantes que compram para vender em forma de refeição e; consumidores diretos. D. Hilda relata que quando precisa vender galinha, seu esposo leva as aves e vende para diversos tipos de fregueses na vila. São donos de restaurantes, donos de hotéis e donos de comércios (compram para consumo), assim como fazia o Sr Guido na época em que criava galinha no lote.

Para algumas famílias a comercialização de galinhas está diretamente ligada à compra de gêneros alimentícios. O Sr. Jãozé, por exemplo, explica que quando a esposa vai à *rua* comprar o café⁸⁴ (vai à vila), aproveita e vende a galinha para quem quiser comprar. Não tem freguês certo, sai oferecendo na rua. O preço de venda é variado: R\$ 12,00/aves menores e 15,00/aves maiores, para fregueses da vila; R\$ 17,00 para os feirantes do PA Murajuba; e R\$ 25,00 na feira. Essa variação está relacionada aos custos de transação, como transporte, bem como à demanda do produto.

⁸⁴ Café foi utilizado no sentido genérico para dizer a compra de produtos alimentícios do cotidiano que fazem parte do rancho, mas que não são comprados em grande quantidade nessa ocasião.

Ainda no âmbito da criação de pequenos animais, outra atividade importante no abastecimento alimentar familiar e na geração de renda é a criação de porcos. O plantel das famílias geralmente é mantido pequeno, contendo em média seis animais. A venda é feita de forma esporádica, à medida que se precisa dispor de recursos monetários para investir em suprimentos básicos da família, como a compra de rancho.

Na cadeia de comercialização dos suínos, três tipos de consumidores são destacados como mais importantes: agricultores vizinhos que compram com finalidade do consumo familiar; agricultores que comercializam a carne suína e; açougueiros.

Existem duas formas de venda para os agricultores que compram suínos para complementar a alimentação familiar. O porco ou é vendido vivo (geralmente pesando 30 kg) ou o agricultor mata e vende o quilo da carne para os vizinhos. O porco vivo é vendido a R\$ 3,00/kg enquanto o quilo da carne do animal abatido custa R\$ 7,00/kg.

No setor do PA Murajuba, a venda de porco é recorrente entre vizinhos e funciona conectada a uma espécie de rede de solidariedade, como explica D. Abgail: *“na hora que um tá apertado, quem tem dinheiro compra e aí desaperta”*. Esse tipo de relação econômica é regulada pelo interconhecimento e pelos princípios da reciprocidade. Lembrando dos trabalhos de Mendras (1978) e Sabourin (2009), nesse caso a comercialização do produto vai além da troca econômica, uma vez que intercala solidariedade com a possibilidade de ser “socorrido” na hora do “aperto”. Além disso, a participação nessa rede também depende da amizade e da confiança entre os vizinhos.

Outras famílias, inclusive do PA Murajuba, vendem esses animais para açougueiros da Santa Fé a R\$ 3,00 kg vivo. Geralmente o porco é transportado até o açougue. Os agricultores ligados a esse canal de comercialização, afirmam que na vila tem demanda: *“o quanto levar, lá vende”*, diz o Sr Raimundo que além de vender para açougueiros da vila, também vende para os vizinhos que participam da feira e para vizinhos consumirem em casa.

Outro exemplo desse tipo de prática é do mesmo modo observado na situação do Sr. Dodô Peroba que vende carne de porco para vizinhos no assentamento e na vila aos finais de semana⁸⁵. Para esse agricultor, a venda de carne suína faz parte do seu cotidiano, por isso, para manter tal atividade todos os finais de semana e ainda durante a semana dentro do PA ele tornou-se um importante comprador de suínos. Ele relata que os agricultores interessados em

⁸⁵ A comercialização da carne suína na vila é feita aos sábados em sua casa (como se fosse açougue) e aos domingos na feira onde tem uma barraca destinada à venda de carne.

vender esses animais vão oferecer para ele em casa, seja no lote ou na vila. Geralmente ele compra e vende 2 ou 3 porcos por semana.

Existem ainda aqueles que antigamente vendiam para açougueiros da cidade de Marabá, como é o caso do Sr Lupiscínio. Ele relata que há alguns anos atrás, os açougueiros da cidade andavam pelas redondezas da comunidade Jatobá I para comprar suínos. Hoje a procura diminuiu talvez por haver outras regiões onde os compradores optaram por adquirir o produto.

Duas famílias dentre as entrevistadas, além de galinha e porco, também criam e vendem ovinos. Esses animais são vendidos para açougueiros da vila Santa Fé a R\$ 3,00 kg/vivo.

Apesar da recorrência das pequenas criações, a criação de gado no entorno da vila é significativa. Essa atividade que passou a fazer parte do sistema de produção da maioria das famílias no decorrer dos primeiros anos após estas estabelecerem-se no lote, à medida que iam sendo feitas as primeiras roças e em seqüência, implantando a pastagem. Isso não se aplica no caso daqueles que adquiriram lote com pastagem implantada, uma vez que esse fato facilitava o investimento na atividade pecuária bovina logo na chegada.

Além da existência de pastagem, o acesso ao crédito agrícola através do Fundo Constitucional do Norte (FNO), linha especial, e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) fomentou o aumento do plantel ao mesmo tempo em que oportunizou que cinco delas obtivessem as primeiras cabeças de gado.

Das 28 famílias entrevistadas, 21 acessaram algum tipo de crédito agrícola, predominando o PRONAF. A combinação de itens financiados foi diversa, conforme ilustrado através da tabela 11 a seguir, mas a criação de gado estava incluso em todos, com a exceção da família de D. Irene que ao invés do gado, decidiu investir na criação de galinha.

Tabela 11 Quantidade de famílias em relação as atividades financiadas

ATIVIDADES FINANCIADAS	QTDE DE FAMÍLIAS
gado de corte	6
gado de leite	5
gado + aves	1
gado + consórcio côco x cupu-açu	3
gado + roça	2
gado + peixe	3
aves + roça	1
TOTAL	21

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Os primeiros financiamentos começaram a ser liberados em meados da década de 1990 para os agricultores dos PA's Tamboril e Voltinha. O investimento na pecuária bovina de corte e de leite influenciou o desenho dos sistemas de produção das famílias, bem como a economia regional por aumentar a venda de animais e dos subprodutos, como leite e queijo.

Além do investimento na pecuária, outro objetivo a ser conquistado através dos financiamentos fora o incentivo ao cultivo de perenes. Todavia, o período de liberação das parcelas do financiamento bem como o atraso na entrega das mudas inviabilizou a boa formação das parcelas contribuindo para que a maioria das mudas morresse mesmo após o plantio. Segundo o Sr Cícero Moura, agricultor que acessou o crédito para plantio do consórcio cupuaçu x coco, suas mudas morreram porque "*veio muda atrasado [...] tinha que ter água (para irrigar)*". Isso resultou no pouco interesse dos agricultores em investirem na implantação desses cultivos.

Dessa forma, em meados da década de 1990 a atividade pecuária bovina passou a movimentar a economia regional conjuntamente com a lavoura branca e produção de farinha. As possibilidades de venda dos produtos oriundos da criação de gado são diversificadas. São vendidos bezerros, garrotes, novilhas, vacas de descarte, boi de engorda, leite e queijo e os canais de comercialização são diversos de acordo com o produto.

Na região da vila é comum os agricultores familiares investirem no sistema de cria e na maioria das vezes a venda do bezerro é feita para fazendeiros dos arredores dos projetos de assentamentos e que investem na recria e engorda do gado e/ou para atravessadores que compram e revendem gado para fazendeiros. O bezerro é vendido após o desmame que geralmente acontece no sétimo mês após o nascimento.

Na década de 80 e início dos anos 90 era comum a venda de *bezerro na perna*: o peso do animal era estimado *no olho* porque não havia balança nas redondezas para pesar o rebanho. Pela aparência física do bezerro, o agricultor dizia o quanto queria e negociava o preço com os compradores que podiam ser vizinhos, fazendeiros locais ou de regiões próximas ou ainda atravessadores. Conforme os fazendeiros compravam balanças essa forma de negociação foi deixando de ser utilizada e os agricultores passavam a pesar o gado e a vender também para os fazendeiros donos das balanças que compravam gado para recria.

Todavia, atualmente a venda de *bezerro na perna* ainda pode ser encontrada como um importante instrumento de negociação e de acesso a recurso financeiro num *momento de precisão*, mas de forma um pouco diferente da descrita acima. Quando necessitam dispor de capital financeiro, mas não tem bezerro em idade de comercialização, os agricultores

negociam a venda, recebendo o valor adiantado calculado com base no peso estimado do bezerro no desmame⁸⁶.

Às vezes, essa negociação acontecia/acontece antes mesmo do nascimento do bezerro, porém, ao invés de R\$ 400,00 ou R\$ 500,00, o preço pago seria de R\$ 150,00. Explica o Sr Guido que a venda de gado não nascido é feita de acordo com preço tabelado e o bezerro é também entregue após o desmame. Esse tipo de possibilidade de venda remete o agricultor à condição desfavorável na negociação, por outro lado expressa a importância da manutenção de certas relações com tipos distintos de produtores para viabilizar esse tipo de estratégia de geração de renda diante de uma situação limite.

Além dos fazendeiros, outra figura fundamental na comercialização do gado é o atravessador. Assim como no caso dos compradores de lavoura branca, os atravessadores têm diversas origens: alguns moram em Marabá, outros moram na vila, outros são agricultores que compram e revendem gado para fazendeiros de outras regiões. A negociação acontece da mesma forma que com os fazendeiros.

No caso de novilhas, bois e vacas de descarte, a venda geralmente é feita para açougueiros da vila Santa Fé ou para os atravessadores que vendem gado para frigoríficos e açougues de Marabá. Quando os animais são vendidos para os açougueiros da vila, geralmente o comprador mata e limpa o animal no lote. Após o corte, os quartos de boi são levados para o açougue onde são pesados e a partir desse peso, é estimado o quanto pesava o boi vivo para ser feito o pagamento.

De acordo com as informações obtidas por ocasião das entrevistas, o valor da vaca vendida pelos agricultores é inferior ao do bezerro e o preço de ambos são inferiores ao preço pago aos animais comprados de fazendeiros. Enquanto o kg do bezerro vendido pelo colono custa R\$ 2,60, o do fazendeiro custa R\$ 2,80. Da mesma forma, o preço da vaca custa R\$ 1,80 quando comprada do colono e R\$ 2,00 quando vendida pelo fazendeiro. Essa diferenciação, segundo os agricultores, está relacionada com a qualidade dos animais a ser vendidos, principalmente no que diz respeito ao peso da carcaça, uma vez que a intenção da compra é o abate dos animais.

Os agricultores costumam negociar com um ou com dois compradores que já são habituados a negociar o preço e a forma de pagamento. Geralmente são procurados aqueles

⁸⁶ O Sr Amâncio, por exemplo, relata que quando precisa de um montante significativo vende o bezerro por R\$ 400,00 ou 500,00 para fazendeiro que adianta o pagamento da venda do bezerro que é entregue após o desmame. “*Rapaz, eu quero o dinheiro de 2 bezerros, mas eu só entrego no mês assim, assim*”, diz ele sobre a negociação com fazendeiros. Então, no tempo combinado o agricultor avisa para o fazendeiro ir buscar o bezerro desmamado.

que caso o vendedor precise de adiantamento, ele pode fazer. Além desse aspecto, a escolha de para quem vender está relacionada com o *conhecimento* que se tenha da pessoa. Esse conhecimento diz respeito ao fato de já ter-se referência sobre a forma de negociar do comprador, de como faz o pagamento e de como aceita receber o produto. Esse conhecimento está diretamente relacionado à relação de confiança que é estabelecida entre as partes envolvidas na negociação. Apesar de significar certa assimetria, esse mecanismo de venda resolve o problema do agricultor em situações de vulnerabilidade.

A procura de compradores, bem como a oferta de produtos (animais) para venda é feita na vila Santa Fé nos finais de semana. No sábado e no domingo os agricultores e fazendeiros costumam ir à vila para fazer compras, visitar parentes e conhecidos, ir a bares e restaurantes. Dessa forma, o fluxo de pessoas na vila nos finais de semana favorece o encontro entre aqueles que pretendem vender e os potenciais compradores, facilitando a realização de negócios.

A criação de gado, além da venda do bezerro, tem sido utilizada por algumas famílias como fonte de geração de renda através da comercialização de leite e de queijo. De acordo com as entrevistas, muitos dos agricultores do entorno da Santa Fé aproveitavam o leite da vacada e faziam queijo cuja venda acontecia na vila no varejo para moradores e em Marabá para donos de comércios e moradores. Entretanto, devido a intensificação da fiscalização da vigilância sanitária nos carros de linha, muitos produtos foram apreendidos durante o transporte para Marabá. Além disso, os comerciantes passaram a exigir rótulo nos queijos, o que passou a dificultar a venda.

A partir de 1997, a instalação e o funcionamento do tanque de resfriamento de leite reorganizaram a dinâmica econômica da cadeia do leite e do queijo, assim como o investimento na pecuária leiteira. Em vista das dificuldades para vender queijo, os agricultores que deixaram de produzir esse subproduto avaliam que a venda do leite *in natura* para o proprietário do laticínio passou a ser a melhor opção por significar um “comércio certo” e menos trabalhoso. Outro canal de venda utilizado por algumas famílias é a comercialização do leite *in natura* diariamente no lote para os consumidores finais (moradores do PA).

A quantidade diária de leite entregue ao laticínio por agricultor é variável de acordo com a época do ano e com a quantidade de vacas paridas. No verão, essa quantidade diminui em função da redução da disponibilidade e qualidade da forragem para alimentação do rebanho, o que influi diretamente na quantidade de litros de leite produzido por vaca. A época de parição da vacada também influencia diretamente na venda contínua do leite, uma vez que

de acordo com a quantidade de vacas em lactação é feita a ordenha e a venda do leite. Em alguns períodos, quando ocorre o “descontrole da vacada”, o produtor de leite deixa de fornecer o produto até que haja vaca em lactação novamente.

Sobre a produção de leite, as informações obtidas na pesquisa de campo mostram que esta é mais significativa nos PA's Dourada e Tamboril. Na tabela 12 a seguir é descrita a síntese da quantidade de leite fornecida pelos agricultores que entregam leite de acordo com os assentamentos:

Tabela 12 Síntese dos fornecedores de leite do laticínio Vitolac⁸⁷

LOCAL	Nº DE PRODUTORES DE LEITE	Nº DE FAMÍLIAS ASSENTADAS	% DE FAMÍLIAS QUE ENTREGAM LEITE	LITROS/DIA	RENDA DIÁRIA (R\$)
1 PA TAMBORIL	54	216	25	2707	823,00
2 PA DOURADA	10	30	33,33	515	189,50
3 PA VOLTINHA	3	25	12	147	44,10
4 ESTRADA DO RIO PRETO*	18	18	100	855	357,00
5 PA JATOBÁ II**	3	sem dados	sem dados	160	48,00
6 PA BEM FICA**	5	Sem dados	sem dados	280	84,00
TOTAL	93			4664	1.545,60

* Inclui produtores do PA Dourada, mas o gerente não soube especificar quantos;

** PA do município de Itupiranga

FONTE: Pesquisa de campo (2010).

Talvez, o fator que mais tem influenciado na produção e comercialização do leite seja a trafegabilidade das estradas dentro dos PA's. Os PA's Tamboril e Dourada são os mais próximos da beira da estrada, o que facilita o transporte do leite que é feito pelo leiteiro que utiliza a moto como meio de transporte. Os agricultores que entregam leite do PA Voltinha são aqueles cujo leiteiro consegue ir até o lote em função das condições da estrada. O leiteiro é uma pessoa contratada para levar o leite da frente do lote até a plataforma de recebimento no tanque de resfriamento do leite.

O preço pago aos produtores é variável, mas no período da entrevista o litro do leite custava R\$ 0,30 quando buscado pelo laticínio na propriedade e R\$ 0,40 quando entregue na plataforma de recebimento (local do tanque). O maior volume de leite vem dos produtores que entregam na plataforma. Esses agricultores são os que possuem lote mais próximo a vila.

⁸⁷ Dados fornecidos pelo gerente do tanque de resfriamento da vila e sistematizados pela autora.

O aumento do rebanho bovino segue lógica parecida com a acumulação de terra. Todavia, diferente do que acontece com a propriedade e centro de decisão sobre a área do lote, os filhos mesmo morando fora do lote tem autonomia sobre as cabeças de gado que lhe pertencem, mesmo quando estas são compradas com recursos provindos dos pais.

No PA Bom Jardim, a criação de gado está em processo de ampliação do rebanho (e de área de pastagem). As famílias ainda investem no plantio de roça que para a maioria das famílias de lá ainda é a atividade mais importante por garantir o sustento familiar (disponibilidade de alimento), mas isso pode vir a mudar caso as famílias optem por continuar ampliando a área de pasto. Além da perspectiva de aumento do rebanho bovino nas áreas de ocupação recente, nos PA's Murajuba e Bom Jardim existe também a expectativa das famílias em relação a piscicultura. A criação de peixe vem sendo fomentada pelos técnicos das prestadoras de serviço de ATEs, lideranças do STR e pela forma como vem sendo desenhada a política de crédito agrícola e da alimentação escolar. O debate em torno do crédito agrícola inclui a opção por atividades alternativas ou que reduzam o aumento do rebanho bovino.

Além das atividades produtivas e extrativistas, a venda de mão-de-obra é característica inerente à maioria das famílias. O trabalho de diarista ou de empreiteiro em fazendas da região ou em lotes de vizinhos foi importante para geração de renda familiar desde o início da chegada ao lote. As atividades de derruba da mata, conserto de cerca e roço de pasto são as que mais demandam a contratação de trabalhadores rurais na região da Santa Fé, inclusive nos sistemas de produção das famílias entrevistadas. Dessa forma, a venda de mão-de-obra para gerar capital financeiro tem sido uma estratégia utilizada pelas famílias.

Atualmente, onze famílias continuam a realizar trabalho fora como diarista ou empreiteiro nas atividades mencionadas anteriormente⁸⁸. O chefe da família sempre aceitava esse tipo de trabalho como forma de gerar recursos financeiros para investir no lote e também para atender às necessidades do grupo doméstico. Hoje, os filhos substituem o pai na realização de serviços contratados por terceiros, todavia, nos casos onde os filhos não moram mais no lote ou não têm idade para esse tipo de jornada de trabalho, são os agricultores, chefes de família, cuja condição física permite o enfrentamento da penosidade do trabalho peculiar a esses tipos de atividades, que trabalham fora quando há necessidade de aumentar a renda familiar.

⁸⁸ Esse trabalho é caracterizado pela sazonalidade e informalidade, não havendo qualquer adequação ao que rege a CLT.

O assalariamento resultante do trabalho formal e contínuo é características de três famílias. Em cada uma delas há um membro que é funcionário público municipal e que trabalha em escolas dos PA's onde mora. Dois são professores da escola do PA Bom Jardim e uma servente da escola do PA Murajuba.

Assim como essas três famílias, outras oito têm também fonte de renda baseada em atividades não-agrícolas. Ao longo do tempo, observando a demanda que emergia ou no PA ou na vila, elas decidiram investir em outras atividades. A família de D. Leocádia, por exemplo, investiu num pequeno comércio na casa onde mora na vila do PA Murajuba, enquanto D. Natalina, diante do fluxo de trabalhadores rurais nas redondezas do PA Dourada, montou um bar em seu lote que fica na beira da estrada do Rio Preto. Da mesma forma, a família de D. Diva que também tem lote na beira dessa estrada, investiu em uma lanchonete que se tornou ponto de parada para os madeireiros e caminhoneiros que transportam minério.

A perspectiva de crescimento e aumento demográfico da vila Santa Fé e também da região ao seu entorno, fomentou a decisão de D. Zilda em investir, a princípio, na venda de comida para os viajantes que por ali passavam e posteriormente em um dormitório e em uma loja de venda de produtos diversos, como vestimentas, artefatos, brinquedos e utensílios domésticos. Um de seus filhos hoje tem um açougue.

Nesse mesmo sentido D. Mara, esposa do Sr Balbino, após anos trabalhando como sacoleira⁸⁹, estabeleceu moradia na vila e montou a loja de confecção e calçados. Recentemente, a família decidiu investir também na aquisição e funcionamento de uma padaria. A família da esposa tem histórico relacionado a atividade comercial, mesmo também possuindo lote. D. Mara antes de vir para a região da Santa Fé, já era sacoleira na época em que morava na localidade Morada Nova, próxima a Marabá.

A opção por atividades autônomas e não-agrícolas também faz parte das escolhas do Sr Guido que mesmo tendo herdado de seu pai um pedaço de terra no PA Voltinha, ao chegar à região decidiu investir em uma farmácia, assim como seu irmão que também é proprietário de farmácia na vila e de lote no mesmo PA. Ambos já exerciam essa atividade antes de vir para a vila, o que pode justificar o interesse e a segurança de investir nesse tipo de comércio.

Outro caso de investimento em atividades não-agrícolas é da família do Sr Esperidião. Após ir morar na vila para que sua filha fosse a escola, sua esposa decidiu vender doces em frente a escola para aumentar a renda familiar.

⁸⁹ Sacoleira é um termo utilizado para denominar a vendedora ambulante de roupas e calçados. Efetuava atividade de venda de seus produtos indo de "porta-em-porta", não havendo ponto comercial.

Para todas essas famílias, não apenas essas atividades têm importância na geração de renda, mas também a criação de gado assume importante papel. Relatam os agricultores que “uma ajuda a outra” e “quando falta em um, tem no outro”, o que significa a interdependência entre as atividades. A estratégia de diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas também foi identificada por Oliveira (2009) recentemente na região de Marabá. A autora discute que tal opção resulta das mudanças nas condições do meio natural e do meio socioeconômico nos quais estão inseridos os agricultores. Os dados neste trabalho mostram que, assim como analisou Oliveira (2009), tais mudanças tem levado os agricultores a adotarem determinadas estratégias e no caso dos agricultores entrevistados, incluem a opção por atividades não-agrícolas.

Outra fonte geradora de renda tem sido os programas sociais do Governo Federal. Atualmente, sete famílias das vinte e oito são cadastradas no programa Bolsa Família recebendo quantia que varia entre R\$ 33,00 e R\$ 145,00, de acordo com o número de dependentes e não com o fato de ser assalariado, aposentado ou trabalhador informal. Nos últimos cinco anos, porém, merece destaque o alcance da aposentadoria. Onze famílias (39%) hoje têm algum membro beneficiário da previdência social e dentre estas, em quatro o casal é aposentado. O valor do benefício equivale a 01 salário mínimo mensal, com exceção de D. Leocádia, professora aposentada cujo valor do benefício é R\$ 800,00. A aposentadoria, assim como o benefício provindo do programa Bolsa Família, é recebida através de agências bancárias da cidade de Marabá. Dessa forma, mensalmente os agricultores que recebem esses benefícios deslocam-se para a vila para pegar o transporte de linha para a cidade.

De forma geral, as famílias contam com no mínimo duas fontes de renda, combinando a venda de produtos produzidos no lote com outras atividades, como trabalho em terra de terceiros ou atividades não-agrícolas. Os arranjos de atividades são os mais diversos, conforme apresentado através da tabela a seguir:

Tabela 13 Diversidade de fontes de renda

ITEM	FONTES DE RENDA	QT DE FAMÍLIAS	%
1	Agrícola	4	14
2	Agrícola + trabalho informal	8	28
3	agrícola + assalariamento	1	3
4	agrícola + aposentadoria	3	11
5	agrícola + não-agrícola	3	11
6	agrícola + trabalho informal + assalariamento	1	3
7	agrícola + trabalho informal + aposentadoria	2	7
8	agrícola + assalariamento + aposentadoria	1	3
9	Agrícola + não-agrícola + aposentadoria	5	18
	TOTAL	28	100

FONTE: Pesquisa de campo (2010).

As combinações apresentadas acima foram organizadas em categorias, todavia, cada categoria de renda é composta por diversas atividades. A renda agrícola, por exemplo, engloba a venda da produção agrícola, como também a venda de animais e de subprodutos, como leite, queijo e farinha. Da mesma forma, trabalho informal está relacionado à venda de mão-de-obra em diversos tipos de serviços, destacando-se os serviços de roço de pasto e derruba da mata. Atividades não-agrícolas englobam aquelas atividades que não estão diretamente relacionadas ao trabalho na terra, mas sim à atividade de comércio. O assalariamento, embora não sendo relacionado a atividades produtivas, não está englobado como atividade não-agrícola por representar renda fixa.

A despeito desta diversidade de combinações de fonte de renda, as relacionadas à atividade agrícola assumem sua importância econômica dentro do sistema de produção, seguida da aposentadoria. Quando questionados sobre a principal atividade econômica em vista da diversificação de atividades, a criação de gado ganha destaque entre as respostas dos agricultores entrevistados, conforme apresentado na tabela 14:

Tabela 14 Principal atividade econômica das famílias

ÍTEM	PRINCIPAL ATIVIDADE ECONÔMICA	Nº DE FAMÍLIAS	%
1	Gado	12	42
2	Aposentadoria	2	7
3	Roça	5	18
4	atividade não-agrícola + gado	5	18
5	aposentadoria + gado	3	11
6	Diversificação	1	4
	TOTAL	28	100

FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Apesar da existência marcante da venda de mão-de-obra através do trabalho informal assim como a garantia de renda mensal através do assalariamento e da aposentadoria, a venda de gado assume grande importância em boa parte dos sistemas de produção. Contudo, vale lembrar que mesmo não sendo considerada como principais atividades, a comercialização das pequenas criações, tais como galinhas e porcos, tem significativa relevância não apenas na geração de renda familiar, mas também nas redes sociais que são estabelecidas por ocasião da venda e da compra desses produtos, como descrito anteriormente.

4.4 ORGANIZAÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS

Além da inserção em redes econômicas, a organização da vida social dos agricultores entrevistados tem sido constituída, dentre outros aspectos, através de dois principais: a participação religiosa e a participação política.

Desde o início da formação da vila Santa Fé, os missionários da igreja Assembléia de Deus já transitavam pelas redondezas em suas missões de evangelização e suas ações resultaram na construção do primeiro templo religioso na área da vila no final da década de 1970. Com a expansão da vila e ocupação de novas áreas, missionários de outras religiões foram chegando e templos foram sendo construídos tanto na vila quanto nos projetos de assentamento.

Atualmente, a participação das famílias entrevistadas em celebrações religiosas, bem como o reconhecimento de pertencimento a um determinado grupo religioso, está configurada da seguinte forma:

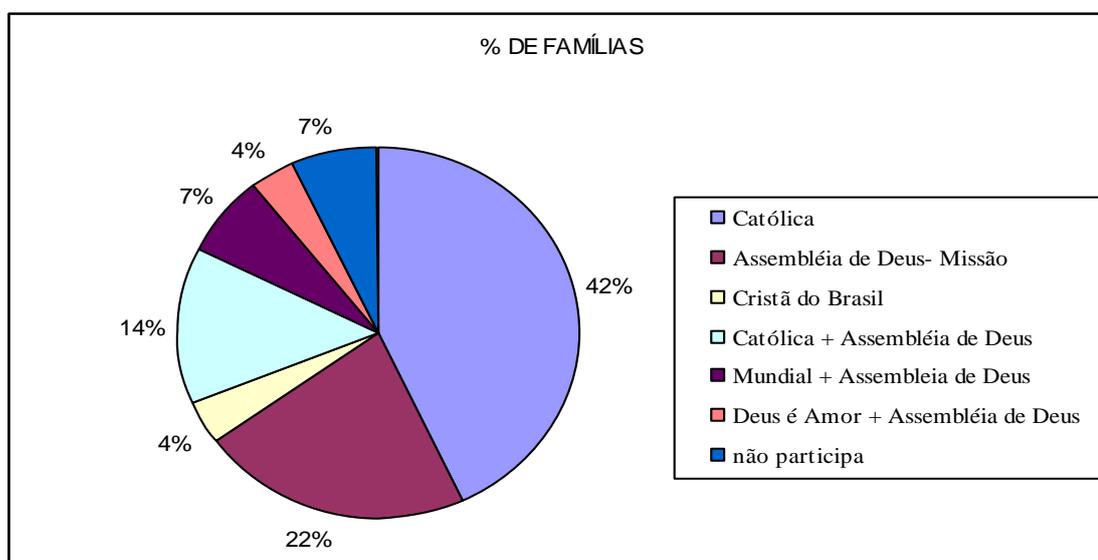


GRÁFICO 11 Distribuição das famílias em relação à participação religiosa
 FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Essa configuração é justificada por aspectos relacionados à organização religiosa no âmbito do projeto de assentamento. A congregação da Assembléia de Deus tem sido estruturada em todos os PA's, havendo não apenas a construção da igreja onde ocorrem os cultos, como também a instituição de dirigentes locais responsáveis pela coordenação dos trabalhos religiosos no raio de sua atuação. Essa forma de organização tem sido fundamental para a expansão dessa religião na região da Santa Fé, principalmente nos locais onde a igreja

católica não mantém um grupo de missão religiosa. Isso é evidenciado nos PA's Voltinha, Bom Jardim e Murajuba, onde famílias que costumavam freqüentar a igreja católica passaram a freqüentar as celebrações da Igreja Assembléia de Deus porque o grupo não conseguira fortalecer-se e dar continuidade às atividades religiosas.

Exemplo dessa situação aconteceu no PA Bom Jardim. O Sr Dodô Peroba que nos locais onde morou anteriormente havia sido dirigente de comunidade e catequista, tentou criar a comunidade católica no PA por três vezes e não conseguiu porque lá "*o pessoal não tinha compromisso com a igreja*", justifica. Não conseguia mobilizar os moradores (católicos) para decidir sobre a liturgia e continuidade das celebrações. Em vista da falta de interesse e união do grupo católico, decidiu mudar de religião com o intuito de encontrar um local para professar sua fé e congregar com pessoas que procuram viver de acordo com as escrituras sagradas. Hoje ele freqüenta a igreja Mundial enquanto sua esposa freqüenta a Assembléia de Deus.

Outro exemplo é de D. Epifânia que hoje freqüenta a igreja Deus é Amor e seu esposo a Assembléia de Deus porque não há igreja católica nesse PA. Da mesma forma, isso motivou D. Vanjé a batizar-se na mesma Assembléia após suas amigas do PA que já participavam começarem a convidá-la a freqüentar a mesma igreja.

D. Natalina diz hoje não participar de religião alguma. Antigamente freqüentava a igreja católica, mas deixou de participar porque, segundo ela, "*os padres nem rezar mais não querem*", já que deixaram de ser realizadas missas no PA Dourada.

Já no PA Tamboril, principalmente no setor Café, assim como na comunidade Jatobá I, a religião católica predomina e é mantida mesmo diante da expansão evangélica. Os laços de parentesco e de vizinhança antiga corroboram para que o grupo seja mantido fortalecido.

Mesmo quando não há nas proximidades os encontros da religião ao qual pertenciam antes de vir morar no PA, os agricultores procuram um grupo religioso para fazer parte. Os que antes se diziam católicos e passam a freqüentar igrejas evangélicas, passam a mudar os hábitos cotidianos, principalmente em relação a vestimentas. Essa mudança de hábitos é necessária para que os novatos possam sentir-se parte do grupo e para que os demais membros do grupo possam reconhecê-los como membros.

Não é difícil identificar o evangélico do não-evangélico. Além das vestimentas, outro fator de identificação, reconhecimento e diferenciação entre evangélicos e não-evangélicos é a forma como cumprimentam as pessoas. Uma pessoa evangélica refere-se ao outro evangélico como irmão (independente da igreja em que congrega). Ao cumprimentarem-se, utilizam a expressão "paz do senhor, irmão". Enquanto ao encontrar uma pessoa que não seja evangélica

(católico, agnóstico ou ateu), utilizam expressões como “bom dia”, “boa tarde” ou “boa noite”, por exemplo. Essa distinção ao cumprimentar as pessoas representa o reconhecimento ao grupo religioso de pertença e que não seja católico.

Dessa forma, a procura e a participação em uma dada religião, mais que a busca pela salvação, faz parte da estruturação da vida social local por representar uma forma de inserção social dos indivíduos a um dado grupo. A participação mais ou menos efetiva, bem como o seguimento das normas pregadas pelos dirigentes religiosos, influi diretamente em alguns aspectos da vida social, tais como as relações de amizade, os lugares a serem freqüentados, todos relacionados à moralidade do indivíduo e de sua família perante os demais.

Isso não é uma questão nova. Wolf (1976), estudando os aspectos sociais do campesinato havia constatado que

[...] os focos do cerimonial camponês em ação, não em crença, dão ênfase ao caráter regulativo de normas em um conjunto de *sim e não*. Corporificados em regras, esses imperativos morais tornam a ação praticável e constroem um contexto comum para sua avaliação. O objetivo é a ordem social, não a vida examinada. A religião camponesa é utilitária e moralista e não ética e questionadora. (p. 133, destaque do autor).

As celebrações e eventos religiosos ocorrem nos mais diversos locais. São feitos cultos nos templos religiosos situados nos PA's e na vila, como nas casas daqueles que desejam pedir alguma benção ou comemorar alguma benção recebida ou ainda, pagar promessa. Os cultos são geralmente semanais e no caso da Assembléia de Deus, acontecem diariamente. A ocorrência das celebrações e eventos depende do fato de haver ou não grupo para organizá-los. Os agricultores costumam freqüentar semanalmente. Os que moram mais próximo à vila, freqüentam também as celebrações que lá ocorrem.

É comum a peregrinação dos fiéis por outros locais além do PA e da vila. Comumente são marcadas vigílias em outros assentamentos e localidades próximas, como a vila Embaúba e Quatro Bocas. No caso dos evangélicos, quando há um pastor de outra cidade fazendo pregação pela região, geralmente acontecem visitas e cultos em todas as congregações do entorno da Santa Fé. Cada dirigente convida os moradores locais, organiza e coordena a celebração que geralmente é antecedida pelo jantar ou almoço para os visitantes que vem de outros locais. Além do pastor convidado, são chamados a pregar os dirigentes de outras congregações.

Esses cultos tornam-se momentos de confraternização entre moradores locais, moradores da vila e de outros assentamentos, evangélicos e não-evangélicos, uma vez que são todos convidados. Representam também a expressão da intenção dos participantes em fazer

parte ou não do grupo religioso, assim como demonstra o poder de mobilização e de uso da palavra por parte dos dirigentes, simbolizando a atuação da igreja local.

Da mesma forma, as novenas e festejo religiosos da igreja católica são importantes no fortalecimento de laços sociais por serem também formas e espaços de sociabilidade e socialização religiosa. Porém, diferentemente da diversidade de credos percebida nos cultos evangélicos, as celebrações católicas abarcam aqueles que se consideram parte do grupo e dos simpatizantes, sendo raro encontrar alguém evangélico.

Além da religião, as entidades formais têm peso significativo na organização social. De forma geral, as associações são criadas com perspectivas direcionadas à produção agropecuária e aspectos físicos do PA e do lote, estando mais ligadas às reivindicações por estruturação de cadeias produtivas e política de crédito agrícola, crédito habitação e estradas. Enquanto os sindicatos de forma mais consistente têm a função de representação política, apresentando ações concretas de caráter reivindicatório em uma escala mais abrangente no âmbito da política de reforma agrária.

Em todos os assentamentos foram criadas associações para cumprir com aspectos burocráticos referentes às exigências governamentais para viabilizar o acesso dos agricultores a recursos de políticas públicas, como abertura e manutenção de estradas, crédito habitação, crédito agrícola, energia e a própria criação do assentamento. Dessa forma, para acessar tais benefícios, os agricultores precisavam associar-se as respectivas associações.

Em meados da década de 1990 foi criada uma associação denominada Associação Agropastoril do Pequeno Produtor Rural da vila Santa Fé que englobava os moradores de todos os assentamentos e através dela foram conquistados muitos benefícios para os agricultores. Tais benefícios, como construção de escolas, posto de saúde, estradas e os primeiros créditos habitação e agrícola, estavam relacionados tanto à área do PA como também à área da vila. À medida que aumentou o número de moradores, as lideranças dos assentamentos decidiram formar associações restritas em todos os PA. Dessa forma, no ano de 2005 a associação estava inadimplente e foi extinta, mas já haviam sido criadas outras mais localizadas, tais como: Associação de Agricultores (as) Familiares Rurais do Pará- PA Dourada; Associação dos Pequenos Produtores Rurais do PA Voltinha do Itacaiúnas; Associação dos Pequenos e Médios Produtores Rurais do PA Bom Jardim da Voltinha, fundada em 1999; Associação de Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Murajuba (ASPPRAM), fundada no ano 2000.

Posteriormente à extinção da Associação Agropastoril do Pequeno Produtor Rural da Vila Santa Fé, os agricultores do PA Tamboril (que fundaram e lideravam a extinta

associação), decidiram criar a Associação dos Agricultores Familiares do PA Carajás Tamboril (AGRIFAT), fundada em 2006. Além dessa, há no PA outras associações - a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do São Domingos, PA Tamboril, que é restrita aos que possuem terra no setor São Domingos. Na comunidade Jatobá I não há associação, pois como os moradores possuem laços de parentesco, a legislação brasileira não permite a criação desse tipo de entidade.

Dada a importância dessas entidades na viabilização de acesso a recursos oriundos de políticas públicas, os agricultores apresentam interesse em participar das atividades promovidas por elas. Dentre as 28 famílias entrevistadas, apenas 02 (7% do total) não são associadas a qualquer entidade. Dentre as famílias associadas, a maioria é vinculada a duas entidades, geralmente o STR de Marabá e a associação do projeto de assentamento. Isso faz parte da maneira como o sindicalismo de trabalhadores rurais se organiza, como mostra Assis (2007).

As famílias tornam-se sócias destas geralmente no intuito de manterem-se informadas sobre acontecimentos que possam interessar-lhes. Para aqueles que estiveram ou que estão diretamente envolvidos com as atividades dessas entidades como membro da diretoria⁹⁰, o sindicato e a associação são entidades vistas como representativas dos agricultores familiares através dos quais essa categoria consegue benefícios.

O Sr Dodô Peroba que atualmente é delegado sindical e já fora presidente de associação⁹¹, explica que participa do STR *"porque entendi que toda classe tem que ter seu sindicato"*. Sobre a associação de moradores da vila, do qual também é sócio, afirma que esta entidade *"é o órgão de defesa dos agricultores"*. Da mesma forma, o Sr Guido, Sr. Zé dos Santos, D. Isaura e D. Abgail, todos atuantes em associações, ressaltam que estas entidades são instrumento de lutas dos agricultores. O Sr Zé dos Santos afirma ser associado ao STR *"porque é o que fortalece os agricultores para lutar por benefícios"*. Sobre a associação, diz ele: *"A associação é hoje em dia, é o sistema político do colono pra reivindicar e conseguir alguma coisa[...] quem mora na colônia é obrigado a se associar ao sindicato e a associação"* (ZÉ DOS SANTOS, agricultor, agosto de 2010).

Dentre os entrevistados, dois são associados apenas ao STR: o Sr. Lupiscínio, morador da comunidade Jatobá I; e o Sr Durvalino, do PA Dourada. Outros quatro entrevistados são sócios apenas de associação. A opção entre uma e outra entidade depende do tipo de benefício

⁹⁰ Geralmente as diretorias dessas entidades são formadas por: presidente, vice-presidente, tesoureiro, secretário e conselho fiscal.

⁹¹ Foi presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do PA Voltinha do Itacaiúnas, onde mora.

que se pretende alcançar, como também o grupo político de maior afinidade, a exemplo do Sr Balbino que optou por se associar a Associação de Defesa dos Produtores Rurais da Vila Santa Fé e Região. Esse agricultor era sócio do STR, mas decidiu desvincular-se: "parei de mexer porque nunca vi resultado", diz ele.

Os mais idosos, dizem participar como sócios do sindicato com o objetivo de conseguir a aposentadoria, por isso são sócios mais recentes. Da mesma forma, algumas agricultoras interessavam-se em acessar o salário maternidade e por isso, tornaram-se sócias.

A participação em associações do PA tem relação direta com a possibilidade de acessar créditos, tanto habitação como os relacionados à atividade agrícola e infraestrutura, principalmente crédito Fomento e PRONAF.

Como benefício conquistado através do STR, os agricultores quando aposentados fazem referência à aposentadoria. Enquanto os conquistados através das associações, além do acesso a créditos, são lembradas as escolas, estradas e energia elétrica.

Esses benefícios são pleiteados e debatidos através de reuniões que ocorrem tanto dentro do assentamento, como na vila Santa Fé. As reuniões das associações de assentamentos específicos geralmente ocorrem no pátio da escola do PA. Cabe aos membros da diretoria, em especial ao presidente, articular e avisar a todos os associados sobre o dia, a hora e a pauta da reunião, estendendo também o convite para os não-sócios. São essas lideranças locais que também auxiliam na articulação e divulgação das reuniões do sindicato quando estas ocorrem na vila Santa Fé e em Marabá.

Assim como as reuniões do sindicato, as reuniões da Associação de Defesa dos Produtores Rurais da Vila Santa Fé e Região e da Associação dos Moradores da vila Santa Fé e Região ocorrem na sede das mesmas que são situadas na vila. Os entrevistados afirmam participar das reuniões quando são informados, freqüentando inclusive as promovidas por entidades das quais não são associados. Participar das atividades mesmo não sendo sócio da entidade é uma forma de manter laços políticos seja com os membros da diretoria e com grupos adversários, e de amizade com as lideranças e com os demais participantes. A participação torna-se mais difícil quando essas reuniões ocorrem em Marabá, em função do custo e tempo de deslocamento. Dependendo da pauta, a presença é assídua quando ocorre na vila e independente da pauta, quando ocorrem reuniões dentro dos assentamentos, os moradores são presença certa⁹².

⁹² No caso da Associação de Produtores Rurais do PA Bom Jardim da Voltinha, o presidente relata que a associação possui atualmente cerca de 150 cadastrados, mas apenas 52 ajudam em termos de recurso financeiro

Além da participação em atividades relacionadas à igreja e às entidades formais, a realização de trabalhos coletivos (mutirões) também é um fator a ser considerado. A participação em mutirões era recorrente nos primeiros anos de chegada à propriedade, anos de dificuldade, dizem os agricultores. Era comum a reunião de vizinhos para trabalharem em conjunto na realização de trabalhos nos lotes dos participantes, assim como a reunião da vizinhança para fazer os serviços de interesses de todos, como conserto de pontes.

Com o passar do tempo, porém, o mutirão passou a ser raro e os motivos para isso são diversos. Alguns agricultores apontam a desagregação dos grupos que geralmente participavam dos mutirões em prol de interesses pessoais dos membros que priorizavam o trabalho individual ao invés do comunitário. Outros afirmam que a mudança nos tipos de atividades produtivas também influenciou para a redução dos mutirões, como a diminuição da área de roça.

No PA Murajuba, D. Abgail e D. Leocádia relatam que seus respectivos esposos participam de mutirões, principalmente na época do preparo de área e de colheita. Da mesma forma, o Sr Amâncio, no PA Bom Jardim, diz que ainda há um grupo de amigos que se reúnem em mutirão também para garantir que os serviços de derruba e colheita serão feitos no tempo certo, uma vez a mão-de-obra familiar é escassa. Por outro lado, com a redução do tamanho da área de roça cultivada e o não cultivo, é compreensível que esse tipo de estratégia de organização do trabalho também diminua.

Apesar de reduzida a frequência com que ocorre essa forma de trabalho coletivo, os agricultores afirmam que geralmente ocorre mutirão quando alguém do PA está impossibilitado de realizar os serviços do lote. Então, os vizinhos decidem reunirem-se para realizar tal serviço.

Além do mutirão, a troca de diárias entre vizinhos também fora uma recorrente forma de organização do trabalho nas áreas de assentamento. Essa forma de relação de trabalho ganha importância a partir do aumento da área de pastagem, uma vez que o roço de pasto é atividade que motiva essa prática. Hoje, apenas duas famílias dentre as entrevistadas informaram utilizá-la.

Oliveira (2009) reconhece o mutirão e a troca de diária como práticas sociais que favorecem as estratégias sociais utilizadas pelos agricultores para viabilizar sua reprodução

quando a associação precisa de dinheiro para resolver questões de interesse dos associados (mensalidade custa R\$ 5,00). Apesar de 50% contribuírem financeiramente, ele relata que a “massa” participa das reuniões quando é necessário tomar decisões.

social, sendo “meio para garantir os fatores de produção necessários para o desenvolvimento de suas atividades produtivas ou mesmo de melhorias para a coletividade, bem como para garantir a inserção em um processo de construção de redes de relações sociais” (OLIVEIRA, 2009, p. 16). Para essa autora tais práticas possibilitam a sociabilidade entre os moradores, além de ser também uma forma de socialização das práticas produtivas onde um aprende com o outro sobre determinada atividade.

Tanto a realização de mutirões, como a troca de diárias, estão vinculadas às relações pessoais de proximidade onde “se dar bem” com os vizinhos é o que sustenta esse tipo de vínculo. Sabourin (2009) considera o mutirão como exemplo de forma de produção – e comercialização- alicerçadas através da reciprocidade. Através dessa prática, são fortalecidos os laços sociais significando também uma forma de sociabilidade.

Hoje, a redução da realização dessa atividade não significa necessariamente o fim das relações sociais entre aqueles que delas participavam, o que mudou foi o tipo de prática que as vinculam.

5. ENTRE A VILA E O ASSENTAMENTO: RELAÇÕES SOCIAIS E INTERDEPENDÊNCIA ENTRE OS ESPAÇOS

"A vila Santa Fé... é uma vilinha que sem ela nós não vive. É um lugarzinho sossegado...é caro, mas tem muito conhecido. [...] É o lugarzinho que pra mim tem servido muito pra mim ir comprar uma coisinha, ir vender o gado. [...] A gente compra de tudo é aí [...] Nós depende da vila, em questão de saúde, não, mas o resto, socorro é aqui mesmo" " (CÍCERO MOURA, agricultor, agosto de 2010).

Os aspectos que estão sendo trazidos ao texto, são inteligíveis no contexto da história de vida dos agricultores. Por isso, neste último capítulo, procurar-se-á reunir os elementos trazidos até então, para discutir as diversas relações estabelecidas pelos agricultores familiares por ocasião da existência da vila Santa Fé. Sua formação e consolidação enquanto núcleo de povoamento ocorreu concomitante à chegada e consolidação das famílias (agricultoras ou não) na região do Rio Preto. Ao mesmo tempo em que a vila passou a existir por ocasião da chegada dos agricultores *a priori*, e posteriormente de comerciantes e trabalhadores rurais (peões de trecho) e de serrarias, passou a influenciar a reprodução social desses moradores, em especial os agricultores familiares de seu entorno, gerando processos dinâmicos e simbióticos através dos quais foram constituídas a vila e a agricultura familiar regional.

Como descrito anteriormente, os primeiros posseiros começaram a *cortar* lotes de terra no início dos anos 70 na área hoje reconhecida como PA Tamboril. Entretanto, a mata da região já vinha sendo utilizada em período antecedente para exploração da castanha e mariscada, mas de forma sazonal. A partir dos anos 70, a região foi sendo ocupada paulatinamente pelos agricultores até o final dos anos 90, quando houve a entrada de famílias nas áreas dos PA's Murajuba e Bom Jardim.

Os agricultores que chegavam começaram a usar área de mata não apenas para uso extrativista, mas passaram a estabelecer ali seu local de morada e de produção agrícola, iniciando a formação da agricultura familiar da região da Santa Fé. Essa ocupação foi intensificada nos anos 80, quando houve aumento do fluxo migratório de famílias que foram chegando na região e *cortando* seu pedaço de terra. A partir desse período, a existência da pequena povoação corroborou com a expectativa da *movimentação* da Região do Rio Preto - e do município de Marabá. Na subjetividade do agricultor a existência da vila é um dos elementos classificatórios de *região boa* e por isso a vila teve importância na decisão das famílias em se instalar e permanecer na região.

Hébette (2003) já havia identificado que nos anos 1970 a reprodução social das famílias da região de Marabá tinha como peça-chave o extrativismo vegetal e mineral. A

agricultura era vista como atividade secundária em termos de geração de renda, mas importante para o auto-consumo. Todavia, as diversas frentes de migração geraram aumento da população que fora procurando local de morada e cultivo da terra. Seguindo a demanda gerada, comerciantes, religiosos e outros profissionais também procuraram meio de instalarem-se. Paralelamente, os sistemas produtivos iam sendo desenhados a medida que eram abertos canais de comercialização.

Nesse aspecto, a exploração madeireira teve fundamental importância para a expansão da vila, para a movimentação econômica local e conseqüentemente para a instalação e permanência das famílias agricultoras. Durante a década de 1990 a atividade madeireira foi intensificada, devido não apenas à ampliação do número de espécies exploradas, mas também decorreu da instalação das serrarias e laminadoras na vila Santa Fé. A geração de emprego no âmbito da indústria madeireira atraiu tanto pessoas da região de Marabá à procura de trabalho, como também investidores para atender a demanda por bens e serviços.

Destarte, o número de empregados com renda fixa mensal contribuiu significativamente para a circulação monetária e aquecimento da economia da microrregião da vila através de uma espécie de cadeia: 1º) os funcionários gastavam parte da renda (senão toda) no local para usufruir de bens e serviços necessários para manter seu padrão de vida; 2º) os comerciantes, devido à renda gerada, passam a investir em seus comércios e locais de moradia, o que demandou além do material de construção, mão-de-obra; 3º) alguns funcionários e também comerciantes passaram a investir na compra de terra e de gado.

De certa forma, além da movimentação econômica, a atividade madeireira contribuiu também na conformação de alguns aspectos da vida social local. Com o aumento populacional, aumentaram também as opções de lazer, tais como festas, bares e jogos de futebol ao mesmo tempo em que as igrejas ganhavam mais partícipes. Dessa forma, os laços sociais foram ampliados para além da vizinhança do assentamento, sendo instituídas novas amizades, como também casamentos.

Esse movimento é característico à dinâmica que tem sido desenhada na Região de Marabá e resultante do deslocamento dos locais de exploração e beneficiamento da madeira no município, como descreveu Michelotti, Albuquerque e Cruz (2006).

Associada à atividade madeireira, a mineração também movimentou a região da Santa Fé. A abertura da Estrada da Buritirama e o fluxo de caminhoneiros puxando minério também espalharam a notícia de que a região era *boa*. Porém, os envolvidos diretamente com essa atividade como funcionários da empresa, diferentemente daqueles vinculados às serrarias, não

se estabeleceram na vila, salvo a circulação dos caminhoneiros em alguns tipos de estabelecimentos comerciais, principalmente restaurantes.

Até meados da década atual, todo esse movimento somado ainda à disponibilidade de terra, fosse através do mercado ou da ocupação, atraiu grande número de famílias à procura de lote e incrementou essa dinâmica socioeconômica. Aumentando a população local, diversas formas de organizações sociais foram formadas a fim de buscar a organização da produção, mas principalmente serviços de infraestrutura.

E assim, aos poucos, a sociedade local, tendo como centro de referência a vila Santa Fé, vem sendo construída. No emaranhado de relações que alicerçaram (e alicerçam) tal construção, algumas foram primordiais na estruturação da agricultura familiar. Essas relações podem ser amplas, tais como as econômicas e políticas. Mas podem também ser transversais, como relações de reciprocidade, relações de poder, de amizade, de parentesco e de vizinhança. Estas últimas permeiam o estabelecimento das relações amplas. Dessa forma, no movimento de idas e vindas a esse núcleo próximo, relações são construídas e reconstruídas, projeto são pensados e avaliados, decisões são tomadas.

Mas, afinal, o que faz os agricultores freqüentarem a vila? No geral, os motivos são os mais diversos, tais como fazer compra e vender diversos tipos de mercadorias, visitar amigos e parentes, freqüentar a escola, participar de reuniões, de festejos, de missas e cultos e mais uma série de atividades comuns ao cotidiano de qualquer pessoa residente na cidade. Nesse sentido, a vila assume a função de centro de fornecimento de bens e serviços necessários, papel este que antes de sua existência e estruturação era unicamente da cidade de Marabá.

Partindo dos resultados encontrados na pesquisa de campo e à luz do aporte teórico proposto, são destacadas as relações que ao serem construídas por ocasião da vila contribuíram para que os agricultores tivessem acesso a três aspectos condicionantes da sua reprodução social: mercado; lazer e serviço público.

5.1 A VILA DE COMÉRCIO: SUSTENTANDO A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

"A vila agora tem mais pouca gente, mas sempre assim, o pessoal vai comprar rancho, vai vender bezerro", relata o agricultor Sr Edu. Frases como essa foram recorrentes ao longo da pesquisa de campo quando os agricultores ressaltavam como a existência da vila Santa Fé foi importante para diminuir o *sofrimento* deles em relação à venda e a compra de produtos. Como diz o Sr. Jãozé, agricultor do PA Dourada, "*agora a vila tá boa. A vila agora tem comércio, tem muita, é... fazendeiro mesmo. Região de fazendeiro. Agora roça tem muita não. Que é difícil plantar a roça. Ai agora, fazendeiro tem muito ai em volta*". Falas como a do Sr Edu e do Sr Jãozé ajudam a compreender como a vila Santa Fé tem sustentado a construção de relações econômicas sob duas óticas: 1) inserção dos agricultores no mercado de comercialização dos produtos; e 2) disponibilidade de produtos não produzidos no lote.

Na discussão feita por Polanyi (1980), o mercado é considerado como um sistema de permuta e troca de produtos equivalentes. Por ser materializado em espaço físico, significa também "um local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda" (POLANYI, 1980, p. 76). Esse autor considera que o mercado, enquanto instituição, organiza a sociedade, uma vez que "as relações sociais estão embutidas no sistema econômico" (POLANYI, 1980, p. 77).

Polanyi (1980) distingue três tipos de mercados: a) mercado externo: é uma transação que envolve a aquisição de mercadorias ausentes na região; b) mercado local: limitado a mercadorias da região, uma vez que os custos de transação são altos para transportá-las a outros locais; e c) mercado interno: além de trocas complementares, inclui trocas de mercadorias similares de fontes diferentes, o que gera competição.

Já Wolf (1976), mesmo não aprofundando o debate sobre os circuitos de comercialização dos quais participam os camponeses, identificou a existência de mercados seccionais e mercado em rede. Mercados seccionais são formados por comunidades independentes entre si quando não estão na rede de trocas, mas que ao dela fazer parte, tornam-se seções. A relação entre os partícipes é tangencial por estar "confinada ao ato específico de troca entre os componentes que, em outras circunstâncias, permaneceriam estranhos uns aos outros" (WOLF, 1976, p. 64). O autor percebeu que nas aldeias indianas, apesar de haver a "obrigação" das comunidades em ir vender seu produto, os aldeões tinham a liberdade para escolher onde comprar os produtos que desejassem de acordo com a qualidade e o preço dos bens oferecidos.

Em contraste com esse tipo de mercado, em outras comunidades Wolf (1976) identificou a existência do mercado em rede por ser mais aberto e por isso mais amplo e complexo. Os produtos eram vendidos aos mais diversos tipos de compradores que ora faziam parte da rede de troca, ora não. Logo, nesse tipo de mercado, os agricultores mantêm relações, mesmo que curtas, com diversos atores, tal como observara Wolf (1976):

[...] as trocas em um mercado local dos bens produzidos também localmente formam apenas um pequeno setor de trocas e este é um pequeno setor de trocas no mercado regional; as trocas regionais são apenas uma pequena parcela nos mercados internacionais. O camponês pode então encontrar-se lidando não apenas com um grande número de intermediários e beneficiadores, mas envolvendo-se em um sistema de mercado com vários níveis, de dimensões cada vez mais avantajadas. (p. 66).

Tratando-se de alguns produtos, parece ser esse o caso encontrado na vila, onde cada tipo de mercado e de comércio tem sua função econômica. Entretanto, para concretização dessa função alguns elementos têm de ser mobilizados. Ao longo do tempo esses elementos mudam, assim como as formas de inserção ao mercado e os atores envolvidos, como pode ser observado na situação de D. Zilda:

D. Zilda, moradora pioneira que chegara à região da Santa Fé em 1980, conta que nos primeiros anos de chegada à região, a base alimentar da família era caça e farinha. Ela relata que o esposo quando não conseguia caçar as espécies autóctones que costumeiramente faziam parte do hábito alimentar das famílias⁹³, matava macaco e dizia aos filhos que era carne de veado para que eles quisessem comer. Além de caçar e de produzir farinha, plantavam milho, feijão e arroz, mas a produção de arroz e feijão era comercializada integralmente para atravessadores e a renda gerada foi sendo aplicada na abertura do lote e na compra de rancho encomendado aos madeireiros e atravessadores. Com o tempo, além da venda de lavoura branca e farinha, o gado, comercializado para fazendeiros, atravessadores e açougueiros, passou a assumir o papel de principal fonte de renda, assim como a banca de refeições cuja venda era feita para os viajantes que passavam pela estrada. Posteriormente, o dormitório e a loja de produtos diversos também passam a somar na renda.

A história de D. Zilda não evidencia uma situação isolada. A precariedade financeira associada ao relativo isolamento das famílias a aspectos da “civilização”⁹⁴ em vista da falta de estradas e da distância dos núcleos urbanos foram situações vivenciadas por boa parte das famílias que chegaram à região da vila nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

No início da década de 1980, apesar das condições de intrafegabilidade da estrada do Rio Preto, arriscavam-se madeireiros e compradores de cereais, “para sorte dos moradores locais”, diz D. Zilda. Muitas vezes, diante da dificuldade de ir e voltar a Marabá eram os atravessadores e motoristas de caminhão madeireiro quem fazia o *rancho* para as famílias.

⁹³ Dentre as espécie geralmente apreciadas, destacam-se catitu, paca (*Cuniculus paca*), tatu (*Chlamyphorus* sp) e veado (*Mazama* sp).

⁹⁴ Geralmente proporcionados através dos núcleos de povoamento adensado, fossem esses cidade ou vila.

Eles anotavam o pedido dos agricultores, faziam as compras e traziam para as famílias que pagavam a despesa obtida. Dessa forma, ao mesmo tempo em que assumiam o papel de compradores dos produtos agrícolas produzidos na região, madeireiros e atravessadores também se tornavam os intermediários no fornecimento dos suprimentos não produzidos no lote.

Não era só a venda e a compra de produtos que vinculava os agricultores a essas pessoas. Os caminhões eram as conduções utilizadas no transporte da merenda escolar e também pelos moradores quando necessitavam deslocarem-se para Marabá, por isso, sustentar boas relações de amizade com os condutores dos veículos era de suma importância para acessar esse tipo de serviço de transporte. No âmbito dessas relações de troca e dependência começou a ser estabelecido o sistema comercial naquela região.

Nos primeiros ciclos agrícolas, época de maior produção de lavoura branca, o papel da vila enquanto entreposto comercial foi fundamental na viabilização da permanência das famílias na área, tendo em vista que problemas como a falta de estrada trafegável e de meios de transporte tornavam-se amenos pela existência de um lugar de comércio mais próximo que Marabá. A vila tornava-se assim o ponto de recebimento dos produtos agrícolas, principalmente arroz, milho, feijão e castanha-do-pará vendidos para os atravessadores e donos de usinas. Isso facilitava a comercialização da produção.

Nesse contexto, a importância econômica desses produtos foi construída a partir da demanda de mercado externo, movimentada a princípio por atravessadores, tanto de Marabá como da região da vila. As opções de relação com o mercado eram restritas e passaram a ser ampliadas com a formação de um mercado interno através da instalação de usinas na vila e nos assentamentos.

Além do arroz, a venda da madeira e a venda de mão-de-obra para fazendeiros da região foram fontes geradoras de renda. Com o passar do tempo, como efeito do investimento na pecuária extensiva de corte, a lavoura branca que antes era também destinada à venda passou a ser utilizada predominantemente para consumo familiar. Um dos fatores que contribuiu no processo de mudança nos sistemas produtivos foram as alterações nas condições ecológicas dos estabelecimentos agrícolas ocasionadas pelo sistema de implantação de cultivos e predominância de pastagem. Essas alterações acarretam diversos problemas⁹⁵ e

⁹⁵ Os problemas decorrentes das alterações nas condições ecológicas dos estabelecimentos agrícolas suscitam também diversas questões que merecem ser aprofundadas em pesquisas posteriores.

transformações nas relações estabelecidas pelos agricultores no âmbito do mercado de produtos agrícolas e também de trabalho.

O Sr Carlinhos da Silva que além de agricultor, é proprietário de usina de arroz na vila, diz que no ano de 2004

[...] a gente ía no interior, aí na roça e trazia. Pagava o frete [...]. Tinha o freteiro que ia buscar [...] A gente comprava nas 3 Poderes, na Borracheira, na Voltinha. Sempre na Voltinha produzia mais. [...] comprava na mão de um e de outro. [...] Sempre a gente pagava mais adiantado e depois da colheita é que a gente ia juntar esse arroz. Para comprar na folha, o mês que a gente comprava era fevereiro, março e abril. [...] Para ir buscar era o mês de junho, julho, agosto. Esses três meses. Se fosse buscar depois não tinha mais.

Atualmente, porém, a compra do arroz é feita nas proximidades da vila Três Poderes, situada a 40 km da vila Santa Fé e a aproximadamente 110 da sede municipal, uma vez que não há mais produção de arroz na região da Santa Fé: *“esse ano eu não comprei 1 saca de arroz nem no São Domingos nem no São João, nem no Voltinha. Pra não dizer que eu não comprei, comprei 20 sacas de arroz no Café”*, relata o Sr. Carlinhos da Silva. De acordo com esse agricultor e comerciante, o sistema de pagamento ainda se mantém como nas décadas de 80 e 90: *“Eu compro e pago tudo adiantado. É na folha. Compra sem ver”*, diz ele.

O Sr Carlinhos da Silva analisa que com o tempo os agricultores passaram a investir na criação de gado e hoje não dá mais para plantar roça porque não existe mais área de mata disponível. Ao invés de comprar, ele está vendendo o arroz e subprodutos para os agricultores, como observado em seu relato: *“A turma da roça compra quirela para dar para o franguinho e o cuim para dar para o porco. Hoje em dia ninguém planta mais”*.

Além dos subprodutos do arroz, o Sr Carlinhos da Silva vende farinha, carvão e milho para os agricultores. O preço dos produtos é determinado na vila de acordo com a pesquisa feita por ele junto aos cerealistas de Marabá. Essa mudança nos sistemas produtivos tem estreitado as relações de dependência dos agricultores junto ao comércio e também entre os agricultores, como no caso da aquisição e venda de farinha, produto básico da alimentação dos agricultores.

A produção de farinha foi uma importante atividade econômica para muitas famílias e por isso movimentou também a economia da Santa Fé. Porém, dizem os comerciantes que atualmente poucas famílias continuam na atividade, tal como relata o agricultor e comerciante Carlinhos da Silva: *“Hoje a única coisa que ainda se compra é uma farinha lá no Voltinha. [...] Ele é o único que sabe fazer farinha. O preço tá dobrado do arroz. É R\$ 90,00 o saco e o arroz não é nem R\$ 45,00”*. Apesar do preço que está sendo pago pela saca de farinha, muitas famílias optaram por não investir na fabricação desse produto. Tal decisão pode ser explicada devido à redução da mão-de-obra familiar na configuração atual dos grupos domésticos, como

também no balanço entre a penosidade do trabalho quando comparado à criação de gado, e não em termos de demanda e preço⁹⁶.

Mediante essas situações, pode ser observado que ao longo do tempo, os agricultores adotaram diferentes estratégias para circular pelos diversos tipos de mercados construídos a partir de demandas distintas resultantes de fatores como a expansão da vila, surgimento de novos atravessadores em busca de produtos diversos e as mudanças nos sistemas produtivos.

A formação e expansão da vila geram demandas dos consumidores locais em termos de produtos alimentícios o que contribui na dinâmica econômica das famílias de agricultores. Essa demanda tem contribuído para a diversificação das fontes geradoras de renda, uma vez que os produtos ofertados são absorvidos também no mercado local, principalmente os relacionados às criações de animais. O mercado local é formado por dois tipos consumidores. O primeiro tipo é formado pelos consumidores indiretos e deste fazem parte os comerciantes proprietários de estabelecimentos comerciais na vila (como secos e molhados) e os atravessadores. O segundo tipo representa os consumidores diretos cuja venda do produto é feita diretamente ao consumidor final sem a figura de um terceiro, como acontece no caso do tipo anterior.

Porém, essa situação não é unânime. As famílias do PA Jatobá I é a que em termos de relações comerciais demonstra menos dependência da vila, já que boa parte de suas atividades são realizadas em Marabá. Desde a chegada na área, as relações comerciais são estabelecidas direto com consumidores em Marabá (tanto a venda de produtos agrícolas e extrativistas - arroz, feijão, milho e castanha), tendo em vista que os vizinhos organizavam-se e fretavam carro para levar a produção direto para a cidade. Esse tipo de transação comercial pode ter sido determinada pela rede de parentesco, uma vez que a maioria das famílias eram ligadas por laços consangüíneos. As compras de mantimentos também são feitas em Marabá, a não ser quando falta algo ou no caso de compra de alimentos perecíveis. Porém, atualmente a vila tem sido importante na comercialização do leite (laticínio) e na absorção de parte da polpa de cupuaçu produzida no estabelecimento agrícola.

O mesmo ocorre com as famílias do PA Murajuba, cujas relações comerciais são estabelecidas mais com Marabá do que com a vila. A participação na feira da cidade é um elemento interessante. Essa relação é facilitada pela existência de transporte para Marabá cujo

⁹⁶ Sobre esses dois aspectos, vale ressaltar que juntamente com a ocupação de novas áreas, o crescimento demográfico da vila aumentou também a demanda por farinha e conseqüentemente, subiu o preço desse produto, mas não a oferta.

ponto de saída e chegada é a vila do assentamento, não passando pela vila Santa Fé. Logo a localização geográfica não é o que determina a circulação dos agricultores, mas sim as relações que essas mantêm e as condições que as viabilizam. No caso específico desse PA, o sistema de transporte contribui para o estabelecimento de relações econômicas em Marabá em detrimento da vila.

As atividades não-agrícolas estão no rol das estratégias de diversificação de fontes de renda. O investimento em negócio próprio na vila e também o assalariamento denotam novas relações de trabalho, muitas vezes não vinculadas a atividade agrícola, mas não significa a saída do rural ou da atividade agrícola. Da mesma forma, Conceição (2002) observou no Nordeste paraense que o exercício de atividade remunerada fora do estabelecimento agrícola familiar é visto como alternativa de renda, mas também provoca mudanças internas no grupo doméstico ao mesmo tempo em que significa transformações na dinâmica econômica local. Em acordo com Florentino (2002), há uma possibilidade de que a saída da propriedade agrícola para realizar outras atividades faça parte de uma estratégia de permanência e de reprodução das famílias enquanto uma família camponesa, todavia essa questão merece ser mais bem estudada em outra ocasião.

Pode ser que a conjuntura observada na região da Santa Fé também seja encontrada em outros locais do Sudeste Paraense. Hébette e Moreira (1996) afirmam que as três últimas décadas foram marcadas por profunda transformação da estrutura produtiva da Amazônia, repercutindo também sobre o conjunto da vida social, assim como analisado por Conceição (2002) no nordeste paraense. Assis e colaboradores (2009) consideram que na região de Marabá, entre os principais elementos incorporados às atuais dinâmicas socioeconômicas locais, estão: “mudanças no padrão de migração da região, diversidade do movimento social ligado a agricultura familiar e mudanças na assistência técnica e nas bases produtivas dos agricultores ligados a política de crédito” (ASSIS; HALMENSCHLAGER; OLIVEIRA, 2009, p. 79).

No contexto da região da vila, esses elementos também estão presentes, porém, outros aspectos devem ser considerados, senão em nível da região de Marabá, mas ao menos em nível local, tais como as novas configurações da estrutura familiar, da busca por trabalhos fora da agricultura e da aposentadoria. Segundo as reflexões de Wolf (1976), novas configurações na organização da sociedade local e o maior envolvimento desta com a sociedade global, principalmente através do mercado, podem gerar novos arranjos de relações sociais menos duradouras e com caráter mais impessoal. Entretanto, as numerosas relações multilíneas prevalecem no caso das sociedades que adotam a estratégia de manterem-se mais fechadas:

[...] o resultado será que muitas relações serão vividas a curto prazo, com participantes encontrando-se apenas por breves momentos. Onde contudo acontecer o contrário, ou seja, onde os camponeses seguirem mais a estratégia de subconsumo do que a de produção aumentada; onde a divisão do trabalho é forte dentro do grupo doméstico, mas fraca fora dele; e onde o sistema de mercado é socialmente periférico ao invés de central, o campesinato manter-se-á enlaçado por numerosas relações multilíneas (WOLF, 1976, p. 113).

Apesar das transformações que vem acontecendo, o que se observa é a continuidade de coalizões multilíneas mesmo nas situações onde o grupo doméstico encontra-se dividido e o mercado tem se tornado menos periférico, como no caso das famílias que não produzem mais roça privilegiando o autoconsumo. Tal como observou Wolf (1976), mesmo nessas situações, os laços que movem as interações entre os indivíduos em prol de interesses dos mais diversos tipos constituem na maioria das vezes, relações multilíneas, tanto diádicas como poliádicas (WOLF, 1976) onde amizade, confiança e parentesco confluem nas escolhas das relações socioeconômicas estabelecidas pelos agricultores com seus pares ou com indivíduos que ocupam outras posições sociais.

Tais relações continuam presentes nas transações comerciais. A escolha do comércio para vender e para comprar, por exemplo, depende de alguns fatores, tais como: formas de pagamento, confiança no interlocutor, conhecimento (associado à confiança) e o preço dos produtos. A venda a prazo, conhecida como *fiado*, é resultante da relação de confiança estabelecida entre as partes. Muitos comerciantes locais possuem lote no PA Tamboril, o que pode significar que laços de vizinhança possam influenciar no estreitamento das relações comerciais.

No âmbito do estabelecimento agrícola, as famílias organizam a unidade de produção de acordo com os recursos ali disponíveis (humano, financeiro e natural), seguindo uma lógica interna que também é influenciada por fatores exógenos (HEREDIA, 1979, RAYNAUT, 2001). E como estratégias de reprodução social investem na diversificação de fontes de renda e procuram diversos mecanismos de inserção nos circuitos de troca. Lembrando do estudo de Costa e Rodrigues (1995), analisa-se que essas estratégias têm garantido a circulação das mercadorias dos agricultores no mercado através da inserção destes em diversas redes sociais. Todavia, ao mesmo tempo tais formas de interação social podem por em risco a autonomia dos agricultores quando corroboram na reprodução de práticas clientelistas. Tais práticas ocorrem através de relações diádicas e poliádicas, horizontais e verticais, principalmente na comercialização da madeira e do gado. De acordo com as reflexões de Wolf (1976; 2003), pode ser que se posicionar na condição de cliente seja uma estratégia dos agricultores para se manterem inseridos na dinâmica da sociedade local,

favorecendo a reprodução do sistema econômico ao mesmo tempo em que podem usufruir dos benefícios gerados por tal sistema, como acesso a *caronas*, crédito junto aos atravessadores e no comércio local e até prestígio por fazer parte de certos circuitos comerciais.

Desta forma, os mecanismos através dos quais os agricultores têm adquirido determinados bens e serviços resultam ao mesmo tempo em que expressam novas formas de regulação da economia local. Um aspecto importante nos processos de mudança daquela sociedade, é o fato de produtos componentes da dieta alimentar que antes eram produzidos no lote, hoje são comprados no comércio local, a exemplo de arroz, feijão, farinha e carne. Wolf (1976) considerou esse tipo de transformação como resultado da divisão do trabalho dentro da sociedade - envolvente e global. Ao invés dos agricultores abastecerem o comércio local- ou as cidades - com esses produtos, é o comércio local – e de Marabá- que os fornece aos agricultores, uma vez que a produção local de lavoura branca e de outros alimentos, como frutas e hortaliças, é insuficiente para suprir a demanda local. Relatam os comerciantes que boa parte dos gêneros alimentícios que abastecem seus mercados é produzida em estados da região Centro-Oeste, como, Goiás e Mato Grosso, inclusive frutas e hortaliças.

Os produtos mais vendidos nos comércios de secos e molhados são os itens básicos relacionados ao rancho, produtos de limpeza, hortaliça e frutas. Nas farmácias, vermífugos, anti-inflamatórios, analgésicos e antitérmicos são os mais vendidos. Em épocas de festas aumentam as vendas de roupas, calçados e acessórios. Com a chegada de energia nas áreas de projetos de assentamento, aumentou também a demanda por eletrodomésticos, antena parabólica e armários de cozinha.

Nessa ótica, a existência da vila tem fundamental importância na inversão de papéis do comércio e dos lotes agrícolas no abastecimento alimentar local, já que se tornou o centro comercial mais próximo dos agricultores. Até o final da década de 1990, a vila era vista como entreposto comercial integrado a um vasto sistema de comércio externo, por concentrar os compradores dos produtos agrícolas e extrativista cuja produção era expressiva na região. Os produtos comprados eram levados para Marabá e de lá ou eram revendidos no comércio local ou eram exportados para outros locais do país.

No entanto, na última década, o aumento do número de estabelecimentos comerciais do tipo secos e molhados pode ser um indicador do aumento da demanda por alimentos, incluindo os produtos antes cultivados com fins do autoconsumo familiar. O aumento da demanda pode ter acontecido por dois fatores: a) crescimento demográfico da região e; b) redução da produção local de alimentos. Desta forma, na última década, diante do aumento populacional da vila e da redução de áreas de implantação de roça, aumentou-se a demanda

pela compra de alimentos, o que fortaleceu o surgimento de novos estabelecimentos comerciais. Logo, a vila deixa de ser entreposto comercial com vista ao comércio externo e passa a ser o pólo de uma rede comercial mais ampla que interliga os setores primários e secundários de diversos municípios brasileiros através das negociações comerciais de compra e revenda de uma diversidade de produtos industrializados e *in natura*, relacionados principalmente a gêneros alimentícios, ferramentas agrícolas, medicamentos e artefatos pessoais.

Ao mesmo tempo em que essa nova forma de organização do trabalho dentro da sociedade em termos de fornecimento de produtos, dinamiza e amplia as relações comerciais para o nível global, tal como analisou Wolf (1976), também estreita as relações dos agricultores com os comerciantes, contribuindo para fortalecer o comércio local. Por outro lado, significa também maior dependência frente ao sistema de aquisição dessas mercadorias: primeiro é preciso gerar renda para comprar a mercadoria, depois é preciso meio de transporte para ir à vila - ou a Marabá - e retornar ao lote e por fim é preciso definir o local de compra.

Quando perguntado aos comerciantes sobre sua clientela, além dos moradores da vila, mencionam como clientes principalmente os agricultores dos setores São Domingos e São João, ambos pertencentes ao PA Tamboril, PA Murajuba, PA's Bom Jardim e Voltinha. Lamentam o fechamento das madeireiras, pois "*àquela época era bom o movimento. Tinha muito emprego [...] depois fechou e o governo não tem como cobrir [...] os jovens não tem outra opção a não ser se casar e ficar por aqui*", conta o Sr Tarcísio. Na leitura dos comerciantes, a economia na vila hoje é movimentada pela pecuária e pela aposentadoria, como afirma o Sr Tarcísio: "*é o que vem mantendo nós hoje: a pecuária e o aposentado*".

De acordo com os comerciantes, os dias de maior movimento em seus comércios são sábado e domingo. Durante o final de semana aumenta o trânsito de agricultores na vila que forma geral selecionam esses dias para fazer compras, visitar parentes e amigos e fazer negócios.

É na vila que boa parte da venda dos produtos é negociada, seja porque a comercialização é feita para comerciantes locais ou porque lá se encontram os atravessadores. É comum encontrar grupos de pessoas conversando em alguns pontos localizados, como comércios. São lugares estratégicos onde são encontrados os *conhecidos* com quem se costuma acertar a compra e venda de produtos, principalmente o gado. Quando não se encontram tais pessoas, comumente é *mandado recado* ou deixa-se alguém de sobreaviso para informar-lhe do interesse no *negócio*. No caso da venda de farinha e de porco costumam dirigir-se diretamente aos estabelecimentos comerciais onde habitualmente vendem tais

produtos. Dessa forma, a vila constitui-se como espaço de negociação de produtos, seja através da compra ou da venda. Além de local de negócios, a vila torna-se também um local de trabalho para aqueles que ali exercem atividades não-agrícolas, a exemplo dos agricultores que viram na demanda local oportunidade para investir em atividades comerciais.

No contexto da economia global do sistema capitalista, o estabelecimento de relações comerciais é determinado pelo preço dos produtos e por isso, é o preço que regula a economia e conseqüentemente a sociedade. Polanyi (1980) analisou e definiu que “um sistema auto-regulável de mercados, em termos mais técnicos, é uma economia dirigida pelos preços do mercado e nada além dos preços de mercado” (p. 62). O sistema auto-regulável a que se refere o autor é “aquele capaz de organizar a totalidade da vida econômica sem qualquer ajuda ou interferência externa” (POLANYI, 1980, p. 62). Todavia, na região da Santa Fé essa condição de auto-regulação não tem determinado a construção das relações econômicas, uma vez que, o fator social tem tido grande influência. Como reitera o próprio Polanyi (1980, p. 65), “o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas” e “as motivações econômicas se originam no contexto da vida social” (p. 67).

Em acordo com tais afirmações de Polanyi (1980), compreende-se que os traços ora descritos demonstram o quanto os sistemas comerciais da região da Santa Fé são estruturados por sistemas não-econômicos e esboçam as características de uma sociedade de interconhecimento. Apesar das mudanças nos produtos cultivados, processados, consumidos, vendidos e comprados, das modificações das condições de transporte e da estrutura interna dos grupos domésticos, um dos pilares da construção do mercado é alicerçado em relações de reciprocidade e de clientelismo que por sua vez, são estabelecidas a partir do interconhecimento. Lembrando as reflexões de Mendras (1978), o interconhecimento, enquanto definidor de relações é uma das características basilares das coletividades locais e tem sido condição de existência dessas sociedades enquanto tais e no caso estudado tem estabelecido as relações de proximidade que permeiam alicerçam as relações econômicas locais.

5.2 A VILA DE DIVERSÃO: ESPAÇOS DE SOCIABILIDADE E O FORTALECIMENTO DE LAÇOS SOCIAIS

A saída dos agricultores da área do PA para ir à vila Santa Fé não está relacionada apenas à realização de atividades comerciais. "*É porque nós já acostumamos aqui com esse lugar. Porque nós temos amizade aqui [...]*", diz Sr Pedro Cigano, agricultor e morador da vila. Ao expressar o porquê de gostar de morar na região da Santa Fé, o agricultor demonstra que os vínculos que o mantém como morador local vão além da realização das atividades produtivas. O sentimento de pertencimento está associado, dentre outros fatores, ao fato da vila ser, além de um lugar de negócio, um local de *conhecimento* e de *andar a toa*. Frequentemente os agricultores deslocam-se para lá com o objetivo não apenas de estabelecer relações mercantis, mas também de fazer visitas a parentes e amigos, frequentar festas e bares, torneios de futebol, participar de encontros religiosos e eventos políticos. Naquele espaço social são encontrados diversos ambientes de lazer⁹⁷ onde são firmados e reafirmados laços sociais e diversas formas de sociabilidade entre as pessoas que formam aquela sociedade de interconhecimento (MENDRAS, 1978).

A sociabilidade foi vista por Cândido (1971) como importante elemento da constituição da sociedade dos bairros rurais estudados por ele por representar a interação entre indivíduos e entre grupos. Em seu estudo, Cândido verificou que alguns aspectos das formas de sociabilidade permaneceram mesmo em situação de mudanças da sociedade, enquanto outros foram modificados. Para o autor os grupos de vizinhanças, denominados por bairros, eram "a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas" (CÂNDIDO, 1971, p. 62). No caso do estudo de Cândido (1971), os bairros representavam uma divisão administrativa da freguesia, considerada como vila. Apesar da vila Santa Fé ser classificada administrativamente de forma diferente dos bairros estudados por Cândido, assemelha-se em muitos aspectos, podendo ser considerada um núcleo de povoamento estruturante de formas de sociabilidade dos agricultores.

No ano de 2002, os técnicos das prestadoras de serviço de ATES nos assentamentos Dourada, Bom Jardim, Voltinha e Murajuba consideraram o lazer dentro dos assentamentos

⁹⁷Para compreender esse tema enquanto categoria sociológica, ver Alves (2009).

como uma “prática quase inexistente”⁹⁸, uma vez que os agricultores priorizam a vila Santa Fé como local de diversão:

O lazer no PA Dourada salvo os pouquíssimos momentos de futebol, é uma prática quase inexistente, pois a proximidade com a Vila Santa Fé, um dos principais povoados rurais do Município, que mantém razoáveis estruturas urbanas e determinados espaços e serviços no campo da diversão, terminam por influenciar e atrair os assentados para lá, particularmente nos finais de semanas e feriados. (PDA do Projeto de Assentamento Dourada, 2003, p. 27)

Essa mesma avaliação é feita pelos técnicos para os demais assentamentos. Apesar dessa afirmação, observou-se que os espaços de sociabilidade (e de lazer) que os agricultores freqüentam estão presentes em ambientes além da vila, como o lote, o projeto de assentamento e a cidade de Marabá. Os ambientes são similares aos que Heredia (1979) mencionou no estudo que fez no Nordeste na década de 70. Essa autora identificou que os espaços de sociabilidade entre os indivíduos do grupo doméstico e entre grupos domésticos são diversos, como terreiro de casa, a feira, o espaço físico da cooperativa e do STR, a missa, casa de farinha, ocasiões festivas. A autora mostra que nesses espaços são firmadas relações sociais que resultam em práticas de ajuda recíproca. Essas relações são reforçadas ainda pelos laços de parentesco, compadrio e de vizinhança (HEREDIA, 1979).

Na região da Santa Fé, a vila torna-se um importante ambiente onde tais interações sociais também ocorrem e as formas de sociabilidade ganham tom de diversão. *Diversão* é um termo utilizado pelos agricultores para se referirem a atividades prazerosas com caráter de distração. Por isso, a diversão é associada por eles ao lazer.

A vila torna-se, então, local de diversão quando os agricultores costumam ir à para encontrar os amigos para conversar e jogar sinuca. A procura por bebida alcoólica nos bares e por *divertimento* nos cabarés também os motivam a freqüentar a Santa Fé. Às vezes ocorrem festas com música ao vivo ou eletrônica, reunindo um grande número de pessoas com o objetivo de se *divertirem*. O sociólogo francês Dumazedier (2000) analisa que “em suma, o lazer é definido, nos dias de hoje sobretudo, por oposição ao conjunto das necessidades e obrigações da vida cotidiana” (DUMAZEDIER, 2000, p. 31). Nesse sentido, o lazer está relacionado às atividades de distração e entretenimento em contraposição às atividades vistas como *obrigação*, geralmente vinculadas ao trabalho profissional e doméstico. Nessa situação empírica, parece que o lazer assume principalmente a função de divertimento, recreação e entretenimento, identificada por Dumazedier (2000) como uma das três funções mais

⁹⁸ Extensão Amazônia (2003, p. 27).

importantes do lazer⁹⁹, o que não significa que não exerça a função de descanso e de desenvolvimento. Por tais características, Dumazedier (2000) considera o lazer como

[...] um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais” (p. 34, destaque do autor).

Desta forma, outros pretextos para diversão são os jogos de futebol e as celebrações religiosas. “*A nossa diversão é a igreja e o futebol*”, diz o Sr Dodô Peroba (agricultor, agosto de 2010). Na região da Santa Fé, a sociabilidade religiosa é significativa na organização da sociedade local, assemelhando-se com a situação que Cândido (1971) verificou ao estudar os bairros rurais paulistas. Esse autor analisou que a vida lúdico-religiosa era um elemento definidor da sociabilidade e se caracterizava por ser um “complexo de atividades que transcendem o âmbito familiar, encontrando no bairro a sua unidade básica de manifestação (CÂNDIDO, 1971, p. 71).

Por isso, a religião tem sido um importante mecanismo de interação social, tal como discutido por Saint-Hilaire (1937) apud Cândido (1971). Porém, diferente do que observara esse autor, as atividades religiosas não são concentradas na vila, uma vez que nos projetos de assentamento existem igrejas e práticas relacionadas ao divino. Entretanto, a vila configura-se como local de intercâmbio entre as diversas congregações e comunidades religiosas da região. Sua existência possibilitou a construção de templos matrizes de religiões diversas, ampliando dessa forma as congregações/comunidades religiosas. Em vista disso, freqüentemente os agricultores participam das celebrações que ocorrem na vila. A freqüência aumenta quando no PA não há celebrações da religião na qual se professa a fé, como acontece com os que participam da igreja católica.

Wolf (1976) e Mendras (1978) analisaram que a religião é um princípio regulador das relações sociais nas sociedades camponesas. Nessa perspectiva, a freqüência e a forma de participação nas celebrações repercutem na imagem das famílias frente às demais, principalmente quando seus membros ocupam alguma posição de destaque no grupo social, seja no PA ou na vila. Logo, o chefe religioso (dirigente ou pastor) é figura importante na organização religiosa, mas não somente. Há famílias que tem poder simbólico constituído a

⁹⁹ Com base em uma enquete realizada em 1937 na França com operários e empregados, Dumazedier (2000) identificou três principais funções do lazer: “a) função de *descanso*; b) função de *divertimento, recreação e entretenimento*; c) função de *desenvolvimento*” (DUMAZEDIER, 2000, p. 32, destaque do autor).

partir dos valores morais e religiosos que apresentam diante dos outros membros da igreja e da comunidade. Observou-se que, principalmente no caso dos que são adeptos das religiões classificadas como protestantes, esse poder gera uma espécie de fiscalização de um membro em relação ao outro, o que aumenta a participação destes nas programações religiosas que acontecem nos PA's e na vila, como cultos diários ou semanais, vigílias, pregações, dentre outras, o que corrobora com a expansão das religiões protestantes.

Ao observar características como estas nos estudos em que desenvolveu, Wolf (1976) discute que a religião é um dos fatores estruturantes da sociedade camponesa, alicerçando relações morais através dos quais os papéis sociais específicos são reafirmados sem enveredar pelas vias de discussão sobre os papéis sociais dos membros da sociedade. Por isso, para o autor

A religião camponesa não se explica unicamente em seus próprios termos. Ela funciona para sustentar e equilibrar o ecossistema camponês e a organização social e também constitui um componente da ordem ideológica mais ampla. Responsiva aos estímulos que derivam tanto do setor camponês como da ordem social envolvente, a religião forja mais um elo que liga o camponês àquela ordem. (WOLF, 1976, p. 134).

Tais aspectos demonstram as atividades consideradas pelos agricultores como vinculadas ao lazer, também estão permeadas por mecanismos de regulação social. De certo modo, isso vai de encontro com o que evidenciou Dumazedier (2000), uma vez que para este autor os indivíduos ao participar de ocupações vinculadas ao lazer, entregam-se de livre vontade. Apesar dos agricultores considerarem a participação em programações religiosas como atividades de lazer, isso não significa que estejam despidos de certas obrigações sociais, o que não retira dessas ocupações o caráter de diversão.

O maior festejo católico da região e as programações evangélicas mais importantes são realizados na vila Santa Fé, mesmo havendo congregações nos assentamentos. Isso acontece porque a vila é o centro de referência em termos de localização e também de representação política, considerada como a sede daquela região, o que a torna espaço de disputa. Por isso os templos lá construídos costumam serem maiores que as dos assentamentos, ostentando o poderio da igreja, mas também para receber a quantidade de fiéis que aumenta quando há programações religiosas. Nessas ocasiões participam moradores das vilas próximas, de assentamentos próximos a outras vilas e também de Marabá, o que amplia a sociabilidade entre coletividades diferentes. Os laços criados e/ou reforçados pela religião também movimentam a economia local, uma vez que após as celebrações religiosas é comum, principalmente no caso dos jovens, reunirem-se na sorveteria ou na pizzaria da vila. Além do

mais, as celebrações tornam-se ambientes onde os conhecidos encontram-se para conversar sobre os mais diversos assuntos, desde acontecimentos que ocorrem em nível mundial, como questões internas ao grupo.

Além das atividades religiosas, os torneios de futebol que ocorrem na vila são eventos sociais importantes na promoção do lazer e na formação de espaços e momentos de sociabilidade. Esses eventos envolvem grupos que vão além dos moradores das redondezas. Dos torneios participam times formados por moradores das vilas e times dos projetos de assentamento. Geralmente são organizados por pessoas que estão mais envolvidas com o esporte, não havendo alguma entidade formal que seja promotora a não ser na ocasião de torneios beneficentes. No final de semana, quando não há torneios, reúnem-se os que moram mais próximos para montarem times para *baterem* bola e assim, divertirem-se sem competição. Diariamente os moradores da vila, de ambos os sexos, jogam bola no final da tarde como forma de entretenimento. É interessante que jogar futebol não é uma atividade exclusivamente masculina. Assim como os homens, as mulheres também praticam esse esporte, no entanto, em outro campo de futebol (feito para elas) localizado ao lado do campo masculino. Logo, não é o esporte que é demarcado, mas o local de jogar bola.

Além das programações religiosas e dos torneios de futebol, na vila são realizadas outras programações locais que reúnem os moradores da região da Santa Fé e de outras vilas, como a festa junina da Escola Maria das Neves e a Exposição Agropecuária da Vila Santa Fé (EXPOFÉ) que, de acordo com o agente distrital (administrador), é a maior festa agropecuária do interior do município. A EXPOÉ é uma festa anual promovida pela prefeitura municipal e por algumas entidades, geralmente com duração de quatro dias. O apoio da prefeitura municipal à realização desse evento é fundamental para que a programação aconteça. Através desse apoio, vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura (SEAGRI), geralmente são ofertados aos agricultores cursos diversos que acontecem ao longo da semana da festa. Além do investimento municipal, a realização desse evento depende da organização social local e do envolvimento de diversas categorias, como comerciantes, agricultores e fazendeiros para que sejam organizadas e viabilizadas as programações. Dela participam pessoas dos mais diversos lugares, inclusive de fora do município que a convite de parentes e conhecidos vem prestigiar o evento e *divertir-se*.

Além dessas opções de diversão que permeiam o cotidiano dos agricultores, o poder público municipal tem responsabilidade sobre as opções de lazer da população local. Segundo dados da pesquisa, a construção da praça, mesmo inacabada, ajudou a dar “ares” de cidade para a vila, tornando-se local de encontro dos jovens e onde os pais levam os filhos para

brincar, ampliando as possibilidades de diversão. Isso demonstra a importância das ações dos agentes do Estado na viabilização de espaços públicos de lazer, uma vez que o lazer, conforme afirma Dumazedier (2000), exerce conseqüências sobre a vida das pessoas por interferir no trabalho, na família e na cultura (DUMAZEDIER, 2000). Dessa forma, as mudanças estruturais na área da vila contribuem para que sejam ampliadas as possibilidades de espaços de lazer e de sociabilidade. A construção dos campos de futebol, da sede do Clube de Mães, da praça e do parque da vaquejada possibilitou aos moradores planejar torneios de futebol e festas na vila. Fazendo referencia às condições de infra-estrutura da vila, o Sr. Dodô Peroba diz: *"hoje nós temos parque da vaquejada, os supermercados, os açougues, 06 times de futebol amadores"*.

No leque de possibilidades de espaços de sociabilidade, os torneios, as festividades, as celebrações religiosas têm movimentado a vida das pessoas ao promover a diversão, além de fortalecer as mais diversas relações inclusive para além da vila. No seio dessas formas de sociabilidade, interagem indivíduos das mais diversas categorias sociais. Essa heterogeneidade social converge para aproximar ou para afastar os indivíduos que a partir delas convivem. Pessoas que possam ser rivais em certas situações tornam-se aliadas em outras mesmo que momentaneamente, como é comum nas programações religiosas e partidas de futebol. Do mesmo modo, os conflitos também permeiam essas formas de sociabilidades, principalmente quando envolvem grupos políticos divergentes. Quando um dos grupos está promovendo alguma programação, em geral os grupos adversários tendem a não se envolver ou participam de forma quase nula. A rivalidade imbuída nesses jogos de poder, assim como as tensões são importantes na regulação da organização social local, assim como as relações de reciprocidade, de parentesco e de vizinhança.

As formas de sociabilidade privilegiadas neste texto estreitam os laços entre os moradores da região da Santa Fé com moradores de coletividades vizinhas, que de acordo com Mendras (1978. p. 97), “formam entre si um tecido de laços que cria uma sociedade local”. Nessa situação, a vila Santa Fé torna-se o centro de uma rede de relações estabelecidas regionalmente.

5.3 A VILA DE APOIO: RELAÇÕES POLÍTICAS E ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS

A busca pelos serviços públicos considerados básicos no exercício da cidadania faz parte das estratégias de reprodução social das famílias agricultoras. E dentre eles, merecem destaque a saúde e a educação.

Ainda nos primeiros anos de chegada ao lote em quaisquer das décadas (1970, 1980 ou 1990), a malária foi uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas famílias. Alguns entrevistados relatam que o medo de perder entes familiares devido a essa enfermidade influenciou na decisão para que muitos abandonassem ou vendessem o lote e partissem em busca de terra em lugar onde não houvesse tantos casos ou cujo acesso a atendimento médico fosse mais fácil. Logo, a implantação do posto da SUCAM na vila foi decisiva no combate a malária e de certa forma, transmitiu segurança para que as famílias enfrentassem a situação de risco de enfermidade.

A implantação do posto de saúde, mesmo que funcionando de forma inconstante, aproximou dos agricultores o acesso a procedimentos médicos, tais como primeiros socorros, distribuição de medicamentos e campanhas de vacinação. De accordos com dados da Secretaria Municipal de Saúde, em 2010 o número de atendimentos aumentou devido à ampliação das ações da secretaria. Serviços como primeiros socorros e campanhas de vacinação, acompanhamento pré-natal e puerperal, coleta do exame PCCU, acompanhamento a hipertensos, aumento do efetivo de funcionários e alocação de uma ambulância, são exemplos dessa ampliação.

De acordo, com a enfermeira responsável pelo posto de saúde, os casos recorrentes são de pessoas com sintomas de febre, diarreia e vômito, além da realização do exame PCCU¹⁰⁰. Apesar de não haver a realização de consultas médicas, a contratação de técnicos de enfermagem, enfermeira e a disponibilidade de ambulância, viabiliza o acesso a atendimentos básico de saúde e em qualquer emergência não se fica mais à mercê de cuidados médicos quando os cuidados domésticos não resolvem os problemas de saúde.

Antes da contratação de técnicos de enfermagem para atuarem no posto de saúde, os donos de farmácia tiveram papel fundamental em situação de doença. Ainda hoje muitas vezes são eles que “medicam” os moradores das redondezas, analisam os sintomas e “receitam” os medicamentos. Esse papel é atribuído a esses comerciantes, principalmente

¹⁰⁰ Relata a enfermeira que boa parte das mulheres não tinham o hábito de fazer esse exame anualmente, como recomendam os médicos. Constantemente os profissionais do posto fazem campanha de divulgação do exame, dada sua importância na identificação de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

quando se tratam de moradores mais antigos que preservam a confiança em seus conhecimentos empíricos sobre saúde e o respeito em vista dos serviços prestados. Em se tratando desses atendimentos, principalmente quando em caráter de urgência, tanto os profissionais habilitados como os comerciantes são acionados a qualquer hora. Por isso, preservar relações de amizade e reciprocidade é mecanismo importante para viabilizar o pronto atendimento.

Outro serviço público que tem estruturado relações ao mesmo tempo em que influencia nas estratégias das famílias, é a educação. O ensino público tem muitas vezes determinado a escolha do local de moradia dos membros familiares ou até mesmo de todo o grupo doméstico. Até meados da década de 1990, a precariedade ou inexistência de escolas de ensino fundamental e médio no assentamento e na vila fez com que os agricultores investissem na saída dos filhos para estudar na cidade de Marabá.

Dessa forma, a implantação de escolas na vila Santa Fé além de viabilizar um projeto (a educação), interferiu nas decisões familiares sobre o local de morada e com isso, na divisão do grupo doméstico. Morar na vila como estratégia para viabilizar o acesso dos filhos ou netos à escola contribui para o aumento do número de moradores na vila e conseqüentemente com a movimentação da economia e da sociabilidade local. Talvez, a melhoria na oferta do transporte escolar ou a oferta de ensino nos PA's poderia ser alternativa à opção dos filhos de morarem na vila ou em Marabá.

Supõe-se, ainda, que a escolha da vila como local de morada representa estratégia das famílias para alocar os filhos (e suas respectivas famílias) em um local onde haja possibilidade de geração de renda, uma vez que a terra disponível não seria suficiente para mantê-los. Essa situação pode indicar a tendência de a região de Marabá sair de uma estratégia de fronteira para uma dinâmica de estabilização, uma vez que as áreas de mata estão cada vez mais escassas assim como áreas de terra nas proximidades para instalação dos filhos, dificultando a mobilidade espacial das famílias.

Tal como observou Stropasolas (2006) no âmbito da visão de mundo, a educação aparece como um fator determinante no estilo de vida da família, por fazer parte dos planos futuros dos indivíduos da unidade doméstica. A visão de educação como condição para *ter uma vida melhor* aparenta ter sido construída através de um processo de transmissão intergeracional calcado na idéia de que o trabalho na roça é penoso. Associado a isso, a sociabilidade no âmbito escolar e em outros espaços, como o jogo de futebol, também pode ser um fator preponderante na construção das perspectivas dos jovens em relação à educação e também em morar na vila.

Como a existência da vila oportuniza aos agricultores serviços públicos como atendimentos no posto de saúde, acesso à escola e à participação em diversos programas governamentais, entra também na pauta de reivindicação dos agricultores outros temas que vão além da busca de benefícios relacionados à vida no lote e no PA, como geralmente ocorre nas discussões das associações de produtores. Nessa ocasião os temas recorrentes são referentes à abertura e manutenção de estradas, escolas na área do projeto de assentamento, melhoria no serviço de assistência técnica, ampliação dos programas de energia elétrica, crédito agrícola e crédito habitação e mais recentemente, questões vinculadas à aplicação da legislação agrária.

Logo, a existência da vila faz surgir outras demandas, agora relacionadas à infraestrutura não do Projeto de Assentamento, mas do núcleo de povoamento. Os moradores da região - o que inclui os agricultores - têm pleiteado e obtido algumas conquistas junto ao poder público, como: a construção das escolas e do posto de saúde, a implantação do posto policial, a implantação da energia primeiramente a diesel e depois elétrica, a implantação de telefones públicos e também de linha privada, a implantação do posto de correio, de uma sede sindical para o STR. Mais recentemente têm sido incluídos na pauta apresentada pela associação dos moradores da vila e região à prefeitura de Marabá, o término da construção da praça, o atendimento médico odontológico semanal, o asfaltamento das ruas, a implantação do sistema de distribuição de água e do serviço de telefonia celular, instalação de um posto da ADEPARÁ e o licenciamento de uma linha de táxi da vila para a cidade de Marabá.

Todos esses elementos pretendidos (e conquistado) pelos moradores junto aos representantes do poder público beneficiam não apenas àqueles que moram na vila, mas à população residente no seu entorno. A existência de posto de saúde, de escolas, de telefonia e de carros de linha torna-se fator fundamental da reprodução social das famílias que moram na vila ou em seus respectivos estabelecimentos agrícolas, já que, como diz o Sr Agnaldo, antigamente os agricultores *usavam menos* a vila porque não tinha escola boa, nem posto de saúde e nem praça. Nesse sentido, ressalta-se o papel da vila na fixação das pessoas naquela região e da criação de uma identidade local.

Outras questões localizadas de infra-estrutura, como asfaltamento de ruas e sistema de energia elétrica e de distribuição de água são fatores importantes cuja influência ocorre de forma indireta para as famílias que não moram na vila. A existência ou não da energia elétrica, por exemplo, é decisiva para o bom funcionamento do posto de saúde, das escolas e dos estabelecimentos comerciais. O asfaltamento das ruas favorece a circulação das pessoas

quando estão transitando pela vila por diminuir a incidência de poeira no verão e de lama no inverno, além de melhorar a estética local.

Para conquistar os bens coletivos e as mudanças pretendidas, os agricultores através de suas organizações lançam mão das mais diversas estratégias que vão desde a forma de incentivar o engajamento dos indivíduos até a gestão do bem adquirido, tais como reuniões com representantes do poder público. Por essas razões, a existência da vila tem também influenciando na organização social dos agricultores. Simbolicamente, a existência de um local que centraliza reuniões realizadas para tratar de assuntos de interesse dos moradores em geral fortalece a organização por não privilegiar locais específicos em detrimento de outros. Além disso, os agricultores passam a se reunir para reivindicar demandas que surgem pela ocasião de sua existência. Ao mesmo tempo, em se tratando de certas pautas, não é somente o requerimento dos agricultores que possibilita a conquista de acesso a certos recursos, pois é a existência desse núcleo que permite que tais demandas sejam atendidas.

A implantação da escola, primeiro de ensino fundamental, só foi possível porque ali existia um aglomerado visto pelo poder público como local central de uma área rural. Depois, com a criação dos projetos de assentamentos e aumento da demanda de alunos, o ensino público foi sendo descentralizado através da criação de novas escolas, agora dentro dos PA's. No caso da oferta do ensino médio, essa concepção de lugar central ainda é aplicada, assim como na implantação do posto policial e do posto de saúde. Talvez, se não houvesse esse núcleo de povoamento, essas ações governamentais não teriam sido efetivadas, tendo em vista que seria mais complexo decidir o local de implantação de tais serviços diante da dispersão espacial das famílias e isso geraria um conflito de caráter operacional diante da escolha do local.

A vila Santa Fé tem sido constituída como espaço de centralização de recursos públicos através de dois formatos: de um lado, os representantes do poder público municipal vêm a vila como núcleo genérico onde são disponibilizados serviços públicos por estar situada na confluência de assentamentos e das áreas de colonização antiga, o que facilita o acesso das famílias aos mesmos; de outro lado, as famílias moradoras da região uma vez que percebem isso, têm buscado estratégias de fortalecimento desse núcleo do ponto de vista de infra-estrutura ao mesmo tempo em que reivindicam recursos públicos que serão mais facilmente justificados e acessados se solicitados para serem implementados na vila.

O Estado intervém em alguns elementos da reprodução social dos agricultores quando investe na construção e funcionamento de escolas, quando abre e faz manutenção das estradas, quando investe na urbanização da vila ao mesmo tempo em que financia a

construção de casas e atividades produtivas. Porém, questiona-se a que passos esses investimentos têm sido feitos. Por outro lado, o estabelecimento de parcerias entre as representações dos assentados, instituições governamentais, como as prefeituras municipais, e outras entidades supõe uma ação conjunta entre estes para conseguir implementar as ações necessárias para garantir o acesso dos assentados aos recursos, proporcionando dessa forma melhores condições de vida.

Além das contribuições para a viabilização de acesso aos direitos básicos, a implantação desses serviços tem gerado emprego na região da Santa Fé, principalmente quando relacionados ao posto de saúde. No caso das escolas, a cadeira de professor é ocupada também por profissionais de Marabá contratados através de concurso público. Essas figuras corroboram para o estabelecimento de relações políticas dentro e fora da vila.

Os professores, a enfermeira, os agentes comunitários de saúde, o administrador local, os técnicos da SUCAM e os representantes das entidades são os interlocutores da população local no processo de mediação com o Estado. Sua função e posição social no âmbito da região da Santa Fé assemelham-se às dos “notáveis” que aparecem no trabalho de Mendras (1978). Segundo identificou o autor nos feudos que estudou, os notáveis são os indivíduos que vem de fora das coletividades e assumem, dentre outros, o papel de mediar as relações entre as coletividades locais e a sociedade envolvente, como aqueles que vivem da renda fundiária sem trabalhar na terra, agentes legais, padres, administradores e negociantes. Mendras (1978, p. 119) analisa que “quer sejam econômicas, culturais ou políticas, todas as representações entre a sociedade envolvente e a sociedade camponesa criam papéis e funções de intermediários”. Na visão deste autor isso ocorre porque é preciso existir “um mecanismo para assegurar os contatos, transformar os conflitos em negociação, encontrar soluções, regatear vantagens, defender interesses” (MENDRAS, 1978, p. 119).

No mesmo sentido apresentado por esse autor, os funcionários públicos e os representantes políticos dos agricultores e dos moradores da vila garantem o contato das coletividades locais com o exterior. No entanto, diferente da descrição que faz Mendras (1978), na vila os próprios agricultores assumem tal papel e não somente os “estrangeiros”. Nesse caso, é atribuída a eles a função de contato político.

5.4 A IDA A “RUA”: RELAÇÃO ENTRE OS AGRICULTORES, A VILA SANTA FÉ E A CIDADE DE MARABÁ

A realidade encontrada na região da vila Santa Fé vai ao encontro das reflexões de Wanderley (2009a) quando diz:

No caso do meio rural, que precisamente se define como uma pequena aglomeração, poucos são os serviços, bem como as ofertas de trabalho, disponíveis no próprio lugar de residência. A consequência é a impossibilidade de acesso, o que gera a precariedade registrada em grande parte das áreas rurais brasileiras, ou a necessidade de deslocamento da população local, numa área de circulação que freqüentemente ultrapassa os limites do próprio mundo rural e às quais a população do campo, não raro, chega fragilizada (p. 18).

Os agricultores desde o início da moradia na região do Rio Preto estabeleceram vínculos de dependência com a cidade de Marabá. Mesmo na época de estrada intrafegável e da inexistência de linha de transporte, os agricultores deslocavam-se para lá a fim de fazer compras para suprir as necessidades familiares, ir à procura de atendimento médico, vender produtos agrícolas, resolver questões relacionadas a serviços bancários e documentações, fossem em relação à terra, venda de produtos ou quaisquer outra situação, adquirir insumos e ferramentas, visitar parentes.

A freqüência de ida a cidade dependia de alguns aspectos, como a disponibilidade de transporte, período das atividades no lote, condição financeira e a urgência do motivo. No geral, era (e ainda é) de responsabilidade masculina ir a Marabá para resolver esses assuntos, enquanto as mulheres geralmente deslocam-se para lá na intenção de visitar parentes e de ir ao médico. No caso dos jovens, a ida para a cidade normalmente era definitiva ao invés de esporádica, pois era para lá que se dirigiam para ter acesso à escola. Essa dependência era comum, já que Marabá era o mais próximo centro de provisão de bens e serviços.

Atualmente a realidade é diferente, pois "*a vila cresceu muito, bastante. A gente não vê, mas cresceu pra atrás (ampliou o tamanho) [...] tem escola, posto, muito comércio, posto de gasolina [...] Foi bom. A importância da escola, compras e vendas porque não precisa ir tão longe*", relata o Sr Zinho, agricultor.

Com a expansão da vila, as relações estabelecidas com a cidade de Marabá transformaram-se ao longo do tempo. A diversificação do comércio local foi um dos fatores que mais tem contribuído no processo de mudança de tais relações, uma vez que "[...] *é o lugar mais próximo. Na precisão aí tem (remédio, coisa de comer)*", como explica o agricultor Sr Durvalino. Ao falar que “na precisão aí tem”, o agricultor refere-se ao fato de

que hoje na vila são encontrados suprimentos básicos das necessidades das famílias e por isso a vila assume importante papel na provisão de mercadorias porque, segundo explica D. Leocádia, *“muitas vezes a gente precisa de um remédio, carne, fazer compra. (A vila) É um socorro que a gente tem aqui por perto”*.

Todavia, isso não significa a desvinculação total com o comércio de Marabá. Para muitas famílias, as compras na vila são feitas em “caso de precisão” porque, como diz D. Hilda, *“coisa pros meninos, roupa, feira grande é tudo em Marabá”*. O fato de D. Hilda, assim como outros moradores, comprar na vila apenas mercadorias em pouca quantidade em um momento em que não pode ir em Marabá, justifica-se por duas questões: uma relacionada aos preços dos produtos que na vila é bem superior se comparado aos supermercados e lojas de Marabá; e outra relacionada à ida freqüente para a cidade. Geralmente o rancho é feito regularmente nos comércios de Marabá quando os agricultores vão receber aposentadoria ou salários (no caso daqueles que são funcionários públicos) ou quando para lá se deslocam por alguma outra eventualidade.

D. Zilda diz que hoje a vila Santa Fé *“tá desenvolvida, não é mais aquela vila de antigamente, com duas casinhas”*. Ela relata que antes passava muito tempo usando somente uma roupa porque para comprar mais tinha que se deslocar para Marabá, onde também fazia o rancho. Situação que difere de hoje, uma vez que na vila há lojas de roupas.

Para algumas famílias, as relações são transformadas à medida que mudaram as estratégias produtivas. Famílias que antes vendiam seus produtos em Marabá e por isso estabeleciam relação direta com o mercado externo, hoje estão inseridas no circuito comercial local. Outras, no entanto, estreitaram os laços comerciais com consumidores da cidade, como no caso das famílias que participam da feira. Para essas famílias, manter relação econômica com a cidade faz parte das estratégias para sua reprodução social, expandido suas relações econômicas para além da região da Santa Fé. Como discute Wanderley (2009d):

[...] pela sua própria natureza, o campesinato tradicional não constitui um mundo a parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada ‘sociedade englobante’, laços de integração, dentre os quais, são fundamentais os vínculos mercantis (p. 187).

Dessa forma, os vínculos mercantis criados por ocasião da cidade, são constituídos a partir das diversas estratégias produtivas tomadas a partir de fatores relacionados ao meio de transporte e à possibilidade de inserção em mercados nos quais os agricultores precisam deslocar-se para fazer a negociação. Na que se refere à mobilidade e aos laços de integração

com o exterior, para Queiroz (1976) a economia é vista como o fator mais importante da quebra do isolamento do sítio¹⁰¹. Dessa forma, mesmo a vila tendo papel fundamental na reprodução social das famílias agricultoras das áreas circunvizinhas, não se pode desconsiderar as funções que também tem a cidade de Marabá, uma vez que Marabá "*é o que dá o apoio no que não se encontra na vila*", como explica o agricultor e comerciante Sr Guido. No mesmo sentido explicado pelo Sr. Guido, D. Abigail ressalta que a cidade de Marabá "*é o centro comercial maior. Tudo que você procura a gente acha. Médico, banco, comprar roupa, calçado, é tudo em Marabá, banco é mais*".

Porém, no caso estudado, não somente as relações mercantis contribuíram para a circulação dos agricultores dentro do município. A cidade assume importância diferenciada para aquelas famílias cujos membros lá estabeleceram residência. Geralmente são os filhos que saíram do lote em busca de estudo ou de emprego ou parentes que não conseguiram terra ou que optaram pela vida "urbana". Para o Sr Pedro Cigano, por exemplo, a cidade é importante para ele porque lá os filhos estão bem empregados. Já para D. Abigail, além de ser importante porque lá seus filhos estudam, é o lugar onde sua mãe já idosa reside "com mais conforto".

Com o passar do tempo, não foi somente a expansão do comércio local que influiu nas modificações dos laços com Marabá, pois as mudanças estruturais na vila tiveram contribuições importantes para transformar as relações entre as famílias, a vila e a cidade e o significado destes espaços. Relata D. Abigail:

[...] pra mim a vila se desenvolveu mais. Só tinha dois butecozinhos. Agora tem supermercado, correio e até escritório administrativo do prefeito. Não tinha posto de saúde. Agora tem com PCCU e vacinação. Só tinha ensino fundamental, agora tem o ensino médio.

As mudanças estruturais apontadas por D. Abigail condicionaram as modificações de algumas relações que os agricultores estabeleciam com a cidade de Marabá, principalmente no que diz respeito ao estudo dos filhos. A existência de escolas na vila alterou a forma de acesso dos filhos e netos dos agricultores ao estudo porque, de acordo com o Sr Cristóvão, "*as vezes para colocar os meninos em Marabá é difícil e tendo aí (na vila), estuda na Santa Fé [...]*".

De modo geral, no quadro a seguir estão especificados os tipos de serviços a que mais recorrem os agricultores e os locais onde costumam acessá-los:

¹⁰¹ Sobre essa categorização ver Cândido (1971) e Queiroz (1976).

TIPO DE SERVIÇO	LOCAL DE ACESSO			OBSERVAÇÕES
	PA	VILA	MARABÁ	
Compra de Rancho		X	X	
Venda de produtos agropecuários	X	X	X	
Serviços Bancários			X	
Serviços Médicos	X	X	X	Respectivamente agente de saúde; posto de saúde; hospitais, consultas e exames.
Serviços Odontológicos			X	
Documentos			X	
Compra de artefatos pessoais		X	X	
Escola	X	X	X	Depende da série e do transporte escolar
Visita aos filhos	X	X	X	

QUADRO 06 Tipos de serviços e local de acesso pelos agricultores
 FONTE: Pesquisa de Campo (2010).

Apesar da descrição geral apresentada no quadro é importante considerar que os serviços são ofertados em níveis diferentes de acordo com o local e com as famílias. As compras de gêneros alimentícios acontecem tanto em Marabá como na vila, dependendo da frequência de ida dos agricultores à cidade. Serviços bancários e referentes à emissão de documentos são acessados em Marabá.

Em relação ao serviço público de saúde, as situações consideradas mais simples são resolvidas no posto de saúde, já nos casos mais graves que necessite de atendimento de pronto-socorro ou de necessidade de realizar exames e consultas médicas, os agricultores procuram o Hospital Municipal de Marabá. Isso implica em deslocamento para a sede municipal e agendamento prévio das consultas e exames. As famílias que dispõem de melhor condição econômica recorrem ao atendimento médico em outras cidades onde consideram que o serviço médico privado é mais qualificado, rápido e acessível em termos financeiros. É o caso das cidades de Terezina-PI, Araguaína- TO e Goiânia- GO.

Desse modo, a escolha do local de acesso aos serviços necessários é uma das estratégias utilizadas pelas famílias diante da sua situação social, tal como explicaram Costa e Rodrigues (1995). Nesse aspecto, é importante perceber a vila Santa Fé em dois papéis distintos: ora como local “intermediário” entre os assentados e a cidade, já que oferece recursos a serem utilizados enquanto não se vai a Marabá, como no caso dos serviços médicos e compras e ora como local-chave das relações, como no caso da venda dos produtos agropecuários e do lazer. Logo, o acesso a serviços médicos, serviços bancários e em órgãos públicos é o que mais tem contribuído para vincular os agricultores à dependência da cidade,

enquanto que a criação de escolas e ampliação do sistema comercial da vila têm diminuído tal dependência.

Nesse caso, a disponibilidade dos serviços públicos traça uma linha tênue entre o atrasado, o isolado e o desenvolvido, o urbano, como expressado na fala do Sr Carlinhos da Silva: "*a vila... Foi um lugar atrasado demais, mas hoje já tem alguma coisa que a gente vê. Já tem o colégio, fizeram a pracinha, o posto de saúde[...] fizeram esses pedaços de asfalto...já é alguma coisinha*". Sua filha D. Merência, agricultora, compartilha da mesma opinião : "*a vila se desenvolveu muito a vista daqueles anos atrás. A vila tem comércio grande, asfalto, posto de saúde*".

A definição do (s) papel (eis) que a vila exerce na vida dos agricultores varia de acordo com aspectos, tais como localização do assentamento e características do grupo familiar. Por exemplo, famílias cujo ciclo de vida de seus membros exige a necessidade de acesso à escola, mantém relação diferente daqueles onde isso não ocorre. Da mesma forma, fatores como o funcionamento do sistema de transporte; as atividades produtivas nos primeiros ciclos agrícolas (lavoura branca- abertura da floresta) e atividades produtivas depois do esgotamento da área de mata, o ciclo de vida familiar (escola e aposentadoria), são influentes na decisão das famílias sobre onde aplicar recursos e estabelecerem determinados tipos de relações¹⁰². Dentre as características percebidas em relação às famílias dos PA's, três pontos merecem destaque:

- 1) Para algumas famílias, principalmente do PA Tamboril e Voltinha do Itacaiúnas, a vila é o local de morada e o lote é o local de trabalho;
- 2) A garantia do acesso dos filhos a escola é um fator determinante na opção de morar na vila ou dos filhos irem para Marabá.
- 3) O sistema de transporte influencia diretamente nas relações com Marabá e com a vila.

Apesar das transformações em algumas relações, a cidade de Marabá é um espaço relevante para as famílias seja porque é o lugar de morada dos filhos, onde realizam serviços burocráticos, onde se faz compras e também onde se passeia. Nessa perspectiva, Wolf (1976) aborda o papel das cidades para as sociedades camponesas e diz que "gostaria de pensar na

¹⁰² Não se pode afirmar ao certo, mas aparentemente as famílias do PA Carajás Tamboril têm relação mais freqüente com a vila, talvez por fatores como a proximidade em termos de distância, o que facilita o acesso das mesmas. Nesse aspecto percebeu-se outro adicional: a maioria dos moradores desse PA tem motocicleta como meio de transporte, enquanto nos demais assentamentos poucas famílias detêm de veículos próprios. Além disso, foi a primeira área a ser ocupada e talvez os primeiros a adquirirem casa na vila e investirem em comércio.

cidade como um local habitado no qual se exerce uma combinação de funções, tornando-se útil, porque com o tempo se consegue uma eficiência maior através da centralização dessas funções em um ponto determinado” (p. 25).

De acordo com as reflexões de Wanderley (2001; 2009c) e Veiga (2000; 2003), compreende-se que o exercício das funções propriamente urbanas está relacionado à centralização das atividades econômicas e sócio-políticas do conjunto do espaço local, envolvendo a concentração das atividades administrativas municipais, a oferta de serviços e centralização do poder. Enquanto as atividades rurais estão relacionadas à exploração dos recursos naturais.

Por outro lado, considerando a estrutura organizacional de Marabá, essa utilidade e eficiência tornam-se questionáveis quando a centralização de determinadas funções passa a dificultar o acesso às mesmas. Fatores como distância e demanda comprometem a eficiência da centralização de recursos na cidade quando se pensa nas pessoas que moram na zona rural do município, por isso uma estratégia para ampliar o grau de eficiência é a descentralização dos serviços da sede municipal para centralizá-los nas vilas, tal como vem sendo feito no caso das escolas e da implantação do posto de saúde.

Nesse quadro geral de análise, é importante lembrar que muito se fala de sistemas produtivos, geração de renda, fortalecimento da agricultura familiar e outras temáticas relacionadas ao propósito da permanência das famílias nas áreas onde foram assentadas, da redução da migração e do êxodo rural¹⁰³. Todavia, os mecanismos adotados pelos agricultores para garantir a reprodução social da sua família, podem ser os mais diversos possíveis, incluindo, a título de exemplo, a migração, conforme demonstrado nos estudos de Florentino (2000) e Félix (2008), sem que isso signifique a desvinculação com o rural¹⁰⁴, como pode ser o caso da saída dos filhos do lote, mas que mantém o gado na propriedade dos pais.

Nessa situação o estabelecimento de relações sociais e a confluência de atividades que transpassam a propriedade agrícola apontam a existência de uma dinâmica territorial conectada à política de reforma agrária e ao próprio mundo rural, muitas vezes

¹⁰³ Essas temáticas são questões fortemente debatidas na formulação e execução de políticas públicas direcionadas ao meio rural, como apontado por Félix (2008).

¹⁰⁴ Nessa perspectiva, Florentino (2000) traz reflexões interessantes sobre as estratégias de reprodução social dos agricultores numa região de fronteira agrícola paraense enfocando o processo de migração rural-urbano, sugerindo a revisão da noção de êxodo rural que nesses casos, não se aplica, tendo em vista que a ida de membros das famílias entre a cidade e o campo (divisão do grupo familiar), permite ampliar a base da reprodução social familiar. Através dos dados da pesquisa, não se pode afirmar ao certo se isso acontece na situação estudada, mas registra-se a necessidade de aprofundar esse tema num outro momento.

desconsiderada no contexto da formulação das políticas públicas. A desatenção a esses elementos pode estar relacionada às implicações derivadas das leituras generalizadas sobre o espaço rural enquanto espaço “mecânico” de produção agrícola.

Em estudos recentes, Wanderley (2001), Florentino (2002) e Sauer (2003) apontam que fatores como a mobilidade geográfica e social representam as interações entre local e global, reafirmando que nos processos recorrentes à construção da condição de agricultor, o trânsito entre os espaços rural e urbano representa não só as dinâmicas territoriais inerentes ao local, como também os elementos constitutivos do cotidiano das famílias assentadas e da população residente nos aglomerados onipresentes no espaço rural.

De acordo com o debate teórico proposto por Wanderley (2001, p. 32)

Este mundo rural se move em um espaço específico, o espaço rural, entendido em sua dupla face. Em primeiro lugar, enquanto um espaço físico diferenciado. Faz-se, aqui, referência à construção social do espaço rural, resultante especialmente da ocupação do território, das formas de dominação social que tem como base material a estrutura de posse e uso da terra e outros recursos naturais, como a água, da conservação e uso social das paisagens naturais e construídas e das relações campo-cidade. Em segundo lugar, enquanto um lugar de vida, isto é, lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional).

Assim como sugerem as reflexões de Wanderley, os dados apresentados neste trabalho mostram que a interpolarização entre o rural e o urbano ocorre através do intercâmbio de elementos provedores da vida das famílias, seja no campo, seja na cidade. O que significa dizer que mais importante que a classificação entre rural e urbano, está a subjetividade intrínseca à construção dos espaços de vida e o desencadeamento de processos que denotam a vivência no espaço rural.

Por isso, a discussão aqui apresentada aponta alguns pontos que são importantes na conformação da vila Santa Fé e também da agricultura familiar local, tais como: a inserção da atividade agropecuária; a inserção de atividades urbanas; a visão norteadora da elaboração, requerimento e execução de políticas governamentais; a multiplicidade de atores; as dinâmicas econômicas e sociais locais e globais que refletem e influenciam as mudanças sociais. Isso mostra que na região da Santa Fé as famílias que lá residem (agricultoras ou não) constroem, a partir dos recursos aos quais tem acesso, um modo de vida peculiar ao contexto cultural, político e econômico do qual fazem parte. Utilizando os recursos ali oportunizados em consonância com as relações sociais estabelecidas através da circulação entre os ambientes rurais e urbanos, as famílias traçam estratégias de reprodução social que permitem

sua continuidade ou mudança em relação à posição ocupada (família agricultora, comerciante, assalariada, etc)¹⁰⁵.

Ampliando esse debate, no caso da Amazônia, em especial o Sudeste Paraense, a formação do universo agrário é um processo caracterizado por mudanças tanto nas formas de exploração do meio natural, como na organização social dos atores e de sistemas de troca em torno dos elementos naturais disponíveis e dos núcleos de povoamento formados e expandidos ao longo desse processo¹⁰⁶. Dessa forma, em meio ao contexto de transformações que vêm ocorrendo na região de Marabá ao longo do tempo, elementos da reprodução social das famílias agricultoras foram modificados, expressando novas formas de viver no espaço rural simbolizadas nas relações vivenciadas pelas famílias entre a vila e o projeto de assentamento.

5.5 DE CURRUTELINHA À CIDADE: A PERSPECTIVA DE EMANCIPAÇÃO DA VILA SANTA FÉ (MUDANÇAS NAS ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL?)

No âmbito das transformações que vem acontecendo na região do Rio Preto, tem sido relevante o movimento que visa a emancipação da vila Santa Fé. Na fala dos moradores, principalmente dos agricultores e dos comerciantes, a expectativa da emancipação e as argumentações utilizadas por eles denotam a importância da vila como local que tem possibilidade de ofertar os elementos que encontram na cidade de Marabá. *"Agora a vila tá grande. Vai ser cidade. O município é rico"*, diz o Sr Cristóvão, um dos agricultores entrevistados. Na visão dos agricultores, a vila Santa Fé apresenta características de cidade e pode ser tornada sede municipal. *"Hoje (a vila) está grande e vai virar cidade. Não tem banco, não tem correio, mas tem supermercado, farmácia, posto de saúde"*, descreve D. Leocádia.

Apesar da avaliação positiva a respeito da transformação da região em município, cuja sede será a vila, nem todos estão otimistas em relação ao processo de emancipação. Para D.

¹⁰⁵ No item 2.3 desse trabalho será mais bem tratado sobre a reprodução social das famílias agricultoras.

¹⁰⁶ Outro exemplo que reforça essa compreensão no cenário amazônico, é o estudo feito por Florentino (2000) em Uruará e Rurópolis, duas cidades consideradas como pequenos centros urbanos da região da Transamazônica, Estado do Pará. Para a autora, a forte relação entre o campo e a cidade nas regiões de fronteira agrícola faz das pequenas cidades desse espaço, cidades rurais, ressaltando que nas cidades de fronteiras existe uma forma de imbricação do rural e do urbano: "nessa frente pioneira, as cidades são ainda emergentes- elas emergem do rural e conservam dele ainda todas as marcas" (FLORENTINO, 2000, p. 44).

Efigênia, a Santa Fé "é uma cidadezinha. Querem emancipar, mas não vão conseguir. [...] Agora tem muita casa sendo vendida". O pessimismo de D. Efigênia diz respeito às disputas e jogo político que move o debate sobre a emancipação e a forma como os moradores da região têm se organizado para tal. Em vista dessas questões, o Sr Durvalino desabafa:

A vila lá pra mim é sem futuro. O povo não tem interesse pra nada. É muita usura e não se une pra nada [...] a vila tinha como crescer, mas não conseguiram nem eleger um vereador, não vai pra frente. Saem muitos candidatos ao invés das pessoas se reunirem para eleger um só.

O apoio à divisão do Estado do Pará é explícito. Em todos os estabelecimentos comerciais visitados, havia o adesivo em favor à criação do estado dos Carajás, movimento maior que envolve as regiões Sudeste, Sudoeste e Sul do Pará, através do qual os interessados na criação do novo município apóiam-se.

Essa questão vem sendo tratada localmente desde 1992. Os moradores interessados reuniram-se e criaram uma comissão para fazer o projeto e apresentá-lo aos órgãos competentes. No entanto, na esfera local, as divergências políticas existentes formam diferentes grupos de interesses e de afiliação partidária. Esses grupos são formados pelas mais diferentes categorias, como comerciantes, agricultores, fazendeiros e funcionários públicos. Na leitura de alguns agricultores, a exemplo do Sr Durvalino, essa diversidade de grupos enfraquece tal movimento, uma vez que a população torna-se dividida para eleger um representante, seja vereador ou deputado estadual, que possa lutar por essa reivindicação.

A comissão pró-emancipação é formada por pessoas de grupos políticos divergentes, mas que passaram a relacionarem-se em um mesmo grupo em prol da emancipação da vila. Apesar do interesse em comum, as relações estabelecidas entre os partícipes são movidas pelos laços de amizade, de confiança, vínculos religiosos e pelas relações de clientela. Entra em cena também a força política dos participantes junto à mobilização da população local e aos representantes do poder público.

Algumas figuras são notáveis nesse processo de mobilização e luta pela emancipação da vila. Alguns são comerciantes, outros são agricultores e presidentes de associações e outros combinam as funções de comerciante, agricultor e representante político. Todos são envolvidos em alguma associação. Cabe a eles fomentar o tema da emancipação seja em seus comércios, nos intervalos de reuniões políticas, de encontros religiosos ou de visitas aos conhecidos, uma vez que são reconhecidos pelos moradores como mediadores desse debate. Esse assunto torna-se recorrente quando, em qualquer circunstância, faz-se presente alguma dessas lideranças, uma vez que aqueles que não estão diretamente envolvidos com a comissão também têm o interesse de saber a quanto anda o processo.

Esse tipo de entrelaçamento político, apesar de emergir a partir de um interesse em comum representa coalizões multilíneas poliádicas horizontais e verticais (WOLF, 1976), uma vez que diversas categorias sociais dialogam e estabelecem relações interpessoais. São multilíneas porque o interesse na emancipação torna-se o pretexto para garantir o alcance de outros interesses, como a realização de negócios, *status*-e poder- e o vínculo político quando for o caso. Poliádicas por envolver muitas pessoas e verticais por inserir agricultores e outras categorias que ocupam diversas posições sociais.

Nesse caso, os princípios organizacionais que têm regido esse tipo de coalizão são os laços de amizade e a confiança no entendimento sobre o assunto e na capacidade de barganha política que os notáveis exercem. Por isso, implícita nessas coalizões está a reprodução de formas de dominação expressas principalmente através da manutenção do poder das lideranças políticas dos assentamentos, dos comerciantes e dos compradores de produtos. Por outro lado, a manutenção dessas relações é importante para a regulação social da sociedade local, mesmo que nessas condições.

O interesse em saber dos acontecimentos sobre o processo de emancipação tem gerado algumas expectativas em torno de aspectos que os agricultores consideram que serão modificados após a emancipação. O principal deles diz respeito à implantação dos serviços que são feitos em Marabá, como os serviços bancários e a procura por atendimento em órgãos públicos, tais como INCRA e ADEPARÁ. A implantação de hospital e a melhoria na qualidade do ensino também estão em pauta, assim como a ampliação da vila e sua urbanização. Caso essas demandas fossem atendidas, estariam aproximando os moradores da região do Rio Preto dos aspectos que caracterizam a dependência destes em relação à cidade de Marabá que, de acordo com o Sr. Altamirando, "*é onde se resolve questões burocráticas, onde faz compras. Por enquanto, porque se a vila emancipasse, era bom demais*".

Com a emancipação da vila Santa Fé muitos elementos da vida dos agricultores poderão mudar, principalmente nas dimensões políticas e sociais. A formação da administração pública municipal implicará na organização de todo sistema administrativo conforme rege a legislação brasileira, indo além da eleição de prefeito e vereadores. Com isso, mudar-se-á a forma de acesso aos serviços especificado no parágrafo anterior, o que reduziria as idas e vindas à Marabá para resolver questões das mais diversas dimensões, caso fosse investido na implantação dos serviços básicos de qualidade. Isso poderia mudar muitas relações que hoje vem regendo os sistemas sociais locais, tais como a dependência de transporte. Além do mais, a tendência é que haja a reorganização política dos grupos de

interesse com vistas a conseguir o pleito municipal e todas as benesses que possam vir conjuntamente com a conquista do poder executivo e legislativo.

Com a criação do novo município, os moradores estimam que a população tenda a aumentar em busca principalmente de empregos. Com o aumento demográfico, o comércio local pode vir a aumentar em termos de números e de diversidade de estabelecimentos comerciais, tornando-se mais complexo. Porém, com a sede da prefeitura e das secretarias localizadas na vila, aumenta-se a cobrança de adequação dos comerciantes às regras de funcionamento de seus estabelecimentos comerciais e quem sabe sobre a forma de comercialização dos produtos agrícolas. Outra questão importante nesse processo de emancipação e expansão da vila é a violência, uma vez que paralelo ao crescimento demográfico tendem a aumentar os casos, tal como já observam os moradores.

Os aspectos trazidos aqui são somente para ilustrar as possíveis mudanças pelas quais passará a região do Rio Preto caso seja criado o município de Santa Fé. No âmbito dessas mudanças, novas estratégias podem ser tomadas pelos agricultores em prol de adaptarem-se ao novo contexto que promete vir fornecer aos moradores locais os elementos que estes encontram nas cidades.

Entretanto, independente da emancipação, a vila Santa Fé teve e continuará a ter influencia direta na constituição do modo de vida das famílias que moram no seu entorno, agricultoras ou não. A vila vista como local de comércio no momento de *se fazer negócio* e de *se comprar coisa pouquinho* é também o local onde se encontram conhecidos, onde se passeia, onde os filhos estudam, onde as famílias têm estabelecido os mais diversos tipos de relações em prol da reprodução social. Por essas características a vila Santa Fé, mais que um núcleo de povoamento ou sede distrital, é um espaço social fundamental e estruturante do modo de vida dos agricultores familiares do seu entorno.

Espaço complexo fruto das dinâmicas que tem acontecido na região amazônica e que reflete a ocorrência de transformações na estrutura dos sistemas sociais e dos valores das pessoas que residem no rural. Ao longo do tempo, houve a emergência de novas formas de sociabilidade, de relações de trabalho e de atividades produtivas, mas sem que houvesse o esfacelamento das relações que tem construído a sociedade local como uma sociedade de interconhecimento, tais como confiança, reciprocidade e clientelismo.

Ocorrem nesse caso, os ajustes dos velhos padrões ao novo contexto social, tal como observou Cândido (1971) no estado de São Paulo e recentemente Conceição (2002) no Nordeste Paraense. O novo aí, porém, não representa algo inexistente na sociedade global, mas representa aquilo que era distante da vida cotidiana dos agricultores, como a cidade e os

benefícios oriundos do acesso aos recursos das políticas públicas. Apesar de parecer ambíguo, a justaposição dos elementos que faziam parte da vida dos agricultores no passado e que continuam a fazer parte no presente, mas com novas configurações, é o que gera as transformações sociais ao mesmo tempo em que tem viabilizado a dinâmica de reprodução social das famílias, estruturando a sociedade local. Nesse contexto, a reprodução social não significa continuidade de práticas imutáveis ou estagnação do modo de viver dos agricultores. Ao contrário, significa a reorganização de estratégias com fins a manutenção familiar e continuação da condição de agricultores, principalmente no caso dos pais.

Com base em Wanderley (2001), Florentino (2002) e Sauer (2003) observa-se que de forma associada, as estruturas físicas para o fornecimento de serviços e realização dos mais diversos tipos de atividades no espaço local constituído pelos assentamentos e pelos centros de serviços confluem para o hibridismo entre os aspectos da vida rural e da vida citadina, viabilizando condições necessárias para o fortalecimento da agricultura familiar e dinamizando a sociedade do qual os agricultores fazem parte. Como já evidenciado por Cândido (1971), Wolf (1976) e Wanderley (2001), isso mostra que os núcleos de povoamento são estruturantes e inerentes à conformação dos modos de vida dos agricultores. Esses núcleos não apenas surgem do rural, como também estão no cerne de sua formação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de concluir as diversas possibilidades de análise, através deste trabalho de pesquisa verificou-se que o processo de ocupação do entorno da vila Santa Fé reflete a dinâmica da região de Marabá, como fronteira em estabilização. Criada para facilitar o acesso a um conjunto de serviços pelos primeiros moradores, a vila Santa Fé, tem sua consolidação associada a eventos regionais, tais como a migração originada pelo extrativismo da castanha, abertura de estradas, instalação de madeiras, criação de projetos de assentamentos e recentemente a mineração.

As reflexões apresentadas ao longo deste texto permitem concluir que a existência de um núcleo de povoamento influencia diretamente e de diferentes formas o modo de vida das pessoas que residem nele e nas suas proximidades. A partir da vila, as famílias agricultoras desenham e re-desenham suas estratégias de reprodução social. Essas estratégias não são estáticas e podem ser modificadas conforme mudam as dinâmicas internas às famílias e ao contexto socioeconômico do entorno. Essas duas dimensões estão interconectadas e permeadas por vínculos de reciprocidade, parentesco, vizinhança, amizade, confiança e clientela.

Os diferentes tipos de relações que se estabelecem entre os assentamentos e a vila são determinantes para a formação da sociedade local. Esta afirmação, apesar de óbvia, indica que sem a vila os agricultores não teriam as mesmas facilidades de acesso a serviços públicos e privados, dificultando sobremaneira sua permanência na região. A vila, portanto, é um espaço social que contém elementos estruturantes da vida dos agricultores, da mesma forma que sua existência e estruturação é inerente à formação da agricultura familiar local.

Ao longo do tempo, a estrutura da vila diminuiu a dependência das famílias de agricultores em relação à cidade de Marabá, mas não totalmente. A circulação entre a vila e a cidade permite que se estabeleçam diversos tipos de relações que oportunizam a estes agricultores acesso a diferentes tipos de recursos públicos e privados diferentes daqueles oportunizados na relação vila/assentamento. A tendência é que essa dependência reduza à medida que a estrutura da vila seja melhorada e que surjam novos atores sociais. A redução da dependência não significa reduzir a mobilidade. Independente da continuidade ou da descontinuidade espacial, a circulação dos agricultores entre o projeto de assentamento, a vila e as cidades, é meio de viabilizar as estratégias de reprodução.

Essas reflexões permitem inferir que as hipóteses iniciais dessa pesquisa se confirmam. De modo geral, a circulação entre assentamento (s), vila (s) e cidade (s) propicia interatividade local em consonância com a global, dissolvendo fronteiras que separam espaços e estilos de vida. Contudo, é importante lembrar que futuramente, a maneira como essas famílias se manterão enquanto agricultoras pode ser diferente ao passo que se muda o ciclo de vida dos membros da família, a composição do grupo doméstico e a disponibilidade de recursos endógenos ao lote. Além disso, novas oportunidades podem surgir mediante a expectativa da emancipação da Região do Rio Preto e conseqüentemente da elevação do *status* de vila ao de cidade, o que torna ainda mais complexo finalizar esse trabalho com conclusões acabadas em si mesmas diante de processos que ainda estão em curso. Entretanto, a discussão apresentada aponta para a importância de se problematizar até que ponto as políticas orientadas aos agricultores, em especial aos beneficiários da reforma agrária, são congruentes com as dinâmicas sócio-espaciais.

Além das considerações apresentadas, muito ainda pode ser pesquisado nessa temática, uma vez que diversos processos em curso são apontados nesse trabalho, mas devido à sua limitação e recorte, não puderam ser explorados. Novas pesquisas podem ser iniciadas explorando temas como a crise ecológica pela qual vem passando os estabelecimentos agrícolas; o destino dos filhos mediante a saída do estabelecimento agrícola e da atividade agrícola; o perfil dos moradores da vila e dos assentados e; os processos organizativos visando acessar políticas e programas governamentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mauro W. B. de. Redescobrimo a família rural. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Campinas-SP, v.1, n.1, p.66-83, jun. 1986.

ASSIS, William Santos. **A construção da representação dos trabalhadores rurais no Sudeste paraense**. 2007. 279 p. Tese (Doutorado em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2007.

ASSIS, William Santos de; OLIVEIRA, Myriam ; HALMENSCHLAGER, F. L. . Dinâmicas territoriais, projetos coletivos e as complexidades das áreas de fronteira agrária: o caso da região de Marabá, Pará.. In:CAZELLA, Ademir A; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. (orgs.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: MAUAD. 2009, p. 167-192.

BARBIERI, Alisson F; MONTE-MOR, Roberto L. M. Mobilidade Populacional e Urbanização na Amazônia: elementos teóricos para uma discussão. In: RIVERO, Sérgio; JAYME JR. Frederico (Org.). **As Amazônias do século XX**. Belém: EDUFPA. 2008.

BATISTA, Maria Grings. **Terra de família-família de trabalho: estudo de famílias agricultoras no nordeste paraense**. 2009. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pára. Núcleo de Estudos em Agriculturas Familiares. 2009.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 1995.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec. 1997.

BRUMER, Anita; e ANJOS, Gabriele dos. Gênero e Reprodução Social na Agricultura Familiar. In: **Revista NERA**. Presidente Prudente, SP. Ano 11, n. 12. p. 7-17. 2008.

CÂNDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 5. ed. 1971.

CARNEIRO, Maria José. Multifuncionalidade da Agricultura e Ruralidade: uma abordagem comparativa. In: MOREIRA, José Roberto; COSTA, Luis Flavio Carvalho (Org). **Mundo**

Rural e Cultura. Coletânea Desenvolvimento, Agricultura, Sociedade e História Social, PRONEX. Rio de Janeiro: Ed. Mauad. 2002.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade:** Novas identidades em construção. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1997. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbzeze>, acessado em 10/01/2010 às 15:30 h.

CASTRO, Edna Maria Ramos de e HÉBETTE, Jean (Org.) **Cadernos do NAEA:** Na Trilha dos Grandes Projetos: modernização e conflito na Amazônia, Belém, n. 10, 1989.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a Luta:** sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Núcleo de Antropologia Política. Coleção Antropologia da Política. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1999.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima C. da. Reprodução Social da Agricultura Familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; e MANESCHY, Maria Cristina. (orgs). **No Mar, nos rios e na fronteira:** faces do campesinato no Pará. Belém: EDUFPA. 2002. p.131-172.

COSTA, Ana Bénard da; e RODRIGUES, Cristina. Estratégias de sobrevivência em Luanda e Maputo. In: OPPENHEIMER et al. **Urbanização acelerada em Luanda e Maputo:** impacto da guerra e das transformações sócio económicas (décadas de '80 e '90). Textos preliminares. Estudos de Desenvolvimento 6, CEsa, Universidade Técnica de Lisboa. 1995. p. 113-122. Disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7024.pdf> , acessado em 10/03/2010 as 20:00 h.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e Cultura Popular.** São Paulo: Perspectiva, 3. ed. 2000.

EMMI, Marília Ferreira. A oligarquia da Castanha: crise e rearticulação. In: **Cadernos do NAEA:** Na Trilha dos Grandes Projetos: modernização e conflito na Amazônia, Belém, n. 10, 1989. pag. 127-161.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais.** 2.ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999. 174 p.

FELIX, Gil. Almeida. **O caminho do mundo:** mobilidade espacial e condição camponesa numa região da Amazônia Oriental. Niterói : Eduff, 2009. 251 p.

FLORENTINO, Laurence Granchamp. Localidade Fragmentada e Novo vínculo Local: Uma análise a partir das relações campo-cidade na Transamazônica (região de Altamira-PA). **Revista Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento.** Belém, v 01, n 02, p. 29-56, 2000.

GEERTZ, Clifford. Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa. In: **Revista de Ciências Sociais: Mosaico**. Rio de Janeiro, Ano 2, n. 1, v. 1, 1999. p. 279-303.

GIRARD, Eduardo Paulon. **O Rural e o Urbano: é possível uma tipologia?** Presidente Prudente, SP. 2008. Disponível em:

http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/downloads/Girardi_Ap%EAndice_02-B_Rural%20e%20Urbano.zip, 20/03/2010, as 09:40 h.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas. 5ª ed. 2006.

GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O posseiro da fronteira: camponato e sindicalismo no Sudeste Paraense**. 1. ed. Belém: UFPA/NAEA, 2001. v. 1. 169 p.

GUERRA, Gutemberg. Desenvolvimento territorial na Amazônia: rural e urbano como faces da mesma moeda. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (org). **O Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva**. Belém: EDUFPA. 2006. p. 97-111.

HÉBETTE, Jean. O grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense. In: CASTRO, Edna; HÉBETTE, Jean (orgs). In: **Cadernos do NAEA: Na Trilha dos Grandes Projetos: modernização e conflito na Amazônia**, Belém, n. 10, 1989.. pag. 07-40.

_____. A Ocupação Humana Recente da Microrregião de Marabá. In: HÉBETTE, Jean (org). **Cruzando a Fronteira: 30 anos de estudo sobre o camponato na Amazônia**. v. IV, Belém: EDUFPA, PA. 2004. p. 63-71.

HÉBETTE, Jean; MOREIRA, Edma Silva. Situação Social das Áreas Rurais Amazônicas. In: **Cadernos de Estudos Sociais**. v. 12, n. 2, julho/ dezembro. 1996. p. 383-405.

HÉBETTE, Jean; ALVES, Juliete M.; QUINTELA, Rosângela. Parentesco, vizinhança e organização profissional na formação da fronteira amazônica. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; e MANESCHY, Maria Cristina. (orgs). **No Mar, nos rios e na fronteira: faces do camponato no Pará**. Belém: EDUFPA. 2002. p.173-202.

HÉBETTE, Jean; Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da Transamazônica. In: HÉBETTE, Jean; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; e MANESCHY, Maria Cristina. (orgs). **No Mar, nos rios e na fronteira: faces do camponato no Pará**. Belém: EDUFPA. 2002 p.173-202.

HEREDIA, Beatriz. M. A. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979, 164 p.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000, v.7.

IANNI, Octávio. **Colonização e contra-reforma na Amazônia**. Petrópolis: VOZES, 1979. 137 p.

INTINI, João Marcelo. **Negociação e Diálogo no Sul e Sudeste do Estado do Pará: um estudo sobre as políticas públicas para a Reforma Agrária e Agricultura Familiar**. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará. Núcleo de Estudo Sobre Agricultura Familiar. 2004.

KAMPEL, Silvana A.; CÂMARA, Gilberto; MONTEIRO, Antônio Miguel V. **Análise Espacial do Processo de Urbanização da Amazônia**. Relatório Técnico. INPE. Ministério da Ciência e Tecnologia: 2001. disponível em: http://www.dpi.inpe.br/geopro/modelagem/relatorio_urbanizacao_amazonia.pdf, acessado em 29/06/10, as 18:20.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: CHAMPAGNE, Patrick; et al. (orgs). **Iniciação à prática sociológica**. Ed. Vozes: Petrópolis, RJ. 1998. p. 59-107. [Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira].

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. In: **Revista Terra Livre**. São Paulo, SP. n. 19. p.95-112. 2002.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil: terra de quem?** São Paulo: Edusp/Ed. Nobel. 1991.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Direitos e Projetos: uma leitura sobre a implantação de assentamentos no Sudeste do Pará. In: **Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. p. 247- 293.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978. 268 p.

MICHELOTTI, Fernando; ALBUQUERQUE, Elias da S.; CRUZ, Wilton P. **Arranjo produtivo madeireiro de Marabá**. REDESIST/UFPA/ADA. Marabá: 2006. (mimeografado).

MICHELOTTI, Fernando; RIBEIRO, Beatriz; SOUZA, Haroldo de; FREITAS, Rafael Luiz de Araújo. O agrário em questão: uma leitura sobre a criação dos Assentamentos Rurais no Sudeste do Pará. In: **Encontro da Rede de Estudos Rurais, 2, 2007**. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro [s. n.], 2007.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** São Paulo: Ed. Vozes. 1992.

MOURÃO, Laís. **O Pão da Terra: propriedade comunal e campesinato livre na baixada ocidental maranhense.** Coleção Antropologia e Campesinato no Maranhão. São Luis: EDUFMA. 2007. 202 p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo.** 2ª Ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP.2000

OLIVEIRA, Dvandro Pedro de. **Mudanças nos Parâmetros Técnicos dos Projetos de Crédito Rural: O Caso dos Projetos de Assentamentos no Sudeste do Pará.** 2003. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará. 2003.

OLIVEIRA, Myriam C. C. de. **Agricultura familiar e dinâmicas das relações sociedade-natureza em área de fronteira agrária na Amazônia Oriental.** 2009. 303 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

OLIVEIRA, Myriam C. C. ; ALMEIDA, Jalcione. Mudanças sociais e formas de exploração do meio natural em áreas de fronteira agrária amazônica: o caso da região de Marabá – PA. In: **Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 3. 2008, 09 e 12 de setembro, Campina Grande – PB. **Anais...** Campina Grande: UFPB. 2008.

PALEN, J. John. **O Mundo Urbano.** Rio de Janeiro: Ed. Forense- Universitária LTDA. 1971. [tradução].

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** 3 ed. R.3, Campus, 1980.

PINTO, Lúcio Flávio. Na trilha da Norte-Sul. In: CASTRO, Edna; HÉBETTE, Jean (orgs). **Na trilha dos grandes projetos: modernização e conflito na Amazônia.** Cadernos do NAEA, nº 10. Belém: NAEA/UFPA. 1989. p. 71-97.

QUIVY, Raymond; e CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais.** 2 ed. Lisboa: Gradiva, 1998.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas.** São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil.** Petrópolis: Ed. Vozes. 2ª Ed.1976. 242 p.

RAYNAUT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir de uma perspectiva interdisciplinar. In: **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 1, p.21-32, jul./dez. 2004. Semestral.

REIS, Douglas Sathler dos. O Rural e o Urbano no Brasil. In: **Encontro Nacional de Estudos Populacionais- ABE**, 15. 2006, Caxambu, MG. 2006. **Anais...** Caxambu: [s. n.], 2006.

REIS, Nestor Goulart. **Evolução Urbana no Brasil 1500 / 1720** (Trecho). Disponível em <http://www.histeo.dec.ufms.br/textos/textos3/E%20-%20Evolucao%20Urbana%20do%20Brasil%20-%20Nestor%20Goulart.doc>, acessado em 24/10/09 as 16:10.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Rio de Janeiro: Garamond. 2009. 328 p.

SANTOS, R. A . de O . **História econômica da Amazônia.** São Paulo: T. A . QUEIROZ, 1980.

SAUER, Sérgio. A luta pela terra e a reinvenção do rural. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 11. 2003, Campinas, SP. 2003. disponível em:

<http://74.125.47.132/search?q=cache:PFzzFQVych0J:www.nead.org.br/download.php%3Fform%3D.doc%26id%3D266+SAUER,+S%C3%A9rgio.+A+luta+pela+terra+e+a+reinven%C3%A7%C3%A3o+do+rural.+In:+XI+CONGRESSO+BRASILEIRO+DE+SOCIOLOGIA.+Campinas,+SP.+2003.&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> , acessado em 20/03/2010 as 14:00 h.
<http://www.fundaj.gov.br/geral/textos%20online/amazonia/jean.pdf> , acessado em 07/03/2010.

STROPASOLAS, Walmir. Luiz. Visões do mundo rural em conflitos. In: **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Editora da UFSC. 2006. p. 243-311.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. In: **Revista Nera**, Ano 10, nº 10. Presidente Prudente, SP. 2007. p. 134-150.

VEIGA, José Eli da. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 197 p.

_____ **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** 2ª ed. Campinas, SP. Autores Associados. 2003. 304 p.

VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**. São Paulo: Ed. DIFEL. 2ª ed. 1979. 291 p.

_____. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. 2ª ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: CLACSO, Norma Giarracca.(org.). **¿Una nueva ruralidad en América Latina?** Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>, acessado em 29/09/2009, as 10:30 h

_____. Os Estudos Rurais no Brasil: as ciências sociais e as questões da sociedade [versão preliminar]. In: **Encontro Anual da ANPOCS**, 3. Caxambu- SC, 2009. **Anais...** Caxambu- SC [s. n.]. 2009a.

_____. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: **O mundo rural como um espaço de vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2009b. p. 155 -184.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e coletivo. In: **O mundo rural como um espaço de vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2009c. p. 203 - 262.

_____. Agricultura Familiar e Campesinato: ruptura e continuidade. In: **O mundo rural como um espaço de vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2009d. p. 185 - 201.

_____. Urbanização e Ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural; estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco. In: **O mundo rural como um espaço de vida**. Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRS, 2009e. p. 311- 328.

WITKOSK, Antonio Carlos. Floresta de trabalho. In: **Terras, florestas e água de trabalho**: os camponeses amazônicos e as formas de uso dos recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas- EDUA, 2007. 250-288 p.

WOLF, Eric. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar. 1976. 2 ed.

WOLF, Eric R. Tipos de Campesinato Latino-Americano: uma discussão preliminar. In: FELDMAN-BIANCO, B. & RIBEIRO, L. G. **Antropologia do Poder**: Contribuições de Eric R. Wolf. Coleção Antropologia. Brasília: Ed. UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Ed. Unicamp. 2003.

Documentos:

RELATÓRIO Técnico I: Plano Diretor Municipal De Marabá, PA. Marabá: Prefeitura Municipal de Marabá/UFPA/FADESP. 2006. (mimeografado).

PLANO de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Murajuba. Marabá: INCRA SR-27/FETAGRI-PA/COPSERVIÇOS/Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Murajuba, 2001.

PLANO de Desenvolvimento do Projeto de Assentamento Tamboril. Marabá: Extensão Amazônia, 1999.

PLANO de Desenvolvimento Sustentável para o Projeto de Assentamento Bom Jardim da Voltinha, Município de Marabá, Estado do Pará. Marabá: MDA/INCRA/Associação Agropastoril dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Santa Fé e Região/Extensão Amazônia, 2003.

PLANO de Desenvolvimento Sustentável para o Projeto de Assentamento Dourada, Município de Marabá, Estado do Pará. Marabá: MDA/INCRA/Associação Agropastoril dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Santa Fé e Região/Extensão Amazônia, 2003.

PLANO de Desenvolvimento Sustentável para o Projeto de Assentamento Voltinha do Itacaiúnas, Município de Marabá, Estado do Pará. Marabá: MDA/INCRA/Associação Agropastoril dos Pequenos Produtores Rurais da Vila Santa Fé e Região/Extensão Amazônia, 2003.

PLANO territorial de desenvolvimento rural sustentável do Sudeste do Pará: Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Agricultura Familiar. Marabá: LASAT; MDA; SDT, 2006. 144p. [versão preliminar].

PROJETO INTERRA. Inserção territorial da atividade agrícola e controle local dos recursos. Papel da agriculturas familiares nos ofícios do desenvolvimento na Argentina e no Brasil. 2009. (mimeografado).

A N E X O S

ANEXO A – Roteiros utilizados na pesquisa

A1. Roteiro para as famílias agricultoras

Entrevistador _____ Data _____ PA: _____
 Entrevistado: _____ Apellido: _____

PARTE I- ASPECTOS GERAIS SOBRE O SISTEMA DE PRODUÇÃO

1. Lote

- a) Localização: _____
 b) Área: _____
 c) Ano de aquisição: _____ d) Ano em que chegou no lote: _____
 e) Onde a família reside: () lote () vila () Marabá () outro _____
 f) Ver a trajetória da família- origem até o lote atual

Ano (iniciar pelo ano de nasc)	Local onde estava (iniciar pelo local de origem)	Motivos da mudança	Atividade profissional	Características da família na época
1-				
2-				
3-				

- g) Como ficaram sabendo do lugar do lote atual?

 _____h) Como adquiriu a propriedade?
 () compra () troca () posse () herança () doação () outros _____
 Explicar _____
 _____i) Quantos donos esse lote teve antes do sr?
 () 0 () 1 () 2 () 3 () + 3
 j) Quantas propriedades tiveram anteriores a essa? () 01 () 02 () 03 () nenhuma m) Qual a área?

 k) Possui algum tipo de documento do lote?
 () SIM () NÃO o) Qual? _____ p) Desde quando?

2. A Família

a) Composição da Família – (verificar se é nuclear ou extensa) – se houver mais de uma família nuclear verificar a necessidade de observar a composição familiar de todas.

Nome	Sexo	Parentesco c/ o chefe	Idade	Origem	Mora no lote*	Escolaridade	Obs

* Caso não resida no lote, especificar onde e porque não mora.

3. Sobre as relações de trabalho:

a) Alguém da família trabalha ou trabalhou fora? () sim () não. b) Caso sim, responder:

Quem	Onde	Tipo de serviço	Época (ver se é sazonal ou não)

- c) Contrata mão-de-obra? () sim () não d) Que tipo? () permanente () empreita () diária () troca () mutirão
 e) Caso sim, para que atividade? () preparo de área () plantio () roço () colheita () outros _____
 f) Quem são essas pessoas(vizinhos, morador da vila, etc)?
 g) Como é feito o pagamento?

4. Atividades Produtivas

a) Quais atividades desenvolve no lote: () agricultura () criação () extrativismo () pesca () processamento de produtos- Qual? _____

4.1) CULTIVOS E CRIAÇÕES

Cultura	Ano de implantação	Área/ Qt pés	mão-de-obra		Quantidade colhida(2009-2010)			Animais	Ano do início do plantel	mão-de-obra		Finalidade		
			Fam	Cont	Total	Vend	Cons			Fam	Cont	Total	Vend	Con
Perenes														
Café							Peq porte							
Cacau							Aves							
Côco							Peixe							
Cupu-açu							Abelha							
Fruteiras							Médio							
Pastagem							Suínos							
							Caprinos							
Anuais														
Arroz							Grande							
Feijão							Equinos							
Milho							Muare							
Macaxeira							Bovinos							
Processados							Leite							
Farinha														
Derivados de leite														

4.2 Sobre recursos florestais:

a) Área

Recursos	Área na chegada ao lote	Área atual	Obs
Mata			
Juquira			
Açaí nativo			

b) Que produtos florestais utiliza/utilizou?

Produtos	Utiliza	Utilizou	Sobre os que não utiliza mais, especificar a época do uso (ver data/período):	Finalidade	Obs
Castanha					
Madeira					
Cipó					
Resinas					
Óleos					
Caça					
Açaí fruto					
Açaí palmito					

5. SOBRE A COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS (in natura e processados) E EXTRATIVISTAS

Fase	Produto	Atividade mais importante na época (econômica?)	Local de comercialização	Para quem?* De onde era (cidade, vizinhança, vila)?	Descrever como era feito a venda**	Caso não venda mais, porque não vende?
Inicial						
Intermediária						
Atual						

* Especificar se vende para atravessador, vizinho, cerealista etc. e ver se exerceu muito tempo a atividade;

** Explicar a forma de comercialização (se via associação, na cidade, no lote etc.).

6. Sobre crédito:

a) Já recebeu algum tipo de crédito nessa propriedade? () SIM () NÃO

b) Caso sim, Qual?			c) Caso tenha recebido crédito agrícola, para qual atividade?		
() Fomento	Ano _____	Valor R\$ _____	() gado	qt _____	
() Habitação	Ano _____	Valor R\$ _____	() côco	qt _____	
() FNO-especial ou Procera	Ano _____	Valor R\$ _____	() cupu- açu	qt _____	
() PRONAF "A"	Ano _____	Valor R\$ _____	() café	qt _____	
() Outro _____	Ano _____	Valor R\$ _____	() cacau	qt _____	
			() pimenta-do-reino	qt _____	
			() outra _____	qt _____	

d) Por que decidiu tirar financiamento? _____

e) Quais já pagou? _____ f) Quando terminou de pagar? _____

g) Quais está pagando? _____

h) Caso não tenha pago, porquê? _____

i) O que mudou depois do financiamento? _____

7. Sobre renda

a) Quais as fontes de renda da família (agrícolas e não-agrícolas- ver aposentadoria, assalariamento, bolsas, etc.)?

- () agricultura () pecuária
 () aposentadoria – Desde quando? _____ Qual o valor? _____
 () bolsa família – Desde quando? _____ Qual o valor? _____
 () benefício - Desde quando? _____ Qual o valor? _____
 () assalariamento – Desde quando? _____ Onde? _____
 () outros _____

b) Qual atividade é mais importante para família? Por quê? (Ver fases da família) _____

8. Organização social

a) Organização Social	b) Desde quando?	c) Porque se associou?	d) Função	e) Benefícios	f) Onde ocorrem as reuniões	g) Frequência com que participa

h) Que tipo de relação tem com as outras entidades? (associação, sindicato, etc...) _____

9. Religião

a) Igreja que frequenta	b) Desde quando?	c) Onde?	d) Frequência

e) Participava de outra religião na vila ou no PA? () sim () não

f) Qual? _____

g) Onde ocorriam as celebrações? _____ h) Porque deixou de participar? _____

PARTE II-

10) ASPECTOS SOBRE A VILA E MARABÁ

10.1 Geral

a) Como começou a ser colonizada a região da vila? _____

b) Porque construíram a vila? _____

c) Como era a vila quando chegou? Descrever a vila (estrutura física, comércio, escola, etc).- ver as percepções sobre isso

d) Como é a vila agora? Descrever a vila (estrutura física, comércio, escola, etc). ver as percepções sobre isso

e) Tem ou teve casa na vila? () sim () não () teve

f) Quem mora/ morou nela? () filhos solteiros () filhos casados () parentes () outros _____

g) Ver se a casa é: () alugada () cedida

h) Caso teve ou tem, ver:

Período de aquisição	Forma	Motivo
Período em que se desfez	Forma	Motivo

i) Caso more na vila: Desde quando?

j) Por quê? _____

k) De quanto em quanto tempo vai ao lote? _____

l) O que vai fazer lá? _____

m) Pretende voltar a morar no lote? n) Por quê? _____

o) Caso não tenha casa, pretende adquirir? p) Por quê? _____

q) E o que pretende fazer com o lote? _____

e) Frequência de ida a vila e a Marabá: (ver por membros- pai, mãe e filhos)

Local	Na fase inicial (chegada)	Motivo	Fase atual (agora)	Motivo
VILA (caso more no lote)				
MARABÁ				

- f) Qual a importância da vila para sua família? _____
 g) Qual a importância de Marabá? _____

10.2 Sobre o sistema de transporte:

- a) Como faziam para ir a (descrever):

Local	Na fase inicial (chegada)	Fase atual (agora)
VILA		
MARABÁ		

10.3 Sobre o acesso a RECURSOS PUBLICOS:

EDUCAÇÃO:

- a) Onde o casal estudou/estuda?

() PA () vila () cidade () outro _____ b) Período: _____

- c) Por quê? _____

- d) Onde os filhos estudavam/estudam?

() PA () vila () cidade () outro _____ e) Período: _____

- f) Por quê? _____

- g) Qual o transporte utilizado para ir a escola? () escolar () particular () nenhum () outro

SISTEMA DE SAÚDE:

- h) Na chegada no lote, quando precisavam de atendimento médico, como faziam?

- i) E hoje, quando precisam de atendimento médico, como fazem? _____

Na fase inicial (chegada)	Tipo de serviço médico	Na fase atual (agora)	Tipo de serviço médico
LOCAL: (PA, vila, marabá?)		LOCAL:	

A2. Roteiro para os comerciantes

Entrevistado: _____ Data: _____

Tipo de comércio: _____ Nome: _____

Endereço: _____

1. Características gerais

- a) Qual a sua origem? _____
- b) Quando chegou à região da Santa Fé? _____
- c) Que motivos o levaram a vir para cá? _____
- d) Tem ou teve lote? () sim () não e) Onde? _____
- f) Caso tenha, quem mora lá? _____
- g) Que atividades desenvolve no lote? _____
- h) Caso não tenha mais, porque vendeu? i) para quem? _____
- j) Desde quando mora na vila? _____ k) Por que? _____
- l) Desde quando tem o comércio? _____
- m) Por que decidiu investir no comércio? _____
- n) O ponto é: () próprio () alugado () cedido
- o) Quais os dias de funcionamento? p) Horário? _____

2. Sobre os Funcionários:

- a) Quem trabalha no comércio? () esposa () esposo () filhos () empregados

No caso dos empregados:

- b) Quantos são? _____ c) Moram na vila? () sim () não
- d) Seus familiares têm lote? () sim () não Caso sim, e) Onde? _____
- f) Moram lá? () sim () não
- g) Tem carteira assinada? _____ h) Qual a média de salário? _____

3. Sobre a compra e venda de mercadoria:

3.1 Compra- ver por época (quando iniciou o comércio e atual)

3.2 Venda

- f) Quem são os clientes? g) Com que frequência compram?

Assentados: _____

Outros : _____

- h) Quais os produtos mais vendidos para os agricultores? _____

- i) Como eles pagam? (Ver o caso dos agricultores)

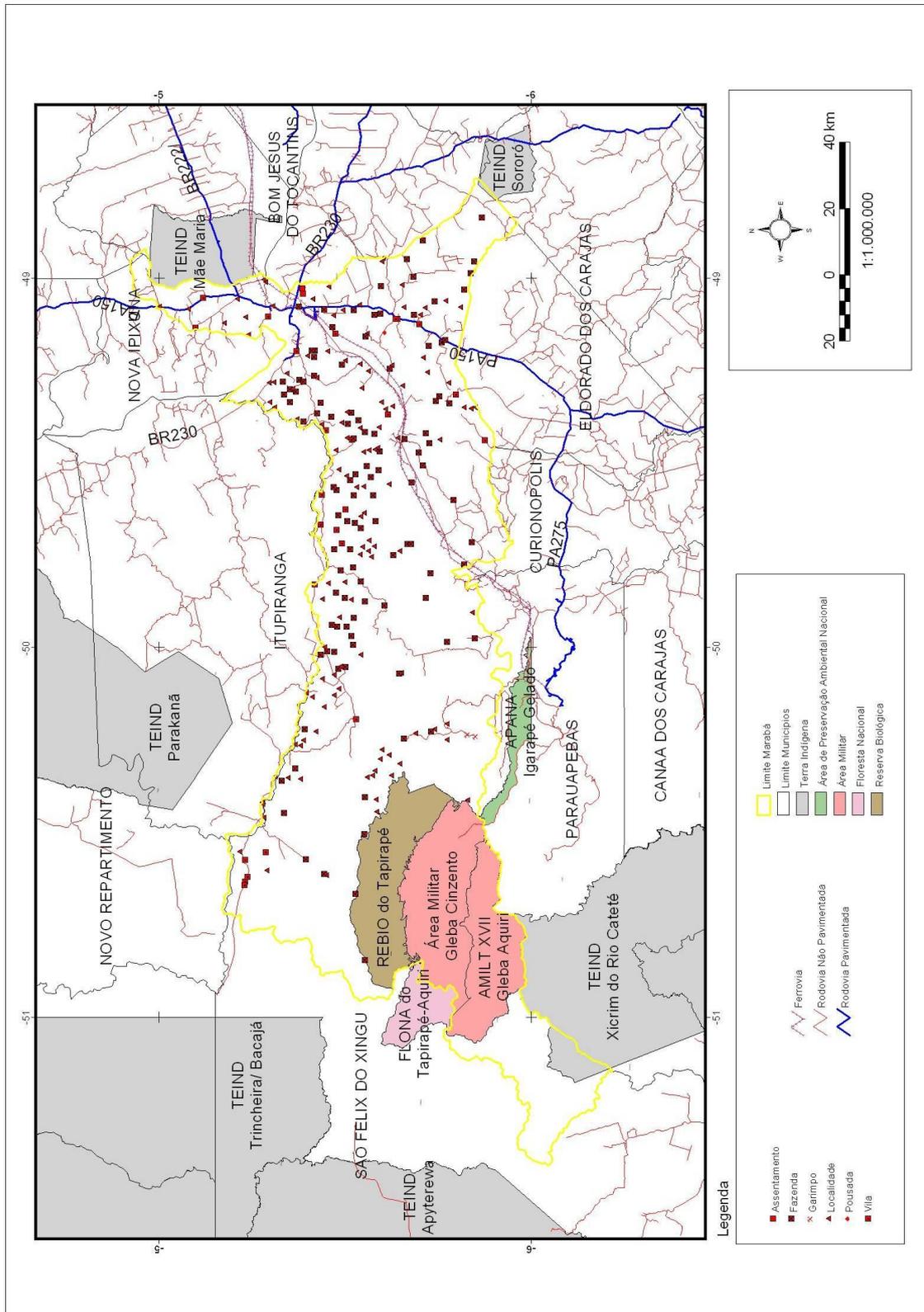
() Dinheiro- () a vista () a prazo

() Produtos- () a vista () a prazo (na folha)

i.1) Qual? _____ i.2) Qual a equivalência em preço? _____

() Serviço _____

ANEXO B - Estrutura espacial do município de Marabá (fonte: Plano Diretor Municipal de Marabá, 2006).



ANEXO C - Relação das pessoas entrevistadas cujo nome foi citado no texto

C1. Agricultores entrevistados

LOCALIZAÇÃO DO LOTE (PA)	NOME FICTÍCIO
DOURADA	Durvalino
	Diva e Zinho
	Jãozé
	Natalina
	Aginaldo e Lia
TAMBORIL	Zilda e Bernarda
	Carlinhos da Silva
	Esperidião
	Pedro Cigano
	Aurélio
	Balbino
	Cícero Moura
	Merência e Antonio José
VOLTINHA	Ambrósio e Vanjé
	Dodô Peroba
	Guido
	Edu e Vavá
BOM JARDIM	Zé Luiz
	Efigênia
	Vavá e Amâncio
	Hilda
	Cristóvão
MURAJUBA	Leocádia
	Abgail e Bastião
	Isaura
	Zé dos Santos e Clara
COMUNIDADE JATOBÁ I	Altamirando
	Lupiscínio

C2. Pessoas-chave

NOME FICTÍCIO	FUNÇÃO
Tarcísio	Comerciante
Elias	Morador antigo, agricultor, comerciante
Tereza	Professora pioneira
Castor	Presidente de Associação
Sacramento	Moradora antiga e agricultora

ANEXO D - Fotos da vila Santa Fé e dos Projetos de Assentamento

ANEXO D 1. Mosaico de fotos da vila Santa Fé em 2010.



FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

ANEXO D 2. Mosaico de fotos de espaços de sociabilidade na vila Santa Fé (praça, campo de futebol, bares e igrejas)



FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

ANEXO D 3. Mosaico de fotos de locais de comércio na vila Santa Fé (estabelecimentos comerciais e feira)



FONTE: Pesquisa de Campo (2010)

ANEXO D 4. Mosaico de fotos de momentos diversos nos Projetos de Assentamentos (infraestrutura, atividades agrícolas e domésticas e áreas cultivadas)



FONTE: Pesquisa de Campo (2010)